

REVISTA BRASILEIRA DE  
**CULTURA**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
CONSELHO FEDERAL DE CULTURA

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA

**13**

Julho / Setembro

1972

# REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA

Publicação trimestral do Conselho Federal de Cultura

## DIRETOR

Mozart de Araújo

## CONSELHO DE REDAÇÃO

Octavio de Faria

Manuel Diegues 'Júnior

Adonias Filho

Pedro Calmon

Afonso Arinos de Mello Franco

Redação: Palácio da Cultura — 7º andar Rio  
de Janeiro — Brasil

# REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA

ANO IV

-

JULHO/SETEMBRO - 1972

—

N.º 13

## Sumário

### ARTES

JOSÉ RAMOS TINHORÃO .....	<i>A Deculturação da Música Indígena Brasileira</i> .....	9
---------------------------	---	---

### LETRAS

ALPHONSUS DE GUIMARAENS FILHO ....	<i>Sobre Mário de Alencar, no seu Centenário</i> .....	29
EDILBERTO COUTINHO .....	<i>José Lins do Rego, Eterno menino</i> .....	35

### CIÊNCIAS HUMANAS

GLYCON DE PAIVA .....	<i>José Bonifácio — Geólogo</i> .....	43
IVAN LINS .....	<i>Atuação de D. Pedro I e José Bonifácio na Independência</i> ..	57
ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS .....	<i>A Independência do Brasil no Processo de Descolonização das Américas</i> .....	75
TEIXEIRA SOARES .....	<i>A Grande Mensagem da Nossa Independência</i> .....	87
MANUEL DIEGUES JÚNIOR .....	<i>A Independência do Brasil como Processo Nacional e, ao Mesmo Tempo, Continental</i> .....	101
MÁRIO BARATA .....	<i>Relacionamento da Independência com a Unificação Nacional</i> .....	115

**Artes**

# A Deculturação da Música Indígena Brasileira

JOSÉ RAMOS TINHORÃO

A música popular, tal como a conhecemos, é um fenômeno ligado ao aparecimento de centros urbanos no Brasil colonial, no século XVIII. Se considerarmos, porém, que antes mesmo de surgirem quase simultaneamente em Salvador e no Rio de Janeiro os dois primeiros gêneros populares — o lundu e a modinha —, algumas formas de diversão com cantos e danças já deviam existir entre os habitantes dos primeiros núcleos de população colonial, desde a descoberta da terra, no século XVI, então é possível falar de uma pré-história da música popular brasileira.

Um estudo dos primórdios da colonização portuguesa no Brasil revela mesmo que a música esteve historicamente presente à formação da nova sociedade. Foi em grande parte com a atração de seus hinos e cantos que os padres jesuítas tornaram possível a obra de catequese dos indígenas, o que desde logo transformava a música em um dos instrumentos da colonização.

Os padres jesuítas chegavam encontrando os indígenas no estágio primitivo das danças e cantos de caráter mágico exatamente quando, na Europa do início do século XVI, a severidade monódica do cantochão começava a deixar-se enfeitar na *Musica Mensurata* pelo desdobramento dos acordes da harmonia recém-inventada.

O trabalho de encantar os índios com música ia ser, aliás, facilitado aos padres da Companhia de Jesus porque, do ponto de vista musical,

## JOSÉ RAMOS TINHORÃO

havia uma certa coincidência entre o espírito da catequese (que visava congregar os indígenas em reduções, sob a autoridade da Igreja), o sentido coletivo da música dos índios (quase sempre ritual, pelo característico mágico de suas relações com os fenômenos da natureza) e o caráter igualmente redutor de vozes da monodia do cantochão.

Ao aceitarem a música dos padres, por sua natural predisposição ao canto em comum, como fórmula de exorcismo do desconhecido (a morte, o mal, a influência dos astros, as forças da natureza), os indígenas brasileiros abandonavam sem sentir as palavras cabalísticas das suas canções de ritmo encantatório em favor da rigorosa lógica do cânone gregoriano: sob batuta dos jesuítas os índios ainda cantavam em uníssono, mas, agora, uma melodia principal, passando por todas as vozes, substituía a repetição obsessiva das palavras mágicas pela palavra de ordem cristã do temor a Deus.

Para atrair os índios com esses cantos de sereia de seus hinos — pois desde a primeira missa, em 1500, havia "experiência certa de que o demônio também se afugenta com as suavidades das harmonias" — os primeiros padres foram de um oportunismo que fazia justiça à dialética do nobre fundador da ordem, Santo Inácio de Loyola. Dentro do princípio de que "era preciso ser todas as coisas para todos os homens, a fim de conquistá-los", os jesuítas tornaram-se os primeiros professores de música do Brasil <sup>(1)</sup>, e um deles, o padre José de Anchieta, estava mesmo destinado a tornar-se o seu primeiro compositor.

Em uma carta de 1549, que constitui talvez o mais antigo documento referente à introdução da música européia no Brasil, o padre Manuel da Nóbrega <sup>(2)</sup> relatava ao padre Simão Rodrigues que seu colega Aspilcueta Navarro — o primeiro de todos os jesuítas a aprender a língua dos índios — visitava "ora um, ora outro lugar da cidade e à noite ainda faz cantar aos meninos certas orações que lhe ensinou em sua língua deles, em lugar de certas canções lascivas e diabólicas que antes usavam» <sup>(3)</sup>.

A impressão definida como diabólica das canções indígenas derivava, naturalmente, da forma pela qual os padres as ouviam, sempre ligadas a danças rituais, entre batidas de pés no chão, volteios de corpo e pequenos estribilhos em uníssono, pois — como informava o padre Fernão Cardim <sup>(4)</sup> falando de "bailos e cantos" dos índios — "não fazem uma coisa sem outra".

Claro está — e neste particular a conclusão certa ainda seria a do músico e estudioso Luciano Gallet, apesar de todas as contestações <sup>(6)</sup> — ao aceitarem a versão musical dos padres, os indígenas abdicavam prontamente da sua cultura, da mesma forma que atiravam longe seus machados de pedra polida tão logo experimentavam os de aço dos europeus.

## A DECULTURAÇÃO DA MÚSICA INDÍGENA BRASILEIRA

Para começar, os jesuítas, assustados com o caráter selvagem do instrumental da música indígena — trombetas com crâneo de gente na extremidade, flautas de ossos, chocalhos de cabeças humanas, etc. — trataram de iniciar os catecúmenos nos segredos do órgão, do cravo e do fagote, que melhor se adaptavam à música sacra. Com o aprendizado desses instrumentos, a estrutura natural da música dos indígenas, baseada em escalas diferentes da européia e, portanto, geradora de um esquema harmônico igualmente diverso, perdia sua razão de ser, reduzindo-se o som original da música da terra à marcação de um ou outro instrumento de percussão, ainda permitido no acompanhamento de umas poucas danças julgadas inofensivas pela severa censura dos jesuítas.

E na verdade, ainda no fim do século XVI, segundo o padre Simão de Vasconcelos, biógrafo de José de Anchieta, os meninos índios, depois de ouvirem missa e estudarem o catecismo sob forma de diálogo, iam "juntos a suas escolas a ler, escrever ou cantar, outros a instrumentos músicos, segundo o talento de cada um". Ao que acrescentava: "E saem no canto e instrumentos tão destros, que ajudam a beneficiar as missas e procissões de suas Igrejas, com a mesma perfeição que os portugueses" (6)

Assim, é mais do que evidente que, se a execução musical desses pequenos instrumentistas indígenas se fazia "com a mesma perfeição que os portugueses", a música que executavam já nada tinha a ver com a música de suas tribos.

E nem podia ser de outra maneira. Desde os primeiros contatos dos portugueses com os indígenas brasileiros, as relações entre os naturais da terra e os colonizadores tinham-se desenvolvido sempre com caráter de interdependência. Quando os índios aceitavam cortar árvores de pau-brasil, transportá-las até a praia e embarcá-las nos navios portugueses, essa atitude não envolvia uma relação de trabalho ou um vínculo de comércio, mas constituía apenas uma troca de presentes e de gentilezas. Os indígenas atendiam à solicitação dos portugueses como um gesto de reciprocidade ante a doação de artigos europeus como barretes, lenços, facas, anzóis, serrotes e machados. De fato, quando a partir de 1533 em São Vicente, e de 1537 em Olinda, os portugueses iniciaram a exploração sistemática da cana-de-açúcar, essas relações nascidas da interdependência imediatamente se romperam. À partir do apelo ao trabalho organizado, os indígenas, não dispostos a esse novo tipo de relações, ou são expulsos de suas tabas e empurrados para o interior, ou se vêem precariamente mantidos num regime de escravidão que nunca permitiria qualquer espécie de troca de influências — mormente cultural — por jamais ter sido aceito pelo índio, incapaz de compreender a divisão do trabalho em moldes sedentários e comerciais. (7)

Se o intercâmbio era impossível no campo das relações entre indígenas em fase de economia coletiva e colonizadores capitalistas, pela impossibilidade da sua integração no sistema econômico europeu na qualidade de mão-de-obra (o que já se daria com os escravos negros, integrados na condição de trabalhadores por se encontrarem na idade do ferro, e já praticando na África uma agricultura organizada), no plano das relações entre os mesmos indígenas e os padres jesuítas esse intercâmbio se revelava impraticável pela superposição de culturas. As reduções jesuíticas funcionavam com caráter de verdadeiras autarquias, em que o trabalho indígena era sabiamente usado: como aos padres interessava supostamente apenas a conquista das almas dos naturais da terra para o Reino de Deus, e só em segundo lugar a exploração econômica de sua força de trabalho, o respeito aos seus hábitos era de fato muito maior, mas isso envolvia apenas astúcia. Os padres tomavam por base a superioridade da sua religião, da sua cultura e das formas européias de organização econômico-social, mas estavam certos de que a conquista dos indígenas só podia ser efetuada através do seu progressivo envolvimento, o que os levava a aceitar fingida-mente os seus estilos, para melhor minarem-lhe os valores e logo poderem impor os conceitos desejados. Essa falsa aceitação da cultura indígena chegava a tal ponto de pretensa esperteza que, segundo o historiador alemão Henrique Handelmann, o padre Aspilcueta Navarro "para não descurar de cousa alguma que pudesse produzir impressão nos seus ouvintes, observou a macabra gesticulação dos feiticeiros índios, com que estes costumam acompanhar os seus discursos, e conseguiu imitá-la com felicidade nas suas pregações" (8)

Como se vê — e nem podia ser de outra maneira, desde que partiam do pressuposto da infalibilidade dos seus conceitos de civilizados — os padres jesuítas jamais chegaram a admitir uma síntese cultural em seu trabalho de catequese, o que ia explicar, afinal, o fracasso da sua missão. A principal queixa dos padres era, exatamente, a de que, com a mesma facilidade com que aceitavam a sua pregação, os índios logo voltavam à vida primitiva, bastando um temporário afastamento da sua influência direta. Os jesuítas não conseguiam compreender um dado fundamental: como os princípios da moral cristã que tentavam impor aos indígenas representavam, na verdade, a estratificação de conceitos surgidos historicamente da evolução sócio-econômica da Europa, a partir da decadência do Império Romano e da organização do feudalismo, tudo o que os índios pareciam admitir representava apenas o resultado da sua curiosidade. Como não havia adesão à estrutura colonial, e a própria vida nas reduções era artificial, toda a vez que o indígena voltava a integrar-se na vida tribal, os conceitos morais e religiosos que tendiam a prevalecer eram, é lógico, os que mais fielmente traduziam o tipo de relações original.

Como, no entanto, não percebiam a inanidade dos seus esforços, os jesuítas continuaram a tentar a conquista daquelas almas selvagens

## A DECULTURAÇÃO DA MÚSICA INDÍGENA BRASILEIRA

com o emprego de todos os recursos de sedução que a música e o aspecto teatral da liturgia católica ofereciam aos olhos curiosos dos indígenas.

O primeiro a perceber a oportunidade de valerem-se os padres do prestígio com que os índios distinguiam os seus poetas, músicos e cantores, foi o próprio superior dos jesuítas no Brasil, Manuel da Nóbrega, ao sugerir ao padre José de Anchieta que pusesse "em solfa as orações e documentos mais necessários à nossa santa fé para que à volta da suavidade do canto entrasse em suas almas a inteligência das coisas do céu.»<sup>(9)</sup> Se por em solfa queria dizer musicar, nascia com essa sugestão no Brasil o primeiro compositor conhecido de música declaradamente dirigida à massa, ou seja, àqueles índios dos aldeamentos jesuíticos que, embora não podendo ser chamados de povo no sentido moderno, constituíam, de fato, a base dos moradores dos primeiros redutos pré-urbanos da Colônia.

Segundo o testemunho do padre Quirício Caxa, que por ordem do padre provincial Pero Roiz recolheu em 1598, um ano apenas depois da morte do padre Anchieta, tudo o que se contava das suas obras e façanhas, além dos vários escritos que deixou, o chamado apóstolo do Brasil «compôs também *Cantigas* devotas na língua (tupi), para que os moços cantassem, porque para tudo tinham habilidade.»<sup>(10)</sup>

No que se refere à solfa, ou seja, à música dessas cantigas, jamais se saberá como soavam, mas das qualidades de Anchieta como letrista alguma amostra ficou. Isto por que, quanto ao padre Anchieta ter colocado letras de intenção moralista ou religiosa em músicas cantadas por índios, portugueses e espanhóis de meados do século XVI, não existe dúvida possível. Ao referir-se a atividade de Anchieta em São Vicente, no período que se estendeu de 1553 a 1565, o seu biógrafo Simão de Vasconcelos, após salientar que o venerável padre "em quatro línguas era destro: na portuguesa, castelhana, latina e brasilica", acrescenta que "em todas elas traduziu em romances pios, com muita graça e delicadeza, as cantigas profanas que andavam em

**USO** ( )

Para o lançamento dessas canções (sob o título *Canções de José de Anchieta* existem na Biblioteca da Companhia de Jesus, em Roma, cópias de composições como *A Nossa Senhora dos Prazeres*, *Santa Inês* e *Vaidades das Coisas do Mundo*, além de uma série intitulada *Cânticos Por o Sem Ventura*, em original do próprio punho de Anchieta)<sup>(12)</sup>, a melhor oportunidade eram as grandes festas religiosas, entre as quais o Natal, quando um velho costume medieval levava a transformar as igrejas em teatro, para a representação de autos alusivos ao nascimento do filho de Deus.

A acreditar em Quirício Caxa, a própria recomendação feita pelo padre Manuel da Nóbrega a Anchieta, entre 1564 e 1565, para

## JOSÉ RAMOS TINHORÃO

que «na noite de Natal fizesse um modo de representação devota, em português e língua, com que todos se aproveitassem em devoção e alegria espiritual», já indicava a existência de representações teatrais nas igrejas, anteriormente a essa data. Quirício Caxa explica que Nóbrega desejava com sua sugestão a Anchieta "impedir alguns abusos que se faziam em autos nas igrejas." (13)

Esses abusos seriam, ao que tudo indica, a representação de autos profano-religiosos, como o que o irmão Antônio Blásquez assistira na aldeia de Santiago, na Bahia, por sinal em 1564, e do qual daria notícia ao escrever uma carta publicada por Serafim Leite no volume II da sua *História da Companhia de Jesus no Brasil*:

"Deixei de referir um auto que fizeram do glorioso Santo Iago. muito devoto, e o regozijo e prazer com que se passou aquele dia porque, com serem passatempos de gente de fora, não faz tanto ao nosso propósito relatá-lo".

A gente de fora, isto é, não diretamente subordinada à administração da redução jesuítica local, devia ser constituída pelos brancos portugueses, e seus passatempos ou *abusos*, como denunciava o padre Manuel da Nóbrega, quase certamente seriam os já descritos em Portugal trinta anos antes, nas proibições da Constituição de Évora de 1534:

"Defendemos a todas as pessoas eclesiásticas e populares, Je qualquer estado ou condição que sejam, que não comam nas igrejas, nem bebam, com mesas ou sem mesas; nem cantem nem bailem em elas, nem em seus adros, nem os leigos façam seus ajuntamentos dentro delas sobre cousas profanas; nem se façam nas ditas igrejas ou adros delas jogos alguns, posto que sejam em vigília de santos ou alguma festa; nem representações, ainda que sejam da Paixão de N. S. Jesus Cristo ou de sua Ressurreição, ou nascença, de dia nem de noite, sem nossa especial licença, por que de tais atos se seguem muitos inconvenientes e muitas vezes trazem o escândalo no coração daqueles que não estão mui firmes na nossa santa fé católica». (14)

O papel dos jesuítas, em geral, e do padre José de Anchieta, em particular, foi exatamente o de aproveitar esses precedentes europeus para atrair os índios à igreja, em vez de proibi-los. Na verdade, já em Portugal a popularização da religião entre as populações mestiças de bárbaros e árabes tinha de tal maneira filtrado o gosto das cantorias e diversões profanas através do próprio ritual da missa, que, em lugar "do Tracto, Offertorio, Sanctus, Agnus Dei, Post Communio, e mais coisas ordenadas pela igreja", os fiéis cantavam alegremente chasonetas, vilancicos e motetes, quando não entoavam mesmo "cantigas desonestas". (15)

## A DECULTURAÇÃO DA MÚSICA INDÍGENA BRASILEIRA

Historicamente, o primeiro lançamento de composições musicais com letra do padre José de Anchieta, usando o teatro como veículo de divulgação, foi com a representação, em Piratininga, por volta de 1565, do seu *Auto da Pregação Universal*.<sup>(16)</sup>

Esse primeiro trabalho de Anchieta para o teatro — e intitulado *Pregação Universal* porque, segundo o padre Simão de Vasconcelos, "servia para todos, portugueses e índios, e constava de uma e outra língua, porque de todos fosse entendido» — constituía o que em moderna terminologia crítica se poderia chamar de teatro-verdade. Os atores, na maioria dos casos, eram os próprios personagens da peça, uma vez que, muito preocupado com o aproveitamento moral do entreccho, José de Anchieta inspirava-se nas figuras de determinados pecadores da comunidade, e fazia-os subir ao palco para representarem seus erros e confessarem seus pecados, numa antecipação perfeita das sessões de psico-drama criadas pelos psicanalistas mais de quatro séculos depois.

O esquema adotado por Anchieta valia também por uma antecipação do que o crítico e sociólogo italiano Umberto Eco chamaria na década de 1960 de *obra aberta*. Como os personagens mudavam conforme os atores — que eram, afinal, os personagens — Anchieta podia apresentar a sua *Pregação* sempre de maneira nova a públicos diferentes.<sup>(17)</sup> Da primeira representação desse auto, em Piratininga, nada se sabe, mas da sua segunda apresentação, em São Vicente, a diligência do padre Simão de Vasconcelos permitiu salvar pelo menos duas "profecias": as falas em que os personagens-atores se apresentavam declamando os versos que Anchieta lhes preparava para a sua recuperação moral.

Uma dessas figuras, segundo Simão de Vasconcelos, "era um Francisco Dias Machado, homem de ruim viver, a quem parece tinha (o padre Anchieta) avisado sem efeito de emenda", e que no auto era obrigado a confessar diante do público:

"A viagem está acabada, A nau vai-se  
alagando, E desta vida, em que ando,  
Por tantas cousas errada, Meus dias já  
não são nada, Pois peço por tantas  
vias; Triste fim de Francisco Dias!  
Não lhe sinto salvação, Se vós, Mãe  
da Conceição, Não pagais as  
avarias".

JOSÉ RAMOS TINHORÃO

Outro personagem era "Pero Guedes, homem amancebado" a quem o padre Anchieta aconselhava que se casasse, fazendo-o dizer:

"Virgem pura, sou quem vedes,  
Diante de vós me venho, Tirai, vos  
peço, estas redes, A este pobre Pero  
Guedes, E quantos pecados tenho;  
Acho-me tão enredado, Que hei medo  
da perdição, Quero deixar o pecado,  
E ser devoto casado, Na vila da  
Conceição!"

O resultado extra-dramático de tais "profecias", segundo dá a entender o padre Simão de Vasconcelos, revelava-se muito variável. No caso do enredado Pero Guedes, por exemplo, de fato veio a casar-se com a filha de um Heitor Mendes, mas quanto a Francisco Dias, a "profecia" gorou. Pelo que pôde apurar o biógrafo de Anchieta, a Virgem não deve lhe ter pago as avarias da alma "por que o que comumente se diz, é que morreu mal, excomungado e obstinado por muitos anos".

À parte da Pregação Universal dedicada aos índios e escrita por Anchieta em tupi seria talvez mais movimentada. Os indígenas não estavam ainda preparados para o tipo de autocrítica a que os jesuítas estimulavam os colonos para os quais não bastavam o ato de contrição e a penitência que se seguiam às sessões de psicanálise e catequese do confessorário. Por essa razão, a tais índios caberia a função mais extrospectiva e dinâmica de cantar em coro e executar os "toques de instrumentos à maneira dos Mistérios e Moralidades executadas nas igrejas européias durante os séculos XVI e XVII" como lembra Guilherme de Melo em seu livro — *A Música no Brasil*.<sup>(18)</sup>

Numa reconstituição meio imaginosa, mas bastante verossímil da encenação de outro auto de Anchieta, o *Na Festa Do Natal*, adaptado de um anterior intitulado *Na Festa De São Lourenço* <sup>(19)</sup>, Melo Moraes Filho esboçou uma dessas cenas escrevendo:

"Os músicos da orquestra vestidos de penas e listrados de urucu, descançam as pernas às maças e flechas, e dão sinal para a representação ... A cortina rasga-se. O autor da peça, Anchieta, descendo do pavilhão sacerdotal, abre passagem no denso dos espectadores e, de pé sobre o montículo do cruzeiro da missão, põe-se em evidência como ponto e contra-regra".<sup>(20)</sup>

No entanto, segundo o testemunho muito mais seguro de um contemporâneo da catequese, o padre Fernão Cardim, a animação dos espetáculos dramático-musicais dos jesuítas não se esgotava na mera

## A DECULTURAÇÃO DA MÚSICA INDÍGENA BRASILEIRA

encenação do auto, mas podia ainda incluir no programa um eventual desfile sob o nome de procissão, como aconteceu em 1583 na Bahia, quando da representação do mistério ou auto das *Onze Mil Virgens*. Em regozijo pela oferta da relíquia de mais uma cabeça das Onze Mil Virgens, levada à Bahia pelo padre visitador Cristóvão de Gouveia (segundo cálculo de Anchieta havia no Brasil seis dessas cabeças em 1584 — três no colégio dos jesuítas da Bahia, uma em Pernambuco, outra no Rio e outra possivelmente em São Paulo de Piratininga), a representação do auto foi precedida de uma procissão solene até a Sé do Colégio "com frauta, boa música de vozes e danças." <sup>(21)</sup> Essa procissão já era, pois, ao menos pela forma, uma festa de indisfarçável aspecto carnavalesco. Nitidamente popular ("toda a festa causou grande alegria no povo, que concorreu quase todo", escrevia Fernão Cardim), a procissão valia por um desfile sob o enredo das Onze Mil Virgens, incluía alas de fantasiados ("alguns anjos as acompanhavam [às relíquias] porque tudo foi a moda de diálogo"), e não faltavam até os hoje chamados destaques, pois a Sé "era um estudante ricamente vestido", e a Cidade que entregava as suas chaves era um outro. Um ano depois, em 1584, haveria ainda o acréscimo de um novo elemento carnavalesco à procissão das Onze Mil Virgens: o carro alegórico representado por uma nau a vela "toda embandeirada, cheia de estudantes". Era dentro dela — e Fernão Cardim não esclarece como seria essa alegoria — que "iam as Onze Mil Virgens ricamente vestidas, celebrando o seu triunfo". <sup>(22)</sup>

A superposição de culturas, ao invés da sua mistura para o intercâmbio de informações que poderia gerar uma síntese original, já se revelava então como a maior característica nessas primeiras relações entre europeus e indígenas. Como viria a acontecer muitas vezes no correr dos séculos (e entre os exemplos no plano do conceito moderno de cultura popular, um dos mais claros seria o das escolas de samba), a posição de superioridade de uma elite — no caso colonial, os padres — fazia com que os elementos populares — nas reduções, os indígenas — fossem aproveitados apenas em função de objetivos ideológicos, identificados para efeitos da catequese na imposição dos princípios da moralidade e da fé católica. <sup>(23)</sup>

É bem verdade que, mesmo fora dos espetáculos declaradamente destinados à catequese, os próprios padres tinham oportunidade de fazer chegar aos ouvidos dos indígenas outros tipos de música cultivados pelas camadas populares da Península Ibérica.

Um dos jesuítas chegados ao Brasil em 1583 na comitiva do visitador Cristóvão Gouveia, o irmão Barnabé Telo, era ao que se deduz pela leitura da narrativa de Fernão Cardim um alegre tocador de berimbau. <sup>(24)</sup>

Ainda nesse ano de 1583, estando os padres da missão na Bahia, por ocasião do natal, foi organizado um presépio na povoação, e onde

## JOSÉ RAMOS TINHORÃO

— conforme conta Fernão Cardim — "o irmão Barnabé nos alegrava com seu berimbau". No ano seguinte, pela mesma oportunidade e ainda na Bahia, enquanto "o Sr. governador com os mais portugueses fizeram um lustroso alardo de arcabuzes, e assim juntos com seus tambores, pífaros e bandeiras foram à praia" — escreve Cardim — "o irmão Barnabé Telo fez a lapa, e às noites nos alegrava com seu berimbau". (25)

Como admitir, no entanto, que desse contato com a rítmica e a melódica européia pudesse surgir alguma nova criação musical de influência indígena, se o próprio cronista conta duas páginas adiante que, ao chegar ao Rio de Janeiro dias depois, pelas festas de Reis, ouviu uma "missa cantada oficiada pelos Índios em canto d'órgão com suas frautas?" (26)

Eis porque parece hoje muito difícil aceitar a afirmação feita em 1876 pelo indianista general Couto de Magalhães na sua Sétima Conferência Para o Tricentenário de Anchieta: a de que ouvia no seu sítio, em São Paulo "quase todos os sábados", as toadas de cate-retês e cururus "rezadas pela mesma maneira por que os ensinou o padre José de Anchieta aos guianás, creio que nesse mesmo lugar, **por** que aí morou um dos filhos do chefe Caá-Ubi, com muitos de seus patrícios". (27)

Embora haja acordo entre os historiadores de música e folcloristas brasileiros, no que se refere a identificação de influência indígena não apenas no cateretê, ou catira, mas também no cururu (a dança é coletiva e inclui sapateado ou bate-pé), seria ir muito longe admitir o possível aproveitamento da toada das danças rituais dos índios. Isto porque as características propriamente musicais do cateretê — linha melódica imprecisa, entoação frouxa, cadência fraca, e ritmo fornecido pelos dançadores apenas nos intervalos do canto das *modas* ■— não constituem características somente do cateretê, mas são "constantes das modas violeiras" e ainda no "quero-mana, na mariquita muchacha, no antigo candieiro, no engenho novo. E até no vilão litorâneo dançado ao pé de Cananéa, pelos caiçaras do Trapandé." (28)

A evidência de que "as toadas profundamente melancólicas" que Couto de Magalhães ouvia no fim do século XIX já nada deviam ter em comum com a música para a qual Anchieta fazia seus versos trezentos anos antes, era o próprio autor de *O Selvagem* que fornecia em sua conferência, ao escrever:

"Tenho assistido muitas vezes a estas festas e danças (de cateretê) ao som de viola, que era instrumento indígena de três cordas de tripa, e que eles chamavam *guararápeva*." (29)

Como se pode comprovar através de uma relativamente ampla e em certo sentido minuciosa literatura dos primeiros cronistas da terra

## A DECULTURAÇÃO DA MÚSICA INDÍGENA BRASILEIRA

brasileira, entre os quinze a vinte instrumentos musicais indígenas documentadamente referidos e descritos jamais se incluiu qualquer espécie de viola ou qualquer outro instrumento de cordas. Assim — e embora Couto de Magalhães não indique a fonte em que se baseou para sua afirmação — se alguma vez existiu uma viola indígena chamada guararápeva, isso só serviria para indicar uma capitulação cultural dos índios, pois à adoção do instrumental de origem européia seguia-se, logicamente, o abandono das formas musicais primitivas, e a sua substituição pelas que mais se adaptavam à escala pela qual se afinava o mesmo instrumento.

Couto de Magalhães, porém, com seu entusiasmo de indianista, insistia ainda em afirmar em outra passagem de seu livro *O Selvagem* que "o paulista, o mineiro, o riograndense de hoje cantam nas toadas em que cantavam os selvagens de há quinhentos anos atrás, e em que ainda hoje cantam os que vagam pelas campinas do interior".

Era esse mesmo autor, porém, que, ao referir-se à sobrevivência de quadrinhas bilíngües, com versos em português e tupi, reconhecia que "pouco a pouco uma língua predomina, e só ficam da outra algumas palavras que, ou não tem correspondência na língua que tende a absorver a outra, ou são as mais suaves para o sistema auditivo da raça que vai sobrevivendo". <sup>(30)</sup>

Ora, o que os vários exemplos de quadras citadas em *O Selvagem* comprovam é, exatamente, o progressivo esvaziamento da contribuição indígena na parte do texto, o que no mínimo também aconteceria na parte da música, se é que na origem de tais composições chegou a entrar alguma ressonância melódica tipicamente índia.

Assim é que, após abrir aspas para citar vagamente passagem de *crônicas* em que Simão de Vasconcelos falava de crianças que "iam em procissão pelas ruas do nascente São Paulo, dançando o seu care-*retè*, cantando versos em louvor da Virgem Maria, e parando nas portas dos selvagens" <sup>(31)</sup>. Couto de Magalhães cita uma dessas possíveis quadras, por sinal obtida em Roma por D. Pedro II:

"Ó Virgem Maria  
Tupan ay eté Aba se  
aba porá Oicó endê  
yabê" <sup>(32)</sup>

Como se pode verificar, nesses quatro versos — cuja tradução segundo Couto de Magalhães é "Ó Virgem Maria, mãe de Deus verdadeira, os homens deste mundo estão tão bem convosco" — a língua portuguesa estava representada apenas pelo vocativo inicial.

**JOSÉ RAMOS TINHORÃO**

Já, porém, em outro exemplo:

"Te mandei um passarinho Patuá  
miri pupé Pintadinho de amarelo  
Iporânga ne iaué"

e que Couto de Magalhães traduz como "Mandei-lhe um passarinho, dentro de uma caixa pequena; pintadinho de amarelo, e tão formoso como você" os dois versos em língua indígena apresentam-se apenas como complementos da idéia principal do autor, certamente algum branco interessado em explorar poeticamente a misteriosa sonoridade das palavras indígenas, que nem todos saberiam decifrar. <sup>(83)</sup>

E a prova é que em um terceiro exemplo citado pelo autor de *O Selvagem*, a conhecida trova popular

"Vamos dar a despedida  
Mandu sarará Como  
deu o passarinho,  
Mandu sarará, Bateu  
asa, foi-se embora,  
Mandu sarará, Deixou  
a pena no ninho  
Mandu sarará,

a contribuição indígena funciona estritamente como uma espécie de estribilho rítmico em que o sentido não importa. À quadrinha está inteira nos versos da "língua que tende a absorver a outra".

Assim, o que o conjunto dos documentos disponíveis permite concluir, é que — como pioneiramente afirmou Luciano Gallet em 1928 — "ao fim de algum tempo depois do contato com a civilização o caráter indígena musical, tinha desaparecido", transformando-se pois a sua música num "elemento quase que exótico, a ser aproveitado futuramente." <sup>(34)</sup>

A pretensa superioridade dos colonizadores brancos de origem européia, de início, e depois historicamente a dos próprios brasileiros, que têm simplesmente empurrado para o centro do país nos últimos séculos os remanescentes das antigas tribos povoadoras da terra, tornaram precário ou difícil um intercâmbio cultural que, pela dinâmica das suas relações, permitisse a obtenção de criações originais.

Os índios, definidos pelo Direito Civil como relativamente incapazes, e equiparados para efeitos legais a crianças sobre as quais o Estado, por uma espécie de peso na consciência histórica, se propõe a servir como tutor, só poderiam mesmo incorporar às manifestações populares alguns símbolos isolados da sua cultura, assim mesmo por força do seu exotismo, e de maneira apenas complementar.

## A DECULTURAÇÃO DA MÚSICA INDÍGENA BRASILEIRA

Nas danças do cateretê e do cururu haveria a sobrevivência de uma coreografia aproveitada pelos jesuítas ao tempo da catequese; no carnaval a imitação, como fantasia, da própria imagem dos indígenas nos *caboclos de pena* e *caboclos de lança* dos maracatus do Recife, e nos grupos de *caboclinhos* ou *cabocolinhos* que ainda hoje desfilam aos saltos em vários pontos do Nordeste e, em Pernambuco, especialmente na noite de segunda-feira de carnaval; na religião popular o cerimonial da pajelança amazônica, onde um pajé ainda toca maracá e o remédio oferecido aos crentes é uma beberagem enfeitiçada chamada puçanga; na mitologia a persistência de algumas figuras como a do demoniozinho curupira, ou da angoera, o gênio folgazão da zona missionária gaúcha ou, ainda, do boitatá, a cobra-de-fogo conhecida de São Paulo até o Norte; nos costumes o auxílio gratuito do mutirão e, finalmente, na linguagem falada, a sobrevivência de topônimos e expressões regionais.

Com a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, por ordem do Marquês de Pombal, ministro do Rei D. José I, de Portugal, a substituição das escolas dos jesuítas pelas chamadas Escolas Regias, e o estabelecimento da administração civil nas aldeias de indígenas sob o nome de Diretório dos índios, os naturais da terra viam desaparecer definitivamente o seu aparente intercâmbio com os brancos colonizadores. Daí em diante, o pouco de sua cultura que ia se incorporar ao processo histórico brasileiro já nada mais deveria aos primitivos habitantes, mas a uma nova classe de gente: os mestiços de brancos que — muito sintomaticamente — um alvará de 4 de abril de 1755, sugerido pelo próprio Pombal, mandava igualar aos portugueses da Colônia, ao mesmo tempo que proibia "dar-se-lhes o nome de *caboclos*, ou outros semelhantes, que se possam reputar injuriosos".

Era a vitória da tese da assimilação social pelo embranquecimento, o que desde logo afastava a hipótese de uma aculturação perfeita dos antigos valores indígenas, uma vez que a atitude do caboclo era de esquecimento das origens para mais rapidamente alcançar a sua ascensão social na estrutura imposta pelo colonizador europeu.

A esta altura, porém, os negros trazidos da África havia menos de cem anos começavam a anunciar ruidosamente, com a vitalidade das suas danças e batuques, a sua entrada no panorama social do Brasil. Era a esse novo componente humano, integrado à estrutura econômica da colônia no papel de trabalhador braçal, que caberia a missão de realizar a síntese cultural mais original na esfera da criação popular.



1 — O padre Fernão Cardim, em sua *Narrativa Epistolar De Uma Viagem E Missão Jesuítica (in Tratados da Terra e Gente do Brasil, Companhia Editora Nacional, Brasileira, Vol. 168)*, contando os episódios da missão do

## JOSÉ RAMOS TINHORÃO

padre Cristóvão Gouveia através do Brasil, de 1583 a 1590, escrevia sobre as aldeias da Bahia: «Em todas estas três aldeias há escola de ler e escrever, aonde os padres ensinam os meninos índios; e alguns mais hábeis também ensinam a contar, cantar e tanger; tudo tomam bem, e há já muitos que tangerem frutas, violas, cravo, e oficiam missas em canto d'Órgão, cousas que os pais estimam muito» (ob. cit., 2ª edição, 1939, pág. 278).

- 2 — Os primeiros seis jesuítas destinados à catequese dos índios chegaram à Bahia a 29 de março de 1549 com o primeiro governador geral Tome de Sousa. Eram eles, além do próprio Manuel da Nóbrega, os padres Aspilcueta Navarro, Leonardo Nunes, Antônio Pires e os irmãos Diogo e Jácome.
- 3 — Carta ao padre Simão Rodrigues, in *Cartas do Brasil* (1549-1560), Edição da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1931
- 4 — Fernão Cardim, ob. cit., pág. 146.
- 5 — Em seu *Estudos de Folclore*, editado pela Casa Carlos Wehrs & Cia., do Rio de Janeiro, em 1934, Luciano Gallet sustentou a tese de que, ao contato com a cultura trazida pelos jesuítas, «a música do índio desaparecia, porque era calculadamente substituída por outra» (pág. 40). Um dos musicólogos (e, por sinal, também músico) que pretenderam contrariar esse parecer foi Flausino Rodrigues Vale, contemporâneo de Gallet e autor do importante livrinho *Elementos de Folk-Lore Musical Brasileiro* (Companhia Editora Nacional, Brasileira, Vol. 57, 1936). Às págs. 34 e 35 argumentava Flausino Vale: «De feito, a *prima facie*, tem-se a impressão que a música do índio desaparece ao contato com o mundo civilizado. Mas, na verdade, o que desaparece é o uso de seus instrumentos rústicos, substituídos por outros de maiores recursos; são as suas festas e cerimônias e, por conseguinte, os velhos trechos musicais que as acompanhavam; o espírito musical, porém, o caráter sonoro indígena, este perdura; vale dizer: a essência de sua música não morre. De maneira que qualquer descendente de incolas, qualquer de nós em cujas veias circula uma porção de sangue indígena, possui nas camadas subterrâneas da alma, as estratificações da música nativa.» Outro autor que chegou mesmo a desenvolver esse contra-argumento à tese de Gallet foi o professor e ex-intérprete de canções brasileiras Silvio Salema Garção Ribeiro. À pág. 4 de um pequeno trabalho mimeografado, sob o título *Origens do Samba (Pesquisas Folclóricas)*, Rio de Janeiro, 1953, Silvio Salema depois de reivindicar origens indígenas para a palavra samba e para o feitiço denominado canjerê, escreve referindo-se à influência do índio: «Pergunto a mim mesmo, por quê não teve influência na música, pois se em tudo mais está representado? Em nossos dias encontramos inúmeras pessoas descendentes quase diretos dessas três raças: citarei alguns músicos, que são nossos conhecidos: João Teixeira Guimarães, ou melhor, João Pernambuco, é filho de índio caeté e cabocla, filha de índio e português. Augusto Calheiros (Patativa do Norte) é descendente por parte de pai, de espanhol e cabocla, e, por parte de mãe, africana, angolense, e caboclo da tribo dos Tapajós. Homero Dornelas, autor de «Na Pavuna» e outras músicas; seu pai, Sofonias Dornelas, era filho pelo lado materno de um mestiço de aborígene-africano, e materno, inglês-português, Sofonias Dornelas natural de Pernambuco, era casado com uma curitibana, branca e loira. Antônio Maria dos Passos era neto de cabocla com francês.» Tal tipo de contestação, como se verifica, é insustentável: admitir os argumentos de Flausino Vale e de Silvio Salema equivaleria a deslocar o estudo da cultura — que é inequivocamente histórico — para o campo da genética.

## A DECULTURAÇÃO DA MÚSICA INDÍGENA BRASILEIRA

- 6 — Simão de Vasconcelos, *Vida Do Venerável Padre José De Anchieta*, Instituto Nacional do Livro, Biblioteca Popular Brasileira III, dois volumes, Rio de Janeiro, 1943. A citação é do Vol. I, pág. 171.
- 7 — Em sua *Vida do Venerável Padre José De Anchieta* já citada o padre Simão de Vasconcelos dá uma excelente idéia do estágio histórico dos índios brasileiros na primeira metade do século XVI ao escrever (ob. cit., Vol. I, pág. 21): «As mais das nações não tem morada certa, vivem uns pelos montes, outros pelos campos, outros pelas brenhas, vagabundos, ora em uma, ora em outra parte, segundo os tempos do ano, e ocasião de suas comédias, caças e pescas. É gente paupérrima, a terra lhe serve de mesa: as iguarias pendem de seu arco, e nestes são destruíssimos; suas grandes riquezas vêm a ser uma rede, um patiguá, um pote, um cabaço, uma cuia, um cão.»
- 8 — Henrique Gandelmann, *História Do Brasil*, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 108, volume 162, Rio de Janeiro, 1931, pág. 99.
- 9 — Simão de Vasconcelos, ob. cit.
- 10 — Quirício Caxa, *Vida E Morte Do Padre José Do Anchieta*, Prefeitura do Distrito Federal (Rio de Janeiro), Secretaria Geral de Cultura, Coleção Cidade do Rio de Janeiro, Vol. 5, s/d, pág. 50.
- 11 — Simão de Vasconcelos, ob. cit., Vol. I, pág. 34.
- 12 — Pelo menos duas dessas cantigas foram traduzidas para o português pela tupinóloga da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, M. L. de Paula Martins, e publicadas nos números 72 (1940) e 79 (1941) da *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*. A disposição dos versos dessas cantigas revela até graficamente, pela mistura de setessílabos e tetrassílabos,, tratar-se claramente de letras para canções. O texto das *Cântigas el Sin Ventura* — conforme a grafia de Anchieta — encerra teor quase didático, do ponto de vista da catequese, mas sem esquecer a atração da figura do *añanga*, o demônio tão popular entre os indígenas. Por sinal, ao chegarem em 1583 a aldeia de índios catequisados de Espírito Santo (hoje cidade de Abrantes, na Bahia), o padre Fernão Cardim, além de assistir a execução, pelos índios, de «uma dança d'escudos à portuguesa», pôde descrever as evoluções de um anhangá a quem — escrevia — «fazem os índios muita festa por causa da sua formosura e trejeitos que faz.» Ao que acrescentava: «Em todas as suas festas metem algum diabo, para ser delas bem celebradas.»
- 13 — Quirício Caxa, ob. cit., pág. 50.
- 14 — Apud Fernando Mendes de Almeida, *O Folclore nas Ordenações do Reino (Contribuição Jurídico-Sociológica Para o Estudo da Formação de Muitos dos Nossos Costumes)*, in: *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. Ano V, Vol. 1939, pág. 65.*
- 15 — Essa enumeração de irregularidades está no título 2º do Livro III da Constituição do Bispado do Porto, que em 1534 resolvia intervir com suas proibições por não ser «decente interromper o santo sacrificio da missa, e deixar cantar o que a igreja nele tem indicado se cante para intrometer nela chonso-netas, e vihancicos, e ainda que sejam pios e devotos.» Apud Fernando Mendes de Almeida, Op. Cit, pág. 66.
- 16 — Todos os historiadores do teatro brasileiro, amparados na declaração do padre Serafim Leite de que a recomendação de Anchieta, no sentido da realização do auto de Natal, aparece referida numa carta escrita por Nóbrega 18 anos depois de sua chegada ao Brasil, atribuem a data de 1567 para a estréia do *Auto Da Pregação Universal*. Acontece, porém, que o padre Quirício Caxa,

falando da apresentação do auto em São Vicente, aponta-o como «já representado em Piratininga», o que exclui essa data: a partir de 1565 a ação de Anchieta passa ao Rio de Janeiro e a Bahia, para onde parte nesse mesmo ano de 1565 a fim de receber ordens sacras. Em 1567 Anchieta não teria condições para ir dirigir a representação do seu auto em Piratininga ou São Vicente: ele voltara da Bahia a 18 de janeiro desse ano para o Rio de Janeiro em companhia do terceiro governador geral do Brasil, Mem de Sá, e devia tomar parte na grande investida contra os franceses fundadores da França Antártica e seus aliados índios tamoios. É verdade que ainda nesse primeiro semestre de 1567, Anchieta e Nóbrega viajariam juntos a São Vicente (julho), mas com tempo apenas de promover a mudança do colégio da Companhia daquela cidade para a que Mem de Sá estava edificando no Rio de Janeiro, a uma légua do primitivo arraial fronteiro ao Morro Cara de Cão. Em sua biografia de Anchieta o padre Simão de Vasconcelos refere-se à volta de Anchieta a São Vicente para desempenhar o cargo de «reitor do colégio, que inda não tinha este título» sem poder precisar a data, mas escrevendo — «conjeturo que no ano de 1569.» Aí ficaria José de Anchieta até 1573, quando volta ao Rio de Janeiro como reitor, o que permite uma suposição: como há duas notícias de representações do *Auto Da Pregação Universal*, uma primeira em Piratininga, outra posterior em São Vicente, aquela teria ocorrido em 1564 ou 1565, esta durante o novo período de Anchieta no litoral paulista, ou seja, entre 1569 e 1573.

- 17 — Não apenas com esse auto que Anchieta revelou o caráter aberto das suas criações. Em sua tradução do auto intitulado *Na Festa De São Lourenço*, a então chefe da Seção de Documentação Lingüística do Museu Paulista, Maria de Lourdes de Paula Martins, que teve à vista fotos dos manuscritos de Anchieta ainda conservados nos arquivos da Companhia de Jesus em Roma, provou que os versos da segunda parte dos cadernos eram uma simples adaptação daquele auto, para aproveitamento em outra oportunidade — o Natal, e provavelmente em outro local. Veja nota número 19.
- 18 — Guilherme de Melo, *A Música No Brasil* ■— *Desde os Tempos Coloniais Até o Primeiro Decênio Da República*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1947, 2ª edição, pág. 26.
- 19 — Melo Morais Filho chamou o auto *O Mistério De Jesus*, mas o nome é arbitrário. Segundo Maria de Lourdes de Paula Martins em *Auto Representado Na Festa De São Lourenço* (Museu Paulista, Boletim I, Documentação Lingüística, 1, Ano 1, São Paulo, 1948), o auto citado por Melo Morais Filho é a variante que aparece nos cadernos de Anchieta sem título, da página 135 à página 144. Como o texto, porém, faz referência ao Natal, M. L. de Paula Martins, baseada no título que Anchieta deu ao primeiro — *Na Festa De São Lourenço* propõe judiciosamente o título *2Va Festa Do Natal*. E considerando que a representação daquele primeiro auto teria sido em 1583, quando «Anchieta aparece admitindo à comunhão os índios de São Lourenço», o ano da representação da variante seria o de 1584, pois há referência expressa de Fernão Cardim às festividades com que foi recebido pelo Natal daquele ano na capitania do Espírito Santo o padre visitador Cristóvão Gouveia.
- 20 — Melo Morais Filho, *Pátria Selvagem* — *Os Escravos Vermelhos*, Rio de Janeiro, Editores Faro & Lino, s/d. A mesma descrição é feita ainda pelo autor em seu estudo *O Teatro de Anchieta*, publicado às págs. 142-148 da revista do *Arquivo Do Distrito Federal* (Rio de Janeiro), 4º ano, janeiro de 1897.
- 21 — Fernão Cardim, ob. cit., pág. 254.
- 22 — Fernão Cardim, ob. cit., pág. 254.

## A DECULTURAÇÃO DA MÚSICA INDÍGENA BRASILEIRA

- 23 — Um acontecimento da vida do próprio padre Anchieta, embora de forma alegórica, serve hoje para exemplificar o tipo de destruição cultural bem intencionada promovida pelos jesuítas, certos de estarem com sua intervenção favorecendo não a morte, mas a salvação daqueles a quem aniquilavam. Tendo em 1567 o governador do Rio de Janeiro, Mem de Sá, condenado a morte o protestante João Bolés, que se deixara ficar no Brasil com três companheiros, após a derrota de Villegaignon, o padre José de Anchieta obteve prorrogação do prazo da execução para tentar convertê-lo ao catolicismo antes de morrer. Segundo Simão de Vasconcelos, Anchieta conseguiu, afinal, com que Boles abjurasse da sua heresia, ficando pronto para morrer na fé católica. Chegando o momento da execução, porém, como o carrasco, «pouco destro no ofício, detinha o penitente no tormento demasiadamente...» o padre Anchieta, receando que a demora fizesse João Boles voltar atrás na sua conversão, «entrou em zelo, repreendendo o algoz e instruiu-o êle mesmo como havia de fazer o seu ofício com a brevidade desejada.» Para que vivesse a fé, era preciso, pois, segundo Anchieta, que morresse o antigo hereje. No plano das relações dos jesuítas com os indígenas, para que triunfasse a cultura européia era também preciso que morresse a dos índios. E foi o que aconteceu.
- 24 — Fernão Cardim, ob. cit., págs. 267 e 305.
- 25 — Fernão Cardim, ob. cit., pág. 305. Os autores que citam as passagens do livro de Fernão Cardim referentes ao Irmão Barnabé Telo não esclarecem o verdadeiro tipo de berimbau que o jesuíta tocava, deixando supor ao leitor atual que seria o berimbau «de barriga», ou seja, o de arco e cuia, bastante conhecido hoje como instrumento de ritmo para capoeira. No entanto — e embora Fernão Cardim, de fato, não esclareça esse ponto — é certo que o irmão Barnabé tocava o chamado berimbau de boca, tão popular em Portugal que chegou a originar o dito — «pensas que berimbau é gaita?» — e que muitas vezes ainda é seguido da explicação bem humorada: «não é não; é um ferrinho que se lhe toca». De fato, o berimbau de boca era um ferrinho recurvo que se introduzia na boca e se prendia com os dentes, fazendo vibrar com os dedos a ponta de uma lingueta de aço cuja colocação, coincidia com o centro dos lábios.
- 26 — Fernão Cardim, ob. cit., pág. 307.
- 27 — Couto de Magalhães, conferência *Anchieta, As Raças e Línguas Indígenas*, in *O Selvagem*, Livraria Magalhães, Rio de Janeiro, págs. 267 a 304. O sítio do general Couto de Magalhães em São Paulo era na estrada de Santo Amaro, antiga região de matas e campinas que, em 1876, contava com pouco mais de dez ruas. O chefe indígena Caa-Ubi, a que se refere Couto de Magalhães, dividia a liderança dos índios guaianases com o famoso Tibiriça, e de fato se fixou na primeira metade do século XVI no aldeamento fundado em 1560 pelos jesuítas naquela área, ainda conhecida só por Ibirapuera.
- 28 — A conclusão, em parte baseada em estudos musicais de Luís Heitor sobre a música do cateretê, é do folclorista Dalmo Belfort de Matos, de São Paulo, no estudo intitulado *O Cateretê*, publicado no *Boletim Latino Americano de Música*, Rio de Janeiro, tomo VI, de abril de 1946, da pág. 193 a 212.
- 29 — Couto de Magalhães, ob. cit., pág. 293.
- 30 — Couto de Magalhães, ob. cit., pág. 162.
- 31 — As crônicas a que se refere Couto de Magalhães só podem ser a *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil; e do que obrarão seus filhos nesta parte do Mundo*, publicada em Lisboa em 1563. Não consultamos essa *Chronica*

## **JOSÉ RAMOS TINHORÃO**

para identificar a passagem citada por Couto de Magalhães, mas a acreditar em sua exatidão, ela vale por um documento: seria o único texto do século **XVII** até agora conhecido em que um cronista se refere expressamente à existência de uma dança com o nome de cateretê.

32 — Couto de Magalhães, ob. cit., pág. 300.

33 — Couto de Magalhães, ob. cit., pág. 162.

34 — Luciano Gallet, ob. cit., pág. 45.

**Letras**

## Sobre Mário de Alencar, no seu Centenário

ALPHONSUS DE GUIMARAENS FILHO

O nome de Mário de Alencar tem para mim uma ressonância que vem de muito longe. Ainda pequeno li a sua novela *O que tinha de ser*. .. Não muito depois, *Alguns Escritos e Versos*. O autor enviara os livros a meu pai com quem se correspondia. Da novela diz Lúcia Miguel-Pereira, em sua *História da Literatura Brasileira. Prosa de Ficção (De 1870 a 1920)* que, revelando influência de Machado de Assis, é a narrativa séria e limpa de uma desventura doméstica, no sentido fatalista. Para acentuar: «Tanto neste como em seu volume de contos, ele fica entretanto à margem dos sucessos, não ousando penetrar-lhes no âmago.

Não conheço o seu livro de contos. Quero me deter um pouco na figura humana que foi Mário de Alencar, valendo-me sobretudo de *Alguns Escritos*, que me parece conter muitas páginas capazes de definir com precisão esse fino espírito, sensível temperamento.

A influência de Machado de Assis adveio de certa identificação, ambos os escritores discretos e tímidos. Mas não apenas desta circunstância: de outra, muito importante, que foi o convívio que Mário de Alencar pôde ter com o mestre de *Dom Casmurro*. É só ler o epis-tolário de Machado de Assis na sua *Obra Completa* (Editor Aguilar, Rio, 1959, 3.º volume) para verificar que a amizade dos dois, vinda de longe, ainda mais se fortaleceu nos últimos dias de vida de Machado

## ALPHONSUS DE GUIMARAENS

de Assis, quando, já viúvo, na sua casa de Cosme Velho, se voltou ainda mais para o amigo moço para com ele se abrir em confidencias que lhe aliviassem um pouco a solidão.

A nota introdutória, dirigida ao leitor, de *Alguns Escritos*, termina assim, depois de Mário de Alencar ter dito que lhe agradava ver juntos aqueles escritos: «Ao leitor fica o direito de achar o contrário, e nem por isso hei de querer-lhe mal.» Frase que soa como nitidamente machadiana. Mas sejamos justos: a influência não é de molde a prejudicar o livro. Se o estilo é sóbrio e contido, se a construção da frase faz lembrar, aqui e ali, o mestre que o autor tanto admirava, não se pode deixar de dizer que há muito de Mário de Alencar nessas páginas.

Abre o volume o seu discurso de posse na Academia Brasileira. Logo adiante, nas excelentes e tocantes páginas de saudade em que nos fala da doença e do passamento de Machado de Assis, descreve sua hesitação para aceitar a idéia de ser candidato. «Tendo assistido aos preliminares da fundação da Academia, não me ocorrera nem o desejo nem a idéia de associar-me a ela. Resolvida a fundação, propositadamente me ausentei do escritório da *Revista Brasileira*, onde se reuniam os fundadores, e não estranhei, não demorei o espírito um momento em notar que não se tivessem lembrado de mim. Julgava-me, como ainda hoje, um aprendiz de literatura, com muitas esperanças, a cada passo abaladas e quase desfeitas pela dúvida de mim mesmo. A responsabilidade individual me era já pesada; e o meu amor próprio sofria da desproporção dos meus esforços com a minha escassa produção, fragmentada, interrompida e imperfeita.» E numa afirmação muito sua: «A minha atitude não denunciava o interesse de aproveitar a simpatia pessoal, que me dispensavam quase todos os acadêmicos.»

Narra a seguir como, a instâncias de Machado, acabou acedendo em candidatar-se. E é a figura do pai que evocará quase ao final: «A vossa companhia é uma segurança contra o desalento. Não tive outra inspiração quando vim pedir-vos este lugar; nem me iludiu a significação da vossa bondade, acolhendo-me sem medir o contraste entre mim e aquele morto ilustre. ( \* ) Quisestes, admitindo-me, ter a vosso lado um representante do nome de José de Alencar; não vieis em mim o continuador do talento do grande romancista, mas vistes que eu tinha e prezava o gosto das letras e a seriedade, do cultivo delas, e pareceu-vos que não era indigno da Academia prestar homenagem à memória de um escritor brasileiro animando-lhe o filho no sincero esforço e na nobre ambição de servir à sua pátria, à sua língua e ao seu próprio ideal.» Não se esquecerá ainda de dizer: «Tomando posse desta cadeira, sinto-me orgulhoso de pertencer a uma instituição a cujos destinos preside a glória, pura e imorredoura, de Machado de Assis.»

\* José do Patrocínio, a quem sucedia.

## SOBRE MÁRIO DE ALENCAR, NO SEU CENTENÁRIO

A vossa companhia é uma segurança contra o desalento. .. Frase que não destoa de outras, a revelar a dose de pessimismo que ele deixou nas suas páginas em prosa e verso. Percorrendo *Alguns Escritos* podemos sentir, muita vez, o seu desencanto.

Era, sim, um delicado, tanto quanto um tímido. Delicadeza e timidez que ele revela na maneira como narra o que foi a sua aproximação de Machado de Assis. Mostrou-lhe um dia uns versos; o mestre animou-o. «Foi esta feição do homem, mais do que o valor do escritor, que gerou a minha simpatia e respeito. Mais tarde, com o amadurecer da razão, entrei a recear-lhe o julgamento, apesar das suas maneiras delicadas e confiantes, e esquivava-me aos encontros a sós com ele como quem tem a perder em ser ouvido. Admirava o escritor e temia-lhe a observação. Gostava de vê-lo e ouvi-lo nas palestras da *Revista Brasileira*, mas nunca me animei a pedir-lhe intimidade. Esta foi ele que me deu, afetuosa e completa, inalterada até a sua morte.» (pág. 34). «Essa afeição surpreendia-me às vezes, como em regra me surpreendem todas as afeições que tenho a ventura de merecer. Analiso-as, busco-lhes a razão de origem, não acho em mim qualidades que a valham, e acabo sempre receando perdê-las, porque as tenho como mera generosidade de bons corações iludidos por impressão passageira. A que ele me tinha, cheguei a concluir que nascera da afinidade do meu temperamento com o seu na feição principal da timidez doentia.» (pág. 39) .

Múcio Leão rendeu-lhe, em 18-1-1942 (vol. II, n.º 2), expressiva homenagem em seus «Autores & Livros», suplemento literário de «A Manhã». Nesse número consagrado a Mário de Alencar lê-se que nasceu no Rio de Janeiro em 30 de janeiro de 1872 e na mesma cidade morreu a 8 de dezembro de 1925. Estudou no Colégio Pedro II; cursou Direito na Faculdade de São Paulo; como funcionário público, chegou a diretor da Biblioteca da Câmara dos Deputados. «Homem tímido e arredio (diz a nota de abertura) Mário de Alencar nunca quis estar no primeiro plano, na vida pública. Limitou suas atividades à vida do pensamento, à sua criação literária, e também à atividade burocrática, a que se devotou. ( . . . ) A obra que Mário de Alencar legou não é vasta, limitando-se a duas ou três coleções de versos e a meia dúzia de volumes de prosa. Mas, nesses poucos livros, encontramos um espírito gracioso, fino e polido, um artista perfeito, perfeitamente senhor de sua arte, um claro poeta, um sugestivo evocador de figuras e almas.»

Reproduz-se um estudo seu sobre Raimundo Correia e Guimarães Passos. A respeito de Raimundo Correia, daria o seu testemunho: «Eu nunca o vi triste; sério, sim, grave, concentrado às vezes, mas quase sempre alegre: não chocarreiro, não de risos largos, porém, ingenuamente, espiritualmente alegre. Vede os títulos dos seus livros: *Primeiros sonhos*, *Sinfonias*, *Versos e Versões* e *Aleluias*; reparai dentre

## ALPHONSUS DE GUIMARAENS

as suas poesias, em quantas vibram de prazer e gozo alto. (...) Sem embargo de um nervosismo agudo, era espontaneamente jovial no trato dos amigos.» Está esboçado aí o retrato moral desse também esquivo Raimundo Correia, em certos aspectos seu irmão no temperamento. Lê-se ainda o estudo sobre seu pai, que serviu de introdução às Páginas Escolhidas, de José Alencar, edição Garnier. Equilibrado, penetrante estudo em que examina com sobriedade tanto o homem como o escritor.

Há ainda no suplemento, vários trabalhos em louvor de Mário de Alencar. Um deles, com o título bem expressivo de «Alma pura», é de Tristão de Ataíde, que nos dirá: «Porque tinha Mário de Alencar esse dom admirável de compreender, de ser permeável, de se deixar penetrar pelas almas alheias que é tão raro de se encontrar e que foi um dos segredos da sedução que ele sempre exerceu sobre todos. (...) Mário de Alencar foi um desses que conservou intacta a sua verdade íntima. Nele nunca o homem de letras sacrificou o homem. Não chegou a criar essa segunda natureza a que o hábito de viver na fantasia leva tantas vezes os artistas. Não. Nunca. Conservou-se sempre bom, carinhoso, simples. Amando acima de tudo a bondade de coração, a sinceridade dos sentimentos espontâneos que nenhum grau de genialidade supera.» O depoimento de Jackson de Figueiredo impressiona: «Deus foi, para Mário de Alencar, não um dado teórico, mas uma conquista da experiência ascética, pois não há quase exagero em dizer-se que, chefe de família, burocrata, em trato contínuo com homens os mais diversos, ele foi um verdadeiro asceta, e não só na feição interior da sua vida. Ele poderia repetir a palavra de Taulere a quem lhe perguntava onde tinha achado Deus: «No lugar onde esqueci de mim mesmo.» Austregésilo de Athayde o verá assim: «a admiração que Mário mostrou pelos dois grandes brasileiros José de Alencar e Machado de Assis, a ambos ligado pela inteligência e pelo amor, fizera talvez dele tímido e místico, místico pela submissão quase religiosa às duas personalidades, tímido porque via nos dois vultos a perfeição intelectual que ele ferventemente ambicionava. (...) Por tudo se torturava o nosso aristocrático companheiro e arrastava um manto de sofreres nervosos que o tornavam desanimado para os sucedimentos da vida.»

Num artigo, «A poesia rara de Mário de Alencar», também transcrito em «Autores & Livros», Olavo Bilac registrará que «quem lê o seu livro, encontra nele a revelação de um espírito suave, incapaz de orgulho, sensível em extremo às hostilidades da vida, facilmente impressionável, facilmente exposto a ser ferido de hora em hora. (...) Quem lê o livro de Mário de Alencar tem a sensação de haver encontrado uma alma triste e boa, de rara sensibilidade artística e humana.»

«Autores & Livros» se ocupa do poeta, transcreve alguns dos seus mais expressivos poemas. Creio que entre eles está «Depois de ler

## SOBRE MÁRIO DE ALENCAR, NO SEU CENTENÁRIO

a Ode I de Horácio», a revelar-nos o seu estilo e a sua compreensão da vida:

Nem tudo, sábio Horácio, a que aspiravas  
E a Mecenas pedias, é que aspiro. A mim basta-me um  
plácido retiro, Entre árvores ao pé da água corrente.  
Ouvindo a voz das musas que invocavas. Com isso  
apenas viverei contente.

Longe da turba inquieta que aborreço, Nem teria  
ambições, nem cuidaria De haver glórias da terra.  
Na poesia É o grande prêmio dela o vago sonho Com  
que eu, vivendo embora, a vida esqueço E num  
mundo melhor viver suponho.

Tão alto não irei no imenso espaço, Que toque os  
astros como tu, amigo. Mas sei que astros e céus  
tenho comigo Enquanto com estes sonhos bons me  
iludo: E como as aves cantam, versos faço. Isso —  
que vale o mais? — vale-me tudo.

É a mesma sobriedade que tem na sua linguagem de prosador. Seu poema mais conhecido será talvez «Marinha», cuja estrofe inicial nos fala que

Sopra o terral. A noite é calma e faz luar.  
Intercandente Soa na praia  
mansamente A voz do mar.

Traduziu «Os sinos» de Poë e deixou inéditos uns versos que parecem exprimir melhor que quaisquer outros a sua angústia:

Ó coração, bates tão forte!  
E tão depressa!  
Mais devagar!  
Mais devagar, ou antes cessa Subitamente,  
de pulsar. Mas não me estejas lembrando  
A morte, a morte, a morte, a morte, Como  
um badalo badalando  
Dentro de mim A  
morte, a morte, a morte, a morte, Com a voz  
instante, a todo instante  
Soando assim!

## ALPHONSUS DE GUIMARAENS

O poema prossegue no mesmo ritmo intenso, por assim dizer galopante.

Havia nesse escritor um espírito fino e sensível. Daí ter sido o amigo que ele foi. O amigo que foi, por exemplo, de Alphonsus de Guimaraens. Não compreendendo nem aceitando o simbolismo, tentou fazer com que meu pai chegasse a igual conclusão. Numa carta lhe dizia que não gostava de dois sonetos, porque «parecem-me insinceros, artificiais. Versos de escola literária, que se conhecem pelas feições de família com os de França e Portugal. Seria preciso eliminar da tua poesia os *lirios, cidos e martírios*».

João Alphonsus, em nota incluída à pág. 681 da *Obra Completa* de Alphonsus de Guimaraens, dirá que «o próprio Alphonsus, (...) lembrando a sua amizade a Mário de Alencar, acentuou que fora rareando a correspondência entre eles porque nas cartas Mário se pusera a repetir um apelo para que o Poeta não se entregasse a prejuízos e exageros do simbolismos. . . » E isso em conversa com ele, João. Mas Mário de Alencar, se não era, pelas próprias tendências e predisposições do espírito, alguém capaz de apreender a lição inovadora do simbolismo, já que a sua poesia difere de todo da de Alphonsus como de qualquer outro cultor da escola a que este se filiou desde cedo, sabia, antes de tudo, ser amigo. Tanto que, numa demonstração da sua gentileza, foi ele quem se encarregou de tratar e acompanhar, dedicadamente, no Rio, as edições do *Setenário das Dores de Nossa Senhora e Dona Mística*, na Tipografia Leuzinger, tal como informa João Alphonsus na citada nota.

Mário de Alencar: um espírito e uma sensibilidade em que havia sobretudo, e de sobejo, o dom de querer bem e de admirar.

## José Lins do Rego, Eterno Menino e os Quarenta Anos do Menino de Engenho

EDILBERTO COUTINHO

A compreensão e interpretação da obra de José Lins do Rêgo dependem, em grande parte, do conhecimento de sua infância, a um tempo livre e atormentada, que decorreu — como ele próprio conta — numa tríplice angústia: tormento de saúde, ausência da mãe e destemperos de sexo.

Desses conflitos advindos dos amargos verdes anos — sugere seu amigo, o médico e escritor Peregrino Júnior — resultaram múltiplos e estranhos medos: medo de doença, medo da morte, medo do fim do mundo, medo da solidão, além de exaltado erotismo. E como soma e expressão remota de tais vivências, esta síntese paradoxal: amor da vida, amor das criaturas, amor do amor.

Antecipando-se a seus mais insignes críticos e estudiosos foi o próprio José Lins do Rego — no prefácio ao livro de memórias *Meus Verdes Anos*, — quem ofereceu a chave para melhor compreensão de sua obra, quando disse que se alimentou das substâncias de sua infância.

José Lins do Rego Cavalcanti nasceu a 3 de junho de 1901, no engenho Corredor, município de Pilar, Estado da Paraíba, filho de João do Rego Cavalcanti e de Amélia do Rego Cavalcanti. Morre-lhe a mãe, no ano de seu nascimento, e o pai vai viver longe, em outro engenho. Fica no engenho do avô materno, sob os cuidados de uma tia, substituta dedicada a cujas saias vive pregado. Mas, já demons-

## EDILBERTO COUTINHO

trando o seu caráter complexo, contraditório, por vezes acompanha os moleques livres na bagaceira, os primos nos banhos de rio e noutras aventuras. E assim o "sinhozinho" — às vezes afoito, outras tímido, retraído — vai encontrar nas histórias ouvidas das negras velhas do engenho, na língua solta do povo, na contemplação encantada da natureza e dos acontecimentos — alegres ou trágicos, desses primeiros anos — o lastro fundamental para sua obra de romancista da memória. "É o nosso Proust", dele diria a Blaise Cendrars, em Paris, o afrancesado Paulo Prado; dando a ler, ao escritor francês, "um jovem escritor brasileiro que encontrou o tempo perdido", então um moço que tomava posição polêmica, participante e contribuidora na renovação do pensamento e do romance, no Brasil, com a publicação de seu *Menino de Engenho*, em 1932.

Em 1909, aos oito anos, sofre uma espécie de segunda orfandade, com a morte da tia, sendo internado numa escola de Itabaiana, Paraíba. É o internato Nossa Senhora do Carmo, que aparece transfigurado no romance *Doidinho* como o colégio do professor Maciel. Dura três anos esse internamento, que deixaria marcas profundas no "menino enjeitado" que se sentiria sempre. Transfere-se para a capital do Estado da Paraíba, onde cursa o Colégio Diocesano Pio X, em cuja Arcádia faz conferência sobre Oliveira Lima e publica artigo sobre Joaquim Nabuco na Revista Pio X. São antecipações do escritor e do pensador, já voltado para temas relativos à sua terra e à sua gente, começando a demonstrar — no estudo de obras alheias — o amor [ terra e ao homem do Nordeste, o interesse e culto pelas tradições, além da atração pela nova linguagem, por vezes pouco burilada, e que procurou aproximar-se da língua falada, mais rural que urbana, características fundamentais da obra que o projetaria como um dos principais romancistas do Nordeste.

Depois de 1915, para José Lins do Rego é a descoberta do Recife, ainda hoje não apenas capital de Estado, mas metrópole de toda a região nordestina, com passagens pelo Instituto Carneiro Leão e Ginásio Pernambucano, ingresso na Faculdade de Direito, leituras desordenadas, farras, os chamados desregramentos de toda ordem, na cidade que então se oferecia às suas descobertas de adolescente inquieto. As férias, passava-as quase sempre no engenho do avô, cuja figura se finca em sua memória.

Rapaz "perdido", a si mesmo se chamaria ao evocar aquela vida de estudante e boêmio no Recife, a gritar pelos corredores da vetusta Faculdade de Direito, a cantar em voz alta e desafinada árias das ope-retas da moda, já com o hábito de botar apelido — que nunca abandonaria e lhe valeu não poucas antipatias — e fazendo-se o terror das arruaças de rua, péssimo aluno do Dr. Amazonas e bacharel de 1923, que não entrou no quadro de formatura porque consumiu em cerveja num botequim da Rua Santo Amaro as verbas que o avô lhe mandara.

## JOSÉ LINS DO REGO, ETERNO MENINO

"Muito ouvi falar a respeito de vossa vida de estudante no Recife", disse-lhe Austregésilo de Athayde, em resposta ao seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, "naquela mesma escola onde se formaram os bacharéis dos vossos romances. Nem sequer sabíeis bem onde eram as salas de aula e a muitos dos professores só de nome conhecíeis."

Não era por certo — e isto também assinalou Athayde, que pouco depois assistiria estarecido ao discurso que foi o mais contrário às boas regras e às boas maneiras acadêmicas que se ouviu na Academia Brasileira de Letras — nada mais daquele menino asmático, criado junto às saias da tia, com o mimo das negras do engenho e que, quase sempre, ficava invejando de longe os outros meninos tomarem banho de rio, correrem no lombo dos cavalos em pelo e pintarem as diabruras perigosas dos garotos do sertão.

O ano de 1923 assinala, para José Lins do Rego, um episódio bem mais importante do que a formatura na Faculdade de Direito do Recife. Conheceu Gilberto Freyre. "Foi numa tarde do Recife, do nosso querido Recife, que nos encontramos" — escreveu Zé Lins, no prefácio a *Região e Tradição*, de Gilberto — e de lá para cá a minha vida foi outra, foram outras as minhas preocupações, outros os meus planos, as minhas leituras, os meus entusiasmos. Pode parecer um romance, mas foi tudo da realidade".

José Lins achou que tudo, nele — o jeito de viver desregrado, os assuntos, a vida de rapaz demasiado desenvolvido — seria para desagradar ao jovem "scholar", ao Freyre que estivera em Oxford, depois de formado em Columbia. No entanto, fizeram-se grandes amigos, logo ao se conhecerem numa esquina do Café Lafaiete. O Recife então começava a se descaracterizar, perdendo alguns de seus melhores encantos. "Estávamos no Brasil de depois da guerra" — é a voz evocadora de José Lins do Rego — "com o açúcar de Pernambuco em elevação, um governo novo abrindo avenidas, um higienista pondo problemas de saúde em foco, uma prefeito medíocre borrando de feio a bela cidade do Capibaribe. O Recife em plena inflação de mau gosto. Conheci Gilberto Freyre nessa época de prosperidade e estupidez".

Por esse tempo, o futuro autor de *Menino de Engenho* era um jornalista de oposição, exaltado pelo panfleto político e que, em literatura não fora além de alguns franceses e de Eça de Queirós, embora escrevesse por instinto crônicas e contos em que Gilberto Freyre encontrou algum interesse. Gilberto Freyre lhe revela um outro mundo, o mundo das idéias, o mundo das artes, e lhe transmite o grande interesse pelo Brasil, pelo povo brasileiro pela vida brasileira nos seus mais Íntimos detalhes, tema que teria relevo dramático na sociologia de Gilberto, como nos romances de Zé Lins, obras — cada qual a seu modo — de

## EDILBERTO COUTINHO

denúncia e reivindicação social, sobretudo na fase heróica dos primeiros livros, que levou seus autores a serem incomodados pela Polícia Política daqueles anos.

Após quase dois anos de convivência diária com Gilberto Freyre, intensas leituras e profunda identificação espiritual com a cidade do Recife, Zé Lins parece subitamente querer dar um novo rumo à sua vida. Casa-se, em 1924, com D. Filomena — Naná — Marsa, filha do Senador Antônio Marsa, e deixa o Recife, indo exercer a magistratura em Manhuaçu, Minas Gerais, onde pouco se demora: o mau estudante de Direito não seria um bom Promotor Público. Na terra mineira, se entedia: o exercício profissional da Justiça não o seduz. Lê Proust, Thomas Hardy e assina a *Nouvelle Revue Française*, onde vai encontrar, num texto de Mistral, inspiração para as páginas iniciais do *Menino de Engenho*.

Desistindo dessa experiência em Minas Gerais, vai exercer a função de fiscal de bancos em Maceió, e na capital de Alagoas convive com — entre outros — os escritores Aurélio Buarque de Holanda, Rachel de Queirós, Jorge de Lima e Valdemar Cavalcanti, mantendo sempre contato com seus amigos pernambucanos, principalmente com Gilberto Freyre e com o crítico literário Olívio Montenegro.

O ensaísta e colunista literário Valdemar Cavalcanti disse considerar... "José Lins do Rego, um acontecimento na minha vida. Faz quase trinta anos" — Valdemar escreveu esse depoimento para "O Jornal", do Rio, de 12 de setembro de 1957, ou seja, no dia da morte de Zé Lins — "ele me apareceu em Maceió, fiscal de bancos, usando bengala, monóculo e costeletas. E, desde o primeiro contato, senti a força dominadora de sua personalidade. Escrevia, então, José Lins, radapés de crítica literária e pequenos artigos sobre os mais variados temas, despertando, nessa época, no meio pequeno, enorme reação pela agressividade de suas afirmativas e pontos de vista. Tivemos, desde então, a mais íntima convivência. Ao adolescente, que eu era, José Lins transmitiu, no cotidiano, lições de amor à Literatura. Vi-o madruggar lendo os seus livros franceses, que sempre foram a sua paixão. Vi-o escrever o primeiro borrão de livro, um ensaio sobre Gilberto Freyre, que foi depois rasgado e esquecido. Em seguida, houve a eclosão inesperada de *Menino de Engenho*. José Lins escreveu essa obra-prima no ritmo de sempre: todas as manhãs, punha seus garranchos em exatamente três páginas de um caderno de exercícios escolares. E, em seguida, íamos para uma velha praça abandonada da cidade, onde ele passava a ler o que fizera, às vezes aos gritos, espantando uma ou outra criança arisca que por ali andasse. Fui o datilógrafo" — prossegue Valdemar Cavalcanti — "dos seus primeiros livros, e foi por interferência minha que *Menino de Engenho* teve seu primeiro editor — Andersen Editores — de dois amigos meus."

## JOSE LINS DO REGO. ETERNO MENINO

José Lins do Rego pensou, inicialmente, em escrever uma biografia do avô, espécie de memórias de um senhor de engenho, visto pelo neto, e foi então que a veia romanesca traiu o ensaísta, superando em criatividade — valores mais poéticos e psicológicos do que sociológicos — o que deveria ser obra puramente documental de uma região e de uma época. Está nos seus legítimos caminhos, encontrou a vocação, a de romancista da memória. Sucedem-se os livros, em que o crítico Wilson Martins vê como uma constante "a busca do Superego, manifestada da mais variada maneira", através de seus personagens, ou do personagem típico de Zé Lins, que é por excelência o homem solitário, perdido no escuro entre dois mundos. Ele afirmou sempre a sua crença na literatura — e reafirmou no prefácio ao livro de ensaios *Gordos e Magros* — como "em coisa substancial à vida e essencial para a grandeza do homem". Na sua incapacidade entre "dois mundos", surpreende Wilson Martins a coerência do mundo mental do escritor, na colocação em sua obra do sexo como um tipo de "exercício místico, restaurador da vitalidade e terapêutica espiritual", criando Zé Lins um mundo interior que não pode na verdade ser dividido e classificado com rigor, com a sua coesão íntima, as suas leis próprias, e "governado por um sistema solar" — escreveu Wilson Martins — "cujo centro é a estrela negra da decadência."

Fundamentais, por certo, são certas constantes que podem ser observadas na obra de José Lins do Rego, desde o primeiro romance, *Menino de Engenho* — cujos quarenta anos de lançamento se comemora este ano — ao décimo segundo e último, *Cangaceiros*, de 1953. São as projeções do homem com seus complexos de "menino enjei-tado" — malgrado a grandeza e riqueza do avô — que o tempo jamais apagara — malgrado a grandeza e glória, ainda em vida, do escritor. Ao menino desajustado sucede um adulto complexo, figura humana das mais curiosas. Todos os amigos de José Lins do Rego o evocam com ternura, mas não deixam de apontar suas idiosincrasias. Aurélio Buarque de Holanda o descreve, já homem maduro, pai e avô, no Rio de Janeiro: com horror à solidão, levando os amigos para dormir em sua casa, e ele próprio dormindo um sono inquieto, cortado de terrores noturnos, e despertando os amigos de madrugada — "Acordem seus grandes *chantas*" (corruptela de chantagistas, adotada para uso pessoal) — mas homem generoso, cuja obra é toda um transbordamento de sede de justiça social, dentro do complexo econômico, ecológico e psicológico da vida dos bangüês, dos engenhos e das usinas, criando uma epopéia rural do Brasil — pobre, melancólica, dolorosa — como a própria vida infra-humana daquela sua gente que se move nos partidos de canas, nos engenhos, nas bagaceiras e até nas casas-grandes do Nordeste. O romancista se iluminou com a própria experiência pessoal: seus sofrimentos, suas angústias, as inquietações da carne e da alma, que o atormentavam,

#### EDILBERTO COUTINHO

seus desajustamentos, seus terrores e seus pecados, resultando tudo em última análise, numa espécie de sublimação a um tempo erótica e angélica; a sensualidade, o amor, a piedade, a incerteza, a paixão da liberdade e da justiça social.

"Vou ao futebol e sofro como um pobre-diabo." Nesta frase de José Lins do Rego, várias vezes repetida, está todo o seu brasileirismo, e mais, uma síntese de sua integração ao ambiente carioca e com o povo do Rio, porque a causa maior do seu "sofrimento" eram as campanhas do Flamengo, o time de torcida mais popular da cidade, o Mengo do Zé-Ninguém carioca, ao qual se filiou já insigne escritor. Envoltos na bandeira do Flamengo foi sepultado, aos 56 anos.

Foi eleito, a 15 de setembro de 1955, para a Academia Brasileira de Letras, tomando posse somente a 15 de dezembro de 1956 com um discurso de excepcional repercussão em que *não fez* o elogio de seu antecessor, Ataulfo de Paiva, de quem disse: "Chegou ao Supremo Tribunal Federal sem ter sido um juiz sábio, e à Academia sem nunca ter gostado de um poema".

Era o eterno menino de engenho, o doidinho, o homem espontâneo que não se traía, que ao vestir o fardão comprado com dinheiro dos contribuintes paraibanos oferecia-se através do seu discurso de posse em toda a autenticidade, sempre participando — ora errando, ora acertando — e nunca deixando de viver intensamente cada momento, como homem e como escritor. Oferecendo-se sempre vivo, vibrátil, vibrante, dando razão ao crítico Otto Maria Carpeaux, quando disse: "A obra de José Lins do Rego é mais, muito mais do que um documento sociológico; é qualquer coisa de vivo, porque o seu criador lhe deu o próprio sangue, encheu-a de seus gracejos e tristezas, risos e lágrimas, conversa, doenças, barulhos, disparates, e de sua grande sabedoria literária. Deu-lhe o hábito de vida. Essa obra não morre tão cedo. É eternamente jovem, como o povo; é eternamente triste, como o povo".

## **Ciências Humanas**

# José Bonifácio - Geólogo

GLYCON DE PAIVA

**E**M rigor o título deste trabalho deveria ser — *José Bonifácio — Montanista* permanecesse hoje o termo. Era designação antiga dos que faziam geologia, pesquisa, lavra, concentração e redução de minerais objetivando produzir metais úteis ao homem.

Para bem se compreender porque um jovem do fim do Século XVIII, caso de José Bonifácio, escolhera montanística como profissão cumpre lembrar certas circunstâncias da época. Essas foram pouco depois descritas por um funcionário do Governo Metropolitano no Brasil, Martim Francisco de Andrada, irmão de José Bonifácio, o qual aqui exercia o cargo de Intendente das Minas e Matas, em relatório oficial da inspeção que fez as catas de ouro de São Paulo e do Paraná, em 1803 e 1804. Essas viagens de Martim Francisco ocuparam-no:

a) de 26 de janeiro a 18 de maio de 1803, quando reconhece a região ocidental próxima da atual capital de São Paulo. Gastou 50 dias de viagem, ida e volta, percurso útil de 120 km até Porto Feliz, à margem esquerda do Rio Tietê. Regressou a São Paulo sobre o próprio caminho;

b) de 27 de novembro de 1803 a 8 de maio de 1804, 160 dias, quando excursionou o Paraná Central e de lá voltou para São Paulo.

Foram assim percorridos cerca de 1.700 Km a cavalo, à razão média de 2 léguas por dia. Reconheceu Martim Francisco uma longitudinal de 800 quilômetros em ambas as viagens. Utilizou caminhos

existentes; o das Monções ou *Cuiabanos*, de São Paulo a Porto Feliz; e o das *Mulas*, da Feira de Sorocaba até o Rio Grande do Sul.

Essencialmente, a missão que lhe encomendara o Governo Metropolitano era a de relatar a situação mineira em São Paulo e no Paraná, ouro e diamantes, principalmente.

A sugestão que fez das possibilidades de uma fábrica de ferro ao pé de Araçoiaba (Ipanema de hoje) tendo em vista a ocorrência, em mesmo território, de magnetita, carvão, madeira, potencial hidráulico e transporte, foi *a latere* da missão principal. Sabia que esse aproveitamento conduziria a despesas de investimento e a Economia como um todo se encontrava sob recesso crítico quase catastrófico.

Porque no Brasil o Século XVIII viveu esses dois minerais. Fomos, à época, o maior produtor mundial de ouro e de diamantes em meio a um Mundo ainda mercantilista. A imagem do Brasil El-Dorado é oitocentista.

Pelo favor da economia provocada pelos dois minerais, a população brasileira passara de 350.000 habitantes em 1700, para 3.600.000, ao mesmo tempo das viagens de Martim Francisco. O ecúmeno brasileiro alargara-se de 110.000 Km<sup>2</sup> para 350.000 — dez vezes mais gente e três vezes mais território ocupado. Ambos os minerais de muito adentraram o Brasil. Essa a função histórica do ouro e do diamante no Brasil, enquanto que em Portugal sua função fora a de equilibrar o balanço de pagamento do Reino com a Inglaterra.

Em 1780, caíra a febre mineira e com ela entraram em colapso as rendas do quinto. Esvaziara-se o esplendor da época pombalina, exatamente na época em que o País buscava recuperar-se do terremoto de Lisboa.

Passou a viver tremendo recesso econômico, sem mineração, sem açúcar, sem algodão, ainda sem café a colônia de D. Maria I e D. João VI. Tudo isso imbricado com o movimento subversivo de Tiradentes e a invasão da Metrópole pelos franceses logo após.

O treinamento no Exterior de José Bonifácio e o Intendente Câmara, os contratos de técnicos como o Barão de Eschwege e Varnha-gen, são aspectos do mesmo elenco de providências do Governo Metropolitano para vencer o recesso e tentar restaurar a economia através de minerais salvadores.

Reanimar as lavrar do Brasil era a ordem real. Cumpre-a Martim Francisco, funcionário da Fazenda Portuguesa.

Os Andradas varões eram três: José Bonifácio, o mais velho, nascido em 1763; Antônio, o segundo, dez anos mais novo; e, finalmente, o cadete Martim Francisco, nascido em 1776, treze anos mais novo que o irmão mais velho, de quem também se tornou genro. O primeiro morreu aos 75 anos; o segundo aos 72 anos; Martim Francisco aos 68 anos.

Este tinha 26 anos quando fez as viagens de reconhecimento mineral de São Paulo e Paraná. Aos 24, regressara de Portugal gra-guado em Coimbra em filosofia natural, na mesma faculdade onde o irmão era professor de Montanística.

Essencialmente o que Martim Francisco aprendeu em Coimbra de História Natural foi a magra cultura técnica francesa da época. Possivelmente sob a influência do irmão, teve acesso aos conhecimentos de Geociências como se as ensinavam em Freiberg, Alemanha.

É preciso lembrar que a Mineralogia, uma das Geociências, é cinquenta anos mais velha que a Geologia. Cronstedt, químico sueco, inventou o maçarico dos primeiros mineralogistas em 1750. Da mesma época, são Wallerius e Scheele, seus conterrâneos, co-fundadores da atual Mineralogia Descritiva — ciência originalmente sueca. Já a criação da Cristalografia Geométrica é francesa e inglesa. O goniômetro de aplicação para medida dos ângulos dos cristais inventou-o o inglês Wollaston, em 1809.

Entre Geologia, denominação só divulgada a partir de 1820, e Mineralogia, denominação criada antes, viveu vida curta na Alemanha o termo *Geognosia*, quase um signo universitário da Escola de Montanística de Freiberg a *Berg Akademie* com o significado de estudo do relevo da Terra provocado pela diferença de comportamento das rochas sob o impacto das forças da dinâmica externa. Geociências em Freiberg eram o *Gebirgesarten* dos discípulos de Werner entre os quais Câmara, José Bonifácio, Fragoso, Humboldt, Leopold Von Buch e mais uma centena de outros discípulos do fundador da estratigrafia: — Abraão Gotlieb Werner.

De fato, a primeira observação a fazer-se sobre os diários de viagem de Martim Francisco é que a palavra geologia não consta de seus diários de jornada. Empregou nesses diários, e várias vezes, a expressão *Geognosia* e *natureza geognóstica*, termos característicos da Berg Akademie. É ainda discípulo da escola geognóstica alemã quando emprega com frequência em lugar do termo conglomerato a palavra alemã (*Brechen*), assim como a classificação que fez de uma rocha de Itu como *graustein*.

Outros termos de seu relatório como *silicioso*, *silice*, *grés nova-culite*, *cor grizea*, *ocraceo*, *banco* são adaptações grosseiras da língua francesa. Da escola francesa cita D'Aubenton, Monge e Delile. Há uma só palavra inglesa no texto dos diários *pudding*, essa mesma adaptada da língua francesa.

Martim Francisco, em Coimbra, ouviu conferências que anotou. O seu trabalho isso reflete e principalmente o fato de não existir na época a petrologia — o estudo das rochas. Seus conhecimentos litológicos têm a limitação desse imperativo. Além de tudo esbarrou em cheio, e pela primeira vez, com dificuldade desconhecida dos próprios

## GLYCON DE PAIVA

professores europeus da época, isto é, o profundo intemperismo que sofrem as rochas aflorantes nos trópicos.

Ninguém estava preparado no Mundo de então para ver geologia quando recobertas as rochas por 10 a 20 m de material parente ao longo dos caminhos e no meio da mata. Acresce que as estradas não pediam cortes para serem traçadas: amoldavam-se simplesmente a topografia. Só poderia fazer geologia nos cursos d'água e nos arredores limpos das vilas. Assim só viu barro e areia por toda a parte sem ver as rochas. Fez pouca geologia por falta de afloramentos.

Esses detalhes se justificam pela necessidade de definição do nível científico da geologia à época e na qual José Bonifácio trabalhou e cooperou para fazê-lo alçar-se ao que significa hodiernamente.

Ainda para se entender a carreira de geólogo oficial de José Bonifácio é mister remontar à política de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, durante 28 anos Ministro do Exterior e da Guerra de D. José I, entre 1749 e 1777.

Pombal, então Conde Oeiras, entre os 40 e 51 anos de idade, serviu no Exterior como embaixador português em Londres e em Viena. Achava-se, assim, a par dos primórdios do movimento para industrialização do Mundo, cujo primeiro ponto de apoio foi o motor hidráulico, a *roda d'água*, antes mesmo do surgimento da máquina a vapor, inventada pelo escocês James Watt, em 1775, em meio a principal bacia carbonífera do Mundo, à época, a de Birmingham, no Midland, para o fim específico de esgotar a água das minas locais, nas quais o carvão só era atingido por meio de poços verticais ou *shafts*.

As relações comerciais de Portugal com a Inglaterra faziam-se sob a égide do Tratado de Comércio que o Plenipotenciário da Inglaterra, em Lisboa, John Methuen conseguiu firmar em 1703, estruturado de tal maneira que à Inglaterra assegurava posição de exclusiva supri-dora de manufaturas a Portugal.

Ao se empossar do cargo de Ministro do Reino, tomou Pombal como diretriz política a modernização da atividade portuguesa, de modo a dotar o país de um parque industrial básico. Promoveu a fundação de fábricas de tecidos de lã, de seda, de papel, de vidro, beneficiamento de açúcar e fabricação de ferro.

Enquanto que os espanhóis, na Costa de Biscaia, contavam com numerosos *fogos metalúrgicos*, utilizando o minério de ferro de Bilbao, Portugal importava ferro sueco, hamburguês e até biscainho.

Procurou o Ministro consertar essa deficiência da economia portuguesa, buscando estender até território lusitano a atividade siderúrgica então corrente na Espanha. Essa tentativa, parece, exerceu-se com mais intensidade na bacia do Rio Douro, nas províncias do Minho, Beira e Trás os Montes. Todavia, deu-se particular atenção, no último quartel

## JOSÉ BONIFÁCIO — GEÓLOGO

do Século XVIII, a uma jazida de ferro da Estremadura, em local que hoje se denomina Ferreira de Zézere. Foi tentado, na Comarca de Figueiró dos Vinhos, junto à barra de um ribeiro o Rio Alge tributário do Zézere afluente do Tejo, o estabelecimento de *fogo metalúrgico*, de proporções importantes para a época. Distava pouco da cidade Abrantes de hoje.

Esse movimento para industrialização de Portugal não se extinguiu de todo sob o reinado de D. Maria I e da regência do Príncipe D. João. Em 1790, o governo português buscava armar-se de técnicos próprios para as lides da indústria. Daí fazer excursionar em estudos pela Europa uma missão composta de José Bonifácio de Andrade e Silva, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá e Joaquim Pedro Fragoso, os dois primeiros brasileiros natos.

Estudaram em várias cidades da Europa — em *salas de aula* como então se dizia — mas permaneceram mais tempo em Freiberg, Saxônia, onde foram contemporâneos de Alexandre Von Humboldt e de Cristiano Leopoldo Buch, este, depois, o maior geólogo de seu tempo.

Viveu dois anos nessa cidade medieval da hoje República Democrática Alemã, ao pé do maciço do Erzgebirge com mineralização de sulfureto, de chumbo, zinco e cobalto.

Já no princípio do Século XIX, finda sua década de estudos, acumulava José Bonifácio de Andrade e Silva os cargos de lente de Montanística em Coimbra e Intendente-Geral das Minas em Portugal. Como Intendente seu programa era operar o estabelecimento de Foz d'Alge.

Convencendo-se depois de tentativas que não poderia reduzir minério de ferro sem mão-de-obra adequada, aconselhou ao governo que importasse pessoal operário especializado, o que à época se denominavam mestres forneiros.

Esses só poderiam provir da Espanha, da Alemanha e da Suécia, os países mais avançados em metalurgia a época. Por motivos óbvios, os «mestres de Biscaia» foram afastados de cogitação e a representação diplomática portuguesa no exterior tratou de obtê-los na Alemanha e posteriormente na Suécia.

Esse esforço do Governo Português em fazer com que o Reino acompanhasse a *Revolução Industrial* continuou manifesto nas linhas do Alvará de 28 de agosto de 1808, pelo qual o Regente D. João criava a Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, onde vem salientar a consideração que merece o problema industrial:

«Pelos muitos projetos que produzem a bem do interesse do Estado, multiplicando a riqueza e aumentando a população; merecendo por isso dos Senhores Reis; Meus Augustos Pre-decessores, os mais vigilantes cuidados, especialmente do Se-

## GLYCON DE PAIVA

nhor Rei D. José, Meu Augusto Avô, de Mui Gloriosa Memória que ordenou este fim os mais sábios estabelecimentos» .

José Bonifácio contava em 1790, início da viagem de estudos mineiros e metalúrgicos, 27 anos. Até então sua cultura se orientara no sentido clássico. Na realidade, só então começara o estudo das Ciências da Terra. Nisso se empenhou e praticou até os 57 anos de idade, durante 30 anos portanto.

Frequêntou salas de química e de cristalografia em Paris antes de matricular-se na Escola de Minas de Freiberg, sob o nº 383. Alguns de seus colegas de faculdade fizeram-se depois eminentes naturalistas. Era Chefe do Departamento de Geociências em Freiberg Abraão Gottlieb Werner, o pai do neptunismo e da estratigrafia e fundador da escola alemã de Geognosia, em contraposição a escola inglesa de geologia fundada por James Hutton.

Ao fim dos estudos de Freiberg, José Bonifácio em serviço de campo na Suécia descreveu 12 minerais novos que lhe foram entregues para classificação. Identificou-os pela primeira vez pelos seguintes nomes: epidoto, espodumênio, salita, apofilita, cocolita, afrisita, alacroita, indi-colita, wernerita, petalita, criolita e escapolita.

Os nomes desses minerais foram cunhados por José Bonifácio a partir do vocabulário grego segundo o costume dos montanistas: — *espodumênio* porque o mineral é cor cinza (*spodos* cinza); *criolita* por se tratar de mineral branco translúcido parecendo gelo (*cryolithos*) e assim por diante. Fez exceção a regra o mineral *wernerita* nome do seu Mestre de Freiberg.

Um dos nomes que originalmente cunhou mostrou-se tão complicado na prática que posteriormente foi substituído por outro mais simples. É o caso da apofilita que Bonifácio chamou *ichthyophthalmita* o que em grego quer dizer olho de peixe porque ao mineralogista a seção basal do cristal da apofilita refletia o mesmo brilho mortiço do olho do peixe morto.

Desses doze minerais dois são hoje minérios importantes, o *espodumênio*, minério de lítio, substância usada nos tubos cinescópicos das televisões, e a *criolita* fundente único na fabricação de alumínio.

Descreveu, também, mineralogicamente, partidas de diamantes do Brasil. Esses trabalhos abriram-lhe academias científicas em Estocolmo, Copenhague, Turim e Paris.

Regressando a Portugal, sustentou-se com os empregos de professor de Montanística em Coimbra e Intendente das Minas do Reino.

Cuidou logo, como referido, fazer valer o motivo da sua viagem em 1790, isto é, a instalação em terras de Portugal de uma indústria de ferro caldeado no Zézere. O minério do Zézere tinha sido descrito

## JOSÉ BONIFÁCIO — GEÓLOGO

por ele mesmo em revista científica da Berg Akademie, o *Bergmanisch Zeitung*, sob o título *Viagem mineralógica pela Extremadura até Coimbra*. Naquela época, uma instalação siderúrgica se baseava sobre a força hidráulica das torrentes para movimentar rodas d'água e fazer funcionar as trompas indispensáveis à produção de vento para os algaravises dos fornos.

Com os riscos que tinha aprendido em Freiberg, construiu a *Real Fábrica de Ferro da Foz d'Alge*, mas não conseguiu fazê-la funcionar. A necessidade da obtenção de mestres forneiros tornou-se evidente. Foram procurados através do serviço diplomático português na Alemanha como anteriormente referido.

Numa das freqüentes viagens de Coimbra a Foz do Alge, José Bonifácio esbarrou, pela primeira vez, com dois desses especialistas, que à fabrica aportaram diretamente de Lisboa.

Um deles era Wilhelm Ludwig Von Eschwege, um moço de 25 anos que na Alemanha fizera um curso amplo de administrador público, curso que à época se denominava *Kameral Wissenschafts*, cursou depois montanística em *Klausthal* centro de estudos rival de Freiberg; outro, um mero estudante de mineração, um cadete de montanística, na linguagem da época, Frederich Varnhagen. Profundamente desapontou-se José Bonifácio com a juventude dos contratados. Deu vasa ao próprio temperamento e azedamente discutiu durante dias com os alemães, atitude que lhe valeu, em definitivo, a inimizade daquele que depois fundaria a geologia de Minas Gerais Von Eschwege, autor de *Pluto Brasiliensis; Reise in Brasilien* e *Die New Welt*.

Eschwege e José Bonifácio, ambos servidores públicos, se viram atrás das linhas francesas. Continuaram a servir ao Estado governado pelas forças de ocupação. Eschwege só desembarcou no Rio três anos depois. Seu primeiro trabalho desenvolveu-se na Corte: a classificação da coleção de minerais chegada em 1808. José Bonifácio continuou em Coimbra, até a sua aposentadoria aos 56 anos de idade, quando definitivamente largou para o Brasil.

Dos 27 anos em diante dedicou-se as Ciências da Terra e desde os 37 anos Intendente Geral de Minas e Metais do Reino e Lente em Coimbra, com mercê especial de doutor em filosofia natural.

Entre os seus trabalhos sobre geologia e mineração figuram como mais importantes: *Minas de Buarcos e suas Pertenças; Fábrica de Ferro da Foz do Alge e suas pertenças; Minas de Carvão de Pedra do Porto e suas pertenças*. Deles adiante falaremos.

Uma de suas filhas que se casara com o tio, Martim Francisco, Intendente das Minas de São Paulo, o recebe de regresso ao Brasil em Santos e o leva para casa no *Sítio dos Outeirinhos*. Estivera ausente do Brasil 34 anos.

## GLYCON DE PAIVA

É dessa época a *Viagem Mineralógica à Sorocaba*, local onde Martim Francisco foi inspecionar a *Fábrica de Ferro de Ipanema*, riscada e dirigida pelo mesmo Varnhagen, o cadete de montanística da Foz do Alge. Ou porque José Bonifácio, que relatou a viagem mineralógica para o irmão e genro se recordasse dos episódios da Foz do Alge, ou porque, de fato, a Fábrica de Ipanema andasse mal, o fato é que a *Memória Econômica e Metalúrgica* respirava despreço aos serviços dirigidos por Varnhagen.

Eis a sentença final de José Bonifácio: «Tenho concluído esta pequena memória e queiram os céus que ela possa concorrer para se evitarem erros para o futuro e pôr um freio forte a tantos abusos e ladroeiras, como é inegável que tenha havido neste belo mas malfadado estabelecimento».

Assim só concluída sua carreira de professor de Ciência da Terra e de metalurgista, aos 57 anos de idade, é que José Bonifácio foi solicitado para a carreira política, com a sua inevitável eleição para a Junta Governativa de São Paulo. Daí até 1822, oito meses da Independência, foi um passo.

Nesse instante, encerra-se a sua carreira científica e montanística e começa a sua vida de estadista a qual só praticamente termina quando completa 75 anos de idade e morre em Niterói.

Os 15 anos de sua vida de político foram interrompidos por cinco de exílio, em virtude de dificuldades com o governo e, inicialmente, pelas freqüentes disputas com Pedro I.

Opinava que nós brasileiros «somos entusiastas do ideal, amigos da liberdade, generosos embora com basófia, capazes de grandes feitos, contanto que não exijam atenção acurada». Ensinava ainda: «Pão, pólvora e metais são quem sustentam e defendem as nações, e sem eles de próprio fundo, é precária a existência em liberdade em qualquer Estado».

O nome com o qual firmou seus trabalhos científicos no Exterior português foi D'Andrada. Há um mineral que lhe foi dedicado *andra-dita* uma granada — silicato cálcico e férrico de cor parda freqüente em pegmatitos.

Detalhemos agora alguns de seus trabalhos de montanística: *Atividade*

### *Mineira em Portugal*

Fez publicar, em julho de 1813, no jornal «O Patriota», do Rio de Janeiro, algumas notas sobre as condições da mineração em Portugal. Subdividem-se, assim: *Introdução*, com cerca de 2.000 palavras de texto; *Mina de Buarcos e suas Pertenças*, com, também, 2.000 palavras; *Fábrica de Ferro da Foz do Alge e suas Pertenças*, com 3.000 palavras.

## JOSÉ BONIFÁCIO — GEÓLOGO

O relatório certamente chegou às mãos do Governo, no Rio, pelos canais competentes: A publicação, na imprensa não oficial, tanto pode ter sido da iniciativa do Governo como de José Bonifácio. O ambiente com Portugal, com a Corte localizada no Além-Mar, as lutas da Guerra *Peninsular* e, subseqüentemente, as do *Movimento Constitucional*, não ensejava oportunidade de apreço a relatório da natureza do que preparara José Bonifácio. Este, bom funcionário, estava preocupado em prestar contas da sua atuação como Intendente. Certamente, a melhor maneira de fazê-lo seria através da divulgação pela imprensa, na própria Corte.

Propõe-se José Bonifácio em seu relatório, examinar as causas da decadência das minas em Portugal, e enumera as seguintes; principais:

- a) ausência de legislação mineira;
- b) deficiência da administração pública;
- c) ausência de crédito para mineração («caixas públicas de economia e piedade»);
- d) concessões para explorar minerais, extensas e de favor, a quem não tenha cabedais para manutenção das mesmas;
- e) duplicação desnecessária de investimentos, no mesmo distrito mineiro;
- f) lavra ambiciosa das minas («lavras de roubo», de buracoens, superficiais que em breve se alagarão e desmoronarão);
- g) preço de produção de metais muito elevado, preferindo-se lavar as minas de ultramar (o ouro "querem antes ir buscá-lo por mar que cavá-lo na terra").

Não deixa de ser desalentador verificar-se que permanecem muitas dessas causas não só em Portugal como mesmo no Brasil.

Termina a estimativa da situação com a assertiva: "contra a maior parte dessas causas de ruína tenho eu que pelear: muitas e muitas vezes ponderei, e pedi remédio a estes males".

Como se vê, buscava uma estimativa geral para preparar o espírito do leitor para que considerasse os casos específicos do *Carvão Mineral de Buarcos*, nas proximidades de Figueira da Foz, e da *Siderurgia em Foz do Alge*, a seguir comentados:

O trabalho é, tipicamente, um relatório de diretor de repartição técnica apresentado à Administração Superior.

### *Minas de Buarcos e suas Pertenças*

Nessa memória José Bonifácio avalia a situação da lavra de carvão mineral nas proximidades de Figueira da Foz (Buarcos), e da cidade do Porto (S. Pedro da Cava), dentro do espírito de traba-

## GLYCON DE PAIVA

**lho** «— descrição da conjuntura mineral à época, para uso e informação do Governo.

Buarcos é uma jazida de carvão mineral, encaixada nos sedimentos jurássicos da costa de Portugal. Foi reconhecida a jazida, no tempo do Marquês do Pombal, traçada no reinado de D. Manuel I, segundo as palavras de José Bonifácio "com galarias, obras de extração e ventilação que, por falta de espaldamento e escoramento das escavações, estava tudo alagado e desmoronado".

Sob a Intendência de José Bonifácio, em 1802, foi tudo refeito: "máquinas, carros, novas bocas de ventilação, carreiras novas de extração; entulhar galerias velhas, abrir outras novas, fazer bombas para facilitar o esgoto, fazer novas ferramentas segundo as regras da arte, desentulhar, e fazer novas praças, consertar casas, armazéns telheiros, fornos de cal; abrir nova estrada para a Figueira; e por fim aproveitar e reduzir a cultura as terras de charneca, **que** em 1789 tinha comprado a Rainha Nossa Senhora (D. Maria I) e jazido inutilizadas, bem que para o sustento dos bois da Mina se gastassem por ano dois contos de réis (cerca de 4 mil cruzeiros de hoje)".

Com essas providências, a Mina de Buarcos entrou em produção e o carvão, em pipas, procurou o mercado de Lisboa.

Mas, "em Novembro (de 1804) fez o mar um rombo por uma das fendas antigas de que já falei e mallogrou todos os meus trabalhos".

Põe-se então José Bonifácio a descobrir o que ele chamou *os vícios da mina*, resolvendo-se por novo traçado subterrâneo que a pusesse a coberto da inundaçãõ.

Descreve o coaZ *measuves* de Buarcos, que tem 7m de potência e que inclui cinco camadas de carvão, das quais, apenas utilizáveis, um carvão de rapa, com 97cm de potência e um entremeio de 23cm, tudo sob um forro de calcário.

As pipas de carvão cubavam, aproximadamente, 900 litros, acomodando meia tonelada de combustível. José Bonifácio praticou um plano inclinado segundo a lapa do carvão, com 36m de comprimento, e abriu uma frente de trabalho capaz, "em *longwall*", de produzir cerca de 20t de carvão por semana. O preço do carvão produzido era de 3844 réis por pipa, cerca de 8 mil réis por tonelada ou 240 cruzeiros de hoje. Carvão caro, portanto, e ruim.

José Bonifácio sugere, então, ao Governo que criasse mercado para o carvão, mediante cessão de transporte, criação de um entreposto em Lisboa, aproveitamento de calcário local para fabrico de cal, substituição da lenha combustível pelo carvão nas fábricas, quartéis e navios, além de outras providências que ao leitor não parecem viáveis.

Na realidade, a mina de carvão de Buarcos está abandonada até hoje: funcionou, algum tempo, sempre intermitentemente, por vários

## JOSÉ BONIFÁCIO — GEÓLOGO

motivos: carvão caro, de má qualidade, muito inclinado. Incapacidade de concorrência com o excelente carvão inglês, distante de Lisboa apenas 1.000 milhas. Acresce hoje o uso generalizado do petróleo e da eletricidade.

No fundo, o programa protecionista de José Bonifácio para o carvão era um esforço apaixonadamente nacionalista para fazer valer, apesar de tudo, alguma coisa que não tinha de si mesma condições de sobrevivência. A História sucessiva disso o demonstrou à saciedade. Esse tipo de gesto favorece o político mas onera o povo consumidor.

### *Fábrica de Ferro da Foz de Alge e suas Pertenças*

Como já se disse, o objetivo do relatório de José Bonifácio, em 1809, relatório de conjuntura mineral, visava esboçar uma estimativa das condições de mineração e dos problemas para que a Administração deles se informasse, e apta ficasse para decidir.

Tendo tratado do problema do carvão mineral em Buarcos, abordou o problema siderúrgico, sua principal preocupação, como responsável pelos serviços de mineração e metalurgia do Estado.

Essa matéria está, hoje, bem esclarecida. Sabe-se que, enviando uma missão de estudos aos países "industriais" da Europa de então, o governo se propunha fazer reviver o esforço siderúrgico anteriormente tentado. Toda a carreira pessoal profissional de José Bonifácio encaixa-se nesse propósito nacional. Nesse relatório de 1809, José Bonifácio acrescenta alguns pontos de elucidação da história siderúrgica de Portugal, anteriormente referidos.

### *Significado da "Memória sobre a nova mina de ouro da outra banda do Tejo"* (1815).

Esse trabalho de José Bonifácio é um relatório de 4.000 palavras sobre prospecção de ouro em placeres marinhos, nas faldas da Serra da Arrábida, a 50 km ao sul de Lisboa, em vôo de pássaro.

O serviço de campo foi iniciado em outubro de 1813, quando José Bonifácio aí escolheu algumas *frentes* de pesquisa e deixou pessoal, trabalhando sob as ordens de um faiscador goiano: Manoel Nunes Barbosa. O relatório abrange a descrição dos trabalhos mineiros até maio de 1814. Foi lido na Academia Real das Ciências em maio de 1815 e publicado em 1817. Aliás todos os seus trabalhos de geologia e relatórios administrativos foram publicados pela Academia da qual era Secretário Perpétuo, desde 1812.

A Serra da Arrábida é mesozóica, mas é debruada no litoral atlântico, por sedimentos pedemontanos mais modernos, empilhados

em alternância monótona de argilas, areias e cascalhos. Essa formação sedimentaria constitui o litoral de Almada até as proximidades do Cabo do Espichei, extremo ocidental da Arrábida. Atacado pelo mar, deixa-se cortar em falésia de quase 30 metros de altura. José Bonifácio chama-a de *Barreira* ou *Medão*.

A praia por vezes exígua desaparece em preamar. Pela erosão marinha a barreira é solapada. Os detritos, lavados pelo mar que apura o ouro porventura contido em camada de argila do sopé da falésia. Eis como José Bonifácio explica essa mecânica na plataforma de abrasão do mar: "Assim se por um lado as ondas do mar embrave-cido sôbre a imensa praia desabrigada contrariam muitas vezes nossos trabalhos minerais, por outro é o Oceano ao mesmo tempo um valentíssimo e excelente operário que ajunta, e deposita as fagulhas sem conta do ouro derramado, e as lava e apura sobre as rampas da praia, que lhe servem então de ótimo bolinete ou lavadouro de concentração, quando acha base firme, qual é o salão ou greda já descrita".

A palavra *salão* significa o que hoje se denomina, em mineração, de *lapa* ou *bed rock*, sendo *greda* a marna subjacente ao argilite aurífero, do sopé da falésia.

O centro mineiro era Adiça, um antigo *Couto Real*, servido por *Quinteiros*, isto é, funcionários fiscais que cobravam a quinta parte do ouro bruto lavrado, exceto, informa José Bonifácio, quanto ao ouro da Mina do Malhado, do qual a Coroa ficava com 50%.

Os Adiceiros se constituíam em sociedade montanística, integradas por 21 mineiros mores e 23 menores. O ouro era fundido em moedas, denominadas coroas, pesando 4,6 gramas cada uma, isto é, uma oitava e vinte grãos.

José Bonifácio relembra "que homens às escondidas, e sem licença, tinham há poucos anos gandaiado algum ouro por estes sítios, e o vendiam aos ourives de Lisboa".

À importância relativa dos antigos placeres auríferos e a sua função de Intendente Geral das Minas e Metais do Reino, determinaram-lhe a campanha prospectiva, na ânsia de buscar bases para fundar a mineração em Portugal. O trabalho de campo foi mero episódio na sua tarefa principal de reestabelecer uma fábrica de ferro caldeado em Foz d'Alge.

José Bonifácio faz a estratigrafia falésia do Espichei distinguindo 8 camadas; descreve o resíduo da bateia da camada aurífera, que é um esmeril. — "mineral de ferro arenoso negro, atratório" (magnetita e ilmenita), mica branca (muscovita), mica argentina, quartzo cristalizado, ametista e pedrinhas coradas que vistas com a lente mostraram pela cor e brilho ser fragmentos de Kannelstein de Werner (espi-nei/o).

## JOSÉ BONIFÁCIO — GEÓLOGO

José Bonifácio explica corretamente a origem do ouro: "posteriores e mais miúdas observações me tem convencido, que este ouro não vem de fora; mas se acha mais ou menos disseminado nas formações *alluviais* daquele terreno, o qual foi formado das ruínas e *detritos de montes e veeiros, auríferos ou distantes ou vizinhos*".

Por isso resolveu internar-se para pesquisar fora da praia "na direção dos jugos, ou encostas que vem da lombada central". Isso o levou a depósitos de cascalhos auríferos elevados "guapiaras na frase do mineiro do Brasil" (queria dizer grupiarias) . Mas a falta d'água corrente na secura do Algarve não aconselha a lavra das grupiarias por ausência d'água.

Acabou José Bonifácio por instalar, o que entre nós se chama de um *serviço* ou uma *frente*, a que crismou de *Mina Príncipe Regente*, da qual, em três "quartéis" (trimestres), produziu 61 narcos, 4 oitavas e 60 grãos de ouro fino (14.017 kg), valendo à época, seis contos 315 mil e 520 réis ou 180 mil cruzeiros de hoje.

A Intendência funcionava como um serviço de fomento mineral para Portugal. Sua tarefa principal era a criação da siderurgia portuguesa, enquanto que, e subsidiariamente, cuidava da abertura de novas minas metálicas para abastecimento do Reino. Era servida, a Intendência por um laboratório químico, *Sala de Docimásia* a época onde se procedia a análise dos minérios, ao mesmo tempo que se constituía em escola prática de titulação para formação de quadros técnicos para a Nação.

O plano geral de José Bonifácio foi o de avaliar o mérito mineiro das ocorrências mineiras conhecidas da população, mediante sucessivas visitas de inspeção e conseqüente estimativa preliminar, justificativa da abertura ou não de novas minas.

À publicação é de 1818, possivelmente a última comunicação profissional que escreveu José Bonifácio. Regressou ao Brasil, já aposentado em 1819. Daí por diante ia encetar, na alvorada dos sessenta anos, sua carreira política e preparar a independência do Brasil cujo Sesquicentenário comemoramos.

Encerramos por aqui este trabalho cujo preparo foi extremamente facilitado pela edição monumental comemorativa do bicentenário de José Bonifácio levado a efeito por um grupo de trabalho sob a Presidência de Edgard de Cerqueira Falcão.

Para os estudos das obras de José Bonifácio sobre geologia, o Dr. Falcão convocou vários geocientistas para comentá-los como Rui Ribeiro Franco, William de Camargo, Josué Camargo Mendes, Antônio Carlos Rocha Campo, Viktor Leins e Glycon de Paiva e torná-lo mais acessíveis ao público.

## GLYCON DE PAIVA

Para trás ficavam a carreira do montanista, o convívio com Werner e os dias de Freiberg. A não ser uma rápida excursão geológica a Ipanema em companhia de Martim Francisco jamais exerceu a profissão de montanista no Brasil.

Os geólogos brasileiros de hoje o reconhecem entretanto como um dos pioneiros dos estudos sobre as Ciências da Terra em todo o Mundo. Anualmente *A Medalha de Ouro José Bonifácio* é atribuída a geólogo brasileiro ou estrangeiro cujos estudos sejam reconhecidos como "*inestimável contribuição à geologia nacional*".

Também a Usina Siderúrgica da COSIPA, em Santos, passou a chamar-se de *Usina José Bonifácio de Andrade e Silva* para lembrar os esforços do metalurgista nascido em Santos e que no Rio Zézere baldadamente buscou reduzir minério com cepa de pinheiro. Essa a história profissional desse homem poliédrico refletindo luz em todas as faces.

Neste Sesquicentenário não celebramos o homem de ciência ou o tecnocrata destacado mas o hábil negociador político da nossa Independência nos difíceis dias que se inauguravam com o retorno a Portugal do Príncipe Regente e que perduraram até a partida de D. Pedro I do Brasil para a Inglaterra.

Sua atuação política nacional eclipsou-lhe a grande carreira científica, fazendo-a quase esquecê-la, a um cientista como ele que aos 35 anos acresceu de mais doze a reduzida contagem de minerais diferentes conhecidos a sua época, não mais de 150.

Amou todavia sobre todas as coisas a sua profissão de montanista de Freiberg.

# Atuação de D. Pedro I e José Bonifácio na Independência

IVAN LINS

VINHAM de longe as aspirações separatistas do Brasil. Uma das mais importantes foi, sem dúvida, a Inconfidência Mineira, de que resultou, em 21 de abril de 1792, o martírio de Tiradentes.

A instalação da família real portuguesa no Rio de Janeiro, em 7 de março de 1808, apressou, em todo o país, a marcha para a sua independência. Desde então, sem que disto se desse conta, o próprio Governo português iniciou, entre nós, um processo profundamente revolucionário quer no domínio econômico, quer no do espírito, e o seu desfecho inevitável seria a emancipação política do Brasil: a agricultura se incrementou, o comércio se tornou livre, novas indústrias foram fundadas e as antigas desenvolvidas, um Banco do Estado se inaugurou e passou a funcionar uma Imprensa Regia. Além da instalação de um Jardim Botânico, foram instituídas a Escola Médico-Cirúrgica, a Academia de Marinha e Artilharia, a Academia de Belas Artes, a Biblioteca Nacional e a Academia de Ciências Físicas e Naturais.

Secretarias de Estado e o Supremo Conselho Militar passaram a funcionar no Rio de Janeiro, onde novos Tribunais foram criados, elevando-se a categoria dos antigos, enquanto povoações e freguezias se transformaram em vilas e cidades. Em menos de dez anos progredira o Brasil mais do que no meio século anterior e já em 16 de

dezembro de 1815 passava à categoria de Reino. Não escaparam estas circunstâncias à percuciente visão do líder da Independência norte-americana, Tomás Jefferson, que escrevia, em 1817, ao General Lafayette: «O Brasil é mais populoso, mais rico, mais forte e tão instruído quanto a mãe pátria». Nesse mesmo ano foi reprimido, em Pernambuco, um movimento emancipacionista de caráter republicano, sendo levados ao cadafalso o Padre Roma, Frei Miguelinho, Domingos José Martins, José de Barros Lima e Domingos Teotônio Jorge.

Dois anos depois, ao despedir-se da Academia das Ciências de Lisboa, de que era o Secretário Perpétuo, José Bonifácio, que gozava da fama mundial pela vastidão do seu saber, dizia em 24 de junho de 1819:

«Esta é a derradeira vez que tenho a honra de ser o historiador de vossas tarefas literárias; pois é forçoso deixar o antigo, que me adotou por filho, para ir habitar o novo Portugal onde nasci (...) Consola-me, porém, a lembrança de que de vossa parte pagareis a obrigação em que está Portugal para com a filha emancipada, que precisa por casa (...) Que país esse, Senhores, para uma nova civilização e novo assento das ciências! Que terra para um grande e vasto Império! A grande cordilheira que o corta de norte a sul, o divide em dois mundos diferentes, capazes de criar todas as produções da terra (...) Que outra região se lhe pode igualar! Riquíssimo nos três reinos na Natureza, com o andar dos tempos nenhum outro país poderá equiparar-se à nova Lusitânia (...) A fundação da Monarquia Brasílica fará uma época na História Futura do Universo!»

Apesar da fama em contrário, propalada pelos portugueses que ainda hoje não lhe perdoam haver, com a sua vinda para a América, propiciado a Independência do Brasil, era Dom João VI um político sagaz. Prevendo não poder tardar a nossa emancipação política, confidenciou, em 22 de abril de 1821, a seu filho Dom Pedro, conforme este lhe recordou em carta de 19 de junho de 1822:

«Eu ainda me lembro e me lembrarei sempre do que Vossa Majestade me disse, antes de embarcar dois dias, no seu quarto: *«Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para algum desses aventureiros»*.

Os treze anos de governo de Dom João VI no Brasil por tal forma prepararam o espírito público para o exercício independente da soberania que, nas palavras de Jaime Cortesão, «nada mais havia a fazer senão cortar o tênue laço de hierarquia existente entre as duas metrópoles: transformar o Regente em Rei.»

Talvez seja mais exato dizer, com Alexandre Herculano, que durante a permanência de Domo João VI no Brasil êste se transformara em metrópole, passando Portugal à categoria de colônia. Eis o co-

## ATUAÇÃO DE D. PEDRO E JOSÉ BONIFÁCIO NA INDEPENDÊNCIA

mentário feito em 1856 pelo grande historiador que acompanhou de perto o desenrolar dos acontecimentos:

«O rei voltou a Lisboa e a mancha de colônia brasileira se apagou da frente da metrópole, o que acarretou a emancipação do Brasil. Foi, talvez, para nós, um mal, porém o nosso aviltamento anterior era pior.»

Ao centralizar e estender os cuidados da administração a todo o território da antiga colônia, a permanência da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro fortemente contribuiu para a unidade do futuro estado. A presença do monarca durante largo período «tornara patente quanto o Brasil ganhava em grandeza, sendo de todas as nações da América do Sul a única que evitaria as calamidades das longas e terríveis lutas».

Pela sua maioria econômica e maturidade espiritual, revelada nas ciências, nas artes e nas letras, a idéia da independência do Brasil pairava no ar, tornando-se obsessiva para todos os brasileiros clari-videntes a partir do regresso de Dom João VI a Portugal.

Qualquer aspiração coletiva só se concretiza, porém, ao ser encarnada em indivíduos capazes de torná-la uma realidade. Os protagonistas da admirável epopéia de que resultou a nossa Independência foram, sem dúvida, Dom Pedro I e José Bonifácio de Andrada e Silva: Dom Pedro I por estar eventualmente à frente da Regência do novo Reino e José Bonifácio pelo seu civismo, alicerçado num saber enciclopédico que lhe dava extraordinária visão política. O primeiro foi o braço e o segundo o cérebro que tudo planejou, tudo previu e tudo organizou com descortino, possuindo «uma *cabeça vulcânica sob os cabelos brancos*» nas palavras do Encarregado de Negócios da França ao dirigir-se ao seu Governo.

Se quisermos expressar-nos com maior precisão poderemos dizer, com Otávio Tarquínio de Sousa, que Pedro I foi o *eventful-man* — na classificação de Sidney Hook em seu livro *Os Heróis através da História* — isto é, o homem «cujas ações marcaram o curso dos acontecimentos. E marcaram porque, príncipe regente do Brasil e herdeiro do trono de Portugal, optou pelo país de adoção, deliberou aceitar a chefia do movimento libertador e pôs nessa adesão todo o fogo de sua natureza, sem embargo do tato e da temporização exigidos em certos passos. Sem a transmigração da família real, sem o reinado de Dom João VI, outro teria sido o processo da Independência. Mas só pela presença de D. Pedro à frente da Regência, por seu feitio particular, por suas idéias, por sua ambição se explicam certos aspectos únicos e inconfundíveis da marcha dos acontecimentos e da fisionomia que apresentaram.

«Quase o mesmo se poderá dizer de José Bonifácio, consideradas a personalidade e a ação. Todavia o Andrada ilustre tem mais do *event-making-man*, do homem gerador de acontecimentos, condicio-

nados estes mais pela capacidade da inteligência e pela energia pessoal do que por acidentes de posição. Se não fosse Príncipe Regente do Brasil e herdeiro da coroa portuguesa, D. Pedro, a despeito de todas as suas qualidades e defeitos, teria configuração histórica bastante diversa. José Bonifácio, posto que para a ação que exerceu muito valesse o lugar de ministro, dificilmente deixaria de desempenhar entre os seus contemporâneos o papel que lhe tocou».

Embora inteligente. Dom Pedro tivera uma educação descurada, faltando-lhe sobretudo cultura geral. Extremamente difíceis foram os primeiros meses de sua regência, porque lutava com tremenda escassez de recursos financeiros e tinha a sua autoridade menosprezada, além de reduzida às províncias do sul. No próprio Rio de Janeiro era vigiado pelo partido português fortalecido pelo apoio que encontrava nas tropas do General Jorge Avilez. Um pronunciamento deste último, em 5 de junho de 1821, obrigou o Regente a demitir do seu ministério o Conde dos Arcos e aceitar a criação de uma Junta de nove membros, sem cujo voto nada poderia promulgar. Arrogando-se o direito de governar a monarquia, tanto na Europa como na América, as Cortes de Lisboa cerceavam, dia a dia, a autoridade de Dom Pedro. Sem recursos e desprestigiado, parecia o seu governo fadado a soçobrar.

Foi então que apareceu no cenário político da Independência José Bonifácio, o cérebro que, com rara clarividência, orientaria o Príncipe Regente, ou seja «a *Imperial criança*», como lhe chamaria nas cartas do exílio, possibilitando-lhe tornar-se o executor do grande empreendimento, mantendo a coesão e integridade do país.

Em 10 de dezembro de 1821 chegaram ao Rio de Janeiro as deliberações das Cortes Portuguesas que reduziriam o Brasil à situação de colônia. Impunha-se o regresso do Príncipe a Lisboa, extinguíam-se as Academias de Marinha e de Belas Artes e também os tribunais superiores, subordinando-se a nossa justiça à de Portugal, e acabava-se com a unidade do Brasil, dividido em províncias diretamente subordinadas a Lisboa, desaparecendo assim o centro de nossa coesão a que fora elevado, ainda em tempos coloniais, o Rio de Janeiro como sede do Vice-Reinado.

A Maçonaria e o Clube de Resistência imediatamente organizaram no Rio um plano para impedir o regresso de Dom Pedro, e José Bonifácio, em nome do Governo Provisório de São Paulo, de que fazia parte, dirigiu ao Príncipe, em 24 de dezembro de 1821, veemente apelo onde dizia:

«Sim, Augusto Senhor, V.A. Real deve ficar no Brasil — quaisquer que sejam os projetos das Cortes constituintes, não só para nosso bem geral, mas até para a independência e prosperidade futura do mesmo Portugal. Se V.A. Real estiver — o que não é crível — pelo deslumbrado e indecoroso decreto de 29 de setembro, além de perder

## ATUAÇÃO DE D. PEDRO E JOSÉ BONIFÁCIO NA INDEPENDÊNCIA

para o mundo a dignidade de homem e de príncipe, tornando-se escravo de um pequeno número de desorganizadores, terá também que responder perante o Céu pelo rio de sangue que de certo vai correr no Brasil a sua ausência, pois seus povos, quais tigres raivosos, acordarão de certo do sono amodorrado em que o velho despotismo os tinha sepultado, e em que a astúcia de um novo maquiavelismo constitucional os pretende agora conservar. Nós rogamos portanto a V.Á. Real com o maior fervor, ternura e respeito haja de suspender a sua volta para a Europa, por onde o querem fazer viajar como um pupilo, rodeado deaios e espias; nós lhe rogamos que se confie corajosamente no amor e fidelidade dos seus brasileiros e mormente dos seus paulistas, que estão todos prontos a verter até a última gota de seu sangue e a sacrificar todos os seus haveres para não perderem o Príncipe idolatrado, em que têm posto todas as esperanças bem fundadas da sua fidelidade e da sua honra nacional».

Depois desta, que teve larga divulgação no Rio, mediante cópias, surgiram outras representações, mensagens e discursos no mesmo sentido, vindo afinal D. Pedro a proclamar as históricas palavras de 9 de janeiro de 1822, na sala do trono do paço da cidade, perante a depu-tação do Senado da Câmara, representado pelo seu presidente José Clemente Pereira: «Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, diga ao povo que fico».

Desde então, como salienta o historiador português Vasconcelos e Sá, passou José Bonifácio a ser «o *homem providencial*» para orientar o jovem príncipe no transe mais difícil e aflitivo de sua vida política na América, visto caber-lhe, a partir do *Fico*, a completa responsabilidade do governo do Brasil.

Mentor cheio de prudência, enorme tino e desinteresse, José Bonifácio orientou as resoluções a serem tomadas por Dom Pedro, personalidade ingovernável, a quem soube, com prodigiosa habilidade e força persuasiva, soffrear e conduzir, inculcando e fortalecendo nele a consciência de sua missão histórica: a de fundar, tanto quanto possível, sem derramamento de sangue, um vasto Império, de cima para baixo, graças a sua situação de Príncipe herdeiro do trono português.

É o que reconhece Varnhagen, apesar de desafeto e detrator sistemático do Patriarca: «O seu grande saber, o seu gênio intrépido e o seu caráter pertinaz, que quase chegava a raiar em defeito, contribuíram para fixar a volubilidade do Príncipe».

Empossado como Ministro, em 18 de janeiro de 1822, precisamente numa hora em que se impunham medidas capitais, imediatamente as pôs em prática: proibiu a execução de qualquer medida vinda de Lisboa sem o *cumpra-se* do Regente e o desembarque de forças portuguesas em território brasileiro; aumentou o nosso exército e convocou forças paulistas e mineiras para uma concentração no Rio

## IVAN LINS

e assim impediu, a 9 de março, o desembarque de 1.000 soldados de linha, enviados pelas Cortes de Lisboa para reforçar a Divisão Auxiliadora no Rio, obrigando-os a regressarem à Europa.

Em fins de agosto de 1822, estando o Príncipe em São Paulo, recebeu José Bonifácio notícias segundo as quais as Cortes Constituintes da metrópole haviam baixado, em julho, decretos que anulavam todos os atos do governo de Dom Pedro e processavam os ministros e signatários das mensagens do Rio, São Paulo e Minas Gerais destinadas a impedir a retirada imposta ao Regente pelas Cortes; outros decretos anulavam a convocação de uma Constituinte Brasileira, destituíam o Regente do seu cargo e o intimavam a embarcar para Portugal no prazo de 30 dias, para o que seria nomeada nova Regência, composta só de portugueses.

Ao enviar ao Príncipe, então em São Paulo, o texto desses decretos que recolonizavam o Brasil, comunicou-lhe José Bonifácio haver convocado o Conselho do Estado para o dia 1.º de setembro e nele se resolvera que, não sendo mais possível permanecer naquela indecisão, cumpria, para salvar o Brasil, fizesse Dom Pedro, sem perda de tempo, cessar esse estado de coisas. «Senhor — dizia-lhe — o dado está lançado e de Portugal não temos a esperar senão escravidão e horrores».

Contam os historiadores haver o Príncipe lido, nas margens do Ipiranga, ao regressar de Santos, os despachos recebidos do Rio e, como quem medita, entregou-os ao seu ajudante de ordens, major Campo e Melo, dizendo, a meia voz: «Tanto sacrifício feito por mim e pelo Brasil inteiro. . . e não cessam de cavar a nossa ruína!» E, al-teando o tom: «É preciso acabar com isto!» Arranca então da espada e grita: *Independência ou morte!* Esporeia o animal e a grande galope avança para o lugar onde o aguardava o séquito. A sentinela brada às armas; forma a guarda precipitadamente; faz as continências, e ninguém pode dissimular o espanto que causa a atitude do Príncipe e dos que o acompanham — todos de espada desembainhada e anunciando, nas alteradas feições e no fulgor dos olhares, a gravidade do que estava ocorrendo. E, para toda aquela gente, que nele fita os olhos, exclama D. Pedro: «Camaradas! As Cortes de Lisboa querem mesmo escravizar o Brasil. Cumpre, portanto, declarar já a sua independência: estamos definitivamente separados de Portugal!» E, estendendo a espada, repete, com toda a força dos pulmões: «*Independência ou morte!*» Este grito é por todos repetido e reboa naquelas paragens, desde então sagradas para todos os brasileiros. Em seguida ordena: «*Laços foral*» e arranca do chapéu o tope português que atira ao chão, sendo por todos imitado.

Daí seguiu para São Paulo, onde foi acolhido delirantemente entre vivas à Independência. Na manhã de 9 de setembro, partiu para o

## ATUAÇÃO DE D. PEDRO E JOSÉ BONIFÁCIO NA INDEPENDÊNCIA

Rio, sendo recebido, na noite de 14, com indescritível entusiasmo. No dia 18, foram confirmadas as deliberações do Príncipe e o Senado da Câmara, representando o povo, deliberou oferecer-lhe o título de Imperador Constitucional, com que foi aclamado em 12 de outubro de 1822, ao completar vinte e quatro anos.

As graves perturbações pelas quais passava então a política interna de Portugal e as condições propícias em que se encontrava o Brasil, fizeram frustrar todas as tentativas para reconduzi-lo à obediência e Portugal reconheceu a independência da antiga colônia por um tratado, ratificado em 15 de novembro de 1825, com a mediação da Inglaterra.

Chegou enfim o Brasil ao termo de um movimento libertador que, iniciado em São Paulo em 1640, foi continuado, sem desfalecimentos, no Maranhão em 1684, no Recife em 1710, em Pernambuco em 1712, reaceso em Minas em 1789, em Pernambuco em 1817, e, depois, reanunciado na Bahia, no Pará, em Pernambuco e no Rio de Janeiro em 1821.

Nascia assim na América um novo Estado e José Bonifácio viu, em 12 de outubro de 1822, ao ser Dom Pedro aclamado Imperador Constitucional, a realização do seu sonho expresso, em 24 de junho de 1819, no discurso com que se despediu da Academia das Ciências de Lisboa. A ele, «*mais do que a ninguém, cabe o nome de fundador do Império*», nas palavras de Octavio Tarquínio de Souza, confirmadas pelo próprio Imperador Pedro I ao escrever-lhe em 18 de abril de 1822:

«Deus lhe dê anos bastantes de vida, para, de comum acordo comigo, acabarmos a grande obra começada, e que, *com a sua* cooperação, espero acabar».

E, do Porto, em 28 de setembro de 1832, dois anos antes de falecer, Dom Pedro I escreveria ainda a José Bonifácio:

«O partido dominante, que hoje tiraniza o Brasil, deseja acabru-nhar o Amigo, só porque é meu Amigo; *só por ser aquele que me ajudou na luta da Independência, em que nenhum dos que hoje atroam os Céus e a terra com urros tomou parte ativa*».

E, de fato. Valeu-se José Bonifácio do Príncipe Regente para transformar, em simples *golpe de estado*, a separação política do Brasil, salvaguardando-lhe a integridade territorial. Uma vez realizada a Independência, encarou, em seu conjunto, a organização da nova Pátria, procurando torná-la um todo homogêneo, mediante a fusão dos seus três elementos étnicos — o branco, o negro e o índio:

«Só seremos um povo digno deste nome — escrevia ele — quando na cútis de cada um de nós, pegado a esmo, só houver uma única e mesma cor. É tempo de irmos gradualmente acabando, até os últimos vestígios, a escravidão entre nós, para que venhamos a formar, em poucas gerações, uma Nação homogênea, sem o que jamais seremos verdadeiramente livres, respeitados e felizes. É da maior necessidade

ir acabando tanta heterogeneidade física e civil. Cuidemos, desde já, em combinar, sabiamente, tantos elementos discordes e contrários e em amalgamar tantos metais diversos, para que saia um todo homogêneo e compacto que se não esfarele ao pequeno toque de qualquer convulsão política. Mas — concluía ele — que ciência química e que destreza não são precisas aos operadores de tão grande e difícil manipulação!»

Ciência, mais do que química, e destreza pasmosa manifestou-as José Bonifácio ao estudar e solucionar, em duas memórias, os problemas do escravo e o índio. Quanto ao primeiro, houvesse sido adotado, pela Constituinte, o projeto por ele elaborado, em 1823, e teria sido a abolição gradualmente realizada no Brasil dentro de uma geração, isto é, em 1856.

Na fundamentação do seu projeto de abolição da escravatura, advertia:

«A sociedade civil tem por base primeira a justiça, e por fim principal a felicidade dos homens; mas que justiça tem um homem para roubar a liberdade de outro homem, e, o que é pior, dos filhos deste homem, e dos filhos destes filhos? Mas, dirão talvez que favorecer a liberdade dos escravos será atacar a propriedade. Não vos iludais, Senhores, a propriedade foi sancionada para o bem de todos; e qual é o bem que tira o escravo de perder todos os seus direitos naturais, e passar de *pessoa a coisa*, na frase dos juriconsultos? Não é o direito da força, pois não podendo o homem ser coisa, não pode ser objeto de propriedade. Se a lei deve defender a propriedade, muito mais ainda deve defender a liberdade pessoal dos homens, que não pode ser propriedade de ninguém, sem atacar os direitos da Providência, a qual fez os homens livres e não escravos — sem atacar a ordem moral das sociedades, ou sejam todos os deveres prescritos pela Natureza, pela Religião e pela sã Política. Ora, a execução de todas estas obrigações é o que constitui a virtude; e toda Legislação. e todo Governo, qualquer que seja a sua forma, que a não tiver por base, é como a estátua de Nabucodonosor, que uma pedra despreendida da montanha a derribou pelos pés; é um edificio fundado em areia solta, que a mais pequena borrasca abate e desmorona. Acabando o infame comércio da escravatura, já que somos forçados pela razão política a tolerar a gradual emancipação, e antes que consigamos ver o país livre deste cancro, o que levará tempo, desde já abrandemos o sofrimento dos escravos, favoreçamos e aumentemos todos os seus gozos domésticos e civis; instruamo-los nos fundos da verdadeira Religião de Jesus Cristo, e não na de momices e superstições; por todos estes meios nós lhe daremos toda a civilização de que são capazes no seu desgraçado estado, despojando-os o menos que pudermos da dignidade de homens e cidadãos».

## ATUAÇÃO DE D. PEDRO E JOSÉ BONIFÁCIO NA INDEPENDÊNCIA

No atinente ao problema indígena do Brasil frisava José Bonifácio com a clarividência de um antropólogo:

«Por que não consentiu a Providência que o novo mundo fosse descoberto mais tarde, quando as nações européias já estivessem mais cultas e civilizadas? Quantos crimes e horrores não se teriam poupado? Não existia equilíbrio algum entre o ataque e a defesa; toda a força e toda a injustiça estavam nos europeus; toda fraqueza e ignorância, nos indígenas; e, por isto, foram exterminados quase de repente.

«A maior infelicidade que suportou a massa geral dos homens foi a conquista do novo mundo. Aventureiros sem moralidade foram estimulados pela cobiça e se transformavam em tigres carniceiros.

«Coisa grande e bela é chamar do fundo das matas os selvagens, para os civilizar; mas, se o deviam ser pelo ferro, pela astúcia e pela imoralidade, melhor fora deixá-los vegetar na sua ignorância, porquanto, assim, não lhes aumentaríamos a miséria; nem os teríamos exterminado».

«Os meios de que se deve lançar mão para a pronta e sucessiva civilização dos índios, e que a experiência e a razão me têm ensinado, eu os vou propor aos Representantes da Nação, e são entre outros os seguintes:

1.º — Justiça, não os esbulhando mais, pela força, das terras que ainda lhes restam e de que são legítimos senhores, pois Deus lhas deu; mas antes comprando-lhas como praticaram, e ainda praticam os Estados Unidos da América.

«2.º — Brandura, constância e sofrimento de nossa parte, **que** nos cumpre como usurpadores e cristãos (...)

«3.º — Abrir comércio com os bárbaros, ainda que seja com perda da nossa parte, recebendo em troca os gêneros de seus matos e pequena indústria.

«4.º — Procurar com dádivas e admoestações fazer as pazes com os índios inimigos.

«5.º — Favorecer por todos os meios os matrimônios de índios e brancos e mulatos (...)

Aí está, magistralmente explanado por José Bonifácio, há perto de um século e meio, o problema indígena que, ainda hoje, não foi integralmente resolvido, apesar dos incessantes apelos de Teixeira Mendes, admiravelmente secundados pela dedicação e heroísmo de Rondon e de seus auxiliares no Serviço de Proteção aos índios.

Abstraindo da ação política do Patriarca, e considerando-o apenas sob o aspecto puramente cerebral, quem, no Brasil de seu tempo, e mesmo antes e depois dele, oferece tão harmonioso conjunto quanto

## IVAN LINS

à levacão dos sentimentos, à profundeza e vastidão da inteligência, e à firmeza e retidão do caráter, fazendo dele o «maior *dos brasileiros*» de seu tempo?

Não era sem fundamento que circulava, em seu tempo, a anedota segundo a qual figurava, no Brasil de então, em primeiro lugar, a província de São Paulo; em São Paulo, a cidade de Santos; em Santos, os Andradas, e, entre estes, José Bonifácio.

E, efetivamente, em Lisboa, referindo-se ao movimento de independência do Brasil, que já nitidamente se esboçava, dizia em meados de 1822 Borges Carneiro, um dos mais argutos componentes da Constituinte Portuguesa: «No Brasil, um só homem, José Bonifácio de Andrada e Silva, com a energia do seu caráter, improvisa forças de mar e terra, acha recursos em abundância e nos põe pela porta a fora com a maior sem cerimônia possível. Nós aqui gastamos o tempo em falar e não fazemos senão registrar as desfeitas que vamos recebendo do Brasil».

Tão grande foi José Bonifácio que, no momento solene da abdicacão, dele se lembrou Pedro I.

O homem que lhe pareceu capaz de formar o coração e a inteligência de seu filho foi o velho que um dia mandara lançar numa enxovia da fortaleza de Santa Cruz e em seguida exilara. Forçado em 7 de abril de 1831, a abandonar o Brasil, Dom Pedro escreveu a carta que tanto honra aquele que a traçou quanto aquele que a recebeu:

«A José Bonifácio de Andrada e Silva. *Amicus certus in re incerta cernitur*. É chegada a ocasião de me dar mais uma prova de amizade, tomando conta da educação de meu muito amado filho, seu Imperador. Eu delego em tão patriótico cidadão a tutoria do meu querido filho, e espero que, educando-o naqueles sentimentos de honra e patriotismo em que devem ser educados todos os soberanos para serem dignos de reinar, ele venha um dia a fazer a fortuna do Brasil. Espero que me faça este obséquio, acreditando que a não mo fazer, eu viverei sempre atormentado. Seu amigo constante. Pedro».

Eis o Decreto de nomeação:

«Hei por bem, usando do direito que a Constituição me concede no Capítulo 5.º, artigo 130: Nomear, como por este meu imperial Decreto nomeio Tutor de meus amados e prezados Filhos, ao muito Probo, Honrado e Patriótico Cidadão José Bonifácio de Andrada e Silva, meu verdadeiro Amigo».

Na hora da desgraça viu Dom Pedro que o seu verdadeiro amigo, o «*Cidadão Probo, Honrado e Patriótico*» era o mesmo que o guiara nas horas difíceis da Regência. levando-o a proclamar a Independência do Brasil.

## ATUAÇÃO DE D. PEDRO E JOSÉ BONIFÁCIO NA INDEPENDÊNCIA

Com verdade e justiça pondera, pois, Armitage em sua *História do Brasil*:

«Foi José Bonifácio quem fixou as resoluções do volúvel Dom Pedro, quem lhe fez sentir o contraste entre governar um império nascente ou um reinado em decadência, e quem, representando-lhe a perda do Brasil como inevitável se se retirasse, reanimou a expirante ambição deste Príncipe e conduziu a revolução efetuada com muito pequeno sacrifício e quase sem derramamento de sangue. O desinteresse de José Bonifácio é altamente digno de elogio. Honras e riquezas estiveram a seu alcance; contudo retirou-se do poder sem títulos nem condecorações e em honrosa pobreza».

Nasceu José Bonifácio a 13 de junho de 1763, na Vila de Santos da então Capitania, hoje Estado de São Paulo. Aos vinte anos, seguiu para Portugal, e, em outubro de 1783, matriculou-se na Universidade de Coimbra, onde cursou, além do direito, filosofia e matemática.

Foi aí que adquiriu a cultura científica que dele fez um enciclopedista familiarizado com a matemática, a astronomia, a física, a química, a anatomia, a mineralogia, a botânica e a zoologia de seu tempo.

Essa enorme cultura científica foi completada pelo domínio do latim, do grego, do francês, do inglês, do alemão, do italiano e do espanhol. José Bonifácio compreendia onze idiomas e falava seis. Ao estudo da Economia Política, do Direito e de sua história, aliava o trato constante com as obras de Homero, Píndaro, Horácio, Virgílio, Ovídio e demais clássicos grego-romanos. Eram-lhe familiares Camões, o Padre Antônio Vieira, Frei Luís de Souza, Bocage, Filinto Elísio, Dante, Tasso, Ariosto, Petrarca, Voltaire, Rousseau, Descartes, Locke, Pope, Aristóteles, Shakespeare, Montesquieu, Gibbon, Newton, Adam Smith, Leibniz, Diderot, D'Alembert e demais enciclopedistas.

Adquiriu, assim, uma cultura científica, jurídica, política, literária e filosófica que, talvez até hoje, ninguém mais no Brasil e em Portugal tenha possuído tão extensa e tão profunda, porque Rui Barbosa jamais teve oportunidade de entregar-se a uma cultura científica e filosófica, ao lado da jurídica e literária.

Realizou, destarte, José Bonifácio o ideal de Diderot ao exclamar: «Feliz o geômetra em quem o estudo das ciências abstratas não houver enfraquecido o gosto das belas artes e das boas letras, ao qual Horácio e Tácito forem tão familiares quanto Newton, sabendo descobrir os segredos de uma curva e sentir as belezas de um poeta. Seu espírito e suas produções durarão através dos tempos e ele terá o mérito de todas as academias, não caindo na obscuridade e não correndo o risco de sobreviver ao seu próprio renome!»

Entre os seus papéis de estudante encontram-se alguns que revelam já se preocupar então com a civilização dos indígenas e a abolição do tráfico e da escravidão africana no Brasil. Desse tempo também restam apontamentos sobre problemas do latifúndio e da reforma agrária no Brasil colonial, assunto ao qual voltaria, em 10 de outubro de 1821, nas Instruções do Governo Provisório de São Paulo aos Deputados da Província às Cortes Portuguesas, para se conduzirem em relação aos negócios do Brasil. E até hoje Governadores esclarecidos e devotados ao bem do país vêm despendendo, em pura perda, imensos esforços na solução do premente problema.

Eis a clara percepção que da matéria revela José Bonifácio nesse documento ainda hoje de palpitante atualidade:

«Considerando quanto convém ao Brasil em geral, e a esta província de São Paulo em particular, que haja uma nova legislação sobre as chamadas sesmarias, que, sem aumentar a agricultura, como se pretendia, antes têm estreitado e dificultado a povoação progressiva e unida, porquanto há sesmarias de 6, 8 e 10 e mais léguas quadradas possuídas por homens sem cabedais e sem escravos, que não só não as cultivam, mas nem sequer as vendem e repartem por quem melhor saiba aproveitá-las, originando-se daqui que as povoações do sertão se acham muito espalhadas e isoladas por causa dos imensos terrenos de permeio, que se não podem repartir e cultivar, por serem sesmarias, seguindo-se também daqui viver a gente do campo dispersa e como feras no meio das brenhas e matos, com sumo prejuízo da administração da justiça e da civilização do país, parece-nos por todas estas razões muito conveniente que, seguindo-se o espírito da lei do Senhor D. Fernando sobre esta matéria, que serviu de fonte ao que está determinado na *Ordenação*, livro 4º, tit. 43, se legisle, pouco mais ou menos, o seguinte:

«1º que todas as terras, que foram dadas por sesmarias e não se acharem cultivadas, entrem outra vez na massa dos bens nacionais, deixando-se somente aos donos meia légua quadrada quando muito, com a condição de começarem logo a cultivá-la em tempo determinado que parecer justo.

«2.º — Que os que têm feito suas as terras só por mera posse, e não por título legal, as hajam de perder, exceto o terreno que já tiverem cultivado, e mais 400 geiras acadêmicas para poderem estender a sua cultura determinando-se-lhes para isto tempo prefixo.

«3.º — Que de todas as terras que reverterem por este modo à nação e de todas as outras que estiverem vagas, não se dêem mais sesmarias gratuitas senão nos poucos casos abaixo apontados; mas se vendam em porções ou lotes que nunca possam exceder de meia légua quadrada, avaliando-se segundo a natureza e bondade das terras

## ATUAÇÃO DE D. PEDRO E JOSÉ BONIFÁCIO NA INDEPENDÊNCIA

a geira acadêmica de 400 braças quadradas em 60 réis para cima, e procedendo-se à demarcação legal.

«4.º — que haja uma caixa ou cofre em que se recolha o produto dessas vendas, que será empregado em favorecer a colonização de europeus pobres, índios, mulatos e negros forros, a quem se darão da sesmaria pequenas porções de terreno para as cultivarem e nelas se estabelecerem.

«5.º — Em todas as vendas que se fizerem e sesmarias que se derem se porá a condição de que os donos de sesmarias deixem para matos e arvoredos a sexta parte do terreno, que jamais poderá ser derrubada e queimada sem que se façam novas plantações de bosques para que nunca falem as lenhas e madeiras necessárias.

«6.º — que de três em três léguas se deixe pelo menos uma légua intacta para se criarem novas vilas e povoados e quaisquer outros estabelecimentos de utilidade pública».

Sempre preocupado com estudos de aplicação prática, pondo a ciência «a *serviço do bem estar e aperfeiçoamento humanos*», adotou José Bonifácio para epígrafe de vários de seus trabalhos, o verso de Fedro: «*Nisi utile est quod facimus, stulta est gloria*». A primeira *Memória* por ele apresentada à Academia das Ciências de Lisboa versou sobre a pesca da baleia, apontando os erros cometidos a esse respeito, dos quais resultaria, se não fossem corrigidos a tempo, a extinção desse precioso cetáceo então muito abundante nas costas do Brasil.

A sua formação científica e a sua aguda observação dos acontecimentos de seu tempo preservaram-no, ao ser feita a nossa Independência, de copiar servilmente as instituições políticas e as legislações da Europa. Para ele, como para Aristóteles, «a bondade de qualquer Constituição é que seja a melhor que a nação possa e queira receber, Que Constituição mais livre do que a francesa de 1795? — perguntava ele. E, contudo, acabou logo, porque a maioria da nação não quis recebê-la. Assim, as melhores instituições, absolutamente, não são as melhores relativamente. Tudo é filho do tempo e das luzes. Os homens são entes sensíveis e frutos das circunstâncias, e não entes de razão ou idéias de Platão».

Eis por que, em vez de perder-se, como um ideólogo, no devaneio de fazer do Brasil em 1822 uma república, com o risco da quebra de sua unidade política, dirigiu José Bonifácio, com a segurança de um sociólogo, o movimento de sua Independência, obtendo-a sem abalos, através do próprio Príncipe herdeiro de Portugal e mantendo, assim, a integridade territorial de nossa pátria.

Não é possível traçar aqui, no exíguo tempo desta comunicação, o que foi a sua atuação como Ministro, guiado sempre pelo princípio de que «a verdadeira Política é filha da Razão e da Moral» e que «a

*sociedade civil tem por fim principal a felicidade dos homens*». Mantida a ordem, tratou José Bonifácio de desenvolvê-la, cuidando do progresso. Com o seu costumeiro descortino sentiu a necessidade de ser a capital do Brasil instalada numa cidade do centro do país, para que este, coeso e respeitadas as peculiaridades de cada uma de suas principais regiões, pudesse realizar as reformas sociais e econômicas de que carecia. A abertura de estradas e canais, o reflorestamento, a exploração das minas, o incremento da agricultura (aproveitando-se a semente de algodão para o fabrico do azeite), a multiplicação de escolas públicas e centros de cultura física, o fomento da imigração, a proteção e incorporação dos índios, a extinção imediata do tráfico africano e a abolição da escravatura, que seria gradual para evitar o colapso da economia do país — este, em síntese, o vasto programa de governo do Patriarca.

No que diz respeito à nossa Armada, quero lembrar haver ele, como Ministro em **1822**, sentido a necessidade de ser com presteza organizada pelo Brasil uma esquadra que pudesse enfrentar a frota portuguesa ancorada na Bahia e reforçasse, ao mesmo tempo, a atuação do nosso exército comandado por Labatut, que se esforçava por expelir daquela província as tropas do General Madeira.

Quando, em 10 de março de 1822, chegou ao Rio de Janeiro a frota portuguesa, comandada por Francisco Maximiano de Souza, o qual tinha a missão de reconduzir o príncipe Dom Pedro e sua família a Lisboa, José Bonifácio convenceu o Regente de que devia apossar-se da fragata *Carolina* e conseguiu ainda que, ao retirar-se a esquadra lusitana, ficassem no Brasil quatrocentos homens que voluntariamente se alistaram no serviço das armas nacionais.

Percebeu logo José Bonifácio que o comando dessa esquadra devia caber a um oficial de grande tirocínio e bravura, e, sabendo que se encontrava no Chile, após haver conduzido vitoriosamente a guerra naval desse país no Pacífico, Lord Cochrane, ex-oficial da Marinha inglesa, em condições, portanto de dirigir com superioridade a recém-formada esquadra brasileira, encarregou o nosso Cônsul em Buenos Aires, Antônio Manuel da Câmara, de convidá-lo para assumir o comando supremo da armada que passaria à história com o nome de Esquadra da Independência.

Ao mesmo tempo, com igual atilamento, ordenou José Bonifácio que o nosso Encarregado de Negócios em Londres engajassem marinheiros e oficiais britânicos a fim de servirem, com os brasileiros, na Bahia e outros pontos de nossa costa que carecessem de contingentes de nossa Armada.

Lord Cochrane, a quem foi conferida a dignidade de «*Primeiro Almirante do Brasil*», com o soldo e os emolumentos que tinha quando

## ATUAÇÃO DE D. PEDRO E JOSÉ BONIFÁCIO NA INDEPENDÊNCIA

se achava a serviço do Chile, chegou ao Rio em 13 de março de 1823, tendo tido em casa de José Bonifácio a sua primeira audiência com o Imperador.

Não era José Bonifácio um político desses maneirosos e de atitudes dúbias, movidos apenas de interesses pessoais, e que, para fazê-los triunfar, dissimulam, ou, como se diz, *despistam*, não criando casos, nem se incompatibilizando seja com quem for, salvo quando encontram resistência aos seus pequeninos intentos; sem possuir uma idéia, sem defender um princípio, sem formular um programa, sem bater-se por um ideal. Nesse tipo de político de nenhum modo se pode enquadrar José Bonifácio. Era tendo em vista os que encarnam esse modelo que, já em seu tempo, observava o Padre Antônio Vieira:

«Tempos houve em que os demônios falavam e o mundo os ouvia; mas depois que ouviu os políticos ainda é pior o mundo».

Se, entretanto, político é o homem de larga visão sobre os negócios públicos, abarcando-os em seu conjunto para melhor salvaguardar os interesses coletivos, defendendo-os com afinco, lançando programas, construindo planos e apegando-se à sua realização com desassombro e energia, a peito descoberto, cuidando não só do presente, mas do porvir, sem sombra de contestação José Bonifácio o foi como os que mais o tenham sido.

Se fosse possível aplicar-lhe a famosa definição de Churchill — «o estadista preocupa-se com as futuras gerações, enquanto o político apenas planeja as futuras eleições» — apresentar-se-nos-ia José Bonifácio antes como estadista do que como político.

Eis por que, ponderando-lhe certa feita, o Marquês de Barbacena que, para o bem público, seria de desejar que ele, Marquês, tivesse os talentos de José Bonifácio, ou que este possuísse as manhas dele, Marquês, respondeu-lhe o Patriarca: «É impossível, Sr. Marquês, porque V. Exa. não teria as suas manhas se tivesse os meus talentos».

Para se avaliar o alcance das vistas políticas e sociais de José Bonifácio, decorrentes de sua formação científica, basta considerar haver sido um precursor da assistência social à mulher no período da gravidez e da amamentação. Eis realmente, o que consta da Representação que dirigiu, em 1823, à Assembléia Constituinte sobre a escravatura:

### Artigo XVIII

«A escrava durante a prenhez, e passado o terceiro mês, não será obrigada a serviços violentos e aturados; no oitavo mês só será ocupada em casa; depois do parto terá um mês de convalescença; e passado este, durante um ano não trabalhará longe do filho.

Artigo XIX

«Tendo a escrava o primeiro filho vingado, se pejar de novo, terá, além do que acima fica determinado, uma hora de descanso mais além das horas estabelecidas; e assim à proporção dos filhos vingados que for tendo: e ficará forra logo que tiver cinco filhos, porém sujeita a obedecer e morar com o marido, se for casada».

Pouco mais de um mês depois de deixar o Ministério, que exerceu apenas durante um ano e meio, fez José Bonifácio ao jornal *O Tamoio*, de 5 de setembro de 1823, declarações que bem lhe caracterizam a personalidade.

Referindo-se ao poder, disse que «não levava saudades dele, porque nunca dera peso ao fumo das grandezas humanas», lembrando, a esse propósito, as palavras de Tasso: «*É un ombra, anzi d'una ombra, um sogno*». E acrescentou que pretendia realizar antigo projeto: «acolher-se ao retiro dos campos e serras que o tinham visto nascer, e folhear ali algumas páginas do grande livro da natureza, que aprendera a decifrar com aturado e longo esforço». Abrindo o seu coração, foi confessando, entre orgulhoso e modesto: cada vez mais me persuado que não nasci senão para homem de letras e roceiro (...); no retiro do campo terei tempo de dar a última mão à redação das minhas longas viagens pela Europa, aos meus compêndios de metalurgia e de mineralogia, e a vários opúsculos e memórias de filosofia e literatura (...), (que, se lhes não acudo já, estão em perigo de ser pasto de baratas e cupins) . Se não servirem para o Brasil, como creio, servirão talvez para os doutos da Europa, que conheço e me conhecem. E que maior consolação pode ter um amante das ciências, e boas artes do que comunicar suas idéias e pensamentos a quem pode entendê-los e aproveitá-los? É um prazer puro da alma espalhar pelo mundo o fruto de seus estudos e meditações, sem outra remuneração que a consciência de fazer o bem».

Foi por assim pensar que ele declarou, em 24 de junho de 1813, ao responder, em nome da Real Academia das Ciências de Lisboa, à consulta do Governo sobre a adoção do novo sistema de pesos e medidas, então impugnado em Portugal pela prevenção contra a França motivada pelas invasões napoleônicas:

«Talvez pareça aos espíritos acanhados que a adoção do Sistema Métrico Decimal para base das novas medidas ofende de algum modo o pundonor nacional, porém, reflitam que o Verdadeiro e o útil não tem pátria; pertencem a todas as nações, pertencem ao universo inteiro. Seria capricho pueril não adotar o que há de bom entre os Inimigos só porque eles dizem que é seu. Que seria da República das Letras, se os ódios e as guerras das nações houvessem de invadir os domínios pacíficos da Verdade e das Ciências úteis?»

Na política internacional não admitia José Bonifácio qualquer luta entre nações americanas, devendo o Brasil, com os outros países da

## ATUAÇÃO DE D. PEDRO E JOSÉ BONIFÁCIO NA INDEPENDÊNCIA

América opor-se "aos cerebrinos manejos da política européia". Dirigindo-se a Chamberlain, representante do governo britânico, defendeu com energia o princípio da autodeterminação: "O Brasil quer viver em paz e amizade com todas as outras nações, há de tratar igualmente bem a todos os estrangeiros. Mas jamais consentirá que intervenham nos negócios internos do país."

Pregando a fraternidade entre os povos, dizia: "Não reconhecemos diferença, nem distinções na Família Humana: como brasileiros serão tratados por nós o chinês, o luso, o egípcio e o haitiano, o adorador do Sol e o de Maomé. Longe de nós a discórdia, longe de nós a intolerância: trabalhemos unidos na perfeição de nossa Nação. Sejamos nós o primeiro povo que apresente o quadro dessa paz divina, dessa concórdia celeste que deve um dia ligar todo o Mundo, e fazer de todos os homens uma só família."

Ouve-se, nestas palavras do Patriarca, como que um eco da grande voz de Homero, por ele tão admirado, ao exclamar na *Iliada*:

"Ah! que a dissensão pereça entre os deuses, e, entre os homens, pereça a cólera, que perturba o mais sábio, e, mais doce do que o mel líquido, se incha, como a fumaça, no peito dos homens!"

De trato lhano e afável. José Bonifácio jamais foi atacado de *im-portantite*, essa tremenda doença contra a qual não valem drogas, por mais heróicas.

À sua simplicidade de maneiras jamais foi modificada pelos altos cargos e dignidades, tendo sido um dos raros a desmentir a observação do Padre Antônio Vieira de não haver "coisa que mais mude os homens do que o descer e o subir, e o subir muito mais do que o descer".

Pretendendo Pedro I conferir-lhe o título de Marquês e a Grã-Cruz do Cruzeiro, opôs-lhe José Bonifácio peremptória recusa, dizendo-lhe que, como única recompensa dos seus esforços em prol da emancipação política do Brasil, só aspirava que sobre a sua sepultura se pusesse uma pedra tosca onde figurassem os versos de Antônio Ferreira:

Eu desta glória só fico contente,  
Que a minha terra ame e a minha gente.

Na galeria dos grandes vultos da União Pan-Americana, em Washington, quem, ao lado de Washington, Franklin, Bolívar e San Martín, representa o Brasil, é, por determinação do Barão do Rio Branco, José Bonifácio.

"..... esse arquiteto ousado  
que amassa um povo na robusta mão".

nas palavras de Castro Alves, porque, a ele, ao lado de Pedro I, se deve a soberania desta "famosa peça inteiriça de arquitetura social",

**IVAN LINS**

que, nas suas próprias palavras, é o nosso Brasil, imenso pelo seu território e pelo seu povo, cujos feitos de glória, na guerra e na paz, o têm imposto ao respeito universal. Livre de preconceitos de raças e de cor, e, bem assim, de ódios de religião, marcha, na verdade, o Brasil, no sentido do regime pacífico-industrial, claramente definido pelo fundador da Sociologia, regime que, ao ser alcançado um dia por todos os povos, dará ao nosso planeta uma humanidade consciente e unida pelos mesmos ideais de paz, de fraternidade e respeito recíproco.

# A Independência do Brasil no Processo de Descolonização das Américas

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

A descolonização do mundo, entendida a descolonização como a retirada física do europeu na condição de possuidor político-soberano, das terras e humanidades africanas, asiáticas e americanas, não é episódio totalmente de nossos dias. Porque, na verdade, principiou no século XVIII, quando as treze colônias inglesas se declararam independentes, passando a compor a União Norte-Americana. Constitui, assim, capítulo daquele processo, iniciado no século XVI, quando portugueses, espanhóis, franceses, ingleses e holandeses se lançaram à empresa dos descobrimentos marítimos, e, como consequência, ao domínio dos novos mundos com que se defrontaram, revelaram e sobre os quais passaram a exercer um direito, que se atribuíram, como heróis da façanha de posse e de domínio político. A europeização da terra, fruto dessa expansão, constituiu-se nessas linhas de ação.

Excluídos os holandeses, que só momentaneamente, ou escassamente, reduzidamente, exerceram aqueles pretensos direitos — já que seus domínios atuais nas Antilhas e nas Guianas são de expressão mínima, não se podendo considerar como áreas de significação maior no plano político e no plano sócio-cultural, pois que na verdade não representam, efetivamente, uma presença atuante, permanente, em profundidade, da Holanda como elaboradora de sociedade dela resultante, como foi o caso das outras unidades montadas e mantidas pelos outros quatro povos, nas Américas, — estes é que deram ser às novas

sociedades que compõem, na atualidade, os povos americanos. E esses povos, por sua decisão, por suas mãos, por sua ação, tornaram-se emancipados politicamente, desde fins do século XVIII às primeiras décadas do XIX, quando destruíram os vínculos de subordinação à Europa, desse modo dando início, como já afirmamos, ao primeiro capítulo de descolonização do mundo, ou, se quiserem, de deseuropeização da terra.

Àqueles quatro povos, cada um com técnica própria, conduta peculiar, mas enfrentando os mesmos obstáculos físicos criados pela natureza e pelas humanidades aborígenes que encontraram e com que lutaram para vencê-las e trazê-las à sua convivência e incorporação, em concorrência constante, em operações de guerra ou em ação criadora, montaram os respectivos impérios, que defenderam e na defesa dos quais, por vezes, se lançaram uns contra os outros para mantê-los ou para ampliá-los.

O domínio que exerceram não se processou, portanto, sob a doçura de uma harmonia bonançosa. Foi áspero, custou vidas deles próprios e dos que lhes preexistiam à presença, mas assegurou, é certo, a formação de economias, sociedades e culturas que são a raiz do que distingue ou individualiza as nações americanas da atualidade.

Uma fronteira, fixada logo após o descobrimento colômbino, definiu ou partilhou a América, e, por consequência, também o mundo. Portugueses e espanhóis, excluídos os outros, dividiram entre si o espaço: terras e águas. Sucede que os outros povos europeus não aceitaram a partilha. A concorrência, violenta ou não, foi a consequência imediata. A divisão, desrespeitada, deixou de ter sentido maior, inclusive, para os próprios partilhantes, que ampliaram seus impérios. Seus conquistadores, seus bandeirantes, como os pioneiros e os "cour-renas de bois" das duas outras nações, a britânica e a francesa, realizaram a grande façanha. São todos exemplos admiráveis de espécie humana, no que diz respeito à coragem que revelaram e aos resultados que obtiveram e asseguraram, às respectivas pátrias, a imensidade territorial e, com ela, as disponibilidades econômicas de que se valeram na competição universal, na conquista de mercados e na projeção que alcançaram.

A multidão européia, que se transferiu às Américas, criando as unidades políticas ultramarinas, aqui e ali manteve relações de sangue com os aborígenes locais, dando origem às sociedades mestiças. A importação de mão-de-obra negra, africana, complementando o estoque étnico e dando velocidade às tarefas de exploração do solo e do subsolo, trouxe também a contribuição cultural que, somada às outras, a européia e a americana, dos impérios e grupos tribais, importou na transferência de valores de toda espécie, a interculturação, que provocou a mestiçagem cultural. Mesmo nas treze colônias inglesas, onde as ligações e a participação da humanidade aborígene fora tão

## A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NO PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO DAS...

escassa, ocorreram os casos de exceção, que permitiram descobrir, no que é representativa da cultura colonial americana, particularidades explicadas por aquela presença aborígine. Porque a negra africana, essa foi realmente intensa, excluída, é certo, a contribuição amorosa para a mestiçagem étnica, que praticamente não ocorreu.

Em meados do século XVIII, excluídos os franceses da Acádia, da Terra Nova e do Canadá, que haviam passado às mãos dos ingleses, conquanto estabelecida outra área imperial para eles na Luisiânia, os impérios europeus na América pareciam perfeitamente definidos e definitivos como conquista e como domínio político e, portanto, como soberania mansa, tranqüila, útil. Em todos os aspectos, do sistema metropolitano, diferindo uns dos outros como frutos das distâncias que havia entre eles e das circunstâncias variadas, locais, que lhes impunham aqueles comportamentos e regimes administrativos. As igrejas, Católica Romana e Reformada, executavam seu apostolado, intensamente, podendo mesmo atribuir-se-lhes uma atuação em profundidade, capaz de modelar as sociedades a que serviam e a que impunham suas diretrizes espirituais.

A aventura da montagem desses impérios não decorreria suavemente. Naturezas físicas diversas, inteiramente diversas daquelas que conformavam a paisagem européia, haviam sido um obstáculo. Depois, a construção de toda uma vida nova, que expressasse a acomodação com o meio ambiente, nele impondo uma disciplina e uma vontade de criar, sem fidelidade demasiada à Europa, mas sem romper com ela, e, já lançando os fundamentos de paisagem nova, que seria fruto daquela mesma aventura. <sup>(1)</sup>

E foi praticamente nesse momento histórico, o de meados do século XVIII, que, naquela Europa que se distanciava, principiou séria transformação no sistema existencial, adotando-se fórmulas revolucionárias, ideologias avançadas, princípios que feriam práticas centenárias, fórmulas políticas também já vencidas pelo tempo. O chamado "iluminismo", da filosofia reformadora, envolvendo círculos pensantes e mesmo círculos responsáveis pelos destinos políticos dos povos, marcou a grande crise, de que a "Enciclopédia" seria o fruto mais profundo. <sup>(2)</sup>

As transformações que se operaram atingiram os próprios domínios coloniais, provocando as cautelas oficiais, a vigilância redobrada, porque naquele raciocínio revolucionário estava também contida a idéia de separação. A quietude não compusera, convém lembrar aqui, uma constante na vida americana no decorrer dos três séculos iniciais de sua formação. Se não se elaborara, no decorrer deles, um forte sentimento nacional, nas quatro Américas, nem por isso podemos deixar de constatar que já havia consciência de direitos, revelada constantemente nos protestos contra os excessos das autoridades, nas reclama-

ções por medidas mais capazes de garantir o bem-estar coletivo ou contra injustiças que se cometiam. Os erros eram normais como obra humana, e não se contavam por um mínimo. Contra eles já se ouviam vozes, em textos escritos, que circulavam clandestinamente. As explosões populares, também, se não se amiudavam, eram bastantes para expressar mal-estar, desassossego, crise do poder, ânsia de melhoria. Havia mesmo uma rica tradição revolucionária, principalmente nas áreas portuguesa e espanhola, menos, muito menos rica nas outras duas Américas, a francesa e a inglesa.

Com o advento das novidades do "iluminismo", reacendeu-se a chama das reivindicações. Se não se pode atribuir, diretamente, o movimento das treze Colônias inglesas a uma influência daquelas idéias, nem por isso podemos deixar de reconhecer que essa manifestação de liberdade, que atingiria seu clímax em 1776, explica-se em termos de influência e de defesa de princípios jurídicos, que a Coroa britânica teimava em violar. Na América espanhola, na portuguesa e na francesa, a influência ideológica seria imensa e levaria aos extremos da revolução. O chamado "antigo regime" entrava em declínio. E como o "antigo regime" entrava em declínio o primeiro império colonial que a Europa constituiria no decorrer de trezentos anos. (3)

À independência dos Estados Unidos, seguiu-se a do Haiti, em 1804, com a proclamação de um império, de raiz africana negra. Vencido Toussaint Louverture, a vitória contra as armas francesas fora alcançada por Dessalines, que eliminou, sumariamente, os brancos que haviam escapado na luta sangrenta e, recusando acompanhar os senhores, que escapavam aos horrores da guerra civil, tinham teimado em permanecer na ilha.

Na América espanhola, o processo de rompimento com a mãe pátria explodiu em 1810, o ano um dos movimentos revolucionários. Então, a perda de independência do Reino peninsular, conquistado pelos franceses de Napoleão, abdicante o rei Carlos IV e aprisionado o sucessor, Fernando VII, os colonos, recusando aceitar a intrusão francesa, começaram a decidir de seus destinos. Já desde os começos do século, os princípios da revolução eram evidentes, como ideologia que se acalentava. Aranda, homem de Estado que adotava ideologia avançada como legítimo "afrancesado", sugerira uma fórmula con-temporadora: pequenos reinos, vassalos do Rei de Espanha, dirigidos por Príncipes da Família Real, os Bourbons espanhóis. A idéia não encontrara acolhida. Ocorria, a essa altura, uma penetração ousada dos ingleses, que brechavam o edifício colonial, através de comércio ilícito ao longo do litoral Atlântico, desse modo justando contas com Espanha pela ajuda que esta concedera aos rebeldes norte-americanos, ao mesmo tempo era que se propunham eles a uma participação intensa, profunda e rentável, na aventura econômica naqueles territórios, que se podiam transformar também em nações soberanas, a eles ligadas,

## A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NO PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO DAS...

porém, pelos interesses mercantis e, portanto, como excelentes mercados para seus negócios. <sup>(4)</sup>

Na América portuguesa, a situação era diferente. E era diferente porque, vencidas as tentativas para retirar a Portugal o domínio sobre o Brasil, com a transferência da Corte, Príncipe D. João à frente, para o Rio de Janeiro, alterava-se o quadro político: Monarca europeu reinava na América, em algum ponto da América, acelerando-lhe o desenvolvimento e concedendo-lhe, com a condição política, ímpar no continente, os foros de país soberano, que dispunha, inclusive, de área colonial, representada pelos territórios africanos e asiáticos de Portugal. <sup>(5)</sup> Lisboa perdera a posição de capital, de todo o outro mundo português. Agora era o Rio de Janeiro, com todo o instrumental e a rede institucional de um país que, sem apelar para a solução armada, constituía o seu novo destino ou sua nova condição política. Porque, realmente, em 1808, abertos os portos do Brasil ao intercâmbio mundial, intercâmbio de toda espécie, o Brasil perdera, efetivamente, a situação de espaço colonial. Em 1815, elevado a Reino Unido a Portugal, passava, legitimamente, de direito, portanto, e não apenas de fato, como vinha sucedendo, a desfrutar a nova categoria política. A descolonização de forma diferente, do que ocorria nas outras Américas, atingia também o Brasil. A presença da Corte impediu, assim, que o Brasil acompanhasse a lição que as outras três Américas estavam dando, isto é, alcançando a independência na guerra civil, cheia de dureza e de sangue derramado.

Havia, é certo, desse modo, um retardamento na conquista do direito de soberania total. Nem por isso, no entanto, o episódio perdia o tons de grandeza cívica que encontramos nos outros, os daquelas outras Pátrias que surgiam. De acordo com a nossa própria maneira de ser, conseguíamos nossa solução por um processo menos drástico, mais humano. E no entanto, toda uma série de acontecimentos anteriores poderia permitir que se previsse a solução violenta. As três inconfidências do século XVIII e XIX, a baiana, a mineira, e a fluminense, essa a que não provocara derramamento de sangue, valiam, junto aos sucessos de 1817, no Nordeste, sob o comando nervoso, bravio, de Pernambuco, como um prefácio muito sério ao que aconteceria depois. E tanto assim que de mil precauções começou a servir-se a autoridade reinol, alarmada com a velocidade com que a idéia de revolução fazia prosélitos no Brasil.

Cabe aqui, a propósito, lembrar que desde o começo do século XIX, em 1806, o mais famoso e ardoroso dos que sonhavam com a independência total das Américas. Francisco de Miranda, venezuelano, amigo dos ingleses, que lhe deram cobertura para seus planos de ação revolucionária, tinha suas vistas voltadas para o Brasil. E se são certas as informações contidas na documentação revelada pelo historiador venezuelano Parra Perez, projetava mesmo começar pelo Brasil

a ação revolucionária no continente de raiz ibérica. Até o Plano de Governo que seria adotado já estaria elaborado. <sup>(6)</sup> Até que ponto, porém, no Brasil, havia receptividade, à época, para o movimento que Miranda teria projetado? É de lembrar-se que no mesmo período, em Pernambuco, descobriam-se os conciliábulos de Arruda Câmara, dos irmãos Suassuna, conciliábulos onde se ambicionava a independência. E Silvestre Pinheiro Ferreira, nas memórias que escreveu, as *Cartas Sobre a Revolução do Brasil*, e a *Memória Política Sobre os Abusos Gerais e Modo de se Reformar e Prevenir a Revolução Popular*, reclamava a atenção oficial para o que se podia facilmente prever, às lições que se escreviam na vizinhança, isto é, nas colônias de Espanha. Seria possível impedir que aqui se adotasse o ensinamento dali decorrente?

Na Amazônia longínqua, na fronteira com a Venezuela, os rebeldes de Bolívar procuravam seduzir guarnições brasileiras ali localizadas. <sup>(7)</sup> Nos demais trechos da fronteira com o mundo hispano não ocorria o mesmo? O processo revolucionário não se interrompia e as medidas de segurança não bastavam. O clima de intranquilidade e de mudança política era visível, não se deve esquecer, ao meditar-se sobre o Brasil naquela fase histórica. Dir-se-ia que com a presença da Corte e as transformações por que passava a ex-colônia, agora sede de Reino Unido, os perigos seriam menores. O movimento de 1817, no Nordeste, vale, porém, como resposta. O que se imaginava era, inicialmente, um exercício de poder que não fosse mais o do absolutismo para, a seguir, com o rompimento dos vínculos de subordinação, alcançar-se o novo *status* político. As distâncias entre reinóis e brasileiros cresciam, evidenciando a robustez do pensamento autonomista ou, se quiserem, emancipacionista. <sup>(8)</sup>

Quando, por isso, em 1820, no Porto, explodiu a revolução liberal, seu eco, no Brasil, importou no apressamento da emancipação, que podia provocar espanto ante tanto fato a refletir a consciência nova no mundo, mundo de que o Brasil era participante. O campo estava aberto. O iluminismo e o liberalismo já tinham adeptos nas altas classes e os sentimentos políticos de liberdade também já envolviam a humanidade brasileira em geral. Daí porque esse eco foi natural, penetrante e imediato, de nada valendo as hesitações oficiais, a timidez dos que governavam e percebiam bem o fim do sistema que procuravam salvar ou manter. <sup>(9)</sup>

Vasta correspondência de Câmaras Municipais de todo o Brasil com D. João e com D. Pedro, de 1808 a 1822, reflete o estado de espírito do país, desde a chegada da Família Real, no tocante aos assuntos decisivos da independência. São pedidos de providências, são reclamações, são sugestões para uma ação do Poder Público, no bem coletivo. São, por fim, demonstrações políticas significando posição no conflito de idéias que agitava o Brasil quanto ao comportamento por adotar, na conjuntura decisiva que se estava vivendo. Ex-

pressavam a consciência cívica dos mais remotos pontos da ex-colônia, sobre o que lhes parecia conveniente, certo, necessário, como elemento positivo. Há, também, se não tão distante no tempo, mas mais perto daqueles dias que antecederam ao Sete de Setembro, toda uma série de panfletos que se escreveram e divulgaram, através dos quais procedia-se ao debate do momento e da solução por adotar. Defendia-se a situação anterior à chegada da Família Real, portanto a condição colonial, o que parece ousadia ilimitada. Defendia-se a tese de um Reino Unido, as duas áreas do Atlântico vivendo em acerto, em comunidade étnica e cultura, efetiva, de maneira a impedir a secessão. Defendia-se, afinal, a separação pura e simples, sem mais contemporizações, em decisão enérgica e definida. Como nesses panfletos, ocorria também o debate na imprensa política, que começava, e advogava, quase sem exceção, ou o Reino Unido ou a independência total. Tudo deixando claro que entrava a funcionar um sentimento de nacionalidade que era impossível conter mais. Mera cópia ou consciência da lição que os norte-americanos, os haitianos e os hispano-americanos nos haviam dado, ou ainda, maneira própria, que encerraria o primeiro capítulo do processo de descolonização das Américas e, com ela, do mundo?

Evidentemente, o que ocorria, e o próprio D. João VI, ao regressar a Lisboa, não escondeu a certeza que possuía do que sucederia, quando exoito o filho, o Príncipe Regente, a assumir a direção dos acontecimentos na hora própria, o que ocorria era a decisão do Brasil em manter-se livre, soberano. As advertências a respeito, dos responsáveis pelos negócios do Estado, eram constantes. Receava-se muito o contágio do reformismo espanhol e a aventura bélica dos hispano-americanos. Pensava-se, em 1814, em face da marcha dos acontecimentos, em fazer voltar o ainda Príncipe D. Pedro, para Portugal, a regê-lo diretamente. Parecia também solução, para conciliar as duas áreas do Reino, a européia e a americana, uma Regência na Europa, e D. João permanecendo no Brasil, mesmo porque o Brasil já caminhara bastante e não seria possível deixá-lo à sua própria sorte. Tirara-se, porém, ao Príncipe D. Pedro, sucessor legítimo do trono, o título que os futuros monarcas usavam — em vez de "Príncipe do Brasil", título decretado desde 27 de outubro de 1815, agora seria "Príncipe Real do Reino Unido de Portugal, do Brasil e Algarves e Duque de Bragança". A restauração do Reino europeu não podia efetivar-se, porém, sem a contribuição do Brasil, lembrava-se, então, a D. João VI. Portugal estava em decadência e a passagem dos franceses caracterizara-se pelo aumento da pobreza: tudo fora, praticamente, destruído, era o retrato que se expunha, de Lisboa, em memória a D. João, inclusive do General Beresford, que comandava o exército na campanha contra os invasores napoleônicos e exercia, de fato, o poder de governo. <sup>(10)</sup>

Um comandante da tropa portuguesa, Vicente Antônio de Oliveira, em reflexões ao Monarca, às novas dos acontecimentos do Porto

e conseqüências imediatas em todo o Reino, voltara à tese da ida de D. Pedro para acalmar os ânimos e, a seguir, a adoção de uma série de medidas capazes de atender à gravidade do momento, inclusive para manutenção dos laços de convivência entre Portugal e Brasil e demais partes do Império. Era preciso, no entanto, escrevia aquele servidor do Trono, evitar que a onda subversiva envolvesse e perdesse o país: "No meu sentir a liberdade da imprensa, o consentimento dos diferentes Cultos e a tolerância de clandestinas associações são as primordiais origens dos perigosos males, que no tempo d'agora flagelão as Nações Civilizadas. Seria hun nunca acabar se eu fizesse a enumeração dos males cauzados por estas ditas origens, e portanto limito-me em lembrar que ellas são as Armas de que se valem os frenéticos filósofos do passado e prezente Secullo na guerra, que tem declarado à felicidade do homem social.» (11)

Entendiam, todavia, alguns, desde 1808, que a instalação da Corte no Rio é que constituía um perigo para a unidade, pois que distanciara o Reino europeu do americano. Sugerira-se até a aceitação de nova família real para o Trono e a organização de império sob forma federa-lista, incluindo-se, no novo Império, assim constituído, o Brasil e as demais partes do ultramar.

A descolonização estava em marcha. E em 1824, por ocasião do exame da situação nova que se criara com a separação do Brasil, o Marquês de Palmela, balanceando o quadro recente e a razão de ser de tudo que sucedera, lembrava:

"— Passando a expor a minha opinião digo — 1º.— O Brazil há-de vir a ser independente pela força das circunstâncias. Por quanto 1º Todos sabem q. os Brasileiros aspi-rão à separação desde tempos mui remotos e dous illustres Membros deste Con" q. ajuntam a seus vastos conheci<sup>9</sup> exper<sup>a</sup> que adquirirão aos Gov<sup>o</sup> da América em q. forão empregados, declararão já q. em toda a superficie deste extenso paiz reinava 110 coração dos habitantes o mais vivo e ard. desejo de se separarem da Metrópole. 2<sup>9</sup> — A contestação em que se envolveo, a Grão Bret.<sup>a</sup> com suas Col<sup>a</sup> desprezando os conselhos e os vaticínios de seus maiores Estadistas Fox, Burke &c. Conde de Chaltham &c. e o reconhecim<sup>o</sup> que fi-nalmt. foi obrigada a fazer da independ. das mesmas Colônias, depois dos inúteis esforços de huma guerra obstinada de 7 an. avivou estes mesmos desejos, e fez ver aos Brasileiros a possibilidade. de os realizar. 3<sup>9</sup> — Os prognósticos de mt<sup>o</sup> escritores q. se lião no Brasil avidamte, accenderão a chama cada vez mais, — Raynal (se a memória me não engana) já em 1771 tinha escrito q. as Colônias da Amer. se virão a separar dos Estd. Europeus a q. pertencião. Não foi menor o effeito da obra de Duprat intitulada as

## A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NO PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO DAS...

Três id<sup>as</sup> das Col<sup>as</sup> e imprensa no principio do prest. século — Este escritor não só sustenta a impossibilid. de conservar as Col. em sujeição, mas até passa a aconselhar às Pot. Europeus q. lhes concedão a independ. debaixo de condições reciprocamente favoráveis e designa os limites dos diversos estados em que se devem repartir — As mesmas ideas forão abraçadas por outros, escritores q. seria fastidioso enumerar, sustentadas pelo Auctor do Corr<sup>o</sup> Brasil<sup>o</sup> e ja mt' antes pregadas por numerosos Missionários sahidos dos Clubs Maçonicos e confirmarão cada vez mais o Brazil<sup>o</sup> nos seus projectos. 4<sup>o</sup> A trasladação q. V.M. fez da sua Corte p<sup>a</sup> o Rio de Jan<sup>o</sup> sendo o prim.<sup>o</sup> passo p<sup>a</sup> a salvação da Europa, e o maior sacrificio q. hum Monarca, Pay de seus povos, podia fazer à causa publica, foi por outra pte. huma circumst. q. inflamou o animo dos Brazil.<sup>o</sup> e tornou impracticavel a sua sujeição a Portugal, a qual derão por acabada no momt. em q. V.M. pizou o Contint. da America. Como se poderia esperar q. huma Nação altiva, e q. soffria com impaciência o jugo da Metrópole, depois de conseguir a gloria de possuir o seu Soberano, e por consq. de ser a Cabeça da Monarquia, se tornasse jamais a submeter a esse jugo, que tão odioso lhe era, ainda q. passasse da condição de Colônia à de Prov, e m<sup>9</sup> à categoria de Rn<sup>9</sup>?

Todas as considerações referidas, e outras q. seria fácil acrescentar me parecem demonstrar convenientemente q. o Brazil ha de ser independ. por força das circumst<sup>a</sup>. (12)

Evidenciava-se, nesse texto, claramente, a existência do processo de descolonização, de que o episódio brasileiro era parte. Reconhecia-se que estava findando o domínio político-econômico da Europa sobre os territórios que ela descobrira e com que constituíra seus impérios ultramarinos .

No episódio brasileiro há que assinalar-se o fato de, no decorrer dos dias que antecederam ao Sete de Setembro, ao lado do Príncipe D. Pedro, contendo-o nos arrebatamentos, elaborando as peças fundamentais ao momento, mantendo, por todo o país, os seus agentes de informação e de propaganda das idéias nacionalistas, estava um homem equilibrado, de alta expressão cultural, visão de estadista, servido de um conhecimento realista dos homens, com a experiência do Velho Mundo, consciente de suas responsabilidades e a par das ideologias que destruíam o antigo regime. Esse homem era José Bonifácio de Andrada e Silva, a quem chamaríamos, mais tarde, «Patriarca da Independência». Bem certo de que a problemática brasileira era grave, difícil, e deveria ser enfrentada com atos enérgicos, que não importassem em desacertos, violências, mas significassem decisão, fruto de raciocínio, meditação, de realismo, apercebera-se também de que era preciso evitar a

secessão. O exemplo da América espanhola estava ali a ensinar, a indicar que o caminho por trabalhar não poderia ser o daqueles vizinhos, que estavam destruindo a unidade do império espanhol com a repartição política nas várias repúblicas que criavam. A experiência republicana não poderia trazer, no Brasil, as mesmas conseqüências?

Não devemos esquecer nunca que, à chegada da família imperial, o Brasil não compunha uma unidade global. Compúnhamos um arquipélago. Não havia, aqui, governo único que comandasse a administração da Colônia. As Capitânicas Gerais e as próprias Capitânicas de segunda ordem, subordinadas àquelas, eram controladas e dirigidas diretamente de Lisboa. O chamado Vice-Rei do Rio de Janeiro não dispunha de maior competência que os Capitães-Generais. O título valia-lhe como distinção e não lhe atribuía maiores somas de poder. Daí porque governava apenas o Rio de Janeiro, então o que hoje se representa nos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Com a Corte, modificara-se a situação. E o Rio assumira o grande papel político de, como sede do Poder português, substituindo Lisboa, comandar a vida nacional. Ora, com a Revolução do Porto, tentava-se restaurar aquele quadro anterior, cada Capitania realizando a sua vida, a ser novamente orientada de Lisboa e não do Rio. Nesse sentido eram as instruções que se baixaram da península, onde os que passaram a exercer o poder teimavam em ignorar o Brasil que se reformulava. O retorno ao passado próximo não poderia aguçiar o apetite dos que pulsavam pela lição dos vizinhos? Poderia vencer uma República, como a que nasceria a 15 de Novembro de 1889, isto é, numa Federação que assegurou a continuação da unidade?

Entendemos, com Oliveira Viana, no pequeno ensaio que divulgou na imprensa carioca acerca de «Os regionalismos e a unidade nacional», que a solução da independência, com regime monárquico, foi, no momento, a solução certa. Escreveu o mestre fluminense: «Para realizar este pensamento, de unificação, os grandes homens fundadores da nacionalidade, tiveram que reagir justamente contra a pesada herança do período colonial, contra as condições sociais e políticas da nossa população por aquela época, a sua imensa dispersão através de um território quase deserto, a estrutura ganglionar dos grupos provinciais, a tendência centrífuga por eles revelada desde os primeiros dias da independência. Tudo isto concorria para tornar o problema da nossa organização nacional um problema ingente, pela sua complexidade, cuja solução encontrava dificuldades quase insuperáveis entre as quais a existência de um sistema mesmo rudimentarmente organizado, de meios de comunicação material e espiritual. Mas este problema ingente devemos reconhecer com orgulho, os velhos estadistas da independência resolveram da maneira mais lógica e mais eficiente, a golpes de gênio político, organizando um sistema poderoso e complexo de meios unificadores. Primeiro: a unidade política pela fundação do império e a instituição do regime monárquico.» <sup>(13)</sup>

## A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NO PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO DAS...

De qualquer modo, com a separação do Brasil, mesmo na condição excepcional de Império, contrastante com o sistema republicano que se adotava nas demais áreas continentais, inclusive no Haiti, que já abandonara a fórmula imperial dos primeiros dias da independência, entrava em declínio o domínio colonial europeu. <sup>(14)</sup> O que lhe restava, nesse particular, encontrava-se no Oriente distante e na África negra, ainda desconhecida em sua intimidade e no que, realmente, poderia proporcionar, além da mão-de-obra escrava com que abastecia os mundos ultramarinos das Américas, na operação mercantil que se encerraria no século XIX, meados do século XIX. A descolonização começara, evidentemente. Os pequenos territórios antilhanos e das Guianas e o Canadá, ainda não conquistado efetivamente, para sua grandeza territorial, até o Pacífico, compunham um mínimo, realmente, se considerarmos o que, ainda em meados do século XVIII, representavam, em extensão e riqueza, como partes de impérios coloniais da Europa, as quatro Américas. Criadas à imagem das quatro potências, que as haviam realizado como empresa política, estavam agora definidas em sua personalidade e libertas de vínculos que as prendessem ao Velho Mundo. A descolonização estava em marcha. Escrevia-se o primeiro capítulo. E nesse processo de libertação e de ascensão no quadro político, o Brasil era expressivo pelo que representava como unidade nacional. A secessão não vingara.

### NOTAS

- 1 Não se escreveu ainda uma história das dificuldades que os europeus encontraram na empresa de conquista e de domínio nas Américas. Tampouco a das transformações por que, a pouco e pouco, as sociedades das Américas começaram a possuir características autônomas.
- 2 Sobre a penetração de novas ideologias, há abundante bibliografia. Dois livros esclarecem bem o que foi aquele momento crítico, ambos de autoria de Paul Hazard, sobre *O pensamento europeu no século XVIII* e sobre *A crise da consciência européia*.
- 3 Como síntese do que representou o movimento do iluminismo na destruição dos impérios nas Américas, cf. Michel Deuze, *L'Europe et le Monde à la fin du XVIII e siècle*. Paris, 1970.
- 4 Cf. Olga Pantaleão, *A Penetração Comercial da Inglaterra na América Espanhola de 1713 a 1783*. S. Paulo, 1946.
- 5 A propósito das transformações que se operaram no Brasil com a presença da Corte Portuguesa, cf. meu ensaio, publicado na Revista Brasileira de Cultura, nº 4, Rio, 1970, intitulado: *D. João VI e os primórdios da Modernidade do Brasil*.
- 6 Consta a documentação pertinente do livro do historiador venezuelano Parra Perez, *Páginas de Historia y Polemica*, Caracas, 1943. A divisão territorial do Brasil seria em 30 distritos. O Brasil seria dirigido por um Conselho Supremo que teria a presidência de um Grande Eleitor. A divisa de revolução era «Liberdade ou Morte».
7. Sobre o episódio, cf., de minha autoria, o ensaio intitulado «Neutralidade e Boa Vizinhança no início das relações entre brasileiros e venezuelanos», publi-

**ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS**

- cado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro vol 235, Rio, 1957.
- 8 Sobre a idéia de revolução, no Brasil, cf. Carlos Guilherme Mota, *Atividades de inovação no Brasil 1789/1801*. Lisboa, S/D. Também do mesmo autor, *Nordeste 1817*, S. Paulo, 1972.
  - 9 Sobre a elaboração de uma consciência nacional no Brasil, como fruto da ideologia revolucionária do século XVIII, não há ainda obra substancial. O ensaio de Emilia Vioti da Costa, *Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil*, que se publicou como capítulo da obra coletiva *Brasil em Perspectiva*, S. Paulo, 1968, é uma primeira tomada de posição. Escrevemos para a *História da Independência do Brasil*, dirigida por Josué Montello, 1\* vol.. Rio 1972, uma tentativa de compreensão do assunto — «A Formação do Brasil e o instinto de nacionalidade.
  - 10 Sobre a situação difícil que Portugal vivia desde os fins do século XVIII, cf. meu ensaio intitulado *A situação econômica do Brasil, de fins do século XVIII à segunda década do século XIX*, in *Carta Mensal*, n° 201, Rio, 1972.
  - 11 «Memória sobre os meios de conservar unidos os três Reinos de Portugal, Brasil e Algarves», in Ângelo Pereira, *D. João VI, Príncipe e Rei. A Independência do Brasil*, Lisboa, 1956.
  - 12 O documento está publicado em Ângelo Pereira, obr. cit., Lisboa, 1956.
  - 13 Essa tese de Oliveira Viana, ele a defendeu mais de uma vez em seus livros de interpretação do processo de formação do Brasil.
  - 14 A experiência monárquica não valeu para manter a unidade do Haiti, que se dividiu e só se restaurou, reunificando-se.. em 1820, já sob forma republicana.

# A Grande Mensagem da Nossa Independência

(A Lição do Passado e as Conquistas do Presente) (1822-1972)

TEIXEIRA SOARES

«Eternity is in love with the productions of time.»  
WILLIAM BLAKE, (*Proverbs of Hell*)

## I

EM fins de 1791, a Rainha Dona Maria I apresentara claros indícios de alienação mental. Em 10 de janeiro de 1792, a «Gazeta de Lisboa» divulgara a triste notícia numa linguagem de circunstância palaciana, mas esclarecedora. Intensa foi a comoção da Corte e do povo.

Fizeram-se preces e mais preces nas igrejas, convocaram-se médicos, tanto portugueses como estrangeiros. Por decreto de 10 de fevereiro de 1792 o Príncipe Dom João, do seu título Príncipe do Brasil, foi investido nas funções de governo.

Eis a fraseologia adotada pelo novo governante: «Deferindo-se-me o exercício da administração pelo notório impedimento da moléstia da

Rainha, Minha Senhora e Mãe, a quem pela decisão dos professores seria nociva a aplicação a negócios e o cuidado na expedição deles; cedendo às circunstâncias que constituem uma necessidade pública e à constante vontade da mesma Senhora, oportunamente insinuada, resolvi assistir e prover ao despacho em nome de Sua Majestade, e assinar por ela, sem que na ordem, normas e chancelaria se faça alteração, tudo enquanto durar ou houver o impedimento de Sua Majestade.»

Com tão propositada prudência e tão demoradamente o fez o Príncipe Dom João que não tomou desde logo o título de Regente ou de Governador, limitando-se a assinar papéis como se fosse apenas o primeiro escrivão do Reino ou coisa parecida. Tibieza de caráter ou exagerada prudência por falta de cabal conhecimento dos assuntos administrativos e políticos? Seja como for, prudente ou fraco, ou contrariado nos seus desígnios por personalidades influentes da nobreza, fato é que só em 15 de julho de 1799 ele assumiu o título de Príncipe Regente. Por conseguinte, de 10 de fevereiro de 1792 a 15 de julho de 1799 o Príncipe Dom João assinou papéis...

Depois do reinado mandarinesco de Dona Maria I, tão prejudicial ao desenvolvimento econômico do Brasil, surgia o reinado de um Príncipe modorrento e paciente, lerdo e atilado, que se revelará profundo conhecedor dos homens e afrontador seguro (ou aparentemente seguro) das mais imprevistas circunstâncias. A verdade era a seguinte: a Corte de Lisboa se empedemira em foros, protocolos, usanças, velharias e superstições. Os mais prestigiosos fidalgos julgaram que o Príncipe Dom João fosse fraco, ignorante e supersticioso; pensaram que bem poderia ser um *pau-mandado*, o que seria muito cômodo para o prosseguimento das intrigas palacianas dos grupos da nobreza que se entredoravam ora com sanha, ora com muita paciência. Sempre vivera a Corte impressionada com exterioridade protocolares, código de precedências, limpeza de sangue em se tratando de fidalgos antigos ou recentes, e rosiclères de brilhantes. Por isso, a Corte se abrutalhara na rotina e na superstição, enquanto lá fora rugia a Revolução Francesa.

A Corte, que rezava e tremia a um relâmpago mais forte, parecia ignorar o mundo.

Contudo, algumas personalidades, entendedoras de boa política e fina diplomacia, enxergavam longe, procurando realizar uma política de previsão.

Justamente por causa da Revolução Francesa, de dia para dia cresciam as dificuldades para a Corte de Lisboa. Depois de haver participado da estranha guerra do Rosilhão, na qual tropas portuguesas e espanholas combateram contra as francesas da Revolução, nos Pireneus, Portugal foi abandonado pela Espanha e pela Inglaterra. O exército português, despachado ao Rosilhão, comandado por Forbes Skellater, oficial escocês a serviço de Portugal, regressou humilhado e desorgani-

## A GRANDE MENSAGEM DA NOSSA INDEPENDÊNCIA

zado. Quando, em Basileia, França e Espanha assinaram um tratado pondo fim a essa guerra, Portugal ficou de fora.

Antônio de Araújo e Azevedo, Ministro em Haia (e que será o futuro Conde da Barca), espírito muito culto e versado em boa literatura francesa, inglesa e alemã, foi despachado a Paris em 1796 para negociar um tratado com a França, que libertasse Portugal de tão desairosa situação. Araújo trabalhou muito, diligenciou com tenacidade, conversou à larga e, afinal, assinou o tratado de 10 de agosto de 1797, pelo qual Portugal teve de pagar uma indenização de 10 milhões de libras tornesas (ou 1.600 contos fortes), que teriam ido para o bolsinho dos membros do Diretório. A República condescendeu em que Portugal continuasse com sua aliança com a Inglaterra, sob condição de não lhe proporcionar ajuda em caso de guerra com a França. Neutralidade, por conseguinte. Somente seis navios ingleses no máximo poderiam refrescar nos portos portugueses. Tratado humilhante que provocou protestos de Sousa Coutinho, Ministro dos Negócios Estrangeiros, que escreveu à Embaixada em Londres para lhe dizer que as cláusulas referentes à neutralidade de Portugal em caso de guerra entre a França e a Inglaterra, bem como quanto ao número de navios em portos portugueses, não seriam ratificadas. Contudo, uma bomba estourou, porque o tratado, por não ter sido ratificado por Portugal na data exata, foi anulado pela França. Em certo dia de dezembro de 1797, Araújo, Ministro de Portugal, foi simplesmente encarcerado na Prisão Du Temple, donde só saiu em março de 1798. Diz-se que a França tomara essa estranha decisão, porque Araújo se gabara de haver corrompido uns tantos figurões do Diretório. . .

Formaram-se na Corte de Lisboa dois partidos: o «inglês» e o «francês». O Príncipe Regente era uma casca de noz no mar encape-lado das intrigas tecidas entre as duas parcialidades. A cada sopro dos maus ventos, procedentes de Madri ou de Paris, sentia-se que Portugal acabaria empolgado por uma guerra. Por conseguinte, a diplomacia de Lisboa trabalhava com afinco para evitar que Portugal fosse envolvido pela guerra. Nas reuniões, que se realizaram em Lisboa e Mafra em 1807, imensa foi a confusão e disparatadas as opiniões dos conselheiros do Príncipe Regente. Antônio Sardinha, num ensaio magistral publicado em seu livro *A prol do comum*, livro realmente admirável, afirmou que o «partido francês» era o «partido da neutralidade a peso de ouro», do qual era figura principal Antônio de Araújo e Azevedo. Pormenor curioso, e muito curioso mesmo: informado por sua espionagem de que algo se tramava em Lisboa quanto à transferência eventual da Corte para o Brasil, Junot despachou a toda a pressa a Lisboa o seu agente Herman, antes que seu exército, o «exército da Gironda», iniciasse a marcha batida, através da Espanha, para invadir Portugal. Disse Junot no seu «Diário»: «Mr. Herman ne püt voir ni le Prince ni Mr. d'Araujo; celui-ci seulement lui fit dire que tout était perdu.»

## TEIXEIRA SOARES

Precipitam-se os acontecimentos suscitados por uma decisão histórica e da mais alta importância política: o Príncipe Regente ordena a transferência da Corte para o Brasil em 15 navios de guerra e mais de 20 mercantes, que transportaram cerca de 15.000 pessoas; e, antes de partir, nomeou uma Regência para dirigir a vida administrativa do Reino de Portugal. Essa Regência, exceção feita do Principal Miguel Pereira Forjaz, depois Conde da Feira, timbrou em manifestar-se subserviente aos mandos e desmandos de Junot. Forjaz será o reorga-nizador do exército português na campanha contra as invasões napoleônicas.

## II

### A MARCHA PARA A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Em nosso entender, com a chegada do Príncipe Regente Dom João ao Rio de Janeiro em 1808 começará a independência do Brasil.

Novo Império surgirá da decisão histórica do Príncipe Regente, como disse Gonçalves dos Santos nas suas *Memórias para servir à História do Brasil*.

A presença do Príncipe Regente, assistido pela Corte, no Rio de Janeiro, ativou um processo intenso e profundo de *descolonização*, paralelo a um processo de *universalização* do Brasil, transformado em assunto da Monarquia lusitana. Nessa obra gigantesca de tudo fazer, e fazer com intensidade e rapidez, o Conde de Linhares será o obreiro excepcional. O Marquês de Funchal, ao estudar a ação administrativa e política de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, afirmou que ele foi um «novo Pombal». Oliveira Lima sentenciou que Linhares foi um *criador de Império*, mercê da instituição de um poder central, forte e prestigioso. Quando Linhares faleceu em 1812, a Corte do Rio de Janeiro sentiu um vácuo. Desaparecera o estadista que fora um criador notável e um excepcional dinamizador. Depois virá a administração mais lenta de Araújo (Conde da Barca) até 1817, data da sua morte. E depois, o governo burocrático e jurisdicista de Vilanova Portugal, que se assemelhava a um desembargador arcádico do tempo de Dona Maria I.

Desta ou daquela forma, o fecundo critério unificador de Linhares prevaleceu. Tal impacto teve sem dúvida esse critério, que o «império do Brasil», a princípio concepção de um notável teorista como foi Silvestre Pinheiro Ferreira, se transformou numa realidade. Por isso, o Império do Brasil começou de fato em 1808, e não em 1822. E isto porque o Rio de Janeiro, sede da Monarquia lusitana, adquiriu prestígio internacional mercê da ação de Linhares. O pólos dessa política internacional serão, desde logo, a Guiana francesa e o estuário do Prata.

Imaginemos, por um instante, só para argumentar por absurdo, o que teria sido o destino de Portugal e do Brasil, se o Príncipe Regente

## A GRANDE MENSAGEM DA NOSSA INDEPENDÊNCIA

houvesse sido aprisionado em Lisboa pelos franceses de Junot e levado, como os Bourbons espanhóis, para um exílio de Valençay. Sem dúvida alguma, se tal houvesse acontecido, a independência do Brasil se teria feito doutra forma. Em suma, no enquadramento geral dos acontecimentos políticos, tanto metropolitanos como ultramarinos, o imprevisto lançaria seu lêvedo perturbador. Felizmente, nada disso acontecera porque, no subconsciente político da Corte de Lisboa, já andava a idéia da transferência da Corte para o Brasil. Dom Luís da Cunha, o grande diplomata, em 1735, industriou Dom João V a residir no Brasil, e argumentou da seguinte maneira: «Mas onde bate o ponto é aqui: não pode El-Rey manter Portugal sem o Brasil, enquanto que para manter o Brasil não carece de Portugal: melhor é pois residir onde está a força e abundância, do que onde é a necessidade e a falta de segurança.» Em 1803 Silvestre Pinheiro Ferreira aconselhou o Príncipe Regente a «procurar quanto antes nas suas colônias um asilo contra a hidra então nascente, que jurava a inteira destruição das antigas dinastias da Europa».

Assim, ao fragor das guerras napoleônicas Portugal não morre, renasce; e o Brasil surge como um *espanto do novo*, como uma afirmação de riqueza e também de consciência nacional unitarizada pela ação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro. Cria-se, pois, um Império em proporções físicas gigantescas e em extraordinários lineamentos políticos com o destino esplêndido de perdurar. A Monarquia será não apenas o equilíbrio político; será a unidade consciente, pensada e repensada por todos os brasileiros. Será o milagre da unidade brasileira, vasada na comparação admirável de Nabuco, quando, em seu *Balmaceda*, *ele* afirmou que, no tempo do Império, tivera a resistência e a elasticidade da seda que a Monarquia «como uma poeira doirada, tirou de si mesma e suspendeu entre a selva amazônica e os campos do Rio Grande».

A Corte no Rio de Janeiro não se deixa embalar pelos amavios tropicais. Ela realiza uma política de afirmações. Por isso, a conquista da Guiana francesa em 1808 foi uma resposta direta do Governo do Rio de Janeiro à pilhagem, matanças e despotismo que as tropas francesas faziam em Portugal, comandadas por Junot, Soult e Massena.

Quanto ao Prata, da mesma forma foi a política do Rio de Janeiro uma política de firmeza. Vejamos a traços muito rápidos os motivos causadores dessa política de firmeza. Buenos Aires reconhecera a independência do Uruguai, proclamada por Artigas. Tropas portuguesas haviam entrado na Banda Oriental do Uruguai, porque a fronteira Sul se encontrava sobressaltada por guerrilhas, correrias, tropeadas de gaúchos, instabilidade administrativa e política. Depois do armistício assinado em 26 de maio de 1812 por Nicolás de Herrera e o coronel João Rademaker, as tropas portuguesas se retiraram. Contudo, Buenos Aires voltou às hostilidades com Montevidéu. Era propósito evidente de Buenos Aires obter a incorporação do Uruguai ao território das

Províncias Unidas do Rio da Prata. Artigas e Rondeau, que continuavam a sitiarem os espanhóis em Montevidéu, comandados por Vigodet, obrigaram-nos a render-se em 1814. Os vencidos retiraram-se para a Europa. Artigas, que batera os destacamentos de Buenos Aires, proclamou-se chefe dos orientais.

Os orientais haviam desrespeitado o armistício de 1812. Foi então que o Príncipe Regente, depois de haver feito sondagens diplomáticas em Londres e Madri, para as quais muito contribuiu a atuação de Palmela, o famoso diplomata português, tomou em 1816 a decisão de ordenar a invasão da Banda Oriental pela Divisão de Voluntários reais sob o comando do General Carlos Frederico Lecor, depois Barão e Visconde de Laguna. Reconheça-se que Artigas enfrentou as tropas portuguesas e brasileiras com denodo nas batalhas de San Borja, Ibirao-cai, Carumbé, índia Muerta e Catalán. Lecor entrou em Montevidéu em 20 de janeiro de 1817. Mais tarde, o Conde da Figueira, Capitão-general da Província de São Pedro do Rio Grande, atacou Rivera em Tacuarembó, derrotando-o completamente.

Incorporada a Banda Oriental ao Reino de Portugal, Brasil e Algarves, a administração nela exercida por Lecor foi modelar. Juan Zorrilla de San Martín, o historiador uruguaio, afirmou: «Porque justo es reconocer aquí que la dominación portuguesa de once años no tuvo en Montevideo los caracteres de la porteña de alguns meses: fué inteligente. Todos los esfuerzos fueron hechos, aunque en vano, por cimentar la conquista en las simpatías de aquel pueblo: se respetaron las leyes y las costumbres; se conservaron en sus puestos los funcionarios civiles nacionales, y aun muchos militares; se ofrecieron prêmios, condecoraciones reales, títulos nobiliarios; el mismo Lecor, como hemos dicho, contrajo matrimonio con una dama patricia del país». (*La Epopeya de Artigas*, vol. II, pág. 262).

Também no campo das relações internacionais, a Corte do Rio de Janeiro teve de arcar com as pressões da diplomacia inglesa, representada por Lorde Strangford. Os tratados assinados com a Inglaterra em 1810 (o de aliança e amizade, o de comércio e navegação e o dos pacotes britânicos) feriram a dignidade nacional, porque foram arrancados à custa de muita pressão. Strangford chegou ao ponto de tratar com grosseria o Príncipe Regente, que se queixou oficialmente ao Rei Jorge IV. Escandalosa concessão foi a do Juiz conservador da nação inglesa para cuidar do processo de interesses pertencentes aos súditos daquela nação, concessão feita por Portugal sem reciprocidade alguma; e, mais que isso, conservada no art. IV do tratado de 17 de agosto de 1827 e só corajosa e dignamente abolida pelo aviso de 22 de setembro de 1832, enviado por Honório Hermeto Carneiro Leão (o futuro Marquês de Paraná), Ministro da Justiça, ao fraco Bento da Silva Lisboa, Barão de Cairú, Ministro dos Negócios Estrangeiros. É claro que a diplomacia inglesa protestou; mas, cessou para sempre essa forma de «direito capitulatório».

## A GRANDE MENSAGEM DA NOSSA INDEPENDÊNCIA

Pela lei de 16 de dezembro de 1815 o Brasil foi elevado à condição de Reino Unido ao de Portugal e Algarves. O Brasil adquiria, pois, consciência da sua unidade, bem como da sua missão a ser cumprida no mundo.

O diploma legal de 1815 nada mais fazia que reconhecer a existência de uma situação de fato, situação político-administrativa que se iniciara em 1808 com a chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro. O Brasil adquiria um estatuto de autonomia completa, porquanto o governo do Império lusitano estava no Rio de Janeiro. Portugal era, nessas condições, uma dependência do Brasil, onde se encontrava todo o aparelho político-administrativo do Império lusitano.

Em Waterloo desfizera-se o império de Napoleão. A Paz de Viena restabelecera a legitimidade dos soberanos recolocados em seus tronos pela Santa Aliança; revigorara o «direito divino» dos monarcas; restaurara uma política de obscurantismo governamental e cultural; e — o que era importantíssimo — se empenhara, a princípio indiretamente, e depois diretamente pela ação de Matternich, em obter o retorno de Dom João VI, monarca de pleno direito após o falecimento de Dona Maria I no Rio de Janeiro, em 20 de março de 1816, contanto que acompanhado de todos os seus ministros, isto é, do seu governo. Evidentemente com essa manobra política iria o Brasil perder, de súbito, muito prestígio político e internacional.

Portugal era governado pelos processos drásticos do general inglês Beresford. Por isso, lavrava o descontentamento nas fileiras do exército português. Daí a conspiração de 1818, que representou o sacrifício do general Gomes Freire de Andrade, da mesma família do grande administrador do Brasil no século XVIII, Gomes Freire, o Conde de Bobadela, e apresentado com Dom Miguel Pereira Forjaz, membro do governo de Lisboa, e já em aberta desinteligência com o general Beresford.

Quando Beresford partiu para o Rio de Janeiro para justificar-se ante Dom João VI, ocorreu em 1820 a revolução no Porto. Os oficiais ingleses receberam ordem de retirar-se de Portugal; e Beresford ficou impossibilitado de desembarcar em Lisboa. O governo duro de Beresford terminara melancolicamente.

A revolução no Porto, de 24 de agosto de 1820, além de haver representado um golpe mortal no prestígio dos militares ingleses que ainda governavam em Portugal, teve outras conseqüências: nomeou-se nova regência; convocou-se uma assembléia legislativa para cuidar de redigir nova constituição; e uma onda orgiástica de liberdade, falsamente compreendida, varreu o velho Reino, suscitando desordem bem como deturpações liberalísticas.

Foi em 17 de novembro de 1820 que chegaram ao Rio de Janeiro, com o brigue *Providência*, saído de Lisboa em princípios de setembro,

as primeiras notícias do movimento ocorrido no Porto, bem como das medidas tomadas pela Junta de Governo de Portugal. Mas, somente a 11 de novembro chegaram ao Rio de Janeiro as notícias a respeito da vitória completa da revolução em Portugal.

Conta Varnhagen, na sua *História da Independência* (edição do Instituto Histórico, de 1917): «El-Rey achava-se na lagoa Rodrigo de Freitas, quando avistou fora da barra o correio, e voltou logo para a cidade, onde recebeu a notícia à entrada da noite. Não tardaram a vir aportando outros navios, portadores de cartas e de jornais e impressos, repassados de sentimentos exaltados, e que eram lidos com avidez, especialmente pelos oficiais da tropa, então em número na capital, onde desde pouco se achava parte da divisão dos *Voluntários de El-Rey*».

Disseram os Goncourts que «*l'Histoire est un roman qui a été*». A História pode vir a ser uma série de sortilégios, se o historiador procura o avesso dos acontecimentos. Assim, no desenvolvimento de todos esses fatos que interessaram vitalmente ao Brasil, os fados bafejaram o destino do Brasil, porque a revolução de 1820 lhe abriu uma nova era como afirmara Varnhagen, «se não adere a ela, fica separado em Estado independente; se adere e consegue proclamar também as novas instituições, era mais seguro que não se havia de dar ao trabalho de se libertar do jugo do antigo sistema de Governo, para voltar ao jugo maior e mais humilhante do estado colonial, de que aliás já se libertara com a vinda da Corte». Assinalou Araújo Carneiro (Visconde de Condeixa), diplomata português, em obra publicada em Lisboa em 1822, *Brasil e Portugal ou reflexões sobre o estado atual do Brasil*: o Brasil emancipou-se em 1808 como Reino e depois que Dom João VI se fixou no Rio de Janeiro, circunstância esta, aos olhos dos europeus, que deu mais consideração ao nome português através do mundo.

Inglaterra e Áustria batem-se pelo regresso do Rei a Lisboa, o que ocorrerá em abril de **1821**. Portugal reconquistara prestígio com a chegada de Dom João VI à velha capital. Mas, era evidente que o Brasil não poderia voltar à situação de colônia. Foi nesse erro que perseveraram as Cortes de Lisboa por intermédio das suas figuras liberais mais representativas. Contudo, com o regresso de Dom João VI a Lisboa iria verificar-se no Rio de Janeiro uma espécie de vácuo de poder.

Apresentou-se por conseguinte o dilema: ou Dom João VI confinaria no Rio de Janeiro, e neste caso o Reino do Brasil continuaria unido ao de Portugal e Algarves; ou, partindo o Rei, os destinos do Reino do Brasil teriam de seguir desassombrado caminho para a independência total de Portugal.

Criou-se então um compromisso, uma espécie de manobra dilatória: o governo do Brasil ficaria entregue ao Infante Dom Pedro, filho mais velho de Dom João VI, como Príncipe Regente. A solução era transi-

## A GRANDE MENSAGEM DA NOSSA INDEPENDÊNCIA

tória, porque Dom Pedro poderia ser chamado a Portugal para ocupar o trono português por falecimento de Dom João VI; ou então poderia regressar a Portugal por qualquer outra razão de Estado. Ademais, a Rainha Carlota Joaquina e seu filho mais novo, o Infante Dom Miguel, colocaram-se à testa da corrente absolutista, que não reconhecia a Constituição jurada por Dom João VI.

As Cortes de Lisboa ordenaram a presença de Dom Pedro na capital portuguesa, manobra que teria o propósito de deixar o Brasil sem um chefe de prestígio e abrir assim o caminho para a recolonização.

Aconteceu que Dom Pedro não procedeu com o espírito de bonomia ou de tibieza de Dom João VI, porque ele próprio abriu a luta com as Cortes de Lisboa, que exerciam coação sobre a personalidade do monarca. Dom Pedro respondeu que não regressaria a Portugal para atender à imposição das Cortes. Configurara-se, por conseguinte, a situação prevista por Hipólito José da Costa, em abril de 18.20, no «Correio Brasiliense»: — «Todo o sistema de administração está hoje arranjado por tal maneira que Portugal e o Brasil são dois Estados diversos, mas sujeitos ao mesmo rei; assim a residência do soberano em um deles será sempre motivo de sentimento para o outro, a não se fazer mais alguma coisa. Nestes termos, a mudança de El-Rey para a Europa trará consigo a mudança do lugar dos queixosos, mas não remédio dos males...»

Batem-se Inglaterra, Áustria e também depois a França pelo regresso de El-Rey a Lisboa, mas a Inglaterra o faz desde 1814, dando apoio ao «partido português» existente no Rio de Janeiro, do qual participavam importantes figuras da nobreza, como Palmela e outros. Palmela sempre pensava à moda européia, ademais de anglômano; e quando chegou ao Rio de Janeiro para assumir a pasta dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para a qual fora nomeado três anos antes, apresentou idéias ao monarca num papel de 5 de janeiro de 1821, e que foi quadradamente refutado por Tomás Antônio de Vilanova Portugal, o conselheiro íntimo, o *Geheimrat* de Dom João VI. Palmela entendia que Dom João VI precisava ser rei de Portugal para conservar o Brasil. Em seu papel de refutação, Tomás Antônio foi claro e preciso:

«Li com a maior seriedade o parecer do Conde de Palmela; mas nem posso mudar dos princípios com que já expus a minha opinião, nem me posso convencer dos fundamentos, ainda que eles são otimamente explicados. O parecer em substância é que anuncie V.M. já uma carta constitucional, e que vá o Príncipe real, para presidir às Cortes, ou governar e fazer cumprir a Constituição dada. A minha opinião é diametralmente contrária, porque V.M. não se deve sujeitar aos revolucionários: — não deve largar o cetro da mão. Compete-lhe conservar a herança de seus Pais até à última extremidade;

## TEIXEIRA SOARES

não lhe convém aprovar a revolução, e desanimar todo o partido realista; não lhe é decente seguir os malvados e desamparar os honrados. Eu jurei isto na aclamação, e já agora hei de morrer fiel ao meu juramento. Sinto não poder condes-cender, mas este negócio não é de condescendências».

Atente-se bem nessa linguagem clara, firme e enérgica para se imaginar que, tanto em Lisboa como no Rio de Janeiro, as intrigas se enovelavam em torno de Dom João VI, procurando obrigá-lo a partir. E com a partida em abril de 1821 de Dom João VI para Lisboa, os acontecimentos adquirirão um ritmo violento, infrustável, decisivo.

O monarca deixará o Rio de Janeiro com imensas saudades, porque foi no Rio de Janeiro que ele se libertou de pressões, de intrigas, de grupinhos que em Lisboa lhe cercearam a autoridade. Lucock chegou a dizer que na personalidade do Príncipe Regente transluzia sempre mais atividade e mais energia que nos seus ministros, — depoimento insuspeito porque o inglês foi um observador sincero e objetivo.

Mal chegado a Lisboa, o soberano será objeto de incríveis vexames, monstruosa espionagem e escandaloso cerceamento das suas prerrogativas de Chefe de Estado. Como prova, a proibição de desembarque imposta aos Condes de Palmela e de Parati, ao Visconde de Rio-Seco, ao ex-ministro Vilanova Portugal, ao almirante Rodrigo Pinto Guedes, a Maciel da Costa (depois, Marquês de Queluz), aos Lobatos, figuras que faziam parte do séquito de Dom João VI. Os liberais e liberaloides de 1820, juntamente com a mafra-miúda agitada por instigadores ostensivos ou embuçados, aspirava a reduzir a figura do monarca a proporções ridículas, não ocultando os propósitos de dar às Cortes incontestante primazia na vida política e administrativa do Reino.

A independência do Brasil começou com a chegada da Corte ao Rio de Janeiro em 1808. Tudo o mais foi decorrência desse acontecimento excepcional. O Príncipe Regente Dom João, depois Dom João VI, por atos e palavras manifestou a vontade de governar o Império lusitano, do Rio de Janeiro, assento da sua monarquia. Nesse propósito perseverou ao elevar o Brasil à condição de Reino unido ao de Portugal e Algarves. E ao tomar essa segunda decisão histórica, ele não pretendeu apenas elevar, exaltar e nobilitar o Brasil, tornando-o igual a Portugal em tudo e por tudo; não, o monarca pensou em muito mais: pensou na política de contrariar as pressões da Inglaterra, da Áustria e da França, porque a transferência da Corte para o Rio de Janeiro dera ao Brasil um brilho novo, uma situação nova, um prestígio excepcional. Quando, a 9 de janeiro de 1822, o Príncipe Dom Pedro declarou que ficava no Brasil e desobedecia ao chamado das Cortes, evidenciava-se que se iriam romper os elos que vinculavam os dois Reinos, reinos em perfeito pé de igualdade política e internacional, podendo-se dizer que, diante das potências, o Brasil já valia mais que

## A GRANDE MENSAGEM DA NOSSA INDEPENDÊNCIA

Portugal. E tanto assim foi que em 6 de agosto de 1822, por iniciativa de José Bonifácio, o Príncipe Dom Pedro se dirigiu às potências amigas para que reconhecessem o governo do Rio de Janeiro como o único da monarquia lusitana.

Foi uma tentativa de retardamento do inelutável. Depois, veio o Sete de Setembro.

### III

#### AS CONSEQÜÊNCIAS INTERNACIONAIS

As Cortes reagem violentamente. Fernandes Tomás, Silva Carvalho e outros pretendem a divisão do Brasil em governos regendo pequenas unidades territoriais, dependentes de Lisboa, bem como a extinção de todos os tribunais e escolas e a chamada ao Reino dos juizes então em exercício no Brasil, cerca de 2.000, segundo cálculo de Nicolau Vergueiro. A independência do Brasil, consumada no dia 7 de Setembro de 1822, lançara Portugal na perplexidade e no caos econômico. Da noite para o dia a imponente fachada do Império lusitano apresentara uma fratura visível, que denotava desunião, desmoronamento, desgraça.

A Rainha Carlota Joaquina e o Infante Dom Miguel alçam-se contra a autoridade de Dom João VI. O Portugal tradicional, o Portugal histórico, ante tantos desastres, levanta-se contra o Portugal liberal e estrangeirado pela influência de ingleses e franceses, fossem diplomatas, mercadores, banqueiros ou políticos. Dom Miguel e os absolutistas revoltam-se no movimento fracassado da «Abrilada». Dom Miguel é desterrado para Viena d'Áustria e a Rainha Carlota Joaquina para a quinta do Ramalhão. O Conde de Amarante provoca um movimento de rebelião em Trás-os-Montes, sendo derrotado.

Às graves inquietações políticas ajuntam-se os desastres econômicos e financeiros, porque às súbitas, desfalcado do Brasil, o Império lusitano sente a pobreza, e a desordem lhe bater às portas. O drama político prolongar-se-á mais tarde na guerra civil entre os liberais e os absolutistas, isto é, entre os irmãos, Dom Pedro e Dom Miguel. Resultado dessa guerra civil será a matança de uns 10 a 20.000 portugueses por portugueses, os campos de batalha ardendo em fogo, Portugal invadido por mercenários estrangeiros, ingleses e franceses, e a miséria de um povo inteiro que assiste ao desaparecimento do Portugal «histórico», ou do Portugal «velho». A respeito dessas lutas fratricidas a bibliografia histórica é abundante, mas também a espelhar profundos ressentimentos que a crítica histórica bem intencionada não conseguiu apagar até hoje.

O Brasil cuidou, como nação independente, não apenas de aparelhar-se internamente, mas de projetar-se internacionalmente por meio da

ação diplomática em prol do seu reconhecimento pelas demais potências do mundo.

Mal se iniciara a luta entre o Príncipe Dom Pedro e as Cortes de Lisboa, o governo do Rio de Janeiro despachara para a Europa dois enviados especiais, dois *ambassadors-at-large*, como hoje se poderia dizer, homens de confiança do Príncipe Dom Pedro e que foram o marechal Felisberto Caldeira Brant, mais tarde Marquês de Barbacena, sediado em Londres; e o Comendador Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, nascido em Salvador, depois Visconde de Itabaiana, e que atuara no Congresso de Viena ao lado de Palmela, para agir em Paris. A missão de ambos consistira em obter tanto da Inglaterra como da França o reconhecimento do Príncipe Dom Pedro como autoridade suprema do Brasil, que as Cortes de Lisboa tentavam menosprezar, diminuir, ignorar e difamar no estrangeiro.

Proclamada a independência; instituído o Império do Brasil; e feito o Príncipe Dom Pedro, Imperador constitucional e Defensor perpétuo do Brasil, Caldeira Brant e Gameiro Pessoa desenvolverão ação diplomática realmente notável em prol do reconhecimento do novo Império junto a Canning, que então dirigia a política externa da Grã-Bretanha. Em Viena, Teles da Silva, depois Marquês de Resende, e em Paris, Borges de Barros, depois Visconde de Pedra Branca, e que substituíra Gameiro Pessoa, transferido para Londres, muito trabalharam pelo reconhecimento do Governo imperial. Hipólito da Costa, como Cônsul geral em Londres, era infatigável no seu zelo de jornalista do «Correio Brasiliense», do qual o último número saíra em dezembro de 1822, e o grande jornalista faleceria em 1823. Nessa altura apareceram impressos o livro de Angliviel de la Beaumelle, *De l'Empire du Brésil, considéré sous ses rapports politiques et commerciaux*; o livro *L'indépendance de l'Empire du Brésil, présentée aux monarques européens*, de Alphonse de Beauchamp; e antes, em 1820, aparecera em Londres o livro do inglês J. Lucock, que residira no Brasil de 1808 a 1818 e apreciara a personalidade de Dom João VI.

Nesse livro de umas 600 páginas Lucock afirmou: «Os destinos da América austral não podem ser encarados sem interesse pelo estadista e o filantropo. Sem entrar nas regiões da conjuntura, é fácil reconhecer que nela se levantam poderosos impérios, que o Brasil já adquiriu entre eles preponderância, e possui meios de consolidar o seu poder». Palavras proféticas as desse comerciante inglês que tinha o dom de saber observar com agudeza política nas terras novas do Brasil.

Quando, a 26 de maio de 1824, José Silvestre Rebelo, Encarregado de Negócios, foi levado por Adams, Secretário de Estado, à presença de James Monroe, Presidente dos Estados Unidos da América, obtendo assim o reconhecimento pleiteado com tanta tenacidade negociatória, a Inglaterra sentiu a necessidade urgente de entender-se com o Brasil, porque iria expirar o prazo dentro do qual poderia obter a prorrogação

## A GRANDE MENSAGEM DA NOSSA INDEPENDENCIA

do tratado de comércio de 1810, quando justamente Canning negociava tratados de reconhecimento e de comércio com a Colômbia, México e Buenos Aires, — e por isso a Inglaterra declarou a Portugal a resolução de mandar em missão ao Rio de Janeiro a Sir Charles Stuart a fim de entabular entendimentos para um novo tratado de comércio. Ora, tal decisão equivaleria a um reconhecimento.

Na corte de Lisboa Dom João VI manifestou-se favorável a um entendimento definitivo com o Brasil, mas para tanto teve de demitir o Conde de Suberra do cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, o qual sempre fora francófilo, por pressão do governo inglês. Foi chamado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros o Conde de Porto-Santo (Saldanha da Gama), embaixador em Madri. Suberra foi para a embaixada em Madri e Palmela para a embaixada em Londres.

O gabinete português aceitou a mediação do governo britânico para o restabelecimento das boas relações com o Brasil. Palmela afirmara em 1824 que o entendimento com o Brasil deveria ser feito na base bilateral e sem a concordância da Inglaterra, «o que seria da maior conveniência recíproca, e de certo mais decoroso». Sir Charles Stuart recebeu instruções para se dirigir a Lisboa em busca de plenos poderes e instruções. Chegou ao Rio de Janeiro a 17 de julho de 1825. Começou então a negociar com os representantes do Império, Luís José de Carvalho e Melo (depois Visconde de Cachoeira), Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Barão e depois Visconde de Santo Amaro, e Francisco Vilela Barbosa, depois Visconde de Paranaguá. As negociações não foram fáceis e terminaram no Tratado de 29 de agosto de 1825, pelo qual Portugal reconheceu a independência do Brasil.

Os demais países do mundo foram reconhecendo a independência do Brasil, sendo que o último foi a Espanha, em 1834.

Passaram-se 150 anos sobre a data de 7 de Setembro de 1822. Natural será que se faça alguma reflexão pertinente. O que nos causa ainda hoje, não espanto, mas emoção, foi o fato de o destino do Brasil como nação independente não haver sido forjado numa guerra de filhos do mesmo sangue contra filhos do mesmo sangue. O destino do Brasil, «destino de eleição», diríamos, foi confiado à percepção vigilante de estadistas e diplomatas que, sob o comando de José Bonifácio, souberam desmanchar intrigas, remover obstáculos dialéticos, estabelecer normas fecundas de ação, e construir para o futuro. Ocorre-nos aqui recordar conceitos de Husserl, o filósofo fenomenologista. Eis o que ele disse: o Presente, enquanto *recebido* pelo passado, vale como retenção; mas, enquanto avança para o Futuro, o faz de braços abertos (*«mit offenen Armen sozusagen»*). Assim fez o Brasil através de 150 anos, caminhando para o Futuro de braços abertos, porque confiante no seu destino histórico de nação nascida como Império, abeberada numa Tradição velha, peninsular e atlântica, e a avançar pelo tempo adentro

**TEIXEIRA SOARES**

como um *império* construído pela vontade de um povo jovem, confiante e essencialmente democrata. O que se fez em 150 anos de vida independente abre projeções gigantescas para o futuro e inspira por certo um hino de grandeza simples e comovida para agradecer a Deus o que Ele deu ao Brasil.

# A Independência do Brasil como Processo Nacional e, ao Mesmo Tempo, Continental

MANUEL DIEGUES JÚNIOR

MUITO me honra esta oportunidade de estar hoje aqui, nesta gloriosa, e não apenas tradicional, cidade de Belém, cujo nome, em sua ressonância cristã, lembra igualmente os primeiros tempos do Brasil. Os tempos heróicos da ocupação da terra; a defesa lusitana contra invasores alienígenas; e lembra sobretudo, também a significar seus fundamentos cristãos, o forte do Presépio, por onde começou o povoamento deste meio tropical. E com o povoamento, a defesa da terra que havia sido conquistada, não a possíveis adversários, mas aos próprios elementos da natureza: a floresta e o rio.

Porque a grande página dessa ocupação não foi realizada através de batalhas com armas de fogo, homem contra homem; mas a batalha entre o homem e os elementos naturais, o homem dominando o meio, para que pudesse imperar, como de fato imperou, sobre inimigos silenciosos, mas tremendos como eram o rio e a floresta. Inimigos silenciosos, mas que pareciam fazer eco de um mundo de mitos e ficções: o saci, o boto, os bichos da floresta, os bichos da água, tantas criações mais que constituíam justamente as visões com que lutava o espírito do homem.

Carradas de razão tinha Joaquim Nabuco, quando escreveu que «Nada nas conquistas de Portugal é mais extraordinário do que a conquista do Amazonas». A pequenina pátria alongou-se além-mar e

## MANUEL DIEGUES JUNIOR

aqui pôde, rio a dentro, vencendo as árvores veneráveis e seculares, implantar os marcos de uma civilização que, dominando água e floresta, rios e matas, haveria de constituir o elemento fundamental da formação de uma nova pátria.

E o surgimento desta nova pátria, soberana e autônoma, é o que hoje festejamos no ciclo comemorativo dos 150 anos da Independência. Muito me honra — repito — a oportunidade de aqui estar, nesta evocação de nosso passado que, sendo a recordação de um acontecimento histórico — e sendo histórico, ficou no tempo — é de igual maneira o testemunho de nossa maioria. O que alcançamos em 1822, como conscientização do que já éramos, e sobretudo como expectativa do que seríamos. E hoje afirmativamente somos.

### 1.

Um dos temas, senão polêmico, pelo menos discutível, no estudo da história americana, americana no sentido das Américas do extremo norte ao extremo sul, tem sido o relativo a possível unidade entre elas; a possibilidade de serem comuns a todo o hemisfério os aspectos mais relevantes de **sua** história, e em particular quanto à sua formação cultural. Se a uns parece perfeita esta idéia — a da unidade dessa formação — a outros nossa formação histórica carece desta unidade, admitindo-se não haver nela elementos comuns.

De um lado, o norte americano Bolton defendendo a unidade cultural da história das Américas; de outro lado, Edmund Ó German contestando esta idéia, para insistir na diversidade de formação; ao lado de Bolton, o argentino Gandia formulando a tese de uma unidade histórica mais que geográfica, e na outra posição o nosso saudoso Hélio Viana, mestre entre os maiores na contemporaneidade, ressaltando existirem dificuldades para o estabelecimento de uma vista de conjunto sobre a História da América, como consequência mesma da própria variedade de sua formação. É o que afirma o nosso eminente historiador: «somos fundamentalmente diversos»; e acrescenta: «nascemos e formamo-nos distintamente, e nessa distinção ainda estamos, apesar das afinidades da evolução política e social que podem ser encontradas em nossa história comum».

Nem tanto ao mar, nem tanto à terra, diria o nosso homem do povo. Nem cheguemos ao extremo de uma unidade monolítica, nem atinjamos ao outro extremo de uma diversidade impossível de unir. Nem excesso de unidade, nem excesso de diversidades. Ao contrário: deveremos chegar ao meio termo e verificar que não raro os contrastes e quase sempre os elementos diversificados é que contribuem para a unidade. A unidade talvez mesmo como um resultado da diversidade. As afinidades existem, e não raro encontramos elementos diversos que contribuem para o comum.

## A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL COMO PROCESSO NACIONAL E AO MESMO...

Unidade e diversidade, paradoxalmente, existem e são comuns à América, quer consideremos só a de origem ibérica, quer nela incluamos a anglo-saxônia e a francesa. Podemos inclusive verificar a presença de certos elementos comuns dando aspecto de unidade a áreas distantes e originalmente distintas, da mesma forma que encontramos diversidade em áreas vizinhas e de origem comum. Não devemos, portanto, colocar-nos em posição exclusivista: nem a unidade, de modo absoluto, nem a diversidade, como toda poderosa.

Apoiando-nos em afirmação de Silvio Zavala,<sup>1</sup> devemos reconhecer que, na formação histórica da América, se encontra um bom número de unidades e de diversidades, precisamente assim: no plural. O que nos leva a verificar que, se em alguns casos, houve uma origem comum, os resultados se diferenciaram no correr dos tempos, face às mudanças ou transformações verificadas; e, de outra parte, se houve começos distintos, é possível encontrar resultados semelhantes. O que decorre, em grande parte, do relacionamento estabelecido entre os grupos humanos que se encontraram no território do Novo Mundo. O processo desse relacionamento, que hoje chamaremos, antropológicamente, de transculturativo, é que se torna responsável pelo quadro com que podemos, em nossos dias, estudar as diferenças existentes ou a unidade comum, em muitos casos, face a este processo não podemos ser exclusivistas: nem unidade, nem diversidade. E sim, unidades e diversidades. No plural, como quer Zavala.

### 2.

Num livro muito interessante, em que estuda a evolução brasileira em comparação com a hispano-americana e a anglo-americana, Oliveira Lima<sup>2</sup> acentua que a história da América chamada Latina é a mesma da península ibérica, sendo-lhe novo apenas o ambiente e novos também os elementos humanos que, fundindo-se ou absorvendo-se numa mistura complexa, a realizaram. Nas tradições ibéricas encontrar-se-á o fio mesmo das instituições e das idéias da evolução ibero-americana; não só das colônias espanholas senão ainda do território português, e em grande parte também das colônias inglesas.

Na verdade, mesmo que tentemos isolar a evolução americana da influência ou do contacto europeu, isto é, de Portugal ou da Espanha, é fato indiscutível que o processo histórico da Independência brasileira se filia ao mesmo processo histórico em que se ativaram os movimentos de libertação das colônias espanholas. Estes situam-se no mesmo ambiente de eclosões idealistas e revolucionárias — revolucionárias no sentido da época em que se desenvolvem as agitações emancipacionistas de Pernambuco, da Bahia, das Minas Gerais, do Maranhão; também no sentido nacional, e ainda no continental ou americano, o sentimento

## MANUEL DIÉGUES JÚNIOR

emancipacionista do Brasil encontra suas raízes com as raízes que fizeram os surtos de idealismo libertador dos séculos XVIII e XIX.

O movimento da independência brasileira, se é nacional em sua forma e em sua finalidade, nacional também pelo caráter regional porque às vezes aparece nas interpretações com que se manifestam algumas áreas culturais e políticas da colônia, é igualmente continental ou americano no sentido em que se desenvolveu. No sentido também em que, aqui como na área de colonização espanhola, se manifestaram os ideais de emancipação política: rebeliões, insurreições, influência da libertação das colônias inglesas, repercussão da revolução francesa, invasão napoleônica na península ibérica. E o mais de fatores externos que se aliaram a fatores internos levando ao aceleração do processo emancipacionista.

### 3.

Pode-se muito bem no Brasil conciliar o regional com o continental ou americano, tal como já o salientou Gilberto Freyre<sup>3</sup>; e pode-se, principalmente, pelo largo sentido humano que caracteriza a nossa história, sentido particularmente destacável na figura de D. Pedro, onde os gestos românticos e humanos têm muito de espanhol, sem perder os traços mais nítidos de sua fisionomia adaptada ao ambiente americano em que fixou sua atividade. E sobretudo — saliente-se tal aspecto — em que forjou sua personalidade.

O homem marginal que havia no Príncipe, marginal no sentido sociológico que Stonequist<sup>4</sup> deu à expressão, nem inteiramente português, porque desgostou aos seus patrícios, nem completamente brasileiro, porque não conseguiu manter a simpatia dos brasileiros, é bem um tipo ibérico; a formação de seu caráter se alicerça no romantismo da península; a inquietação de seus gestos é a do homem dominado pelas paixões, a que dá, preferencialmente, um aspecto ou uma solução sentimental.

Talvez tenha sido essa marginalidade de seu feitio ou de sua formação, o fator preponderante em ter sido realizada — mas não conquistada — a emancipação nacional sem lutas nem sacrifícios, se não aquelas ou aqueles que foram impostos pela obra de consolidação do regime implantado, quase surpreendentemente, a 7 de setembro de 1822. Sem esquecer aquelas lutas e aqueles sacrifícios, inesquecíveis, que marcaram no decorrer do século XVIII numerosas manifestações, regionais por vezes, de sentido geral quase sempre, pronunciadores do ideal de independência que, todavia, somente se concretizaria em 1822. Tal como, da mesma maneira, sacrifícios e lutas que assinalaram as diferentes manifestações emancipacionistas em áreas da América hispânica na mesma época — o século XVIII.

## A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL COMO PROCESSO NACIONAL E AO MESMO...

Jacques de Lauwe,<sup>5</sup> em estudo sobre a América Ibérica, fixa alguns traços da formação política e social dos países americanos de origem espanhola; traços estes, muito deles, semelhantes aos da nossa formação, país de origem portuguesa, de boa origem lusitana. E numa observação sua iremos situar outro aspecto do caráter de nossa libertação política, a que não é estranho o processo de emancipação das colônias espanholas: aquela em que se encontra constante no Estado Ibero-americano um Estado Federal, com ou sem este nome, mas sempre com suas unidades políticas gozando de uma autonomia quase completa. Este sentido federal da constituição das colônias espanholas e portuguesa na América, teria efeito, e não apenas influência sensível, no processo de independência.

### 4.

Enquanto na América Portuguesa, as capitanias se uniam diretamente à metrópole, em Lisboa, às vezes tendo o Governador Geral como intermediário, este federalismo *sui generis* contribuiu para manter a unidade física e política do território. A criação do vice-reinado foi puramente honorífica, enquanto a sede do governo era na Bahia; tornou-se título constante a partir de 1763, quando a sede do governo se transferiu para o Rio de Janeiro. Contudo, o vice-rei, apesar de todos os poderes que lhe eram concedidos, não se tornou uma força capaz de contribuir para o fracionamento da colônia. Sobretudo, porque era um único, em toda a extensão, não pequena, do território brasileiro.

Ao contrário desta situação, o federalismo implantado na América espanhola, contribuiu para um contínuo fracionamento político do território, que se estendia a um fracionamento físico, tendo em vista a área territorial de poder dos vice-reis. A criação dos vice-reinados, o de Nova Espanha (México), em 1535, e o do Peru, em 1545, um ao norte, outro ao sul, se tornou um elemento que quebrou a unidade política, a que se seguiu o rompimento da própria unidade física do império hispano-americano. No século XVIII, dois novos vice-reinados foram criados — o de Nova Granada, em 1717, e o do Prata, em 1776 — o que contribuiu ainda mais para quebrar o espírito de unidade da colonização espanhola na América.

Ao lado dos vice-reinados, criaram-se também as Capitanias Gerais, com autonomia política e administrativa face aos vice-reinados. Foram elas as de Guatemala, Venezuela, Chile e Havana. Uma Capitania General correspondia a um fracionamento da unidade política, ao mesmo tempo que, delimitada a área de ação do Capitão General, se dividia também o território.

Duas situações distintas, portanto: a da América Portuguesa e a da América Espanhola. De modo que, no encaminhamento do processo de independência das colônias, o resultado representou uma concreti-

zação do que os governos régios haviam realizado administrativa, geográfica e politicamente: enquanto o território português se manteve uno, erguendo-se um só Império, o espanhol se esfacelou em diversas unidades, surgindo várias repúblicas. As respectivas metrópoles, sem dúvida, é que podem ser apontadas como responsáveis por tal situação.

A diferenciação com que se ultimou o processo emancipacionista, não exclui, todavia, a existência de fatores comuns que o influenciaram, tornando assim — no caso do Brasil, em particular — a independência como um fato que, sendo nacional, não deixou de ser igualmente continental. Ou quando menos, repousando suas origens em causas comuns ou semelhantes que culminariam na descolonização que, nas primeiras décadas do século XIX, abre um novo período histórico para a América de formação ibérica.

O século XVIII acentuou, em todo o continente, os ideais de libertação das populações americanas, já manifestados, embora ainda esporadicamente, desde o século anterior. No XVIII, e mais destacadamente em sua segunda metade, as manifestações se tornam mais constantes, reveladas através de insurreições crioulas, de sublevações ou conspirações, de rebeldias indígenas, como foi o caso de Túpac Amaru, na região peruana, de tão significativos efeitos. Ao lado dessas manifestações de origem interna, fizeram sentir-se também os efeitos de fatores externos, dois deles de expressiva repercussão na América ibérica: a Revolução Francesa, com seus ideais de igualdade, e a emancipação das 13 colônias inglesas para constituir a República dos Estados Unidos da América do Norte.

Juntam-se assim, no final da centúria decimoitava, fatores internos e externos, que vão contribuir, quase decisivamente, para acelerar o processo emancipacionista. Os primeiros anos do século XIX constituem um acelerar contínuo de explosão libertadora. As colônias ibéricas, tanto as de formação espanhola como a de formação portuguesa, como que já estavam preparadas para esta libertação, mercê de sua evolução tanto social como cultural. Vale salientar que, ainda na primeira metade do século XVIII, México, Guatemala e Peru já possuíam periódicos, o que indicava a condição de poderem expressar suas idéias; e entre estas idéias, sem dúvida, a da emancipação. Testemunho de uma maioria intelectual e também política, que se confirmaria um século depois com a independência.

Se conspirações e levantes já se registram então, isto é, na primeira parte do século XVIII, mais se acentuarão os movimentos insurreccionais na sua segunda parte. O historiador Boleslao Lewin <sup>6</sup> nos fala dos movimentos separatistas crioulos em várias áreas da América espanhola; rebeliões e conspirações que vão expressar o sentido emancipacionista que já se apoderava das populações americanas. A independência americana, em 1789, mais vai acentuar este espírito, e sob sua influência crescem os movimentos insurreccionais.

## A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL COMO PROCESSO NACIONAL E AO MESMO...

Da Europa chegam à colônia as repercussões da Revolução Francesa, de modo especial a Declaração dos Direitos do Homem, que a Assembléia Constituinte de Paris promulgara. Os princípios aí consubstanciados ecoam na América, como se fora a resposta às suas aspirações de liberdade e de igualdade. O texto da Declaração, traduzida ao espanhol por Antonio Nariño, rico proprietário na Colômbia, admirador de Voltaire, Montesquieu e Rousseau, teve divulgação em quase toda parte da América, em impressão clandestina, é certo, feita em Bogotá, em 1794<sup>7</sup>.

Aqui ou ali os pronunciamentos revelam as mesmas tendências de aspiração à liberdade, estimuladas, de um lado, pelo pronunciamento da Assembléia francesa e pela emancipação das 13 colônias, e, de outro lado, pelo próprio anseio das populações americanas, traduzidas sobretudo, já no século XIX, pelas insurreições emancipadoras aqui ou ali: no México, na América Central, na Argentina, na Colômbia, no Equador, no Chile, até a vitória final de Ayacucho, 1824. Vencia, na América, a doutrina da soberania do povo, este fazendo a sua libertação e derrotando a teoria da soberania do Rei; na América triunfava, na existência real dos povos, uma nova teoria política.

O que se verifica na área da colonização espanhola é, de modo geral, o mesmo que vamos encontrar na área de colonização portuguesa. O Brasil torna-se teatro, no século XVIII, desta mesma seqüência de pronunciamentos, insurreições ou levantes, quando menos tentativa emancipacionista, como o grito, embora ainda discutido, de Bernardo Vieira de Melo no Senado de Olinda, em 1710; tais manifestações acentuam a tendência, se não mesmo o caminho, para a libertação, expressada em várias partes do território brasileiro. E se surge nos começos do século XVIII, com Felipe dos Santos, nas Minas Gerais, aí mesmo se traduziria de maneira ainda mais significativa, com a Inconfidência mineira, ou, na Bahia, com a revolução chamada dos Alfaiates. Tais manifestações encontram suas raízes ainda no século XVII, seja quando se luta, no Nordeste, contra os holandeses invasores, ou quando Beckman se levanta no Maranhão contra o monopólio comercial. E alongam-se aos começos do século XIX com a Conspiração dos Suassuna, em Pernambuco, ou com insurreições ou conspirações que procuram acelerar a declaração de Independência.

No caso do Brasil, ao lado desses fatores externos ou internos, tão relevantes como os verificados na América Espanhola, um outro fator vai contribuir para o aceleramento do processo. É a presença do Rei, no Brasil, a partir de 1808. A chegada da Corte é o início da intensificação com que o processo se desenvolve. Como que se declara a maioria do Brasil, capaz de acolher o Rei e a Corte, tornando-se de simples colônia sede do Império português. Nada seria mais expressivo para abrir ao processo da independência o que poderíamos chamar sua rota final. E na realidade a partir de 1808 é um caminhar contínuo

até alcançar o 7 de setembro de 1822, quando se formaliza o ato da independência.

5.

Em que pesem aspectos comuns na formação das áreas espanhola e portuguesa na América hoje chamada Latina, ou Ibérica, ou Ibero-americana, e entre eles destacadamente o colonialismo, é possível encontrar diferenciações bastante sensíveis, a que não se pode ser estranho ao estudar, de modo particular, o processo de independência das antigas colônias. Em primeiro lugar, cumpre destacar que houve toda a preparação, no processo emancipacionista, com lutas que vêm do século XVII e acentuam-se no XVIII; mas uma diferenciação, entretanto, se tornou sensível. É quanto à realização da Independência em si mesma. Nas colônias espanholas a emancipação surge por entre lutas, e com lutas, não raro guerra civil em alguns dos novos países, continua; na colônia portuguesa, a realização da Independência se faz de maneira pacífica, quer dizer o fato em si mesmo efetiva-se num ambiente de paz, só perturbado pela reação portuguesa.

Realmente, no estudo da história dos atuais países latino-americanos, de origem ibérica, este aspecto logo ressalta. As lutas em favor da Independência precedem o fato, verificam-se no momento em que esta Independência se realiza, e prolongam-se por depois da Independência. Em alguns países, a própria guerra civil marca sua paisagem histórica, demonstrando a inquietação com que se verificou a independência, e evidenciando com as lutas verificadas, que o domínio colonial não queria largar sua presa. Sangue de heróis derrama-se pelo solo das antigas colônias espanholas, assinalando, com ele, os marcos mais sensíveis do processo de emancipação. San Martín, Bolívar, Sucre são líderes emancipacionistas, que procuram criar as novas repúblicas, envolvidos, porém, nas lutas militares que lhes prendem a atenção mais que a própria organização dos novos Estados.

Talvez esta circunstância assinala, de outra parte, a inquietação com que os novos países passaram a viver, na seqüência de lutas capazes de assegurar a emancipação alcançada. É claro que a estas lutas não são estranhos os antigos dominadores, mas a realidade é que a elas se associaram filhos da terra, impregnados da política colonial, e por isso mesmo a ela ligados, com o que evitavam realizar-se a emancipação. Daí as lutas civis que marcaram os primeiros momentos de cada novo País; e que não raro se prolongaram anos afora. Ou, então, se repetiram em outras oportunidades.

Na América de origem portuguesa o processo decorreu diferente. Podemos hoje exaltar aqueles heróis que se sacrificaram pelo ideal de Independência, no século XVIII como, mesmo antes, no XVII; as lutas são, de modo geral, antecedentes, mas não o momento da Inde-

## A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL COMO PROCESSO NACIONAL E AO MESMO...

pendência. Depois do sacrifício de Filipe dos Santos, de Tiradentes, dos Alfaiates da Bahia, dos revolucionários pernambucanos de 1817, é possível alcançar-se a Independência num processo mais político que militar, num encaminhamento pacífico, sem prejuízo de assinalar-se aqui ou ali, esparsamente, sem coordenação, um ou outro movimento militar. Mas ainda assim, a rigor, posterior à independência, antes como uma manifestação reacionária do governo ou das Cortes de Portugal.

Tal situação se deveu possivelmente ao gênio político de José Bonifácio, a quem se credencia, sem dúvida, a condução do processo de Independência de maneira pacífica, sem guerras civis, sem luta armada, mas antes pela persuasão, pela habilidade, pelo jogo das circunstâncias. Homem de ciência, capaz de orientar os destinos de sua pátria, o Brasil encontrou em José Bonifácio o autêntico condutor do seu processo emancipacionista; e graças a ele é que se pode assinalar a preparação do chamado grito do Ipiranga quando o ambiente era de pacificação, muito embora se pudesse dizer que os espíritos mais atilados estavam cômicos de que o momento era chegado.

Não se excluem, e seria carência de visão ocultá-lo, as manifestações com que Portugal reagiu à Independência, sobretudo quando esta se consumou. Prisão de paraenses, lutas na Bahia, insistência em levar D. Pedro para Lisboa, são aspectos que denotam as explosões dessa reação; mas não são suficientes, tudo o indica, para empanar a realização do movimento de maneira pacífica, quase inesperadamente quanto ao momento, mas não difícil de ser realizada como uma resposta, que as cartas de D. Leopoldina e de José Bonifácio sugerem, ou quando menos testemunham, à reação vinda da Corte Lusitana. O gesto do Ipiranga não foi impensado, mas evidentemente preparado de modo a realizar-se sem maiores sacrifícios e em condições a que não se poderia mais fugir.

O caso dos paraenses presos no Forte de São Julião da Barra é bem característico, como expressão de reação portuguesa ao gesto de independência, a que de logo aderiram as províncias brasileiras. Significou quando menos uma forma de provocação, a que o novo Estado soube responder, graças ao próprio espírito de nacionalidade, sem medo de sacrifícios, de que estava animado o povo brasileiro, e não apenas suas classes dirigentes.

Quanto ao caso, em particular, dos paraenses, é bem significativo a respeito o que consignou o Memorando de Clemente Álvares de Oliveira Mendes e Almeida, divulgado em Publicações do Arquivo Nacional, vol. IV, 1903, e agora reproduzido em edição especial daquela Instituição, em comemoração ao Sesquicentenário.<sup>8</sup> Clemente Mendes e Almeida era Cônsul Geral do Brasil em Portugal, o primeiro a exercer este posto, e encaminhou aquele documento, consignando «notícia fidedigna e na máxima parte documentada», acerca de acontecimentos

em Lisboa relacionados com a Independência. Trata do que se passou naquela capital quando da luta da Independência, relativamente aos brasileiros residentes em Portugal, ou mandados presos de províncias brasileiras por favoráveis à Independência; dos fatos ocorridos relativamente a Independência, desde a dissolução do Congresso em 1823 até o reconhecimento da Independência em 1825; e da recepção do primeiro agente do Brasil como Nação livre e independente pelo governo de Portugal.

O caso dos paraenses, em particular, refere-se à prisão, por autoridades portuguesas das Províncias do Maranhão e do Pará, de pessoas, sobretudo militares, que se manifestavam favoráveis à Independência do Brasil. Os presos do Maranhão foram levados para o quartel do Algarve, e os do Para recolhidos à Torre de S. Julião da Barra, todos sem quaisquer recursos. Era uma forma de reação, pelas autoridades portuguesa no Brasil, especialmente no Pará, a última província a aderir à Independência, usando assim de violência contra os próprios brasileiros que apoiavam o movimento emancipacionista. Os presos somavam 267 pessoas, entre militares de 1ª e de 2ª linhas, capitão, tenente, alferes, oficiais inferiores, praças e paisanos — estes em número de 50.

Dadas as condições em que estes presos do Pará se encontravam, atacados de moléstias graves e perigosas — uma delas, "o mal das bexigas" — o Cônsul brasileiro iniciou providências no sentido de fazê-los retornar à sua província. Daí as súplicas e representações dirigidas ao Governo de Portugal, a princípio pelos próprios prisioneiros, em novembro de 1823; em janeiro, abril e junho de 1824. Pelo que consta do Memorando, verifica-se que tais documentos jamais chegaram às mãos de D. João; em face dessa suposição, o Cônsul obteve, através da interferência de Theodoro Ferreira de Aguiar, uma audiência particular com Sua Majestade.

Nessa audiência, em que conta ele ter sido tratado "com a maior benevolência" expôs a situação dos paraenses, um grande número já falecido, outros ansiosos por regressar à sua terra pela carência de recursos com que se pudessem manter. D. João respondeu: "Amo muito os brasileiros, e não posso querer que sofram quanto só agora sou informado eles teem soffrido". E afinal pediu uma representação escrita, o que foi reito, a 2 de agosto de 1824. Nesse documento o Cônsul solicitava fosse ordenada a respectiva clemência, ou seja a liberação dos que ainda sobreviviam, pois dos paraenses número superior a 80 já havia falecido. Daí resultou a ordem do Monarca para o regresso dos prisioneiros, o que se efetuou ainda no mesmo mês de agosto. Regressaram os que sobreviveram daquele numeroso grupo aprisionado na Torre de S. Julião da Barra, os que restavam, como se expressa o Memorando, alguns ainda em estado de convalescença.

## A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL COMO PROCESSO NACIONAL E AO MESMO...

Anexos ao memorando do Cônsul se encontram relações nominais dos presos, seus postos, a indicação dos mortos, e, quando foi o caso, o posterior regresso dos ainda vivos.

Ao mesmo tempo o Cônsul Mendes e Almeida procurava intervir no sentido de que nada faltasse aos demais brasileiros, que não podiam sair de Portugal, por circunstâncias diversas: alguns deles conseguiu retirar de Lisboa, por meio de fuga, levando-se para fora da barra e os entregando a navios que os conduziram ao Brasil. Afora o caso dos presos paraenses e maranhenses, avultado número de brasileiros recebeu, naquela emergência, a ajuda do Cônsul, protegendo-os da reação lusitana.

Dessa reação, que chegou às chamadas guerras da Independência, sabe-se que forças portuguesas procuraram perturbar a conquista da liberdade, sobretudo na Bahia. A presença de Cochrane, no comando da armada brasileira, de um lado, e, de outro lado, a adesão de brasileiros incorporando-se às forças militares, alarmaram a corte portuguesa, criando aquela "inquietação do governo" de Portugal, a que se refere o Memorando, que vimos citando; inquietação agravada com a entrada no Tejo, a 26 e 29 de agosto de 1823, de algumas embarcações conduzindo tropas portuguesas das que até então ocupavam a Bahia. É que, com a vitória de 2 de julho, tais embarcações abandonaram o porto do Salvador regressando a Lisboa, muitas delas ainda perseguidas por navios brasileiros.

Tais, foram, a rigor, as lutas que envolveram, no momento da Independência, o território brasileiro. Não se apresentavam com continuidade geográfica, mas esparsamente, concentrando-se apenas o que se passou em território baiano; nem ofereciam resistência de facções brasileiras, mas sim dos últimos representantes do governo lusitano no Brasil, como foi, em grande parte, o caso do Pará. Aos baianos associaram-se, nas lutas, brasileiros de outras províncias, de modo especial das vizinhas. As províncias brasileiras se mantiveram, assim unidas, defendendo com espírito de coesão já nacional, poderíamos dizer, a independência de sua pátria, a que a partir de então iam ajudar a construir.

### 6.

Portugal, talvez pelas semelhanças mesmas de suas origens comuns — sobretudo as de sua formação humano-cultural — com Espanha, não criou, na área americana, um Estado em que os elementos distintivos se avolumassem, em prejuízo dos que contribuiriam para sua aproximação. Foi possível, por isso mesmo, o Brasil conservar sua fisionomia continental, sem sacrificio de suas peculiaridades regionais e principalmente de suas bases lusitanas. O que resultava, em grande

## MANUEL DIÉGUES JÚNIOR

parte, da capacidade de adaptação do português nos trópicos, aqui se compenetrando de que sua missão não era rígida, antes flexível, tal como também se comportava no Oriente, ou na África, ou nas Ilhas.

Daí ter sido agricultor, ter sido extrator, ter sido minerador, ter sido criador de gado, ter sido mascate, enfim ter sido o que o meio permitia, e quase sempre também exigia. O que ele fez foi justamente uma simbiose completa com o meio e com o homem nele encontrado. Enfim, soube criar ambiente, o qual, por sua localização no Novo Mundo, não deixou de ser americano, embora com suas características marcantes ou típicas de regionalidade: e não apenas de continentalidade.

De modo que o que há de continental ou americano na formação da história brasileira, não contrasta nem esmaga o regional do nosso caráter; ou o que tenhamos de regional próprio e natural de nós mesmos, como adaptação característica de nossa origem portuguesa. Ao contrário: cumpre conciliar e aproximar ainda mais esses sentimentos, não só porque essa aproximação corresponde à realidade do nosso processo histórico, senão também porque assenta no fortalecimento das relações internacionais.

O que há de regional em movimentos como o de 1710, ou de 1720, ou de 1789, ou de 1817, regional pela área geográfica em que se localizou ou pela expressão que anima os seus próceres, se completa com o que há neles de nacional — pela finalidade que os impele, pelo caráter com que se traduzem. E esse regional e esse nacional não se contradizem, antes se integram, ao continental pela sua natureza, porque naqueles movimentos se sentem também influências do tempo espalhadas por toda a América.

Assim o processo histórico da Independência brasileira, particularmente regional ou nacional, na tradução de seus fins, é também americano ou continental, integrado, pela época e pela expressão no encadeamento de fatos e antecedentes que se espalham por toda a América hispânica e inglesa; e não só pela portuguesa.

Desta forma, quando o Presidente Antônio José de Almeida disse, em memorável discurso no ano do centenário, que vinha ao Brasil agradecer a este ter-se tornado independente de Portugal, exprimia, em princípio, um sentimento de fundo histórico. É que a pátria preparara o Brasil para fazer-se independente, como o pai prepara o filho para torná-lo homem. Portugal fez o Brasil à sua imagem e semelhança, com as mesmas virtudes e os mesmos defeitos, com a mesma flexibilidade de adaptação e o mesmo sentido de integração a qualquer meio. Por tudo isso, e sobretudo pelas origens de sua formação, o Brasil, essencialmente lusitano no sangue e em seus fundamentos histórico-culturais, pôde em 1822 tornar-se independente.

## A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL COMO PROCESSO NACIONAL E AO MESMO...

dentro de um processo que, sendo caracteristicamente nacional, não deixa de ser, de outro lado, também expressivamente continental.

### 7.

A 6 de agosto de 1822 era declarada a independência do Brasil, fato que o 7 de setembro, com o grito do Ipiranga, apenas formalizou, para receber sua institucionalização em 1824, com a Constituição do Império. Naquela data, o 6 de agosto — o príncipe D. Pedro dirigia o Manifesto aos Governos e Nações amigas, no qual — palavras textuais — o Brasil "proclama à face do universo a sua independência política, e quer, como reino irmão, e como nação grande e poderosa, conservar ilesos e firmes seus imprescritíveis direitos".

Em que pesem as expressões usadas, aqui ou ali, de respeito e de acatamento à pessoa de seu Pai, o Rei D. João VI, o Príncipe manifesta contínuo repúdio à "tirania portuguesa", ou aos atentados de Portugal contra os direitos do Brasil, ou ao acanhamento de vistas de Portugal, para definir a indispensável necessidade de tornar-se o país independente. Contra "a continuação de velhos abusos e o acréscimo de novos", o Brasil expressava às nações amigas, de modo particular as do próprio continente americano, sua reação contra os atos do congresso português, que "despedaçava a arquitetura majestosa do império brasileiro". Exacerba-se a situação quando chegam ao Brasil os decretos que impõem a retirada do príncipe para a Europa e a extinção dos tribunais do Rio de Janeiro. Ressentidos os povos do reino face ao desprezo com que eram tratados os cidadãos beneméritos do Brasil, o Príncipe reagia contra o fato de ver "subjugada a liberdade das províncias, sufocados os grupos de suas justas reclamações, denunciados como anticonstitucionais o patriotismo e a honra dos cidadãos», e à vista de tudo isto, — diz o notável documento de 6 de agosto — Sua Alteza anuncia a convocação de uma Assembléia Constituinte e Legislativa, e se propõe defender os legítimos direitos e a constituição futura do Brasil. E para que essa independência expresse o espírito de aproximação com os demais povos, D. Pedro os convida "a continuarem com o Reino do Brasil as mesmas relações de mútuo interesse e amizade", prontificando-se a receber os respectivos ministros e agentes diplomáticos e enviar-lhes os nossos.

Era a proclamação da Independência; era a declaração de emancipação do povo brasileiro, neste documento, cuja lavra se deve, sem dúvida, a José Bonifácio, cujo excelso talento de cientista, de político, de estadista se colocou a serviço da liberdade política do povo brasileiro, constituindo, no continente americano, um novo Estado independente.

Um mês depois, o 7 de setembro constituiria tão-só a formalização de um ato que aquele documento já expressava claramente, rompendo

## MANUEL DIÉGUES JÚNIOR

os laços do então Reino Unido com a metrópole, para definir-se como nação soberana, acolhendo as representações diplomáticas dos países amigos e mantendo abertos os portos do Brasil para o comércio lícito com as nações pacíficas e amigas. O grito das margens do Ipiranga é a concretização daquele manifesto; expressa, em gesto, o que a palavra já havia traduzido, na manifestação do sentimento emancipacionista.

Dentro do processo histórico de emancipação das colônias ibéricas nas Américas, a independência do Brasil constitui um de seus aspectos específicos; tem as mesmas raízes, traduzidas em levantes ou insurreições, revoltas ou conjurações, que o século XVIII e os começos do XIX viram expressar-se aqui ou ali nas diferentes partes do continente. Traduz o mesmo sentimento que povos de uma mesma origem, formados sob os amplexos de três fontes humanas idênticas, tanto na área espanhola como na área portuguesa, criaram e construíram, na irmanação dos mesmos ideais pelos quais se revelaram ao mundo, perturbado e inquieto daquela primeira metade do século XIX, não apenas seu desejo de liberdade, mas sobretudo sua expressão de tornar-se independente; e isto sem prejuízo de continuar a traduzir, nos novos reinos ou repúblicas, idênticos sentimentos de fraternidade humana, de aproximação entre os povos, de união entre todos os homens da terra, e em particular do continente americano.

### NOTAS

- 1 ZAVALA, Silvio — *El mundo americano en la epoca colonial*. México, Ed. Porrúa, 1967. 643 p. v. 1.
- 2 LIMA, Oliveira — *América Latina e América Inglesa*. Rio de Janeiro Liv. Garnier, 1914. 188 p.
- 3 FREYRE, Gilberto — *Problemas brasileiros de Antropologia*. 3 ed. Rio de Janeiro, Liv. José Olympio, 1962, 323 p. (Obras reunidas de Gilberto Freyre).
- 4 STONEQUIST, Everett V. — *O homem marginal: estudo de personalidade e conflito cultural*. São Paulo, Liv. Martins, 1948. 244. p. (Biblioteca de Ciências Sociais, 7).
- 5 LAUWE, Jacques de — *L'Amérique Ibérique*. Paris, Libr. Gallimard, 1937, 224 p. (Documents Bleus, 13).
- 6 LEWIN, Boleslao — *La rebelión de Túpac Amaru y los orígenes de la independencia de Hispanoamérica*, Buenos Aires, Sociedad Editora Latino Americana, 1967. 963 p.
- 7 UREÑA, Pedro Henriquez — *Historia de la cultura en la América Hispánica*. 2ed. México, Fondo de Cultura Económica, 1949. 237 p. ilustr.
- 8 ALMEIDA, Clemente Álvares de Oliveira Mendes e — *Memorando sobre a Independência*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1903. p. 132-210 (Separata de Publ. do Arquivo Nacional, 4)

-----♦-----

# Relacionamento da Independência com a Unificação Nacional

MÁRIO BARATA

UM dos aspectos mais importantes no estudo do processo da Independência política brasileira, do modo pelo qual se efetivou, com a sua formalização em 1822, é o exame das suas relações com a dinâmica histórica que conduziu à unificação da América Portuguesa. Este último desenvolvimento, com predominância progressiva de forças unificadoras, recebeu no momento da Independência o impacto definitivo que produziu a unidade nacional. Tem parecido a muitos autores, com razão, que, sem a solução auto-nômica concretizada em 1822, com êxito completado em 1823, dificilmente esta parte do continente teria se constituído em um só país. É verdade que pouco se tem refletido profundamente e com base em documentos acerca desse assunto, o que contribui para revelar o retardo em que a historiografia se encontra, comparativamente aos problemas que deveria examinar, em nosso país. Os aspetos comemorativos e certas minudências têm até ficado mais salientes, neste campo de estudos, relativamente ao que ocorreu mesmo em parte do nosso século XIX e no início do XX, o que implica na verificação de um retrocesso, em alguns de seus setores, aceleradamente. Sobretudo se nos lembrarmos de que, em países da Europa e nos EE. UU., a historiografia de caráter científico, realista e crítico, progrediu enormemente, nesse período e ultimamente.

## MÁRIO BARATA

### ANTECEDENTES

As tendências dispersivas e as situações periféricas através da História do Brasil — nessa época em que as dificuldades de transportes e inexistência de comunicações centralizadoras do tipo das que se multiplicaram no século XX — aparecem em várias oportunidades. Já em 1572-73, a extensão da área brasileira levava o Rei de Portugal a dividir a colônia em dois governos; um, da capitania de Ilhéus para o norte, sob a chefia de Luís de Brito e Almeida, sediado em Salvador da Bahia — e outro, da de Porto Seguro para o sul, confiado a Antonio de Salema, este com sede no Rio de Janeiro. O sistema teve curta duração, terminando em 1573. Posteriormente ocorreu outra separação administrativa, mas provisória de 9 de abril de 1612 unificava o governo do Estado do Brasil, para o qual fora nomeado governador Gaspar de Souza, aos 12 de março. Logo a seguir empreende-se a expansão, ainda durante o domínio espanhol, até o Maranhão e o Grão-Pará, fundando-se em 13 de junho de 1621 o Estado do Maranhão, cujo primeiro governador foi Francisco Coelho de Carvalho. Seu substituto ordenou a viagem de Pedro Teixeira, águas acima do Amazonas, até o rio Napo e Quito, no atual Equador.

Em 1751 a capital do Estado passou a ser Belém. Desse mesmo ano há interessante documento sobre as cidades e povoações do Estado do Grão-Pará e Maranhão, que dá boa idéia do desenvolvimento que parte da região já havia tomado e que se incrementará a seguir, nos governos de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de Bernardo de Mello Castro e de Francisco de Souza Coutinho. Foi divulgado inicialmente pelo historiador João Lúcio de Azevedo e dele reproduzimos aqui somente pequena parte.

Trata-se do relatório feito no correr de 1751, pelo bacharel João Antônio da Cruz Diniz Pinheiro, ouvidor do Maranhão, e publicado *in Os Jesuítas no Grão-Pará*: "Em todo este distrito há (diz o texto) um governador e capitão general no Pará, onde agora se pretende fazer a cabeça do Estado; e um governador no Maranhão, que foi cabeça do Estado de seu princípio. Há dois bispados com seus bispos, residentes nas cidades de Nossa Senhora de Belém do Grão-Pará e de S. Luís do Maranhão, onde tem suas catedrais com seus cônegos que officiam, e com muita especialidade, asseio e aparato os do Pará. Tem este bispado nove freguesias, duas na cidade, uma na vila da Vigia, outra na do Camutá, outra na vila do Caeté, outra na de Joanes, outra na de S. Felix; tem mais nos rios Moju, Guamá, Capim a Acará, seis ermidas paroquiais subordinadas da cidade.

"E no do Maranhão há quinze freguesias: uma na capitania de Cumá, dentro da vila de Santo Antônio de Alcântara; sete na do Piauí, na vila da Moxa, Gorugueia, Sarobim, Poti, Piracuruca, Brejo dos

## RELACIONAMENTO DA INDEPENDÊNCIA COM A UNIFICAÇÃO NACIONAL

Arnazes e Pernavã; e sete na Capitania do Maranhão, e do Icatu, Parnaíba, Itapicuru, Aldeias Altas, e Pastos Bons; e tem mais na capitania do Cumá três ermidas paroquiais anexas e subordinadas à freguesia, que são: S. Bento, S. José e Nossa Senhora da Água do Lupe (Guadalupe?) com o que vem a ter todo o Estado vinte e quatro freguesias e nove ermidas paroquiais, fora duas mais, que tem a cidade de Belém, que são a do Santo Cristo dos Soldados e a de Nossa Senhora do Rosário e outras particularidades, que estão por várias fazendas.

"Há nele quinze conventos de religiosos: quatro do Carmo, quatro das Mercês, três de Capuninhos, e quatro da Companhia; do Carmo são dois no bispado do Pará, um na cidade, outro na vila de Vigia; e da mesma forma dois da Companhia, e um das Mercês, que todos são dois, Santo Antônio e S. José, que têm cada um suas duas fazendas, a que chamam Doutrinas, com muita gente.

"No bispado do Maranhão têm dois conventos do Carmo: um na cidade da ilha, outro na vila de Santo Antônio de Alcântara; e da mesma forma os da Companhia e Mercês; e estes têm com duas doutrinas, com muita gente como os mais, e todos os outros com muitas fazendas e gente de toda qualidade. Além destes há seis hospícios, três dos Capuchos do Pará, na cidade no Caeté e no Gurupá, em que tem cada um suas doutrinas, como os mais; e três dos padres do Carmo, dois no Estado do Maranhão, um na ilha e outro nas Aldeias Altas, que têm suas fazendas de terras e gados, com bastantes índios forros e escravos, e outro no distrito do Pará, no Rio Negro, donde dão providências às dependências dos missionários."

.. . "Contam-se neste Estado sete capitânicas: as do Piauí, Maranhão e Pará, que pertencem *in totum* à Sua Majestade, e as do Cumá, Camutá, Caeté e Ilha Grande, Joanes e Marajó, que pertencem a donatários. A do Piauí, contém as povoações e fazendas que vêm dos confins da capitania de Ceará e Pernambuco, até o rio Parnaíba; a do Maranhão compreende as que mediam entre o rio Parnaíba e o Pinaré; e a do Pará principia pela parte esquerda do Guamá e segue tudo quanto alcança o distrito da Vigia e sertão das Amazonas e Cabo do Norte até os últimos confins já declarados.

"Nas duas capitânicas do Piauí e Maranhão entende o governador do Maranhão e do Pará em todas, como governador e capitão general. Nas três de Sua Majestade há nove fortalezas duas no distrito do Maranhão, uma à entrada da cidade, e outra no rio Itapicuru; e sete no distrito do Pará, uma na cidade, e seis nos distritos do sertão das Amazonas, no Macapá, Paru, Pauxis, Gurupá, Tapajós e Rio Negro; além disto há mais três fortins, dois na cidade do Pará, e um no Maranhão; e três casas fortes, duas neste mesmo Estado, no Iguará e Mearim e uma no do Pará, nas cabeceiras do Guamá.

## MÁRIO BARATA

"Há em todo o Estado trinta e um engenhos reais de fazer açúcar: cinco na capitania de S. Luís do Maranhão, em que entra um dos padres do Carmo, no rio Itapecuru, com mais de duzentos escravos, que entra um dos padres da Companhia; e vinte quatro no Pará, um dos padres da Companhia no Muju, e outro dos do Carmo no Guamá, ambos afamados pela muita quantidade de gente que conservam, e os mais dos moradores, que quase todos se ocupam em fazerem aguardente, de modo que se vende o açúcar por pouco, sendo mau, a três mil réis a arroba", etc.<sup>1</sup>

### IDENTIDADE NACIONAL

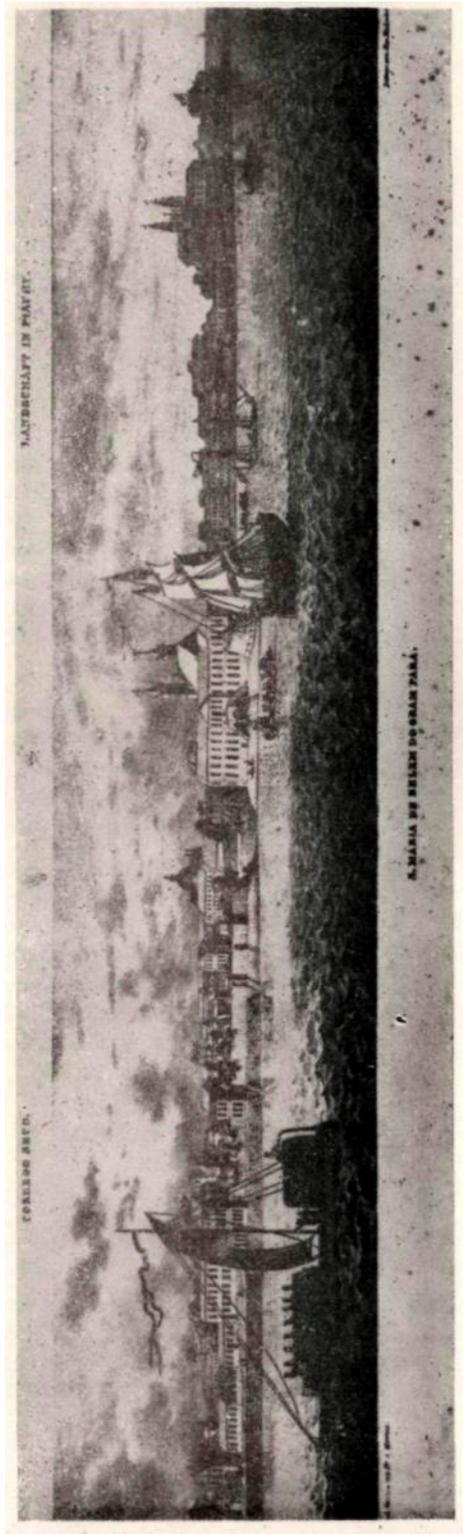
Este trecho de um depoimento sintético dá-nos certa idéia do desenvolvimento a que o Pará e o Maranhão haviam atingido, em certo campo, exatamente na metade do setecentos, quando se iniciava a administração pombalina que tanto fez pelo Brasil.

Qual o sentimento de identidade dos colonos entre si, no norte e no sul em geral, ou em diferentes capitanias da América Portuguesa? Quais os limites dentro dos quais se sentiam solidários ou achavam ser dotados de um mesmo destino? Eis um campo historiográfico em que pesquisas mais completas e profundas ainda podem ser consideradas necessárias.

Sabe-se que um espírito atilado e conhecedor impar de nossa história colonial, Capistrano de Abreu, não acreditava na existência de sentimento nacional, no fim daquele período e isso deve ser levado em linha de conta. Malgrado a importância de orientações método-dológicas — e as dele eram excelentes — para estabelecer ponto? de vista, a sua experiência no assunto era tal que devemos creditar-lhe a conclusão a que chegou como contribuição séria e importante, que cria dúvidas para a facilidade com que se procura definir, às vezes, a formação da unidade brasileira. Essa conclusão é ponto adquirido, a ser um dos que servirão de base a futuras discussões e a exame mais completo do problema. Investigações mais abundantes, neste setor de pesquisa, são realmente imprescindíveis.

### ESTADO DO GRAO-PARÁ E MARANHÃO

Havia profundas razões históricas para que o Maranhão e o Pará hesitassem, em 1822-23, a se juntar ao Brasil, do qual eles não faziam parte administrativamente, ligados que estavam exclusivamente a Lisboa, inicialmente como Estado do Maranhão (desde o século XVII) e depois, de 1751 a 1772-5, do Grão-Pará e Maranhão (com sede em Belém), e daqui até 1808, como Capitánias-Gerais separadas, continuando diretamente subordinadas à metrópole.



COPENHAGEN ARSENAL.

MATROTSKAPET I HAVEN.

S. MARIA OF SELEN DOOR HANZAN.

1850

*Vista da Cidade de Belém, in: Spix e Martius, Reise in Brasilien, München,  
1823/31*

## RELACIONAMENTO DA INDEPENDÊNCIA COM A UNIFICAÇÃO NACIONAL

Toda a evolução do Maranhão e da Amazônia reforça esse fato, ao lado das vantagens de navegação e comércio com Lisboa, em comparação às das ligações com o Rio de Janeiro. Além disso o número de lusos era proporcionalmente — ao que parece — maior nessas capitanias. Ainda no século XVII, significativo Regimento (de instruções de governo) foi dado a André Vidal de Negreiros, ao assumir o cargo de Governador Geral do Estado do Maranhão e Grão-Para. Está reproduzido no excelente trabalho de Marcos Carneiro de Mendonça, *Raízes da Formação Administrativa do Brasil*.<sup>2</sup> Na centúria seguinte, governadores do mesmo Estado receberam delineamentos administrativos sob a designação de Instruções, como também ocorreu no Sul.

Todavia de 1751 a 1777 um grande esforço fora feito, sob planejamento rigoroso, o qual merece aqui ser salientado, pelo Gabinete e as equipes de Pombal, para dar um contorno definitivo e bastante sólido à América Portuguesa — ainda que então dividida, como vimos, em dois Estados: *Grão-Pará e Maranhão e Brasil* — dando bases sólidas a esse colosso continental, passando pelo Rio Grande, por Mato Grosso incluindo a margem direita do Guaporé e se colando, no Norte da Amazônia, às bacias do Orenoco e do Essequibo, ou se fortalecendo no Amapá.

Marcos Carneiro de Mendonça ao recordar isso compara esses esforços — cuja convergência de elementos tenderia à unidade posterior das colônias — com o de José Bonifácio e o dos homens da Regência Trina permanente, em parágrafo da sua excelente conferência *Aspectos da Legislação Pombalina relativa ao Brasil*<sup>3</sup>

Nesse momento, como possivelmente em alguns outros, anteriores e posteriores, os portugueses — quando menos, eles — tinham noção consistente e sentimento forte da unidade de seus domínios na América, não talvez considerando-os como uma colônia única, mas evidentemente como um conjunto potencialmente a unificar, com bases comuns, problemática inter-relacionada e enfrentando obstáculos centralizados, sobretudo, na coroa ou em organizações espanholas, do ponto de vista territorial.

### DEFINIÇÃO TERRITORIAL

O âmbito da definição territorial foi importante. Sobre o assunto diz-nos — em certo trecho da segunda obra citada — Marcos Carneiro de Mendonça:

"Fácil também é mostrar ter sido graças à ação firme e decidida das equipes pombalinas do Grão-Pará, da Capitania de S. José do Rio Negro (Amazonas) e do Mato Grosso, que as nossas fronteiras desta última região se fixaram definitivamente nos limites territoriais

## MÁRIO BARATA

estabelecidos pela margem oriental dos rios Madeira e Guaporé, casan-do-se isto, um pouco mais ao Sul, com a importante região fronteira do varadouro Alegre-Aguapei, que separa, em faixa de poucas léguas, a bacia do Amazonas da do Prata.

"Por outro lado, o que se deve no Sul à incrível atuação pessoal do Marquês, seria de não acreditar, se não possuíssemos os muitos documentos que mostram, não só esta verdade, como ainda a forma pela qual foi possível se chegar à quase impossível expulsão dos castelhanos do Rio Grande, a 1<sup>o</sup> de abril de 1776. Expulsão auspiciosa e, sem dúvida, milagrosa, por ter sido conseguida em um dos últimos meses de reinado de D. José, e da presença de Pombal, em seu ministério. Porque não seria com a gente da famosa *viradeira* que envolveu, em Lisboa, a coitada da D. Maria, depois da morte do rei, seu pai, verificada a 24 de fevereiro de 1777, que tal coisa, ou milagre, iria se dar.

'Quanto à última parte do panorama a que me referi, isto é, à transferência da sede do Vice-Reinado do Estado do Brasil, da Bahia para o Rio de Janeiro;'. . . "que se deu em 1763: simples ato administrativo. Explico por que: porque tal medida, importantíssima, fazia, sem dúvida, parte do *Sistema Fundamental que formava o Governo Político, Militar, e Civil de toda a América Portuguesa, que desde o ano de 1757 o Marquês de Pombal vinha pondo discretamente em prática, no Brasil*. Sistema que tive oportunidade de revelar em conferência realizada no Instituto Histórico; sem o qual, naquela ocasião, dificilmente a unidade territorial do Brasil poderia ter sido recuperada e mantida<sup>4</sup>.

### DEFINIÇÃO DA IDÉIA DE BRASIL

Com a sede da regência do filho de D. Maria I, entre nós, a idéia de Brasil, como designação genérica para esta parte da América do Sul se afirma e chega ao final do período com bastante precisão. Já como El-Rei, na mais longa das famosas Cartas Regias de 1<sup>o</sup> de agosto de 1822, com ordens para D. Pedro, o monarca português fala do "estado político em que atualmente se acham as Províncias Meridionais do Brasil". Textos coevos referem-se à situação das "províncias do sul". Trata-se essencialmente, como se sabe, do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Entre tantos exemplos que se encontram, a ligação tornada necessária, no plano da estrutura do poder, do Pará com o Rio de Janeiro, na época de D. João VI, divulgamos assinaturas autografadas de D. Romualdo de Souza Coelho e de Raimundo Antônio Martins, na última página de documento existente no Arquivo Nacional — cujo início acentua orgulhosamente terem vindo «navegando desde a margem do Amazonas" a fim de oferecerem, ao monarca,

## RELACIONAMENTO DA INDEPENDÊNCIA COM A UNIFICAÇÃO NACIONAL

as condolências do Bispo do Pará e de sua diocese, pelo passamento de D. Maria I, o qual ocorrera em 20 de março de 1816.. Esse Romualdo não deve ser confundido com o seu parente Romualdo Antônio de Seixas, presbítero da catedral de Belém em 1818 e depois Cônego do Pará, cujo sermão feito em solenidade no Senado da Câmara da capital paraense quando da aclamação de D. João VI, foi publicado no Rio, no mesmo ano, em mais um sintoma de centralização na capital do Reino Unido. Enquanto este segundo D. Romualdo presidiu a junta da significativa Revolução Constitucionalista local, o primeiro foi inicialmente eleito Deputado às Cortes de Lisboa em 1821 e, depois, em agosto de 1823, presidente da Junta Governativa conciliadora, que deu a adesão do Grão-Pará ao Império.

Porém antes e depois de conciliações houve períodos difíceis para os patriotas ou, pelo contrário, para os portugueses não radicados, conforme a época. Durante a Guerra da Independência, a Junta Governativa do Piauí, em Oeiras, fiel a Portugal, respondia altivamente a intimação do General Labatut dizendo-lhe "não queira Vossa Excelência manchar o seu nome Militar, e que se diga nas histórias, que ao Piauí veio outra proteção Francesa, qual apareceu em Portugal em 1807» (docs. IG 249-257, do Arquivo Nacional).

O movimento da Independência demonstrou a existência de focos e surtos nativistas de caráter brasileiro, no Extremo-Norte. As juntas de Belém e de São Luis, cumprindo ordens de Lisboa, remetem presos para Metrópole centenas de "subversivos". Só do Pará, estiveram recolhidos à Torre de São Julião da Barra por muitos meses, militares — inclusive Teodoro Constantino Chermont — e paisanos, em número de 267 "exilados", dos quais 93 faleceram em epidemia de bexigas que grassou na prisão, segundo relata o abnegado Clemente Mendes e Almeida, nosso 1º Cônsul Geral em Portugal, no *Memorando sobre a Independência*, excelente texto reescrito em 1884 e publicado em 1903, no v. IV de *Publicações do Arquivo Nacional*<sup>5</sup> Mas também deve destacar-se a reação local do Maranhão e do Pará contra o Rio de Janeiro.

Divulgamos ainda, documentos como ofício do Secretário do Governo, em Oeiras, à Junta do Governo Provisório da Província do Maranhão, ligado a Portugal, solicitando envio de tropa para defesa. E outro da Junta do Maranhão, aos 10 de junho de 1822, respondendo a José Bonifácio declarando que ela está na forçosa precisão de declarar a S.A.R., que não pode cumprir determinado pelo Ministério da Corte do Ryo (sic) de Janeiro, sem ulteriores Ordens do Soberano Congresso, expedidas em nome de El Rey, a cujas Soberannas Autho-ridades já participou esta deliberação, continuando por enquanto inalteravelmente as relações estabelecidas com o Ministério de Portugal» (maço IG<sup>1</sup> 249, Arquivo Nacional).

## MÁRIO BARATA

Vultos da Independência, de Patroni — fundador do jornal *O Paraense* — e do Cônego Batista Campos, aos exacerbados nacionalistas como Félix Clemente Malcher, atuariam continuamente nesse período conturbado, que desembocaria na famosa *Cabanagem*, talvez a mais profunda revolta da história brasileira e certamente a que causou maior número de mortos. A situação especial do Grão-Pará conduziu a dificuldades e conflitos inúmeros, de 1823 até os anos das Regências.

### A BUSCA DA UNIDADE

A unidade da América Portuguesa baseava-se realmente em estratificações lingüísticas, religiosas, étnicas e políticas comuns, coordenadas a partir da antiga Metrópole, e veio a efetivar-se, bafejada pelos ventos históricos que trouxeram a Corte de D. João para o Rio de Janeiro e pela solução dinástica para a Independência. Esta foi apoiada por José Bonifácio e Ledo entre outros — citados aqui como figuras lúcidas, atuantes e também nomes simbólicos e representativos de um estado de espírito de grande parte dos brasileiros. Esse clima ou conjuntura se fundiu ufanamente, devido aos interesses comuns, neste particular, à situação de muitos portugueses que aderiram, em 1822, à Independência, ficando no país. Não cremos, porém, que possuía razão a historiadora Maria Odila da Silva Dias em várias das teses que expôs em artigo,<sup>6</sup> sobre eventual predominância de uma solução de origem lusa, na separação do Brasil, isto por motivos econômicos e ideológicos. Em relação à complexidade destes últimos basta salientar o grande número de portugueses residentes no Brasil, que em 1821 foram favoráveis ao liberalismo e à Constituição — opondo-se obviamente ao absolutismo — e que de 1822 a 1823 afastaram-se da liça política, silenciando ante à Independência nacional ou mesmo regressando a Portugal, para que se veja que os limites entre as posições portuguesa e brasileira, ou absolutista e liberal, não são fronteiras claras e decisivas. Além das guerras e conflitos que então opuseram grupos de origem lusa aos de origem nativa, os quais se prolongaram até 1831 e, no dizer de Sérgio Buarque de Holanda, de certo modo levando os conflitos nacionais da Independência até 1836<sup>7</sup>. Manoel Bonfim, no seu contundente livro *O Brasil Nação*,<sup>8</sup> ressalta os choques então ocorridos entre lusos e brasileiros, mas já estabelece — em posição talvez correta — a contribuição de portugueses do Brasil — a que Maria Odila também alude ■— para a moderação e as concessões que caracterizaram algumas das soluções efetivadoras de nossa soberania política.

Apesar do fator centralizador da chegada de D. João, certas características locais ou regionais do Maranhão e do Grão-Pará continuaram a existir. Por exemplo, as tropas lusas estacionadas no anti-

## RELACIONAMENTO DA INDEPENDÊNCIA COM A UNIFICAÇÃO NACIONAL

go Estado do Brasil, em Montevidéu, até 1822 eram pagas e sustentadas pelo Rio de Janeiro, mas excetuavam-se dessa fonte as sediadas no extremo norte.<sup>9</sup> Era ainda, evidentemente, consequência da longa tradição da região separada, que marcara os séculos XVII e XVIII, neste último mesmo após a distinção das duas capitanias, com sedes em Belém e em São Luís, efetuada como dissemos de 1772 a 1775, mas mantendo-se desde aí relacionadas unicamente com Lisboa, até 1808. As relações com o Rio de Janeiro, deste ano a 1822, — que José Bonifácio soube aproveitar, no período da Independência, com finalidades patrióticas, através de cartas, instruções e ordens que expediu, abrangendo páginas que Arthur Cezar Ferreira Reis considera, com razão, admiráveis, — não suprimirá todos os fundamentos geográficos e históricos da tradicional diferenciação dos dois corpos da América Portuguesa.

José Clemente Pereira, no documento pleno de fato que escreveu em janeiro de 1822 prenunciando e exigindo o «FICO», para conseguir o *status-quo* da unidade nacional, ainda insinuava a existência de forças regionais e mesmo «em muitas das províncias do Brasil, por não dizer em todas elas», um partido republicano mais ou menos forte. E parecia ressaltar, em manobra diplomática, a atitude das Cortes, contra a qual ele e grande parte do Brasil se rebelavam.

Ao comentar esse texto, Octávio Tarquínio de Souza explica a situação, sugerindo que «aos decretos incriminados não faltaria boa fé: muitas províncias não se tinham voltado só para Lisboa e não para o Rio de Janeiro?»<sup>10</sup>

No importante *Manifesto* de 1º de agosto de 1822, redigido por Ledo, era feito apelo aos «habitantes do Ceará, do Maranhão, do riquíssimo Pará, vós todos das belas e amenas Províncias do Norte. Vinde assinar o ato de nossa emancipação para figurarmos (é tempo) diretamente na grande associação política».

A unidade ficara sendo um alvo dos estadistas da época, centralizados no Rio de Janeiro. Já na coroação do Imperador, em 1822, este jurara defender a integridade do país. No artigo 1º do Projeto da Constituição, em 1823, os constituintes se referem à «Nação una e indivisível». Posteriormente, no juramento da Constituição de 1824, pelo Chefe do Estado, aos 25 de março desse ano, o ritual formalístico, ainda mais claro, incluía no respectivo texto a obrigação de manter «a Integridade e Indivisibilidade do Império». Isto vários meses antes do primeiro sério conflito de tendências e possibilidades separatistas, depois da Independência: a Confederação do Equador, espoucada aos dois de julho seguintes, com repercussão no próprio Pará. E ainda dentro do clima de luta unida contra Portugal, já que o Reconhecimento e a Paz que cessaram a guerra entre os dois países, guerra referida em documentos oficiais a ela referentes, só interveio em agosto de 1825.

## MÁRIO BARATA

A Constituição votada em Lisboa aos 23 de setembro de 1822 (e sete dias depois, em separado por vários deputados brasileiros) foi aceita pela Junta Governativa do Grão-Pará, que a jurou — com ostentação, diz Raiol — no dia 13 de janeiro de 1823 e se procedeu conseqüentemente à eleição de novos deputados, que deveriam partir em 1823, não ocorrendo isso devido aos acontecimentos de agosto desse ano. Nesse interregno as Cortes discutiam projeto ligando somente a Portugal o Grão-Pará e o Maranhão, como documenta Clemente Mendes de Almeida e referem os historiadores A. L. Monteiro Baena e Arthur Cezar Ferreira Reis.

Vimos até agora, resumidamente, que a dinâmica da obtenção da Independência política se cruzou e depois confluuiu, no Brasil, com o da marcha para uma espetacular unidade nacional, em área de dimensões sem precedentes, com formação histórica quase conjunta, na história universal. Confundiram-se assim, num momento dado, o processo da Independência e o da unificação nacional, ajudando-se reciprocamente na prática. Isso ocorreu, como todos sabem e já definimos aqui, desde as medidas de 1822, centralizadas ou convergindo para o Rio de Janeiro, até a libertação do Ceará, no final desse ano e os fatos tão singulares da Guerra da Independência, concluída no 2 de julho de 1823 na Bahia, pouco depois no Piauí e no dia 28 do referido mês em São Luís do Maranhão, seguidos pela adesão ao Império em 15 de agosto, do Grão-Pará — proclamada pela Junta presidida por D. Romualdo de Souza Coelho, como dissemos — a qual logo depois deu lugar à do Rio Negro, isto é, do Amazonas.

A unificação foi, portanto, feita, malgrado as distâncias geográficas, já em 1823, devido — recapitulemos — ao aproveitamento lúcido das contingências que haviam trazido ao Novo Mundo o trono luso e ao fato de o herdeiro da dinastia ter-se apaixonado pela causa do país novo, ao qual chegara aos nove anos de idade. Mas também — cumpre reconhecer — graças ao sentimento, então bastante fecundo, de nativismo conta o predomínio da Metrópole, que levou a sublevações contra portugueses, antes de agosto de 1823, mesmo nas áreas do Extremo Norte, transformando o adversário circunstancial de então em obstáculo comum para nativos e naturalizados. Este fator básico e revelador de um processo unificador continuou a fermentar por toda uma série de anos, até 1831 — levando de forma preponderante D. Pedro I à abdicação — e mesmo a diversos conflitos do período Regencial.

Sugerimos — mas já demasiado tarde — a um dos membros da Comissão Nacional do Sesquicentenário da Independência, que esta e a Comissão Executiva deveriam ter representantes diretos — com significativa participação consciente de todo o país — nas próximas festividades do 2 de julho na Bahia, nas posteriores, do Piauí e nas de 28 do citado mês no Maranhão ou nas de 15 de agosto no Pará. Nessas datas configurava-se, há século e meio atrás, a independência da tota-

## RELACIONAMENTO DA INDEPENDÊNCIA COM A UNIFICAÇÃO NACIONAL

lidade da América Portuguesa, concretizando-se finalmente a unificação nacional, que se consolidaria — como importantes historiadores assinalaram — nas três décadas seguintes.

Salientar os conflitos da Independência ou do Primeiro Reinado não é desmerecer outros momentos de cooperação de Portugal com o Brasil. A verdade histórica não apaga as verdadeiras amizades.

### NOTAS

1. *Apud* Sduart Filho, Carlos — *Fundamentos Geográficos e Históricos do Estado do Maranhão e Grão Pará*, Biblioteca do Exército, editora. Rio, 1959, pp. 231-4.
  2. Edição do Conselho Federal de Cultura e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 2 tomos. Rio, 1972.
  3. Realizada no Instituto dos Advogados, tendo sido publicada em folheto. Rio, 1969. p. 14. O final do texto referido destaca também a República de 15 de novembro.
  4. Id. pp. 15-16.
  5. Em 1972, o Arquivo Nacional publicou nova edição do *Memorando*, em separado .
  6. «Transição da Colônia ao Império» *in: O Estado de São Paulo* (Suplemento Especial). S. Paulo, 7 de setembro de 1972.
  7. «Herança Colonial ■—■ Sua Desagregação» *in: História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, vol. 1. D.E.L. — S. Paulo, 1962. Todo o volume, com capítulos de diversos autores, é dedicado ao «Processo de Emancipação».
  8. Dois tomos. Ed. Liv. Francisco Alves, Rio, 1931 .
  9. ... «exceto as do Maranhão», confirma José Honório Rodrigues, no estudo «A Revolução e a Contra-Revolução da Independência», *in Jornal do Brasil*, Rio, 3/9/1972.
  10. Tarquínio de Souza, Octavio — *A Vida de D. Pedro I*, t. I, 7ª edição, pp. 292-3. Ed. José Olympio, Rio, 1972. O autor revela, diga-se de passagem, relativamente às causas e efeitos da Revolução Constitucionalista de 1821, no Pará, Bahia e Rio, certa hesitação.
- \* Foram consultados também, para este trabalho, alguns documentos inéditos da Seção dos Ministérios do Arquivo Nacional, relativos ao período da Guerra da Independência. O acervo é curiosamente parco em dados sobre o Grão-Pará, o que, em parte, pode dever-se à separação em que o extremo norte esteve, na época, relativamente ao Rio de Janeiro.

**DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL**

REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA

**14**

Outubro/Dezembro — 1972

# REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA

Publicação trimestral do Conselho Federal de Cultura

## DIRETOR

Mozart de Araújo

## CONSELHO DE REDAÇÃO

Octavio de Faria

Manuel Diégues Júnior

Adonias Filho

Pedro Calmon

Afonso Arinos de Mello Franco

Redação: Palácio da Cultura — 7º andar Rio  
de Janeiro — Brasil

# REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA

ANO IV

-

OUTUBRO/DEZEMBRO - 1972

—

N.º 14

## Sumário

### ARTES

CLARIVAL DO PRADO VALLADARES _____	<i>O Espírito Criador do Povo Brasileiro</i> .....	9
MOZART DE ARAÚJO .....	<i>Ernesto Nazareth</i> .....	13

### LETRAS

ALPHONSUS DE GUIMARAENS FILHO ...	<i>Inquietação Espiritual (ou Visão Mística) em Carlos Drummond de Andrade</i> .....	31
IVAN LINS .....	<i>Euclides da Cunha e o Pensamento Filosófico de seu Tempo</i> .	43

### CIÊNCIAS HUMANAS

JOSÉ CALASANS BRANDÃO DA SILVA ..	<i>O &lt;Matricídio&gt; de Antonio Conselheiro</i> .....	61
ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS .....	<i>O Folclore da Amazônia</i> .....	69
DELSON RENAULT .....	<i>Um Guia Ignorado de Peter Lund</i> .....	79
PESSOA DE MORAIS .....	<i>Personalidade, Genética, Endocrinologia e Cultura</i> .....	87
BASTOS D'ÁVILA .....	<i>O Imperialismo Ecológico</i> .....	99
CATHARINA VERGOLINO DIAS .....	<i>A Amazônia Brasileira</i> .....	109

**Artes**

# O Espírito Criador do Povo Brasileiro

CLARIVAL DO PRADO VALLADARES

UMA notável exposição de arte brasileira marcou o segundo semestre de 1972, em Brasília. Era de título comprido, O ESPÍRITO CRIADOR DO POVO BRASILEIRO, ATRAVÉS DA COLEÇÃO DE ABELARDO RODRIGUES DO RECIFE, e se realizou na amplitude do subsolo do Palácio do Ministério do Exterior da nova capital. Amparada por excelente montagem e catálogo, aquela exposição foi sem favor um dos principais episódios da cultura brasileira, no ano que se findou. Abelardo Rodrigues preparava-a quando faleceu. Mário Gibson Barboza prosseguiu no empreendimento, realizando-o sem parecer homenagem póstuma de costumeira melancolia. Ao contrário, fez parecer que o saudoso pesquisador, artista e colecionador do Recife estava ali, realizado, mostrando ao visitante cada uma de suas peças naquele todo grandioso.

Era uma experiência inédita, entre nós. Uma enorme coleção de um estudioso de todas as manifestações artísticas de cada época da história brasileira, de repente revelada para ligar o tempo e para unir o gênio criador de uma gente. No total eram quinhentos e dezessete títulos identificando a seleção feita pelos organizadores para configurar, pelo menos uma vez, a idéia da coleção a que Abelardo Rodrigues dedicou quarenta anos dos sessenta que viveu. Pelo ecletismo dos objetos, a exposição comportou capítulos diversos: arte indígena, arte sacra, imaginária religiosa, arte sacra erudita, arte sacra popular, desenhos e gravu-ras contemporâneas e arte popular.

Parece absurdo ligar-se numa mesma mostra desenhos e gravuras de nossos coetâneos, como Goeldi, Grassmann, Géza Heller, Da Costa,.

## CLARIVAL DO PRADO VALLADARES

Livio Abramo, Augusto Rodrigues, Iberê Camargo, Djanira, e muitos outros, aos vários dos artistas populares que deixaram o anonimato através da pesquisa e do estímulo de Abelardo Rodrigues, como nos exemplos de Vitalino de Caruaru, Zé Rodrigues, Nô Caboclo, Vasti e Israel de Canhotinho, Severino de Tracunhaém, Lídia de Tracunhaém, Zezinho de Tracunhaém e tantos outros. Parece absurdo, mas apenas parece, pois ambos os grupos se unem numa mesma autenticidade. O fato de serem artistas da arte popular reconhecida e valorizada por um estudioso como Abelardo Rodrigues, não os confunde aos numerosos e freqüentes exemplos do primarismo, infelizmente não diferenciado, por muitos, do primitivismo.

Aqui está o ponto em que Abelardo foi mestre, sem favor de elogio: ele sabia pressentir e destacar o artista genuíno. Naquele que ele dava atenção, outros colecionadores corriam atrás e em pouco tempo começava a circular a freguesia dos apreciadores da arte exótica. Abelardo foi causa, porém não o culpado, de uma série de artistas *genuínos* se transformarem em *primitivistas*, em atenção a uma freguesia de escol. A tendência de sua pesquisa foi sempre, desde 1947 com o seu irmão Augusto Rodrigues, descobrir e situar a *autoria*, especificando o estilo individual dentro de uma produção de grupo. Assim ocorreu no exemplo mais eloqüente de suas descobertas, que foi o caso Vitalino de Caruaru, até o da diferenciação estilística dos ceramistas de Tracunhaém — Severino, Lídia e Zezinho.

Aliás, Alberto da Costa e Silva, prefaciador e autor de um dos textos ensaísticos do catálogo deixa este aspecto esclarecido: «A arte popular teve o melhor de seu carinho. Analisava-a com intuição e inteligência. Reconhecia a sua tradição própria. Não confundia o anonimato com a ausência de personalidade do artista popular. Daí sua preocupação em identificar estilos, em preservar autorias, em estimular as técnicas e as características pessoais dos artistas que descobriu e animou.»

A outra ligação visível no acervo que tanto é coleção como ilustração da vida de Abelardo Rodrigues, vê-se entre arte sacra e arte popular. Discuti muitas vezes com ele sobre a impropriedade da designação arte *sacra*, abrangendo objetos da liturgia e das devoções, desse modo limitando perigosamente ao capítulo de uma arte religiosa erudita, sacral. O mais certo seria considerar-se arte *da religiosidade*, a fim de se incluir o fantástico acervo dos objetos produzidos sob motivação mística, na conotação entre indivíduo e sobrenatural, abrangendo religiões diversas, nas suas manifestações tradicionalizadas e sincréticas. Suponho que a designação *Museu de Arte Sacra*, usada para os acervos diocesanos católicos, delimita muito a indicação que deve visar mais a religiosidade em seu caráter universal. Confunde-se cimélios de igrejas e ordens, específicos de objetos sacros e litúrgicos, com a finalidade museológica de maior amplitude cultural. No exemplo de Abelardo Rodrigues a designação Arte Sacra é ainda mais imprópria porquanto

## O ESPÍRITO CRIADOR DO POVO BRASILEIRO

a coleção visa e se limita à imaginária católica, o que corresponde a um capítulo específico da escultura da religiosidade. Tanto é exato que o mais difícil dos problemas enfrentados por Abelardo, pelo menos por trinta anos seguidos, foi o diagnóstico de estilo de época, mediante a caracterização da imagem.

Muitas vezes ele me falou das preocupações de José Valadares e dele em situar a época para certas imagens, em face das dificuldades de se delimitar períodos no acontecimento brasileiro, muito mais impreciso que o português. Em 1965, 1967 e finalmente em 1971 discuti longamente com ele procurando bases para a delimitação. Abelardo concordava muito com o critério de José Valadares, este nitidamente fundamentado na metodização dos historiadores e peritos portugueses, sobretudo de Reinaldo Santos e Mario Chicó.

Creio hoje que se José Valadares tivesse a ventura de viver mais que o prazo de sua breve vida, certamente nos teria legado um trabalho específico no capítulo da imaginária católica, importada ou manifestada no Brasil. Na data de seu passamento já contava com boa experiência casuística, examinando, catalogando e documentando peças pequenas, médias e grandes, algumas incorporadas ao Museu do Estado da Bahia, sob sua direção. A experiência brasileira de José Valadares, nesse estudo de imaginária católica, se estendeu ao nordeste pernambucano através o acervo de Abelardo. Na Bahia se fundamentou nas coleções de Mirabeau Sampaio e no de imagens de marfim de Orlando Castro Lima, além da imensurável visão que teve através dos antiquários, igrejas e ofertantes.

Em resumo, o critério de José e Abelardo se baseava na frontalidade excessiva, atitude ortostática, hierática, panejamento e cabeleira escorridos para o chão. evidência de caracteres de trajes e pouca distorção da figura. Tais características indicavam possibilidade, isto é, davam sinal verde para a conjectura de se pensar na imaginária brasileira, ou portuguesa no Brasil, dos séculos XVI e XVII. Dentro desse capítulo ambos consideraram exceção erudita a produção das imagens de barro-cozido dos escultores beneditinos, franciscanos e jesuítas.

O outro grupo, bem mais numeroso e continuado, se constitui das chamadas imagens do século XVIII, e se identificam tranqüilamente nas características barrocas do panejamento ventilado, no plano de celestialização, riqueza de movimento, torções da figura, incrustação de olhos de vidro e outros detalhes.

Pelo menos assim era o esquema admitido entre Abelardo e José, até a data de meu diálogo com o primeiro.

Aqui darei apenas uma notícia da conduta que acabei assumindo para a classificação da imaginária conforme o estilo de época. Abelardo relutou em aceitar minha proposição e penso que jamais se convenceu de todo. O fundamento de contestação era quanto a prototipia de

## CLARIVAL DO PRADO VALLADARES

acordo com o comportamento cultural dos grupos e regiões. Considerei a eventualidade da imagem refletir mais o estágio cultural da lavra artesanal que a tipologia estilística dos centros hegemônicos. Percebi acentuada diferença entre as imagens consagradas por devoções ricas, de ordens religiosas e irmandades, e aquelas produzidas no plano da devoção popular, da cultura-de-base.

Assim, muitas imagens de palmo ou palmo e meio, próprias da devoção de grupo-família, se representam em caracteres de comportamento arcaico — (verticalidade, rigidez, atitude de soberania e olhar posto no sobrenatural) — podendo ter sido feitas em qualquer época, dependendo da remanescência de grupos arcaizantes. Então o estudo terá que ser dirigido sobre a prototipia, a fim de se ver, nos detalhes de vestes e sinais hagiográficos, reversões de um estilo mais coetâneo. Dessa maneira tenho caracterizado produções recentes, de hoje, como as de Benedito da coleção de Abelardo, correspondendo à iconologia medieval, quanto a hieratização. Entretanto, se estudarmos os detalhes dessas notáveis peças da coleção pernambucana, começaremos a notar que a composição das peças de veste e de símbolos, e por vezes a própria data da devoção, são bem mais recentes. O que norteia a idade de uma imagem é a sua caracterização iconográfica e hagiológica.

No sentido em que falamos, as imagens do Padre Cícero que se fazem em Crato e Juazeiro, são imagens medievais, arcaicas, apesar do plano realístico-descritivo. Inclusive a de cimento armado de vinte e cinco metros de altura, sobranceira sobre o sertão, nas vistas de eras remotas.



*Fig. 1 — Imagem de São Miguel Arcanjo, madeira policromada  
— século XVIII, coleção Abelardo Rodrigues.  
Foto: cortesia do Dep, Cultural do MRÉ*



*Fig. II — Imagem de Santa Tereza d'Ávila, madeira policromada — século XVIII, coleção Abelardo Rodrigues.  
Foto: cortesia do Dep. Cultural do MRE*



*Fig. III — Imagem de Nossa Senhora do Rosário, madeira policromada, século XVII, coleção Abelardo Rodrigues.  
Foto: cortesia do Dep. Cultural do MRE*





*Fig. IV — Imagem de Sant'Ana e a Menina, madeira em monobloco pintado. Escultura recente do santeiro Benedito de Pernambuco, nas características da imaginária arcaica.  
Foto: cortesia do Dep. Cultural do MRE*

# Ernesto Nazareth

MOZART DE ARAÚJO

**D**OIS aspectos fundamentais podem ser considerados na apreciação crítica da obra de Ernesto Nazareth: primeiro, o compositor popular, autor de músicas de sucesso; segundo, o músico, cuja obra se converteu em fonte de pesquisa musicológica.

No primeiro caso, Nazareth serviu .,. ao amor. Ao enlevo das suas valsas, ao saracoteio dos seus tangos e de suas polcas, muito se amou neste país. Muitos de nós descendemos de amores e de idílios que tiveram como cenário os saraus e bailes do início do século e como fundo musical «os últimos sucessos» desse compositor popular que, sem os recursos publicitários de hoje — o disco, o rádio, a televisão e o cinema — conseguiu fazer-se ouvir por toda a nação.

O sucesso da música popular — sabemos todos — varia em função da moda. Passada a moda da polca, da valsa, da schottisch, do tango, Nazareth foi desaparecendo aos poucos da estante dos pianistas e pianeiros do Brasil. Era a vez do tango argentino, do rag-time, do one-step, do fox-trot, do charleston, do jazz.

Ernesto Nazareth, porém, não ficou esquecido. Se o êxito das peças arrefecia ante o impacto das novas danças, principiava, por outro lado, a tomar corpo e significação musicológica a sua obra, que se deslocava, assim, dos bailes e das salas de espera dos cinemas, para os arquivos dos estudiosos da música brasileira.

À consagração imediata que a música de Nazareth despertava quando, no apogeu do sucesso, ele próprio executava nos serões e saraus

## MOZART DE ARAÚJO

familiares do seu tempo o «Bambino», o «Odeon» ou o «Brejeiro», — sucedia a consagração histórica, como decorrência não mais do êxito das peças, mas do valor intrínseco do músico, cuja obra se transformou em material relevante de pesquisa.

Essa reinterpretação histórica, esse deslocamento que a sua obra sofria, da estante dos músicos para os livros de história, nos leva a concluir que a importância do compositor não estava somente nas peças que compõem o seu extenso catálogo de sucessos. Como também não estava apenas no gosto refinado que imprimia às suas criações. Porque se é verdade que o «Labirinto», o «Fonfon», o «Batuque», o «Duvidoso» ou o «Tenebroso» — para só falar de tangos — são obras primas no gênero, é certo também que, como peças isoladas, tiveram o destino fácil e transitório de música da moda. Nazareth não *ficou* pelos êxitos ou pela aceitação imediata que o seu repertório obtinha nos salões da alta e da média burguesia das primeiras décadas do século. A sua persistência na história musical do país se deve antes à *orientação* que adotou como compositor e da qual decorreu a projeção de sua obra no processo de fixação das características específicas da música nacional brasileira. Foi essa orientação que trouxe uma dimensão nova e uma nova significação histórica à sua obra.

Há um outro aspecto da personalidade musical de Ernesto Nazareth que deve ser aqui mencionado: o pianista. Creio que foi Darius Milhaud o primeiro em data a pôr em relevo os dotes pianísticos do nosso músico. Em 1917, recém-chegado ao Brasil, onde iria desempenhar as funções de secretário da Legação de França, Milhaud surpreendeu-se ao ouvir Nazareth executar as suas próprias composições na sala de espera do cinema Odeon, na Avenida Rio Branco, esquina da Rua Sete de Setembro. Decorridos 32 anos desse encontro, o músico francês recordaria nas suas memórias, publicadas em 1949, o toque macio, o ritmo deslizante do pianista popular:

«Os ritmos desta música popular me intrigavam e me fascinavam. Havia, na síncope, uma imperceptível suspensão, uma respiração molenga, uma sutil parada que me era muito difícil de captar. Comprei então uma grande quantidade de maxixes e de tangos; esforcei-me para tocá-las com suas síncopes que passavam de uma para outra mão. Meus esforços foram recompensados e eu pude enfim expressar e analisar este «pequeno nada» tão tipicamente brasileiro. Um dos melhores compositores de música desse gênero, Nazareth, tocava piano na entrada de um cinema da Avenida Rio Branco. Seu modo de tocar, fluido, inapreensível e triste, ajudou-me, igualmente, a melhor conhecer a alma brasileira». (1)

Como se vê, Milhaud não viu apenas o pianista. Na sua observação, vislumbrou também na obra do compositor a própria alma brasileira.

## ERNESTO NAZARETH

Sinto-me dispensado de insistir na tese de que a permanência de Nazareth na história da música brasileira se deva somente à qualidade e ao conteúdo musical das suas composições. Sua presença histórica se deve, sobretudo, ao caráter nacional que ele soube imprimir com refinamentos de mestre à sua obra. Foi essa orientação que o transformou de músico popular, isto é, de músico que fazia música para o povo, em músico para professores e para eruditos.

Seria um equívoco pretender com essa afirmação situar a obra de Ernesto Nazareth na categoria de música erudita. Pessoalmente, aliás, não considero de grande proveito discutir o problema que tem sido levantado por alguns críticos, desde Mário de Andrade, de saber se Ernesto Nazareth deve ser considerado um músico erudito, com o nome impresso em programas de concerto, ou se devemos, ao invés, situá-lo na categoria de simples músico popular. A resposta a essa indagação importaria em colocar em pauta um outro problema, sobre o qual, confesso, não me sinto em condições de dar uma resposta didaticamente conclusiva ou definitiva: o de saber qual a distinção entre música popular e música erudita.

Se é verdade que Oneyda Alvarenga em excelente trabalho aprovado em congresso internacional fixou a diferenciação entre música folclórica e música popular, <sup>(2)</sup> não encontro nos meus livros trabalho similar que caracterize a distinção e estabeleça os limites entre música popular e música erudita. Eu diria mesmo que essa distinção é mais fácil de ser percebida auditivamente do que definida por palavras. E isto porque, na zona fronteira onde essas categorias musicais se encontram, elas se interpenetram de tal forma que seria difícil, senão impossível, muitas vezes, traçar uma linha divisória que demarcasse com nitidez o território de uma e de outra. Parece certa a afirmação de Elie Siegmeister quando diz que «não há fronteiras rígidas e imutáveis entre música erudita, música popular e música folclórica, as quais constantemente se misturam e se derivam uma das outras». <sup>(3)</sup>

### MÚSICA ERUDITA E MUSICA POPULAR

Para os autores que consideram sinônimas as expressões *música folclórica* e *música popular*, a distinção entre estas e a música erudita está, sobretudo, na funcionalidade da música: a música popular, como a música folclórica, é imediatamente interessada e funcional porque sempre ela serve a alguma causa: é canção para adormecer, é cantiga de roda, é música para se dançar, é ritmo para cadenciar a marcha, é canto de trabalho, é recreação para as horas de lazer, é entretenimento para as horas de ócio. Em oposição, a música erudita seria música exclusivamente para se ouvir, porque dela não exigimos mais do que o

## MOZART DE ARAÚJO

prazer desinteressado da beleza e o deleite gratuito da emoção estética. A obra erudita supõe a edificação do ouvinte; a obra popular provoca e requer a participação do ouvinte.

Outros entendem que a música culta ou erudita se distingue da música popular pelo seu aparato polifônico-harmônico e pela utilização consciente de regras técnicas ou teóricas recolhidas dos livros didáticos e dos tratados de composição. Desse aprendizado escrito resultaria o fato de ser ela uma música elaborada. Ao passo que a música popular, de concepção monódica, brota do instinto musical e das aptidões naturais do compositor.

A música de concerto ou erudita se caracteriza pois, por sua concepção predominantemente *intelectual*. Já a música popular, espontânea e intuitiva por definição, deriva de impulsos *sensoriais* e se apóia cenestésicamente no ritmo que é o elemento fisiológico da música. De fato, na obra erudita o autor se liberta da isocronia rítmica, da simetria métrica e da quadratura estrófica, podendo criar livremente o seu ritmo. Já o autor popular se condiciona a ritmos preexistentes e tradicionais, definidores dos diversos gêneros da música popular universal: ritmo de fandango, de fox-trot, de tango argentino, de fado, de rumba, de samba, de baião, de bolero.

Não só pelo ritmo, entretanto, se define e se identifica a música popular. Além das *fórmulas rítmicas*, isto é, além das figuras e dos grupos rítmicos estereotipados com os quais ela se constrói, a música popular utiliza também *fórmulas melódicas*, isto é, frases, motivos, células melódicas, inflexões, e jeitos de entoar que, como diz Mário de Andrade, «se vão generalizando, perdendo tudo o que é individual, ao mesmo tempo que concentram em sínteses inconscientes, as qualidades, os caracteres duma raça, dum povo». (4)

Original como criação individual, o que a música erudita revela é a mensagem estética de um autor, é o pensamento artístico elaborado de um indivíduo. Do ponto de vista da criatividade, a obra erudita é única porque é individual, pessoal. Ao passo que a obra popular, por ser *do povo para o povo*, é coletivista por natureza, já que o seu conteúdo se nutre diretamente não da sensibilidade de um indivíduo, mas do temperamento e do sentimento de um povo, de uma nação.

Quando se fala em música popular — observa Chavarri — não se pensa na criação isolada de um indivíduo, senão em algo que se refere à consciência coletiva livremente exteriorizada. (5)

Daí o fato de a música popular expressar com mais autenticidade os caracteres afetivos de uma comunidade nacional; daí a circunstância de ela possuir, em relação à música erudita, um mais denso e mais legítimo conteúdo social e humano.

Chega-se assim à conclusão de que se a originalidade na criação individual é condição necessária e indispensável para a feitura da obra

## ERNESTO NAZARETH

erudita, o que se procura na música popular é, antes de tudo, a sua autenticidade nacional.

O musicólogo argentino Carlos Vega conceitua bem o problema quando diz:

«a canção popular não pode nem deve ser original. Canção original é canção incompreendida, não é aceita, e portanto, impopular. As canções populares se fazem combinando, de maneira mais ou menos variada, um reduzido número de frases, motivos, células, esquemas, rítmicos e desinências cadenciais próprias do gênero ou dos gêneros populares em voga. E é indispensável que se faça assim, porque o caráter e até o bom êxito de uma canção popular se estribam na repetição de motivos consagrados pela aceitação do ouvinte». <sup>(6)</sup>

A observação de Carlos Vega nada tem de estranha se partirmos da premissa universalmente aceita de que a originalidade da música popular não está no autor, não vem do autor, mas da coletividade, da nação, do país, do povo que ele, autor, representa. Sociologicamente o autor popular funciona como síntese de uma comunidade cultural. Os elementos rítmico-melódicos de que se compõe a obra popular preexistem ao compositor. Na música popular a originalidade não é pessoal, mas nacional.

### NAZARETH, MÚSICO ERUDITO?

Aplicados esses princípios à obra de Ernesto Nazareth, observemos agora o catálogo de obras do compositor, composto de 220 peças que tive o gosto de reunir no meu arquivo. Nesse catálogo, surpreendemos a presença de peças que pela sua denominação bem poderiam ser classificadas como eruditas: uma «Marcha Fúnebre», dedicada à memória do Presidente paulista Carlos de Campos e um «Estudo» que dedicou ao seu amigo Villa Lobos, ambas editadas. E mais as seguintes peças que deixou inéditas: dois «Romances sem Palavras», dois «Noturnos», uma «Gavota», uma «Polonesa» e uma «Elegia para mão esquerda».

Observemos ainda que mesmo no seu repertório dançante, encontramos certas sutilezas de ritmo, certa variedade de esquemas harmônicos, certos planos modulatórios muitas vezes caprichosos e inesperados, assim como a escolha de tonalidades inacessíveis a pianistas populares (os tangos «Labirinto» e «Chave de Ouro» e a valsa «Elegantíssima» ostentam na armadura nada menos que seis bemóis) — atributos esses que não são próprios da música popular.

E não é só. Mário de Andrade, depois de observar que nas artes populares a música nasce sempre ligada à poesia e à dança, assinala

## MOZART DE ARAÚJO

o caráter instrumental, antivocal, da obra de Ernesto Nazareth. Efetivamente, no extenso catálogo do nosso compositor, não encontramos mais do que cinco ou seis peças providas de letra. E nessas poucas peças é manifesta a ausência de vocalidade, ou seja, a ausência daquelas características que, por se adaptarem à natureza e às tessituras da voz humana, tornam as músicas cantáveis.

E aqui poderíamos apontar também o caráter anticoreográfico de muitas das obras do mestre. Autor de uma obra que se compõe na sua quase totalidade de peças dançantes (tangos, valsas, polcas, schottischs, quadrilhas e mazurcas), Nazareth nem sempre foi, a rigor, um autor de música para dançar. Nem todas as suas valsas, nem todos os seus tangos, embora estruturados em períodos regulares e simétricos, podem ser dançados. E pelo depoimento dos que com ele privaram( e entre estes eu me incluo,) podemos afirmar que Nazareth não compunha pensando em bailes, muito embora fosse o salão o cenário preferido das suas exibições. Preferia o serão familiar ao sarau-dançante, Antivocal e anticoreográfico, ele foi, por temperamento, um músico de salão. E daí o caráter pianístico da sua obra. Em vão procuraremos na produção dos compositores de sua categoria (\*) um domínio tão perfeito do teclado e uma técnica pianística tão aprimorada.

Mencione-se ainda que apesar de autodidata, Nazareth incluía no seu repertório de pianista, nas suas horas de lazer, obras de Beethoven, de Grieg, de Gottschalk, de Liszt, de Schumann, e muito especialmente de Chopin, cujo estilo transparece, não raro, nas produções do nosso compositor-pianista.

### NAZARETH, MUSICO DE SALÃO

Essas incursões no domínio da música «clássica» não indicam, porém, que Ernesto Nazareth fosse ura «snob» da música, pois jamais ocultou, nas poucas entrevistas que concedeu à imprensa, a sua condição de compositor autodidata.

Daí a conclusão de que nem o seu repertório de «concerto», já aludido, nem os recursos musicais do compositor ou a técnica do *virtuose* do piano são suficientes para justificar a inclusão de sua obra na categoria de erudita, como pretendem alguns dos seus biógrafos. A obra de Nazareth, pela sua destinação imediata e pelo espírito que a enforma,

(\*) Entre os compositores mais editados de polcas, valsas, tangos e havaneras, contemporâneos de Ernesto Nazareth citam-se: F.L da Silveira, Severo Dantas, Misael Domingues, J. G. Christo, Azevedo Lemos, Quirino Vieira, Carlos A. Vieira; Nicolino Milano, J. G. Flores Horta, Cinira Polônio, A. J. S. Monteiro, Carlos F. de Carvalho, Ábdon Milanez, Aurélio Cavalcante, Viúva Guerreiro, A. Cardoso de Menezes, Henrique Alvares de Mesquita, Ernestina Índio do Brasil, Alfredo Castro, Mario Penaforte, Jucá Storoni (Costa Júnior), Paulino Sacramento. Alfredo Gama, Eduardo Souto, Emidio Pestana, este anterior a Ernesto Nazareth e a quem Machado de Assis apontava como o primeiro entre os compositores de polcas.

## ERNESTO NAZARETH

não ultrapassou o limite do salão familiar. Não foi um autor de rua, como não foi um autor de concerto. Os romances, as *polonaises*, os noturnos, assim como um «Andante Expressivo» que deixou inacabado, são peças de circunstância, de valor secundário, sem maior significação dentro do padrão geral que imprimiu à sua obra. Esse repertório é irrelevante e não representa, em absoluto, a obra do mestre. O fato de Ernesto Nazareth deixar inédito o seu reduzido repertório de «concerto» já constitui indício claro de que ele próprio jamais teve a veleidade ou a preocupação de se aventurar à exploração de formas mais livres e mais complexas de composição. Músico esclarecido, Nazareth deixou-se guiar pelo princípio salutar de que é preferível ser um bom músico popular do que um mediocre músico erudito. Ernesto Nazareth jamais pretendeu figurar em programas de concerto, ao lado dos grandes nomes da música universal. Como é certo que jamais insinuou a inclusão de suas obras ao lado das obras dos seus contemporâneos brasileiros — Henrique Oswald, Miguez, Glauco Velasquez, Nepomuceno ou Francisco Braga. Entre ser pequeno entre grandes ou ser grande entre os menores, Nazareth optou pela segunda alternativa. E fê-lo com a convicção de que a categoria artística de um compositor não se mede pela terminologia com que batiza as suas composições, mas pela qualidade intrínseca da obra, seja ela popular ou erudita.

Aceitamos que como autor de tangos, Nazareth pertença ao passado. Sua produção, apreciada sob esse ângulo, teria apenas valor histórico. Mesmo assim, é de justiça considerar que o que foi ultrapassado não foi propriamente a sua obra, senão os gêneros e as espécies populares que ele explorou. O sucesso é transitório como as modas a que ele se filia. O que verdadeiramente consagra o artista ou a obra de arte, não é o sucesso imediato mas a sua permanência no tempo. E sob esse prisma não importa que os gêneros musicais que Nazareth trabalhou tenham sido importados ou estejam hoje ultrapassados — tangos, polcas, mazurcas. O que cumpre ressaltar é o processo de transubstanciação que esses gêneros sofreram ao passar pelo crivo da sua sensibilidade de músico brasileiro. O que importa, já agora, é verificar o valor normativo, a significação e o conteúdo nacional da obra de Ernesto Nazareth. É o valor antológico dessa obra. Porque se Ernesto Nazareth não chegou a ser um autor «clássico» no sentido corrente da expressão, é de inteira justiça considerá-lo um autor de classe, ou melhor, um clássico da nossa música. Um clássico no estrito sentido etimológico da palavra, isto é, um autor que deve ser estudado, observado, analisado e pesquisado nos cursos, nas classes.

## MORTE E VIDA

No dia 1º de fevereiro de 1934, Ernesto Nazareth evadiu-se da Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá, onde estava internado em estado de insanidade mental. Ao cair da tarde do dia 4, seu corpo foi

## MOZART DE ARAÚJO

encontrado boiando nas águas de uma represa, a 150 metros da sede da Colônia. O noticiário lacônico da imprensa deu conta da morte trágica de Ernesto Nazareth, mas quase omitiu o valor do músico.

Tal como vivera nos últimos anos de vida, Ernesto Nazareth desaparecia apagado, quase anônimo. Efetivamente Nazareth fora, em vida, um homem simples, avesso a qualquer espécie de exibicionismo barato. Brasília Itiberê observou bem quando disse que «a vida de Ernesto Nazareth muito pouca coisa elucida ou acrescenta ao estudo da sua obra. Vida modelar, sem aventuras, vida pacata e calma de bom chefe de família». (7)

No trato social era simples, cordial, sem ambição de riqueza.

Nasceu na encosta do morro do Pinto que então se chamava morro do Nheco, no bairro da Saúde, no dia 20 de março de 1863, no Rio de Janeiro.

Seu pai, Vasco Lourenço da Silva Nazareth, era um modesto funcionário da alfândega. Não queria que o filho fosse músico. Mas o filho sentiu que a música era o seu destino, era o seu mundo.

Com a mãe, D. Carolina Augusta Pereira da Cunha que era pianista, aprendeu a colocar os dedos no teclado. D. Carolina jamais consentiu que o filho se intromettesse nas rodas dos músicos boêmios da época, o que evitou que o filho se tornasse um seresteiro de esquina.

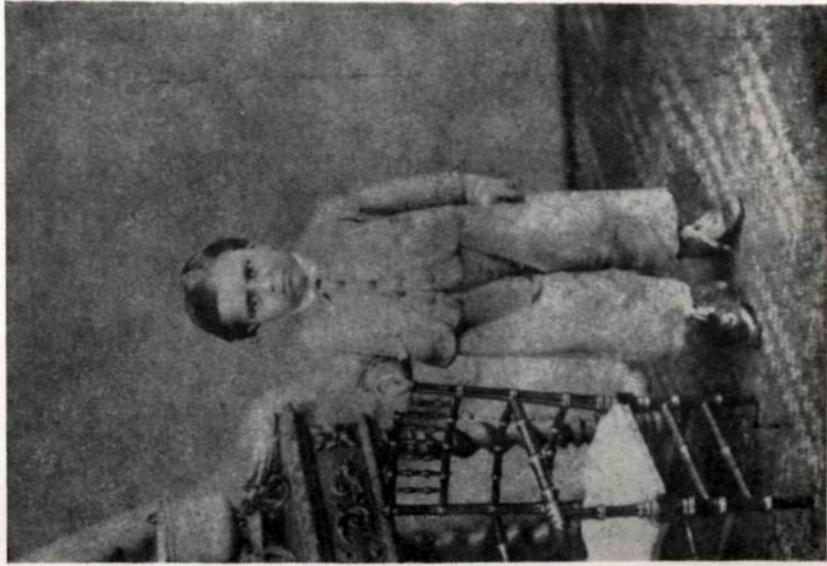
Sua comunicação com o mundo exterior se fazia no entanto através da música. Ouvia tudo. Sem meios para estudar, contentava-se em ouvir a música dos pequenos serões familiares que freqüentava em companhia da mãe, ou a música que escutava da rua. A música plangente e chorosa que soava nas noites de serenata do Rio de então, essa música ele guardaria no arquivo da sua memória de adolescente.

Foi pelo seu interesse por essa música da rua que Ernesto Nazareth, socialmente classe média, se tornou musicalmente um homem do povo porque foi na estética do povo que ele procurou e encontrou os estímulos e a motivação da sua obra.

### NAZARETH — MÚSICO NACIONAL

Falei de início no caráter e no conteúdo nacional da obra de Ernesto Nazareth. Não sei se devesse dizer nacional ou nacionalizante. O que eu não diria é que Ernesto Nazareth tenha sido um músico *nacionalista*.

O povo jamais se preocupa em ser intencionalmente nacionalista. Nacionalismo é uma invenção das classes cultas da música. O povo, quando muito, é nacional. E é nacional sem querer. É nacional por instinto, por formação inconsciente. Por fatalidade, como diria Mário de Andrade.



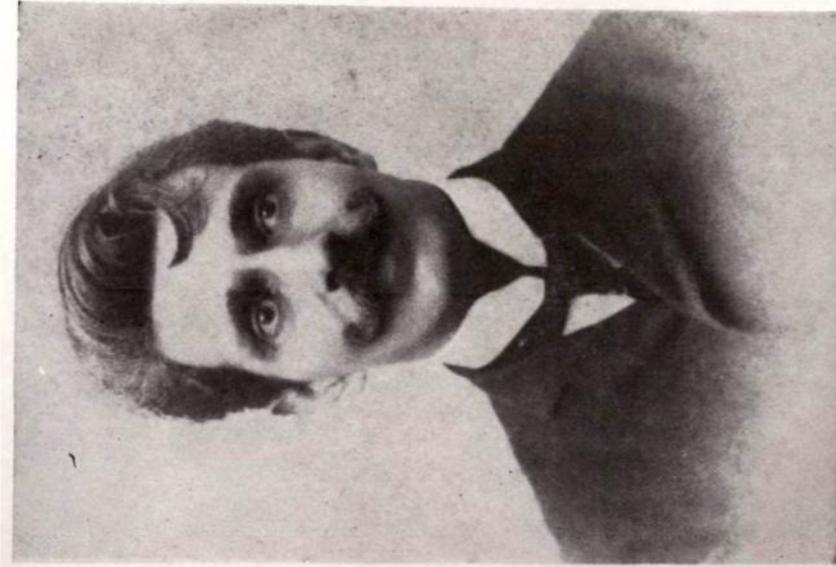
*Em 1867*  
*Modesto — Photographo*  
*Rua do Sabão nº 123 — Rio*



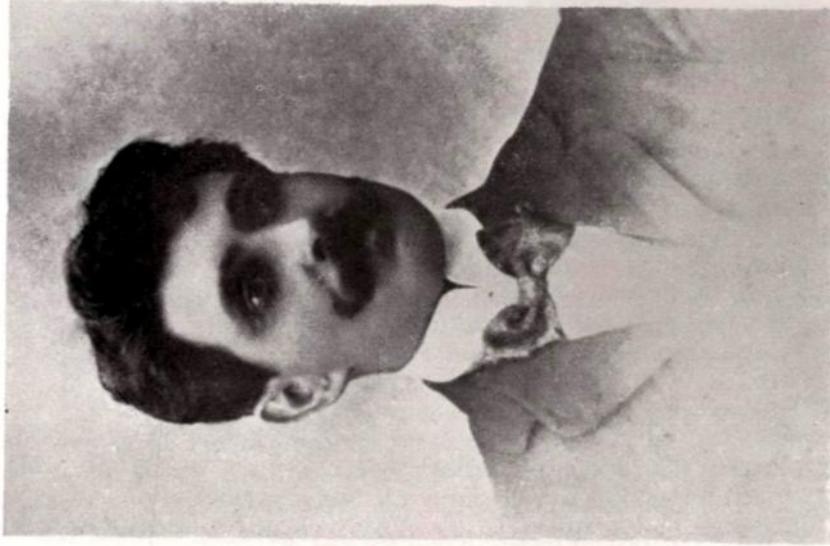
**ERNESTO NAZARETH**  
*Em 1872*  
*Photo Lopes*  
*Rua do Ouvidor nº 62 — Rio*



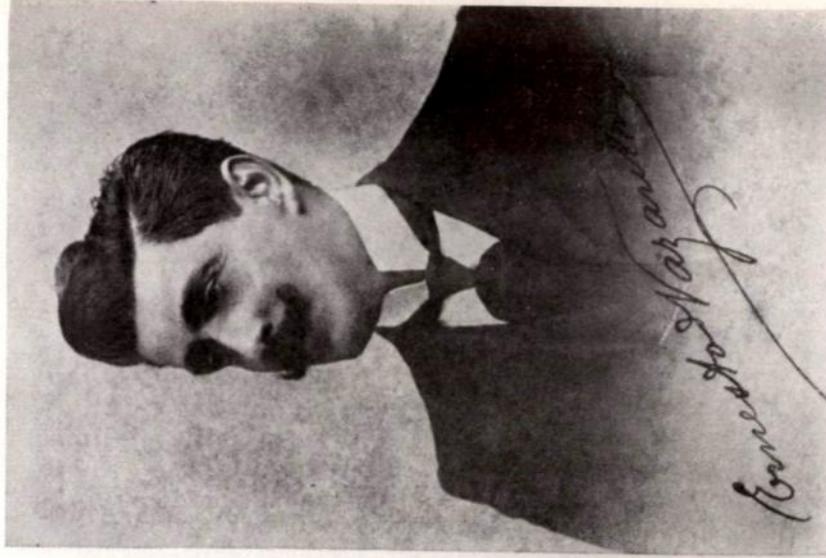
*Em 1885*  
*Photo Pedro da Silveira*  
*Rua dos Ourives nº 34 — Rio*



Em 1903  
Photographia Leterre  
Rua da Carioca nº 34 — Rio



ERNESTO NAZARETH  
Em 1905  
Lopes & Cia.  
Rua da Carioca nº 52 — Rio



Em 1908  
Photographia Academica  
Largo de São Francisco nº 6 — Rio

## ERNESTO NAZARETH

Nacionalismo é atitude programática, deliberada. Nacionalismo é atitude política, patriótica ou ideológica. Nacionalismo é tese de combate. Ao passo que ser nacional é simplesmente... ser.

Se Ernesto Nazareth fosse um músico nacionalista teria procurado ou buscado nas fontes folclóricas, nas fontes tradicionais, a temática básica da sua obra. Sua numerosa e variada bagagem não registra, no entanto, uma única citação folclórica.

Também não se afeiçoou aos únicos gêneros populares que, na época da sua formação, apresentavam caracteres definidos de nacionalidade brasileira: o lundu e a modinha. Nas obras de mocidade do compositor, a palavra *lundu* só raramente aparece. E quando aparece é sempre desprovida de texto e sempre associada ao gênero urbano então dominante: a polca. A polca-lundu «Você bem sabe», datada de 1877, foi sua primeira composição. (\*\*)

Com o nome de modinha não encontramos uma só peça no seu extenso catálogo de obras.

Sua música é urbana; seu instrumento, um instrumento de cidade, cosmopolita: o piano. Toda a obra de Nazareth se subordina a gêneros estrangeiros importados. E é curioso que, embora já possuíssimos na década de 1870 a nossa primeira dança genuinamente nacional — o maxixe — é sabida a ojeriza que ele dispensava a essa palavra, cujo emprego evitou sistematicamente para título dos seus tangos. Não há, na obra de Nazareth uma só peça com a denominação de maxixe. De tangos, sim, se constitui aproximadamente a metade de toda a sua produção. Embora a primeira fase do compositor se desenvolva com predominância da polca, (cerca de 28, acusa o seu catálogo) e da valsa (cerca de 44), é o tango que marca a sua produção, com 95 peças. Destas, 71 aparecem com a denominação simples de tango. As restantes, porém, se subdividem numa curiosa classificação que extraio das edições originais feitas em vida do compositor: tango característico, tango carnavalesco, tango meditativo, tango de salão, tango fado, tango habanera, tango milonga e um tango argentino.

E o tango brasileiro?

Já foi dito que Nazareth não era um músico nacionalista. Com a designação de tango brasileiro, Nazareth intitulou apenas 11 peças, trazendo todas data posterior à divulgação do tango argentino na Europa, aí por volta de 1914. O sucesso do tango platino em Paris impôs a discriminação da nacionalidade: tango argentino, tango brasileiro .

De qualquer modo, cabe perguntar *como* e por *que* Ernesto Nazareth, desprezando todos aqueles elementos nacionalizantes que

(\*\*) A produção de Ernesto Nazareth abrange o período de 1877 a 1930, ano em que compôs o tango Pinguim, ainda inédito.

## MOZART DE ARAÚJO

enumerei (o cultivo da modinha e do lundu, a exploração dos ritmos e das melodias folclóricas, o emprego da palavra *maxixe*) veio a se tornar um dos músicos mais brasileiros de toda a nossa história musical? Por que teria Ernesto Nazareth utilizado a palavra importada *tango*, se já dispúnhamos da designação nacional *maxixe* para o gênero que ele mais cultivou? Antes de tentar a resposta, façamos um pequeno recuo no tempo e observemos o ambiente e o meio musical em que se formou o nosso músico.

### O RIO DE 1860/1880

Quarenta anos depois de proclamada a independência política, era tipicamente colonial o ambiente musical da corte, à época em que nasceu Ernesto Nazareth. Desde as penas «bico de pato» para escrever música, desde o papel pautado às edições em litogravura da música européia — tudo era importado. E dentro desse tudo, também as idéias para fazer música. Pela alfândega transitavam não só os instrumentos musicais — até violas de arame e pratos para bandas — como também os compositores, os maestros, os professores de dança, os mestres de cantoria, os cantores líricos que aqui vinham fazer temporadas nas quais se cantavam — tal qual como hoje — óperas assinadas por autores que se chamavam Bellini, Donizetti, Rossini, Verdi. Sociedades musicais? Sim; o Club Haydn e o Club Mendelssohn, em São Paulo. No Rio de Janeiro, o Club Mozart, o Club Beethoven e o Club Rossini, em S. Cristóvão, no qual Ernesto Nazareth fez uma das suas primeiras apresentações em público, no ano de 1886.

Firmava-se o hábito dos concertos, prestigiados com a presença de pianistas famosos: Gottschalk, Arthur Napoleão, Teodoro Ritter e Thalberg, o rival de Liszt; de violinistas como Sarasate e José White — que se tornou professor das princesas imperiais; de cantoras e prima-donas famosas como Carlota Patti, irmã de Adelina Patti ou de flautistas como Reichert.

De fora vinham também as figurações, os passos e as marcações das danças de salão, ensinadas a domicílio pelos mestres de baile — Milliet, Lacombe, Caton, Toussaint.

Nos bailes dançava-se a valsa, uma das primeiras danças de par enlaçado e que, por isso mesmo, escandalizara até mesmo as cortes européias do começo do século. Havia a quadrilha, o cotillon, os lanceiros.

### NOVAS DANÇAS

Pela metade do século, em 1845, com o «frisson» de grande novidade, Mr. Felipe Caton faz a apresentação da *polka* à sociedade flumi-

## ERNESTO NAZARETH

nense. E logo em seguida, entre 1850 e 1852 surgem nos teatros ou nos salões as novas danças da Europa: a mazurka, a redowa, a varso-viana.

Em julho de 1851, trazida pelo professor de dança Mr. José Maria Toussaint, iríamos receber uma dança que teria aceitação nacional e que se converteria, com o tempo, em espécie folclórica: a schottisch.

Só por volta de 1865, receberíamos a primeira dança mestiça das Américas: a Habanera.

De todas as danças importadas, foi o tango, porém, aquela que mereceu a preferência de Ernesto Nazareth.

E não deixa de ser curiosa a história da adaptação do *tango* nos países da América Latina. Vindo da Espanha, mais precisamente da Andaluzia, onde aparece entre 1850/55, o tango adquire feições diferentes nos países americanos. (\*\*\*)

Na Argentina o tango andaluz se funde com a habanera cubana e com a milonga crioula, dando em resultado o *tango argentino*. Autores platinos de nomeada como Horácio Arturo Ferrer, Casto Canel, Carlos Vega e Lauro Ayestaran, admitem que somente em 1890 o tango ibérico, depois de uma longa adaptação, haja adquirido características nacionais argentinas.

No Brasil, o tango espanhol se funde com a habanera que obteve grande voga entre nós, recebe os influxos da polca, se adapta à sincopa do lundu, dando como produtos finais o tango (brasileiro) e o maxixe, cujo aparecimento se situa entre 1875 e 1880.

## O TANGO BRASILEIRO

Pelas datas que apresento, deduz-se que o tango brasileiro se antecipou, no tempo, ao tango argentino. A afirmação que parece estranha, é perfeitamente demonstrável, pois se apoia em documentos e fatos irrecusáveis.

Bem se compreende que, trazido para a América Latina, o tango andaluz não encontrasse na Argentina fatores adversos à sua adaptação. País de colonização espanhola, tendo recebido da Andaluzia uma forte corrente imigratória e possuindo, conseqüentemente, dos colonizadores, as mesmas raízes históricas, religiosas e étnicas; usando deles a mesma língua e trazendo deles, por herança, a mesma sensibilidade musical — era natural e lógico que tanto o tango como a habanera, de

(\*\*\*) A palavra «tango», de origem negra, é oriunda da América.

## MOZART DE ARAÚJO

ascendência igualmente ibérica, conservassem, em ambiente tão rico de afinidades, as mesmas características de origem. Não houve rejeição, senão uma acomodação lenta, produzida por fatores ecológicos.

No Brasil, em vez de uma adaptação lenta, houve um processo rápido de absorção. Fusionado com a habanera cubana, o tango espanhol sofre o impacto da polca já nacionalizada e a interferência violenta da sincopação afro-negra.

É copiosa a documentação que ilustra esse processo de fusão. Inúmeras são as edições brasileiras da época, que denunciam essa mestiçagem de gêneros musicais: polca-tango, tango-maxixe, tango-lundu, polca-lundu, polca-habanera, tango-batuque, tango-jongo.

Ainda na primeira década deste século, aparecem peças de grande sucesso popular classificadas pelos seus autores com expressões híbridas denunciadoras desse sincretismo musical. O tango «Pisando em ovos», de Carlos Abreu, foi batizado na edição original como *Tangaica dança característica*. E o famoso «Vem cá Mulata», de Arquimedes de Oliveira, tomou no cabeçalho da primeira edição a classificação de *Tango-chuta* e, na capa, a de *Polca-chula*.

Diante desse ambiente, caracterizado pela transfusão de valores musicais nativos, de um lado, e de valores musicais importados, de outro — Ernesto Nazareth não adotou a política reacionária do protesto ou da xenofobia. Preferiu a política sutil da deformação. As valsas de Strauss, de Waldteufel, de Cremieux ou de Berger se converteram na «Eponina», na «Expansiva», na «Coração que sente», na «Gotas de Ouro». A polca européia se transformou no «Apanhei-te, cavaquinho» e o tango ibérico ou a habanera se transfiguraram no "Odeon», no «Brejeiro», no «Bambino». Nazareth enxertava nos modelos importados o sotaque, a ginga, o dengue, o *jeitinho* nacional. Deformava para nacionalizar os gêneros que mais se afeiçoavam ao seu temperamento de músico. E nisso foi um mestre.

### NAZARETH E O TANGO BRASILEIRO

Dos gêneros importados, foi o tango o gênero da sua preferência.

Mário de Andrade não aceitava a distinção entre tango brasileiro e maxixe, resultando daí a afirmação que fez de ser Ernesto Nazareth o anunciador e o fixador do maxixe.

A verdade, porém, é que a despeito da identidade de origem e da formação paralela que tiveram, não se confundem, quer do ponto de vista da coreografia, quer do ponto de vista da realização musical, o tango brasileiro e o maxixe.

## ERNESTO NAZARETH

Já vimos que não houve qualquer relação de igualdade ou de semelhança formal entre o tango argentino e o tango brasileiro, este de formação anterior àquele. Do mesmo modo, há que distinguir o maxixe, do tango brasileiro. A distinção, aliás — veja-se a extrema confusão que as editoras de música da época estabeleceram entre um gênero e outro — não era específica. Era apenas de grau ou melhor, de destinação.

O maxixe era mais dança, o tango era mais música.

O maxixe gozava de trânsito fácil nas camadas mais populares e por isso a sua execução era confiada aos pequenos grupos orquestrais — os choros, as bandinhas, as «furiotas» e até mesmo as bandas militares. Para o tango, preferentemente o piano caseiro.

O maxixe, gerado no seio do povo, tinha nos músicos improvisadores, nos músicos de ouvido, os seus intérpretes mais qualificados. O tango, de autor mais refinado, exigia do intérprete mais categoria, mais virtuosidade. O próprio Nazareth costumava dizer: «meus tangos não são maxixes» — como se reclamasse dos intérpretes um maior refinamento interpretativo e um maior apuro técnico nas execuções.

O maxixe cantado era canção de gíria, da gíria saborosa que transparece na sua titulação: «Berimbau não é gaita», «Comigo é na chinha», «Eh, coroné, sem minhoca não vai», «Sapeca, meu nego», «Só na maciota», «Esta negra tem bodum», «O teu gramofone é bão», «Nhonhô, tira a mão daí». O tango era música de salão.

O maxixe imperava na revista brejeira, apimentada. O tango se inseria na opereta.

O maxixe era ritmo para se dançar, era coreografia de dançarinos acrobatas. O tango se dançava nos bailes de sociedade.

O ambiente mais próprio do maxixe era o cabaré ou a gafieira. O tango, não raro, era música para se ouvir nos saraus familiares.

Além dessas distinções que situaram o maxixe e o tango brasileiro em níveis sociais diferentes — o maxixe na gafieira e o tango nos salões da sociedade, — há que reconhecer que o processo acultu-rativo, ou seja, o sincretismo musical do maxixe, não é, de modo algum, igual ao do tango. Derivados ambos dos mesmos troncos — do tango espanhol, da habanera, da polca e do lundu, — não é difícil observar que a *dosagem* de tango e habanera é bem maior no tango brasileiro do que no maxixe. Neste, em escala inversa e decrescente, a dosagem preponderante é de lundu, polca, habanera e tango.

Fixando-se no salão, o tango adquiriu ao contato do piano, refinamentos de fatura que o elevaram à categoria de música de classe, de música de concerto. Como o tango, de Albeniz, que teve projeção universal, o Tango Brasileiro, de Alexandre Levy, datado de 1890, foi

## MOZART DE ARAÚJO

no Brasil, peça obrigatória no repertório dos melhores pianistas brasileiros .

Bem se vê, portanto, que Ernesto Nazareth não era homem de maxixe, gênero que teve como representante maior, entre nós, Chiquinha Gonzaga, nascida em 1847.

Músico antes de tudo, mais sensível ao som puro do que à palavra cantada, Nazareth não se deixou seduzir pelo lirismo da modinha, nem pela poesia cômica e chistosa do lundu, espécies em que foi inexecedível o famoso Xisto Bahia, nascido em 1841.

Também não era do choro, cujo criador e fixador foi Calado — Joaquim Antônio da Silva Calado — o precursor de todos os chorões do Brasil, nascido em 1848. Não há notícia de que Nazareth integrasse, com seu piano, grupos ou conjuntos musicais.

Não era também da seresta. Por educação e por temperamento, era um músico de salão. Daí, certamente, o fato de eleger como gênero de sua predileção, não o maxixe, mas o tango, palavra-que usaria pela primeira vez em 1889, na *polca-tango* «Rayon d'Or». Daí, também, o fato de escolher o piano como o seu confidente.

Para o piano, Nazareth canalizou toda aquela música que andava dispersa pelas esquinas. O formulário rítmico e melódico do choro e da seresta carioca, a gíria improvisatória do maxixe, tudo isso Ernesto Nazareth captou, refinou, filtrou, transfigurou e condensou na sua obra pianística. E dos processos que utilizou para abrasileirar os gêneros estrangeiros que dominavam o ambiente musical da metrópole, o mais importante — creio — por seu ineditismo, foi o de transpor para o piano os instrumentos populares brasileiros: a flauta, o violão, o cavaquinho, o oficleide, o bombardino, a percussão. Não se trata — observe-se bem — de transcrição. Nazareth *não reproduz* literalmente no piano o instrumento popular. Ele sugere, amolda e adapta aos recursos do instrumento nobre, os processos e os modismos do instrumento popular. Inserindo na sua produção pianística essa contribuição do instrumental popular, Ernesto Nazareth trouxe para o piano brasileiro novos recursos técnicos e enriqueceu a música brasileira de novos meios de expressão musical.

No piano de Nazareth há uma formulação rítmica inteiramente nova, inexistente no repertório pianístico popular anterior a ele. Bem sabemos que uma rítmica nacional se gera no inconsciente coletivo. A figuração rítmica das danças populares já estava Coletivizada, já era nacional. As fórmulas escritas herdadas do lundu e da polca eram, porém, fórmulas estereotipadas, duma singeleza que era quase pobreza. Na obra de Nazareth essa escritura assumiu uma variedade infinita de novas fórmulas que, estas sim, são invenção dele. Nazareth não criou ritmos nacionais. Seria exagero afirmá-lo. Estes já existiam.

## ERNESTO NAZARETH

O que é novo em Nazareth é o procedimento; o que é inédito e diferente nele é o tratamento, é a apresentação pianística da rítmica do tango.

A análise mais atenta de algumas de suas produções mais representativas revela que Ernesto Nazareth foi um sistematizador de processos, foi um codificador de fórmulas melódicas, de esquemas harmônicos e sobretudo de células rítmicas que se tornaram específicas da musicalidade nacional. E o curioso de notar é que mesmo quando se inspira no instrumental da seresta, a obra de Nazareth — como observou Mário de Andrade — permanece intrinsecamente pianística, isto é, permanece pianística não porque haja sido escrita para o piano, mas «porque revelando os caracteres e possibilidades do instrumento, tira dele a natureza inicial da criação». <sup>(8)</sup>

A riqueza da contribuição que Ernesto Nazareth trouxe para a música brasileira é de tal monta que transparece até mesmo nas versões desfiguradas, apresentadas por músicos que, ou por deficiência técnica ou por insuficiência interpretativa, não têm condições de revelar a essência da sua arte e de apresentá-lo na inteireza da sua autenticidade tanto criadora como interpretativa. Falo em *autenticidade* e não em *fidelidade*, porque não reivindico para a música de Ernesto Nazareth fidelidade literal ao texto escrito. Todos sabemos que a música popular se realiza muito com o que não está escrito. Há valores de duração, há nuances de acentuação, há inflexões e meneios de melodia, há sutilezas de fraseado, de sincopação, de retardos, de antecipações, há *descaídas* e *negaças* que não se podem trasladar para o pentagrama. A música popular não prescinde da capacidade de improvisação e nem dispensa a bossa do intérprete. (\*\*\*\*)

Essas considerações conduzem à confirmação de um fato que vimos observando há longo tempo: os músicos instintivos, os que tocam de ouvido, os pianeiros, ao interpretarem Nazareth esbarram freqüentemente em dificuldades de ordem técnica e pianística. Mais freqüentes, porém, são os pianistas de escola que, com o gosto deformado pela rotina didática ou escravizados a preconceitos *snoobs* de estética musical, decaem ou descaem na interpretação estilística da obra desse mestre.

O ideal desejável seria exigir dos pianeiros mais técnica e dos pianistas mais estilo brasileiro, mais conhecimento de rítmica brasileira. E o conhecimento dessa rítmica ninguém poderá fornecer melhor do que Ernesto Nazareth.

Pela musicalidade intrínseca de que foi dotado, pela intuição extraordinária que teve, afinando o seu talento de músico com a sensi-

(\*\*\*\*) Compare-se a versão *escrita* com a versão *executada* de peças gravadas por Pixinguinha, Benedito Lacerda, Jacob do Bandolim, Altamiro Carrilho, Carolina Cardoso de Meneses ou Luperce Miranda e ter-se-á idéia daquele «petit rien» de que fala Darius Milhaud.

## MOZART DE ARAÚJO

bilidade geral do seu povo, Nazareth não foi apenas, como tantos dos seus contemporâneos, um compositor de tangos, de valsas, de polcas.

Para muitos, bem sabemos, Ernesto Nazareth é um autor que apenas desperta reminiscências e saudades.

Para músicos, porém, para compositores, para musicólogos, críticos e historiadores musicais, ele se torna cada dia mais, uma fonte preciosa de ensinamentos. Sua obra é um dicionário sonoro de brasilidade.

### BIBLIOGRAFIA

- 1 — Darius Milhaud, *Notes sans musique*, René Julliard, Sequana, Paris, 1949.
- 2 — Oneyda Alvarenga, *Música Folclórica e Música Popular*, in Revista Brasileira de Folclore, ano IX, n° 25, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, M.E.C., setembro/dezembro, Rio de Janeiro, 1969.
- 3 — Elie Siegmeister, *A Música e a Sociedade*, tradução de Fernando Lopes Graça, Cosmos, Lisboa, 1945.
- 4 — Mário de Andrade, *Crítica ao Gregoriano*, in *Música, doce Música*, s/ed., S. Paulo, 1933.
- 5 — Eduardo Lopez Chavarri, *Música Popular Española*, Editorial Labor S.A., Barcelona, 1927.
- 6 — Carlos Vega, *Danzas y Canciones Argentinas*, Establecimiento Gráfico de Eugênio Ferrero, Buenos Aires, 1936.
- 7 — Brasília Itiberê, *Ernesto Nazareth na Música Brasileira* in Boletim Latino Americano de Música, Ano VI tomo VI, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1946.
- 8 — Mário de Andrade, *Ernesto Nazareth*, in *Música doce Música*, s/ed., S. Paulo, 1933.

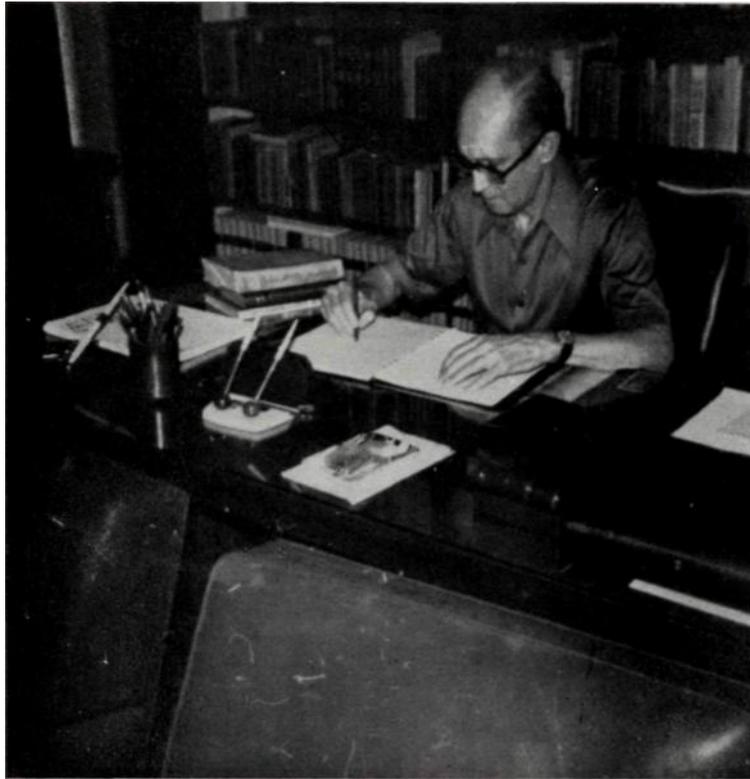


*ERNESTO NAZARETO em São Paulo Photo J.*

*B. Vasques — 7926*



ERNESTO NAZARETH  
*Ultima Foto — Rio, 1932*



*Carlos Drummond de Andrade em seu gabinete de trabalho*

**Letras**

# Inquietação Espiritual (ou Visão Mística) em Carlos Drummond de Andrade

ALPHONSUS DE GUIMARAENS FILHO

**P**EGO um velho caderno de notas escritas em Brasília (a maior parte delas). E, com a data de 1 de outubro de 1961, leio está «Quando vi pela primeira vez Carlos Drummond de Andrade? Creio que aí por 1941 ou 1942, na Avenida Afonso Pena, em Belo Horizonte. Fomos para um café e Carlos me falou da necessidade de organizar-se a seção estadual da Associação Brasileira de Escritores. A idéia então o entusiasmava, bem como os destinos da associação. Cito o fato porque ele vem confirmar o que é na realidade Carlos Drummond: escritor, acima de tudo. Temos nele alguém que sente a realidade e a vida através de uma visão muito pessoal, que apenas a ele pertence e confere, por isso mesmo, importância e palpitação especiais à sua voz.

Muitas vezes estive com Carlos Drummond de Andrade, depois desse contato, no Rio ou num ou outro encontro casual em Belo Horizonte. Juntos estivemos também no Congresso Brasileiro de Escritores, a que compareceu com sua filha Maria Julieta, então a adolescente que já escrevera, penso, *A Busca*, novela esplêndida. Mas foi só com a passagem dos anos que se sedimentou e se consolidou a amizade que hoje me liga a esse escritor esquivo e humano, cujo «humour» extravaza, de modo muito seu, no seu jeito mineiro de conversar. Creio que foi José Lins do Rego que disse que Drummond fala pouco mas, escrevendo

## ALPHONSUS DE GUIMARAENS FILHO

aos amigos, é torrencial. Tal frase me impressionou, talvez por não se me afigurar assim tão verdadeira. Torrencial? O que tenho por certo é que Carlos Drummond de Andrade é sempre retraído e discreto, nada escoachante, o que não impede que seja capaz da mais absoluta franqueza. Abre-se em conversa, sem dissimulações, e suas crônicas, por exemplo, não são da espécie daquelas feitas para esconder o pensamento. Muito pelo contrário, manifesta-se como bem deseja e expõe a sua opinião com a mais perfeita sinceridade.

Assim é também o amigo em Drummond. Poucos terão como ele o culto da amizade. Também à sua maneira, sem alarido ou bulha; mas com a vigilância necessária. Vigilância? Talvez não me exprima bem, mas quero dizer: com a atenção voltada para os que careçam de uma palavra sua. Bem me lembro da emoção que me causou o recebimento, em 1954, de uma carta sua. Carlos soubera que eu andara adoentado e vinha trazer-me uma palavra. Mas não era uma palavra, e sim uma das mais belas e delicadas mensagens que já recebi de um amigo, tudo na linguagem inconfundível de Drummond, de grande força de convicção poética. Lembro-me também de outra carta, para mim igualmente inesquecível. Eu publicara em «Letras e Artes», do meu saudoso amigo Jorge Lacerda, um poema: «Cântico», depois incluído sob o título «Cântico (I)» no meu livro *O Irmão*. Carlos me escreveu a propósito de umas palavras que eu pronunciara, como professor substituto na Universidade Católica de Minas Gerais. Não se tratava de uma homenagem a ele, daí dizer-me: «Foi com surpresa, pois eu não podia esperar ser lembrado nessa oportunidade; mas foi também a confirmação, para mim muito grata, de uma afinidade espiritual que me vai aproximando mais de V. como de sua poesia». Segue-se uma referência elogiosa, com a citação da leitura de o «Cântico» em «Letras e Artes». (A carta traz a data de 19 de setembro 1949, como aquela a que me referi antes é de 3 de março 1954; guardo-as, a essas como a todas as outras de mestre Drummond, com o carinho que merecem e elas me têm acompanhado nas minhas andanças, compelido pela minha condição de funcionário público) . Que maior elogio poderia esperar eu, ou que melhor recompensa? Sempre senti, por igual, essa afinidade, e em poucas obras me dessedento mais do que na dele. O admirável Carlos, admirável pela unidade, ou pelo conjunto harmonioso que compõem sua vida e obra, ambas orientadas no culto do que há de melhor e mais permanente no homem, é bem alguém que procura o humano, que se inquieta com as maldades e imperfeições do mundo. Li há dias uma crônica em que, aludindo a acontecimentos do tempo (principalmente a fuzilamentos na Turquia e Cuba), conclui ele por consolar-se contemplando o sorriso de uma criança num retrato (um neto seu, talvez), dizendo que a contemplação dessa criança não o deixava desiludir-se de todo do homem. É o legítimo Carlos que aí está, ele que vez ou outra parece desesperar de tudo («a vida não

## INQUIETAÇÃO ESPIRITUAL (OU VISÃO MÍSTICA) . . .

presta») mas que tem as antenas voltadas para o que há de mais puro e genuíno, para o que possa representar, para o homem, uma fonte de engrandecimento e nobreza. Nem há dúvida que se lhe pode aplicar, à maravilha, a expressão que usou para com outra criatura de grandeza inconteste: Rodrigo M. F. de Andrade. Carlos chamou-lhe «o amigo exemplar» e não encontro outras palavras para dizer dele, Carlos, e do que tem sido a sua presença cordial e afetuosa na minha vida.»

Ao transcrever essas palavras escritas há bem tempo, alterei pouco, ou mesmo nada: acrescentei, isto sim, trecho de uma carta, bem como as datas das duas cartas por mim referidas, por me parecer que assim demonstrava melhor o que tem sido meu convívio com o poeta e amigo extraordinário. Mas o fiz ainda, não apenas para fixar o sentimento de admiração que consagro, de há muito, a Drummond. Também para mencionar aquela «afinidade espiritual» que ele, para júbilo meu, dizia aproximá-lo mais de mim e de minha poesia. Ora, o poema «Cântico» pertence a um livro a que ele dedicaria, em 1950, um ensaio que veio a incluir no livro *Passeios na Ilha*. Permitam-me que faça tais citações, que afinal de contas mais a mim é que interessam, embora um ensaio de Drummond interesse sempre a quem se ocupe de letras, ou um simples trecho de uma carta sua suscite a mesma reação. Mas é que ele se detém, ali, na análise não só do livro como da poesia mística em geral. Para concluir: «Bem sabemos que um poeta místico não é ainda — e afortunadamente para nós — um verdadeiro místico, porque enquanto este vai encontrar no silêncio a chave última de sua comunicação com Deus, aquele se esforça por converter em palavras o resultado dessa comunicação. Mas, por sua vez, é da leitura e meditação de poetas que se nutre em grande parte a vida espiritual dos místicos.»

E eis-me indagando, a esta altura, se não haverá em Carlos Drummond de Andrade um . . . místico. No «Jornal do Brasil» de 6 de janeiro deste ano de 1973, colocou ele, no lugar da sua crônica habitual, um belíssimo poema sobre o centenário de Santa Teresinha. Já nos versos finais, estes:

Reparo agora  
que já não és menina, és centenária,  
ou assim te conta o tempo a vida breve,  
e tenho de chamar-te vovozinha,  
vovozinha Tereza do Carmelo,  
de mel no nome e de ternura acesa  
no coração de um distraído agnóstico (...)

Distraído agnóstico: e agnóstico se terá dito ele outras vezes. Acode-me um comentário que vem no «Caderno de Notas», do seu livro *Confissões de Minas*, que é de 1944. Nele dirá: «Até que ponto a doutrina católica poderá invadir, alentar e informar um poeta, eis a

## ALPHONSUS DE GUIMARAENS FILHO

questão que sou conduzido a meditar, diante da assinatura de Murilo Mendes, numa página de *A Ordem*. Esta grande voz lírica se integrou há quase dez anos na igreja, e ao fim desse período relativamente longo O seu grito é ainda de fraqueza e derrota em face das coisas da terra. O poeta se lamenta porque o mundo, a carne e o demônio não lhe permitiram abrigar no coração o anseio de Deus. Em lugar de sinos festivos, escuta sirenes de avião; no lugar da Santa Eucaristia, recebe granadas. «Os mitos do mal desencadeados sobre mim — me envolvem sem que eu possa respirar.» Em suma, a religião não trouxe nenhuma felicidade a Murilo Mendes — e nem o poeta, que é dos mais dignos, seria capaz de conceber esse cálculo; mas verifica-se que não lhes trouxe também nenhum enriquecimento ou plenitude poética, não o armou de poderes líricos para dominar a desordem do mundo. O poeta canta a perplexidade e o pânico irremediáveis dos que são católicos e dos que não têm esse privilégio. O homem Murilo, anterior ao poeta cristão, «morre de fome debaixo de uma mesa coberta de pães.» Dir-se-ia que não encontrou ainda a chave do seu dramático enigma, e que a religião, em geral, não é uma chave.» (*Obra Completa*, Aguilar, 1964, pág. 584.)

Lembro esse comentário e outro me acode: aquele que Agripino Grieco faz, em *Evolução da Poesia Brasileira* (Livraria H. Antunes, Rio, 2ª edição, pág.230) a propósito, coincidentemente, de Drummond e Murilo: «Enquanto o sr. Murilo é um tipo joyceano, irredutível no-culto dos instintos, o sr. Carlos Drummond de Andrade é quase católico e um leve empurrão o atirará para dentro da Igreja.» Palavra puxa palavra: as de Grieco me transportam a outras, estas de Homero Silveira, num estudo sobre «O sentimento religioso na poesia brasileira» divulgado em «Convivium», «revista de investigação e cultura», setembro-outubro, 1966. Nesse estudo se lê (pág. 51 da citada revista): «O mineiro Carlos Drummond de Andrade, embora insista em afirmar que não se prende a crenças religiosas, é mineiro. Não pode, por obra e graça de sua própria formação familiar e social, ser um indiferente. E não o é. Homem interior, poeta de larga inspiração, Drummond de Andrade demonstra em sua poesia um senso humano muito expressivo. E quem diz senso humano no Brasil diz senso cristão, senso católico. As igrejas de Minas inspiraram-no, como não poderiam deixar de fazê-lo. E essa inspiração não é de puro sentido estético. O poema «O vôo sobre as igrejas» é característico desta maneira de ser.» (Segue-se a transcrição do poema, até à pág. 52.) Dirá mais o ensaísta: «Não menos expressivo é outro belíssimo poema de Carlos Drummond de Andrade, dedicado a Milton Campos, e que se chama «Romaria». «Poema da Purificação» também está na mesma linha mística.» (Segue-se a transcrição deste último poema, até à pág. 53.)

Tais observações despertaram em nós o desejo de buscar na obra do poeta versos que revelem o que há nele de inquietação espiritual ou de fixação de sentimentos que possam levar-nos a uma visão mística.

## INQUIETAÇÃO ESPIRITUAL (OU VISÃO MÍSTICA)...

da vida. Desde os versos iniciais de *Alguma Poesia*, no «Poema de Sete Faces» (pág. 53 da *Obra Completa*; daqui por diante daremos apenas a página.):

Quando nasci, um anjo torto desses que  
vivem na sombra disse: Vai, Carlos! ser  
*gaúche* na vida.

Em «Romaria» (págs. 77/78):

Os romeiros sobem a ladeira Cheia de  
espinhos, cheia de pedras, Sobem a ladeira  
que leva a Deus e vão deixando culpas no  
caminho.

Jesus no lenho expira magoado.

Os romeiros pedem com os olhos, pedem com a  
boca, pedem com as mãos. Jesus já cansado de tanto  
pedido dorme sonhando com outra humanidade.»

Os versos finais, que podem, é claro, suscitar diferentes reações, a mim me agradam particularmente, pela visão humana que me dão de Cristo.

O «Poema da Purificação» (págs. 78/79) referido por Homero Silveira:

Depois de tantos combates  
o anjo bom matou o anjo mau  
e jogou seu corpo no rio.  
As águas ficaram tintas  
de um sangue que não descorava  
e os peixes todos morreram.

Mas uma luz que ninguém soube dizer de  
onde tinha vindo apareceu para clarear o  
mundo, e outro anjo pensou a ferida do  
anjo batalhador.

No «Soneto da perdida esperança» (pág. 84):

Entretanto há muito tempo nós  
gritamos: sim! ao eterno.

## ALPHONSUS DE GUIMARAENS FILHO

Em «O vôo sobre as igrejas» (págs. 87/88):

Vamos subindo em procissão a lenta ladeira. Padres e anjos, santos e bispos nos acompanham e tornam mais rica, tornam mais grave a romaria de assombração .

Vamos subindo nessa viagem, vamos deixando  
na torre mais alta o sino que tange, o som que se perde,  
devotas de luto que batem joelhos, o sacristão que limpa  
os altares, os mortos que pensam, sós,  
em silêncio, nas catacumbas e  
sacristias.

São Jorge com seu ginete,  
o deus coberto de chagas, a virgem cortada de espadas, e os passos  
da paixão, que jazem inertes na solidão.»

Em «Coisa miserável» (pág. 92):

Senhor piedade de mim, olhos  
misericordiosos pousando  
nos meus, braços divinos  
cingindo meu peito, coisa  
miserável no pó sem  
consolo, consolai-me.

Cumpre não esquecer a estrofe seguinte:

Mas de nada vale  
gemer ou chorar,  
de nada vale  
erguer mãos e olhos  
para um céu tão longe,  
para um deus tão longe  
ou, quem sabe? para um céu vazio.

Em «Segredo» (pág. 94):

Suponha que um anjo de fogo varresse  
a face da terra e os homens sacrificados  
pedissem perdão. Não peça.

## INQUIETAÇÃO ESPIRITUAL (OU VISÃO MÍSTICA)...

Em «Castidade» (pág. 96), que se deve reproduzir na íntegra:

O perdido caminho, a perdida estrela que ficou lá longe, que ficou no alto, surgiu novamente, brilhou novamente como o caminho único, a solitária estrela.

Não me arrependo do pecado triste que sujou minha carne, suja toda carne. O caminho é tão claro, a estrela tão larga, os dois brilham tanto que me apago neles.

Mas certamente pecarei de novo (a estrela cala-se, o caminho perde-se), pecarei com humildade, serei vil e pobre, terei pena de mim e me perdoarei.

De novo a estrela brilhará, mostrando o perdido caminho da perda inocência. E eu irei pequenino, irei luminoso, conversando anjos que ninguém conversa.»

Em «Os ombros suportam o mundo» (págs. 110/111):

Chegou um tempo em que não se diz mais: meu Deus.  
Tempo de absoluta depuração.  
Tempo em que não se diz mais: meu amor.  
Porque o amor resultou inútil.  
E os olhos não choram.  
E as mãos tecem apenas o rude trabalho.  
E o coração está seco.

Chegou um tempo em que não adianta morrer. Chegou um tempo em que a vida é uma ordem. A vida apenas, sem mistificação.

Em «Mãos dadas» (pág. 111):

... não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins. O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes,  
a vida presente.

Em «Elegia 1938» (pág. 115):

Amas a noite pelo poder de aniquilamento que encerra e sabes que,  
dormindo, os problemas te dispensam de morrer. Mas o terrível  
despertar prova a existência da Grande Máquina e te repõe, pequenino,  
em face de indecifráveis palmeiras.

Este impressionante «Tristeza no céu» (pág. 127):

No céu também há uma hora melancólica. Hora difícil, em  
que a dúvida penetra as almas. Por que fiz o mundo? Deus  
se pergunta e se responde: Não sei.

Os anjos olham-no com reprovação,  
e plumas caem.

Todas as hipóteses: a graça, a eternidade, o amor  
caem, são plumas.

Outra pluma, o céu se desfaz. Tão manso,  
nenhum fragor denuncia o momento entre  
tudo e nada, ou seja, a tristeza de Deus.

Em «Interpretação de dezembro» (págs. 181/182):

É talvez o menino  
suspenso na memória.  
Duas velas acesas no  
fundo do quarto. E o rosto  
judaico na estampa, talvez.

É o menino em nós ou  
fora de nós recolhendo o  
mito.

Em «Os animais do presépio» (pág. 237):

Salve, reino animal: todo  
o peso celeste suportas no  
teu ermo.

Em «Campo de flores» (págs. 250/251):

Há que amar e calar.  
Para fora do tempo arrasto meus despojos  
e estou vivo na luz que baixa e me confunde.

INQUIETAÇÃO ESPIRITUAL (OU VISÃO MÍSTICA)...

Em «Aniversário» (escrito a propósito do 5º aniversário da morte de Mário de Andrade), pág. 254:

Se de nosso nada possuímos salvo o  
apaixonado transporte — vida é paixão —,  
contigo rimos, expectantes, em frente à  
Porta!

Em «Evocação Mariana» (pág. 253):

A igreja era grande e pobre. Os altares, humildes.

Desatava-se do coro a música deliciosa  
(que esperas ouvir à hora da morte, ou depois da morte, nas  
campinas do ar)

Em «São Francisco de Assis» (sobre a igreja de Ouro Preto), pág. 256:

Senhor, não mereço isto. Não creio em  
vós para vos amar. Trouxeste-me a São  
Francisco e me fazeis vosso escravo.

Perdão, senhor, por não amar-vos.

Segue-se, nessa parte dedicada a Minas («Selo de Minas»), o mais que admirável «Hotel Toffolo», à pág. 256:

E vieram dizer-nos que não havia jantar. Como se  
não houvesse outras fomes e outros alimentos.

Como se a cidade não nos servisse o seu pão de nuvens.

Não, hoteleiro, nosso repasto é interior,  
e só pretendemos a mesa.

Comeríamos a mesa, se no-lo ordenassem as Escrituras.

Tudo se come, tudo se comunica,

**tudo, no** coração, é ceia.

Em «Permanência», (pág. 264):

Pois eterno é o amor que une e separa, e eterno o fim (já  
começara, antes de ser), e somos eternos, frágeis, nebulosos,  
tartamudos, frustrados: eternos.

## ALPHONSUS DE GUIMARAENS FILHO

Em «A distribuição do tempo», (pág. 279):

Um minuto, um minuto de esperança, e depois  
tudo acaba. E toda crença em ossos já se esvai.  
Só resta a mansa decisão entre morte e  
indiferença.

Em «Eterno», (pág. 285):

Mas eu não quero ser eterno.  
Que os séculos apodreçam e não reste mais que uma essência  
ou nem isso.  
E que eu desapareça mas fique este chão varrido onde pousou  
uma sombra e que não fique o chão nem  
fique a sombra mas que a precisão urgente de ser eterno bóie como  
uma  
esponja no caos e  
entre oceanos de nada gere um ritmo.

Em «Elegia», (pág. 287):

Meu Deus, essência estranha  
ao vaso que me sinto, ou forma vã,  
pois que, eu essência, não habito  
vossa arquitetura imerecida;  
meu Deus e meu conflito,  
nem vos dou conta de mim nem desafio  
as garras infáveis (...)

Em «A um morto na índia» (págs. 297/298):

Em movimento rápido se fecha  
na rosa de teu nome, claro véu,  
ó Tomás Santa Rosa... E em Nova Delhi,  
o convite de Deus: pintar o céu.

Em «Especulações em torno da palavra homem» (págs. 302/303):

Há alma no homem? E  
quem pôs na alma algo  
que a destrói?

Como sabe o homem  
o que é sua alma  
e o que é alma anônima?

## INQUIETAÇÃO ESPIRITUAL (OU VISÃO MÍSTICA) . . .

Para que serve o homem? para  
estrumar flores, para tecer contos?

para servir o homem?  
para criar Deus?  
Sabe Deus do homem?

E sabe o demônio? Como  
quer o homem ser destino,  
fonte?

Que milagre é o homem? Que  
sonho, que sombra? Mas existe o  
homem?

Em «A Santa», (pág. 327): Sem nariz e

fazia milagres.

Levávamos alimentos esmolas  
deixávamos tudo na porta  
mirávamos petrificados.

Em «Para sempre» (pág. 349):

Por que Deus permite  
que as mães vão-se embora?

Por que Deus se lembra —  
mistério profundo — de tirá-la  
um dia? Fosse eu Rei do  
Mundo, baixava uma lei: Mãe  
não morre nunca, mãe ficará  
sempre junto de seu filho e ele,  
velho embora, será pequenino  
feito grão de milho.

Com esses versos maravilhosos encerro a pesquisa, aqui e ali, na *Obra Completa* de Carlos Drummond de Andrade. E recordo suas palavras: «Bem sabemos que um poeta místico não é ainda — afortunada-

## ALPHONSUS DE GUIMARÃES FILHO

mente para nós — um verdadeiro místico.» E indago: seria o nosso poeta (para que adjetivá-lo, tão grande é?) um verdadeiro místico? Ou «um poeta quase-místico», como de si próprio dizia outro mineiro, o saudoso e também notável poeta Emílio Moura? Propositadamente transcrevemos trechos que podem, num confronto, apresentar contradições, inerentes não ao poeta Drummond, ou, se quiserem, ao místico em Carlos Drummond de Andrade, mas em verdade a todo homem, que todos, uns mais outros menos, permanecem em conflito. Drummond, que escreveu: «Meu Deus e meu conflito», um verso revelador, é, seja a conclusão a que chegue o leitor da sua visão mística da vida, daqueles que mais e melhor aprofundaram os labirintos da natureza humana. E, principalmente, do número, tão reduzido, dos que conversam «anjos que ninguém conversa». Em suma: um poeta complexo, um homem complexo, e ambos completos na realização de quanto a vida lhes destinou.

# Euclides da Cunha e o Pensamento Filosófico de seu Tempo (\*)

IVAN LINS

**B**IOGRAFIAS, comemorações centenárias, espetáculos cênicos, poemas e romances históricos, quadros, estátuas e monumentos de toda espécie sucedem-se dia a dia com fulgor maior, traduzindo a preocupação contemporânea de testemunhar aos grandes mortos o apreço e a gratidão dos vivos. Percebeu nitidamente Euclides da Cunha o despontar desta expansão de amor e reconhecimento que nos liga ao passado, para nós vivo e palpitante na memória daqueles que mais fiel e dignamente o representam. É o que prova o seguinte tópico de um de seus esplêndidos artigos, publicados em junho de 1898, em *O Estado de São Paulo*:

«Respeitamos profundamente os que consideram a veneração pelos grandes homens como o problema capital dos nossos tempos, já que, verdadeiramente, as grandes individualidades do passado são as que velam melhor sobre o destino dos que seguem, demandando o futuro».

Essa incessante influência do passado sobre o presente constitui o mais belo apanágio da espécie humana e é sob o seu influxo que, convocado pelo Departamento de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio, ora ocupo esta tribuna a fim de comemorar o septuagésimo aniversário da publicação de *Os Sertões*.

(\*) Conferência proferida na Faculdade de Direito de Niterói, em 16 de novembro de 1972, em comemoração do septuagésimo aniversário da publicação de *OS Sertões*.

## IVAN LINS

Considero incomparável privilégio falar numa Faculdade, porque os moços representam as mais puras e nobres aspirações de cada momento social, visto não haver sido ainda a sua alma crestada pelo cepticismo ou pela ambição.

Voltada para o belo, o bom e o verdadeiro a mocidade representa, pelo seu idealismo, o auditório que mais pode interessar a quem se preocupa em difundir idéias, sem outra finalidade senão a de esclarecer os jovens em sua formação moral e intelectual.

Muito altas são as tradições desta Faculdade que se destaca, em nosso país, não só pelo prestígio dos seus mestres, mas ainda pela firme vontade de aprender dos seus alunos. Sob este aspecto, segundo me informaram, eles apresentam frisante contraste com os da Universidade de Paris retratados, no começo do século, por Eça de Queiroz. Percorria ele os anfiteatros da Sorbonne, quando passou por um onde famoso catedrático discorria sobre as instituições da Cidade antiga. Mal, porém, começara, sufocaram-lhe a palavra elegante e sábia, urros, grunhidos, patadas, formando bestial tumulto, que partia dos jovens apinhados nos bancos.

Lançando-lhes um olhar indiferente, pôs-se o professor a rever os seus apontamentos, e, quando amainou a estrondosa vaia, retomou, com serenidade, o fio da preleção, expondo, em linguagem elevada e pura, conceitos substanciais, transbordantes de sólidos ensinamentos. Mas, de imediato, por entre mãos que se estendiam, raivosamente, a ameaçá-lo, como que pretendendo estrangular-lhe as idéias, irrompeu, mais ruidosa ainda, nova assuada de assobios, cacarejos de gaios, relinchos, uivos, miados e latidos.

Atônito ante a brutalidade da agressão, perguntou o visitante a um velho bedel que, a seu lado, assistia ao tumulto com melancolia; «Que quererão os moços? Será política ou é birra com o professor?»

Abanando, com tristeza, a cabeça, respondeu-lhe o bedel: «Não; é assim hoje em todos os cursos: os moços já não querem idéias, mas, apenas, cançonetas ...»

Estou certo de que os alunos desta Faculdade não se sentirão frustrados por não verem diante deles o meu homônimo, musicista e cantor Ivan Lins, e hão de ouvir com gentileza o velho homem de letras que ora tem o prazer de dirigir-lhes a palavra, a fim de discorrer sobre «*Euclides da Cunha e o pensamento filosófico de seu tempo*».

Reflexo fiel da cultura brasileira, tão escassa de filósofos, como, aliás, também o é a cultura portuguesa, poucos são, já não digo os nossos filósofos, mas apenas os nossos filosofantes.

«Serdes filósofo é, em nosso país, uma distinção, e, em nosso grêmio, quase uma singularidade» — advertia Oliveira Lima, em 1907, dirigindo-se a Artur Orlando ao recebê-lo na Academia Brasileira de Letras.

## EUCLIDES DA CUNHA E O PENSAMENTO FILOSÓFICO . . .

É que os brasileiros, assim como os portugueses, pensam sem dúvida, a propósito da filosofia, como a ama de leite de D'Alembert, a qual costumava dizer-lhe com uma espécie de compaixão: «não passareis nunca de um filósofo. E que é um filósofo? Um louco que se atormenta em vida para que falem dele depois de morto». ..

Se, de fato, toda a atividade intelectual dos portugueses, segundo faz ver o Professor João Cruz Costa, citando Lottar Thomas — «orienta-se para um *sentido positivo*, para uma forma concreta de pensamento, que se afasta e diferencia dos moldes das culturas dos demais países da Europa medieval, sendo fácil, desde a Idade Média, verificar no pensamento português a constância de uma posição empírica, pragmática», no Brasil essa tendência não só persistiu, mas ainda se acentuou, como o prova o desinteresse generalizado do brasileiro em relação às cogitações de natureza puramente abstrata ou metafísica.

Conciliando as diversas correntes filosóficas e neutralizando-as reciprocamente, devia o ecletismo, a partir de 1830, encontrar campo propício no Brasil, ainda de rudimentar formação cultural, tudo importando, sob este aspecto, da Europa, e, sobretudo, da França.

Destituída de iniciação científica, devia a nossa elite, ou seja «a *aristocracia achinelada*» a que se referia Sales Torres Homem, Visconde de Inhomirim, apreciar um sistema mais oratório do que propriamente filosófico, verdadeira colcha de retalhos do pensamento, adequado a tiradas verbosas, entremeadas de vago espiritualismo.

Adaptado, como de molde, à formação exclusivamente jurídica e literária de nossa classe dirigente, à qual, além do curso médico, só se veio a propiciar a iniciação científica através da Escola Central, fundada na segunda metade do século passado, o ecletismo persistiu sem contraste até quase findar a década de sessenta.

«Até 1868 — observa Sílvio Romero — o catolicismo reinante não tinha sofrido nestas plagas o mais leve abalo; a filosofia espiritualista, católica e eclética, a mais insignificante oposição. A partir de 1870, porém, um bando de idéias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte».

Essas idéias novas foram, na década de setenta, o positivismo e o evolucionismo. Ao negar a metafísica e ao sustentar que todo conhecimento está contido nas ciências positivas, cabendo ao homem investigar apenas o mundo dos fenômenos, o evolucionismo não foi, no fundo, senão uma variante do positivismo, que cronologicamente o antecedeu e passou a coexistir com ele.

Numa imagem feliz disse o Professor João Cruz Costa que, no Brasil, «o *Positivismo pegou de galho*», o que se explica por ser uma doutrina ao mesmo tempo filosófica, social e moral, abrangendo o conjunto do saber humano. Apresentando vistas novas, quer quanto ao método das diferentes ciências, quer quanto à sua sistematização, deter-

## IVAN LINS

minando-lhes os fatos gerais e coordenando-os de modo a tirar deles. uma concepção real do mundo, da sociedade e do homem, o Positivismo é um sistema global de filosofia que talvez só encontre símile na majestosa construção de Aristóteles.

Com a sua Lei dos Três Estados imprimiu Augusto Comte grande desenvolvimento à filosofia da história, que lhe permitiu encarar, de modo equitativo, a Idade Média, fazendo ver como dela surgiu o Renascimento, conforme salienta, em precioso livro, o Cardeal Cerejeira.

No Brasil coincidiu o surto do Positivismo com a propaganda abolicionista e republicana, o que concorreu para prestigiá-lo, porque trazia soluções próprias tanto a propósito da escravidão moderna, como da República.

«É ridículo imaginar-se que o republicanismo de nossos oficiais tenha sido adquirido nos contatos com seus camaradas sulinos, durante a guerra da Tríplice Aliança com o Paraguai — comenta o Professor Assis Bastos em sua tese — «O Positivismo e a realidade brasileira» — (página 64) . Não foi dentro das mochilas que os nossos oficiais trouxeram o ideal republicano, mas ele aqui chegou nas páginas dos livros, que, vindos da França, traziam uma mensagem política, a qual era também uma nova concepção da vida: o positivismo».

Esta circunstância é uma das que explicam a grande expansão do Positivismo no Brasil a partir da década de 1870, expansão favorecida pela frequência com que então visitavam a França muitos dos elementos de maior destaque na vida política e cultural do país, os quais, de volta, traziam os livros e as idéias científicas, filosóficas e literárias mais em voga em Paris.

Littré, Renan, Taine, Zola, Sully Prudhomme, Berthelot, Robin, Claude Bernard, Gambetta, Ribot, Richet, Lévy-Bruhl, Anatole France e quase todos os corifeus da ciência, da filosofia e da literatura em França não conseguiam mascarar as raízes positivistas de seu pensamento, conforme salienta o jesuíta holandês Padre Gruber em excelente volume sobre o Positivismo e sua irradiação.

O Brasil, então sob o fascínio da França, não podia furtar-se à atração da filosofia que ruidosamente vinha conquistando o mundo intelectual sobre o qual pairava «*espessa nuvem de positivismo*», conforme em seus «*Novos Ensaios de Psicologia Contemporânea*» — assinalava, em 1886, Paul Bourget.

Tratava-se de uma síntese universal, que englobava a totalidade dos aspectos humanos e «fornecia a todas as questões, tanto intelectuais, quanto sociais, respostas sempre decisivas e plenamente concordantes, de modo a poder imediatamente dirigir a conduta particular e pública». Apresentava, assim, um cunho pragmático altamente sedutor para uma elite em formação, sem tradições, nem preconceitos intelectuais e filosóficos, e que se via diante de problemas, como os da Abolição, da Repú-

## EUCLIDES DA CUNHA E O PENSAMENTO FILOSÓFICO. . .

blica e da educação, para cujo solucionamento oferecia, o Positivismo bases aureoladas pelo imenso prestígio da ciência do século — a sociologia, por ele instituída.

Daí o grande número de professores, engenheiros, médicos e bacharéis filiados no Brasil ao Positivismo, que ainda atraía, politicamente, pela sua defesa da liberdade humana sob todos os aspectos, fortalecendo, como salientei, as correntes abolicionistas e republicanas, além de propugnar tenazmente pela liberdade da Igreja relativamente ao Estado, teses que constituíam caras aspirações das elites brasileiras a partir da década de 1870.

Determinando os fatos gerais de cada ciência fundamental e coordenando-os de modo a tirar deles uma concepção real do mundo e do homem, através de uma visão de conjunto da escala enciclopédica em todos os seus elementos — matemática, astronomia, física, química, biologia, sociologia e moral — enorme foi, como não podia deixar de ser, a atração exercida pelo Positivismo nos meios pedagógicos do século passado.

Os progressos verificados no ensino e nas pesquisas científicas a partir da segunda metade do século XIX são, em grande parte, devidos à sistematização metodológica estabelecida por Augusto Comte. A disseminação do *Curso de Filosofia Positiva* através do mundo inspirou numerosas reformas universitárias, introduziu o espírito histórico e filosófico em vários ramos do ensino e orientou jovens vocações para novas sendas de investigação. As reformas do nosso ensino, preconizadas em 1881 e 1882 pelos famosos Pareceres de Rui Barbosa, estão imbuídas do espírito comtiano, segundo faz ver o Professor Miguel Reale em minucioso e documentado estudo sobre *Rui Barbosa no mundo da Filosofia*.

Professor de matemática altamente apreciado pelos alunos da Escola Politécnica de Paris, além de autor de um *Tratado de Geometria Analítica*, notável pela sua originalidade pedagógica e clareza didática, ainda consagrou Augusto Comte à apreciação histórico-filosófica da matemática todo o primeiro volume do *Curso de Filosofia Positiva*. E, encerrando a sua carreira, publicou, em 1856, no primeiro tomo da *Síntese Subjetiva* e seu *Sistema de Lógica* ou *Tratado de Filosofia Matemática*, onde expõe sob todos os seus aspectos históricos, científicos e filosóficos, o cálculo aritmético e algébrico, a geometria preliminar, a trigonometria, a geometria algébrica, a geometria diferencial e integral, o cálculo das variações e a mecânica geral, constituindo esse tomo, no dizer de Euclides da Cunha, «o mais admirável livro do século XIX».

Essas obras matemáticas de Comte, que se caracterizam pela profundidade metodológica e pela elegante concatenação das matérias, trazendo concepções inteiramente novas sobre a indução e a dedução em matemática, sobre a noção de espaço e sobre a lógica positiva, exerceram, pela sua clareza e superioridade pedagógica, imensa atração

## IVAN LINS

sobre os que se dedicavam, na segunda metade do século XIX, ao ensino e ao estudo da matemática entre nós. Desde 1850 haviam elas começado a repercutir abertamente na Escola Militar do Rio de Janeiro, tornando-se, desde então, dia a dia mais numerosas as dissertações positivistas apresentadas aos seus principais estabelecimentos de ensino: Colégio Pedro II, Escola de Marinha, Escola de Medicina e Escola Politécnica, encontrando repercussão até fora dos meios didáticos, segundo se conclui de um artigo de Justiniano José da Rocha ao saudar, no jornal *Brasil*, em 1859, as *Primaveras* de Casimiro de Abreu:

«Nos dias de prosaico positivismo em que vivemos, acabam as letras brasileiras de receber mais um mimo...»

Era, todavia, conforme se vê deste comentário, apenas o Positivismo puramente científico o que entre nós então ecoava, porquanto o articulista nem de longe suspeitava o alcance estético do aspecto social e moral da nova doutrina, só mais tarde patenteado entre nós por Teixeira de Souza, Almeida Reis, Martins Júnior, Décio Vilares, Rodolfo Amoedo, Manuel Madruga, Eduardo Sá, Constando Alves, Vicente de Carvalho, José Mariano de Oliveira, Generino dos Santos, Reis Carvalho, Alípio Bandeira, e, sobretudo, por Martins Fontes em seus dois poemas: *Nos Jardins de Augusto Comte* e *Calendário Positivista*.

Foi em 1857, ano de sua morte, que Comte conquistou um dos discípulos que maior influência exerceriam na propagação de suas idéias no Brasil: Benjamin Constant Batelho de Magalhães, que foi professor de Euclides, a princípio no Colégio Aquino, e, depois, na Escola Militar da Praia Vermelha.

Depois de aprovado no exame vestibular para a Escola Politécnica, não pôde Euclides cursá-la em conseqüência das dificuldades financeiras sobrevindas a seu Pai, e, em fevereiro de 1886, aos vinte anos, assentou praça, matriculando-se na Escola Militar, onde teve, como colegas, alguns dos maiores brasileiros de seu tempo: Barbosa Lima, Lauro Sodré, Tasso Fragoso, Moreira Guimarães, Lauro Müller e Cândido Mariano da Silva Rondon.

Eis como, em conferência proferida, em 1921, na Biblioteca Nacional, o glorioso sertanista rememorou a atuação de Benjamin Constant na Escola Militar no tempo em que foi colega de Euclides da Cunha:

«Na Escola Militar da Praia Vermelha, Benjamin Constant operava o prodígio quase sobre-humano de transfigurar a sua cátedra de geometria algébrica em altar levantado à mais pura idealização da Pátria, cuja imagem ele fazia surgir aos nossos olhos maravilhados e aos nossos corações ansiosos, enobrecida de todas as grandezas morais que desa-brochavam do seu magnânimo coração e fecundavam o seu cérebro transbordante de idéias alevantadas e fecundas. As suas preleções matemáticas ampliavam-se e tomavam as majestosas proporções de empolgantes quadros da evolução do espírito humano, caminhando

## EUCLIDES DA CUNHA E O PENSAMENTO FILOSÓFICO...

através das idades e dos povos, que surgem e desaparecem sempre na mesma direção, em busca do Belo, do Bom e do Verdadeiro. Com a sua voz pausada, de dicção impecável e sonora, solene como se por ele falassem as almas grandes de todos os gênios criadores da Humanidade, e vitoriosa como se antecipasse todos os hinos e bênçãos do Futuro,, o Mestre empolgava-nos, arrebatava-nos, engolfava-nos num oceano infinito de sentimentos altivos de abnegação em prol de todas as coisas nobres que até hoje tenham feito palpitar corações humanos.

«E nós o adorávamos, como a fonte mais pura e viva do saber e da santidade: tipo de beleza moral e de beleza viril da nossa espécie. E embevecidos, deixávamo-nos estar suspensos, quase a conter a respiração — embalados pelo encanto daquela voz e daquela eloquência tão cheias de vida e de sinceridade. A hora da aula passava sem que o sentíssemos, era necessário vir o bedel quebrar o encantamento, reclamando a sala para o início de outra aula».

Discípulo de Benjamin Constant, Euclides, assim como os seus colegas da Escola Militar, teve a sua formação intelectual fortemente marcada pelo Positivismo, declarando, em 1904, em carta a Lúcio de Mendonça, «ter sofrido o domínio cativante de Augusto Comte», a quem chama «o maior dos mestres» num de seus artigos em *O Estado de São Paulo*.

Eis como, em sua coluna «Dia a Dia», do *Estado de São Paulo*, definiu o próprio Euclides, em 29 de março de 1892, a sua posição perante o Positivismo. Contava então vinte e seis anos:

«A propósito da brutalidade de um iconoclasta qualquer, que num ímpeto de revolta inconsciente, quebrou a imagem de Cristo no Juri da Capital Federal, alarmou-se certa parte da imprensa e de um fato relativamente insignificante e de todo subordinado à polícia correcional, fez uma questão de seita religiosa, atribuindo-o indiretamente a uma doutrina que estabelece o amor como o princípio de todas as ações e define todo o progresso humano como um vasto desdobramento da ordem. Não é a primeira vez que se generalizam tão tristemente fatos que, à luz do critério mais rudimentar, não têm a mínima importância. No caso atual, porém, além desta violação vulgar do bom senso, há uma afronta à justiça. É quase um atentado atribuir-se ao Positivismo tão tristes desmandos. Falamos desapaixonadamente; embora em nosso tirocínio acadêmico nos subordinássemos ao método filosófico do eminente instituidor da *Síntese Subjetiva*, o mais admirável livro do século XIX, e o veneremos como o maior dos mestres; embora reconhecamos, na doutrina positiva, sólidos elementos para constituir-se a religião do futuro e estejamos certos de que, na grande crise moderna, ela representará papel idêntico ao do Cristianismo na anarquia medieval — não pertencemos à minoria ilustre dos que, com uma abnegação notável, seguem todos os preceitos do novo dogma, através da metafísica dissolvente do nosso meio. As ligeiras noções, porém, que temos dele, bastam

## IVAN LINS

para certificarmos-nos de que a sua ação só se pode fazer sentir nas consciências em cuja estrutura entrem, como elementos, os mais nobres princípios.

«Baseada no mais amplo conhecimento do mundo e do homem, consorciando indissolúvelmente a religião e a ciência, nobilitando e amplificando admiravelmente a vida individual pelas generosas expansões do altruísmo, a nova doutrina está talvez destinada, no futuro, após uma maior e mais geral ascensão de todos os espíritos, a simbolizar a maior conquista da consciência humana».

«Para atingir, porém, esse desideratum, os seus propagandistas seguem num sentido diametralmente oposto àquele que geralmente se acredita. Não exploram as paixões dos inconscientes, nem assalariam o braço dos sicários, antes se eximem à luta e quando abandonam os retiros da meditação e do estudo, têm, nos atos, a serenidade magnífica dos justos e dos crentes. Anima-os a máxima veneração pela feição nobre do passado humano e utilizando-se do imenso capital de fatos e idéias lentamente acumulados, pelo trabalho secular das gerações, se dirigem para o futuro, sem que necessitem, no presente, criar as miragens com que a metafísica deslumbra inutilmente a toda a gente, ou levantar as fogueiras com que inutilmente o Catolicismo escandalizou o mundo.

«O separar a Igreja e o Estado, a idéia mais genuinamente democrática da nossa Constituição, o esplêndido golpe vibrado na burguesia clerical, que tentava o monopólio criminoso de todas as crenças — devia certamente satisfazê-los, por isto mesmo que extinguiu a escuridão oficial do pensamento, e era o complemento necessário da liberdade política. Isto porque os anima um elevado espírito de tolerância que simultaneamente afasta das consciências o domínio das seitas e faculta a estas o mais livre funcionamento. De mais, do ponto de vista verdadeiramente filosófico em que estão, não intentam rivalidades, tanto que reconhecem a tarefa civilizadora do Cristianismo, salvando através da imensa noite histórica — a Idade Média ■— os trabalhos das gerações antigas e vêem na metafísica do século XVIII o mais enérgico estimulante da Revolução Francesa.

«Além disto a religião positiva — profundamente humana e justa, impõe a veneração para os partidários de todas as crenças, desde que tenham lutado em prol do destino comum e sob este ponto de vista irmana os mais desencontrados caracteres. Em seu Calendário, onde cada homem é a síntese de antagonismos, vêem-se Maomé, São Paulo, Danton e Condorcet — o fatalismo muçulmano, a predestinação bíblica, o delírio revolucionário e a tranqüila irradiação do pensamento. A religião positiva —■ concluía Euclides nesse artigo de março de 1892 — paira sobre os destinos humanos e muito alto demais para exercer, embora indiretamente, qualquer influência nas regiões da sociedade, onde se geram e de onde se levantam todas as profanações. . .»

## EUCLIDES DA CUNHA E O PENSAMENTO FILOSÓFICO . . .

Em 2 de abril do mesmo ano, ainda em *O Estado de São Paulo*, escrevia o autor de *Os Sertões*: «Os republicanos históricos têm já, na vida inextinguível da história, a alma olímpica de Benjamin Constant ou a memória augusta e puríssima de Silva Jardim».

No artigo do dia seguinte, assim expunha a teoria positivista da liberdade:

«A liberdade, a verdadeira liberdade, não é uma cousa que se decreta, que possa sair do espírito dos legisladores, como Minerva, armada e pronta para a realização da sua ingente tarefa. É, como direito, um produto cultural das sociedades e, como tal, evolve seguindo a direção de um desenvolvimento superior da inteligência e dos sentimentos. A filosofia moderna, fazendo-a abdicar das alturas fantásticas em que a colocara a metafísica — como uma cousa inata e absoluta, sobranceira às agitações da vida — nobilitou-a ainda mais, pondo-a em função das lutas brilhantíssimas inerentes à condição humana. Não é uma dádiva, que se receba — é uma conquista, muitas vezes trabalhosa, que se realiza. Vinculada profundamente à existência humana, cuja maior perfeição está no justo equilíbrio dinâmico, entre a sociedade e o indivíduo, ela é o mais vigoroso elemento para a chegada a este objetivo».

Em artigo de 22 de julho do mesmo ano aplaudiu Euclides a vitória, no Rio Grande do Sul, de seu correligionário Júlio de Castilhos, considerando-a «sólida garantia da paz» e o desbarato dos «últimos restos de esperança na restauração monárquica», representada pelo gasparismo.

Em artigo anterior — de 29 de junho de 1892, Euclides assim explicitou a influência por ele recebida de Augusto Comte:

«É velha, entre nós, a campanha contra o Positivismo. Se houvéssemos a intenção de enumerar, entre as coisas profundamente tristes destes tempos, tudo o que se tem escrito acerca da nova filosofia, certo esquisariamos uma coréia fantástica feita de toda uma imensa agitação, todo um incoerente tripudiar de filósofos desocupados, de clérigos iracundos e cronistas trocistas. . . Está bem visto que não nos propomos, por demasiado frágeis, à empresa de terçar armas pela religião positiva, à qual não pertencemos, porque, neste início da vida, um ideal filosófico nos é ainda uma aspiração, destinada a realizar-se mais tarde, definindo a altitude máxima da consciência, surgindo de um amplo conhecimento do mundo. Por ora seguimos sem Deus, nem chefes; não corremos o risco de revogarmos amanhã o que pensamos hoje. Temos, entretanto, pelo genial instituidor da Filosofia Positiva, à luz da qual estudamos, admiração bastante para que nos seja difícil soffrear o espanto ante a maneira por que o impugnamos, maneira que não se traduz por um combate, franco e desassombrado, mas que é como um apedrejamento.

«É doloroso o quadro dessa campanha intransigente e cega, movida sobretudo pelos que parecem não possuir elevação bastante para com-

preenderem toda a grandeza do pensador, que foi como o herdeiro feliz de todas as criações da elaboração mental do século XVIII e que, sem exagero o dizemos, traduziu Descartes para o século XIX e instituiu a síntese subjetiva.

«É realmente inexplicável tamanho combate contra o filósofo eminente cujo maior crime parece estar no aniquilamento da metafísica; cuja maior falta consiste em ter nobilitado a concepção social do conjunto humano — substituindo aos intermediários subjetivos imaginosos e intangíveis, que aquela estabelecia entre o mundo e o homem, a noção altamente filosófica da Humanidade.

«Por uma circunstância notável, a serenidade imperturbável, e até certo ponto altiva, do pequeno grupo de positivistas, contrasta visivelmente com todo o açodamento impugnador. Não vão à imprensa, não vão às tribunas; trabalham, lutam e pensam ■—■ alheios a todo esgotamento inútil e à ação dispersiva das polêmicas estereis. Daí a simpatia de que são credores — mesmo daqueles que, como nós, se acham muito afastados das crenças que os impulsionam. A biografia de Benjamin por Teixeira Mendes, livro em que se refere admiravelmente a alma diamantina do fundador da República, exemplifica o que dissemos.

«Enquanto acirradamente o imprecavam, através das doutrinas que adota, esse moço ilustre, perfeitamente incompreendido pela massa geral dos seus contemporâneos e que guarda um grande e obstinado silêncio ante todos os ataques, reconstruía, lenta e conscienciosamente, em toda a sua grandeza, a individualidade talvez a mais pura da nossa História. Será, por acaso, tão perniciosa e condenável a filosofia que intenta e realiza tais empresas? Pela nossa parte, respeitamos profundamente os que consideram a veneração pelos grandes homens como o problema capital dos nossos tempos, já que, verdadeiramente, as grandes individualidades do passado são as que velam melhor sobre o destino dos que seguem, demandando o futuro. . . »

Vejamos, finalmente, como, aos trinta e dois anos, em julho de 1898, quando já se achava em São José do Rio Pardo, respondeu Euclides, pelas colunas de *O Estado de São Paulo*, às críticas do escritor português Sampaio Bruno contra o Positivismo. É um trabalho interessante por constituir um índice da aptidão de Euclides para assuntos filosóficos, explicando que se encorajasse, onze anos mais tarde, a disputar, com Farias Brito, a cátedra de lógica do Colégio Pedro II. E a curiosidade do leitor sobe de ponto quando um dos assuntos versados foi a lei dos três estados:

«E da França — frisava Euclides — veio, então, o Positivismo; o Positivismo sem o depuramento das rebeldias de Littré. Positivismo empolgante com o seu dogma inteiriço — a sua liturgia complexa, a sua ortodoxia inviolável. Apesar disto, dedicando a este cerca da metade do livro, bem poucas vezes Bruno faz referências à ação daquela filosofia em nossa terra. Combate-a sob todos os aspectos, longamente, e uma

## EUCLIDES DA CUNHA E O PENSAMENTO FILOSÓFICO . . .

ou outra vez apenas, de modo breve e acidental, dentre as amplas considerações teóricas que expende, resulta fugaz e nem sempre exato, como observaremos, um exemplo inexpressivo. E mesmo assim procedendo, enfrentando uma questão geral de há muito ventilada em torno da qual as controvérsias têm assumido todas as modalidades, das observações respeitadas de Stuart Mill à brutalidade fulminante de Huxley, mesmo assim, claudica; abrem-se-lhe a todo instante da argumentação aviventada por estilo vibrátil, frinchas desafiando o assalto da crítica mais desapiedada.

«Exemplifiquemos. O polemista enfrenta logo a lei dos três estados e nega-a, afirmando que nem sempre as concepções literárias, históricas e artísticas têm passado pelas fases sucessivas indicadas por A. Comte, dando-se pelo contrário, muitas vezes, a simultaneidade daquelas. Reedita, então, uma observação de Pellarin: o espírito humano ocupou-se sempre simultaneamente de Deus (fase teológica), de abstrações (fase metafísica) e de conhecimentos reais (fase positiva). Aponta antigos exemplos revelando o fato geral das diversas manifestações da consciência individual: Newton, Pascal, Canclly e tantos outros que, inegavelmente positivistas em ciência, eram teólogos.

«Ao mesmo tempo — lealmente — transcreve um trecho de Comte em que este é o primeiro a frisar a coexistência dos três estados no mesmo espírito, explicando-a pela própria hierarquia das ciências, que, ascendendo segundo a especialidade crescente e a generalidade decrescente, faz não raro com que uma inteligência emancipada na matemática possa conservar-se metafísica na biologia, etc. A dificuldade seria insanável apenas num caso inverso, isto é, se a positividade de uma ciência superior coincidissem com o estado teológico de uma ciência inferior ou se um mesmo espírito positivo na química se revelasse metafísico na mecânica. Nada mais claro — e o pensador indicando o segundo caso nega por completo a sua existência. Bruno, porém, afirma-a; e afirma coisas assombrosas.

«Diz, por exemplo, que na ciência social existem seções inteiras governadas por um método rigorosamente positivo ao passo que a ciência da vida ainda se embaraça com entidades filhas da mais extrema abstração. Esta afirmativa só se justifica pela pressa com que são feitos os livros na Europa...»

E, para evidenciá-lo, entra Euclides em longas ilustrações de ordem científica em torno da lei dos três estados. No último artigo da série, revelando estar perfeitamente a par do positivismo brasileiro, refuta Euclides, com vantagem, a assertiva de Sampaio Bruno segundo a qual, no Brasil, o Positivismo foi aceito em sua totalidade:

«Para o escritor português nós absorvemos o Positivismo todo — o seu culto, o seu sacerdócio, o seu grande fetiche, as suas grandes utopias, as suas procissões solenes, a sua aristocracia de sábios e a sua oligarquia de banqueiros. Aceitamos todas as conclusões da *Política*

*Positiva* e todos os sacramentos do *Catecismo Positivista* que deletrea-mos com a unção religiosa de brâmanes ante os versículos dos Rig-Vedas. Lá está escrito: «No Brasil engoliu-se tudo, inteiramente e de pancada. Absorveu-se tudo, liturgia e o resto».

«Ora, a verdade é que a grande maioria da atual geração brasileira que remodelou o espírito sob o influxo tonificador do notável critério científico do pensador francês, não ultrapassou as páginas da *Filosofia Positiva*, da *Geometria Analítica* e da *Síntese Subjetiva...*»

E, apontando erros do escritor português, atinentes à irradiação do Positivismo no Brasil, ponderava Euclides da Cunha:

«Assim, fala-nos (Bruno) muito seriamente, no exagerado orto-doxismo laffittista de Teixeira Mendes», desconhecendo que, para este, de há muito, Pierre Laffitte é simplesmente um cismático, é simplesmente o indisciplinado sofista do Colégio de França. Noutra ponta, ainda, registrando as sensatas restrições que ultimamente têm atenuado o nosso nativismo incipiente, aponta, predominante nesse movimento generoso da opinião nacional, por obediência doutrinária, o positivismo.

«Foi este, declara explicitamente, que levou o Dr. Luís Pereira Barreto, nas suas *Soluções Positivas da Política Brasileira*, a propugnar pela grande naturalização.

«Ignora, assim, que esta lei está em nosso código orgânico (como muitas outras) contra a vontade manifesta e unânime dos sectários da nova religião. Para estes ela é uma aberração criminosa, em virtude da qual a nossa pátria deixa de ser um ente real para transmutar-se num agrupamento convencional de indivíduos. Ainda mais — sob o ponto de vista mais geral — ela afigura-se-lhes um trabalho obstrucionista para a solução do problema moderno da incorporação do proletariado à sociedade, porque afrouxa e dispersa as forças dos partidos operários da Europa, rareando-lhes as fileiras precisamente na época em que, arregimentados e fortes, devem impor a solução da questão formidável à burguesia assustada. Desse modo, é claro que o Positivismo não inspirou — como Bruno supõe — a solução indicada acima pelo nosso notável patricio».

Em trabalho apresentado ao 3º Congresso Nacional de Filosofia sobre Euclides da Cunha e a poesia, Milton Vargas tece as seguintes considerações:

«Não é difícil, da leitura de *Os Sertões*, concluir que, para Euclides da Cunha, todo o conhecimento é relativo e restrito aos fenômenos. Assim mantém-se ele, pelas seiscentas e tantas páginas do seu livro, na pura descrição fenomenológica e na interpretação positiva dos fatos narrados, sem inquirir, uma vez sequer, sobre a verdade interna daquelas coisas e daqueles acontecimentos. Não lhe importa muito o porque será Canudos, aos olhos dos jagunços, «a terra da promessa», onde corre um rio de leite e são cuscuz de milho suas barrancas».

Puro

## EUCLIDES DA CUNHA E O PENSAMENTO FILOSÓFICO . . .

engano de broncos, o rio é positivamente de água, um elemento químico bem conhecido por suas propriedades e não haverá sentido algum perscrutar-lhe a essência. Só nos é dado conhecer as relações entre as coisas; relações de semelhança, expressas nos conceitos, relações de sucessão, expressas nas leis científicas. E uma das mensagens de *Os Sertões* seria: conhecer as leis que regem os fenômenos sertanejos para, com a sua ajuda, podermos prevê-los e provê-los [...]

«Disso salta o positivismo aos nossos olhos. Não é possível negar que, em sua grande estrutura, *Os Sertões* são um livro positivista; não no sentido comtiano ortodoxo da palavra, mas no da obediência ao fato positivo, que ali está expressa na crença de que tudo é previsível e controlável pelo conhecimento científico, aliada a um humanitarismo tendente à salvação das camadas inferiores da sociedade pela educação positiva».

«Em síntese — conclui Milton Vargas — o pensamento de Euclides da Cunha é um pensamento positivo em que o objetivo do conhecimento está não nas coisas, mas no encadeamento das coisas, assim afirma ele próprio; isto é, no conhecimento das determinações das coisas e nas leis gerais que regem os acontecimentos. A Metafísica, para Euclides da Cunha, é um *non sense* e assim também o são as idéias de ser, de verdade, de realidade última e de essência».

Milton Vargas tem razão. Em 1909, na prova oral do concurso para a cátedra de Lógica do Colégio Pedro II, em que competiu com Farias Brito, Euclides reafirmou sua posição filosófica antimetafísica. Essa prova, que constitui como que o seu testamento filosófico, versou sobre a *Idéia do Ser* e o autor de *Os Sertões* finalizou-a dizendo com ironia: «A metafísica é uma ciência soberana e adorável, de grandes e privilegiados recursos: é uma formosa ciência, que nos incute conhecimentos inestimáveis e raros, mas é uma ciência que só se deve estudar, quando se é velho, rico e alemão. As duas últimas condições (ser rico e alemão) — rematou Euclides — dizem de modo iniludível que jamais estudarei metafísica. Sendo assim, persistirei tranqüilamente nas últimas linhas dos criticistas irredutíveis e tranqüilos, indiferentes a todas estas inúteis indagações, perenemente insolúveis».

Não posso encerrar esta palestra sobre *Euclides da Cunha e o pensamento filosófico de seu tempo*, sem aludir à sua colaboração da *Revista da Família Acadêmica*. Fundada, em novembro de 1887, na Escola Militar, quando Euclides contava vinte e um anos, foi uma das mais interessantes publicações estudantis de fins do Império, refletindo o panorama intelectual da nossa mocidade militar que colaborou na abolição e na república. Dá-nos um instantâneo do estado de espírito dos nossos oficiais da época, o que liam e como encaravam os problemas do seu tempo. Entre os seus redatores e colaboradores, encontramos Rondon, Lauro Müller, os irmãos Licínio, Aníbal e Saturnino Cardoso, Euclides da Cunha, Moreira Guimarães, Gomes de Castro, Tasso

## IVAN LINS

Fragoso, Alexandre Leal, entre muitos outros, que viriam a desempenhar importantes papéis em vários setores da vida brasileira.

Euclides aí publicou, em 1887, os seguintes versos que lhe definiam o estado de espírito e constituem como que um prenúncio do seu trágico fim:

«Eu já não creio mais. ... sombrio e calmo enfrento

— O lábio ermo da prece, o peito ermo da crença

— A estrela rubra e imensa

Do meu destino atroz, aspérrimo e sangrento».

Ai encontramos ainda, além de várias poesias, uma página comovente, uma página do Euclides de vinte e um anos, estuante de vida e entusiasmo.

O seu fim trágico, as amarguras que lhe reservava a vida, dão uma nota irônica e impiedosa a essa página, na qual examina a posição dos críticos de então em face do *naturalismo* de Zola, Eça e Aluísio Azevedo. Foi escrita em 1888. Pouco mais de duas décadas depois, seria o próprio Euclides personagem de uma tragédia acompanhada de todas as carregadíssimas cores do naturalismo.

A figura de Euclides chega-nos quase sempre como a de um neurastênico, de temperamento mórbido e pessimista. Assim o registram os depoimentos sobre os seus últimos dias. Deles colhemos a impressão de ser o autor de *Os Sertões*, por aquele tempo, um homem completamente aniquilado. O excesso de trabalho, a falta de saúde, a situação conjugal, tudo contribuía para exasperá-lo. Os momentos de irritação e agressividade alternavam-se com grandes depressões. Dessa agressividade é exemplo típico o episódio narrado por Júlio Bueno, parceiro de gamão de Euclides. Vendo-se certa vez o escritor derrotado numa partida, movimentou suas pedras de modo não permitido pelas regras do jogo. Advertido por Júlio Bueno, exclamou Euclides com visível mau humor: «Eu não sou escravo de regrinhas. Isto é mera convenção. Fica para nós estabelecido que não se deve bloquear o adversário, inutilizando-o, deixando-o na atitude vexatória de um lunático». E concluiu: «Você tem que aprender para jogar comigo. Fique sabendo que sou invencível no gamão. . .»

Coelho Neto, grande amigo de Euclides, de quem ouviu as confidências mais íntimas, estando com ele na antevéspera da tragédia, pôde observar de perto o quanto estava alterado o seu sistema nervoso: Euclides falava sem nexos, aludindo a supostos inimigos, como se estivesse obcecado pela mania de perseguição.

Dois dias depois estava o drama consumado e morto o autor de *Os Sertões*. Desfecho trágico para uma vida cujas possibilidades, na observação de Afrânio Peixoto, «seriam ainda maiores do que deviam ser o remorso de alguns e até, de todos, a mágoa inconsolada».

## EUCLIDES DA CUNHA E O PENSAMENTO FILOSÓFICO . . .

Fará bem aos leitores o conhecimento desse outro Euclides, ainda não minado pelas doenças e má sorte que o acompanhariam em grande parte da vida, agravando-lhe a vibratilidade do temperamento.

Eis o que aos vinte e um anos escrevia:

«Eu acho-me no início da vida — nunca me foi necessário, num instante de angústia suprema, fazer um supremo apelo às energias de minha vitalidade; nunca me achei nesses momentos — aliás comuns

— em que se tem de fazer uma coisa horrível — meditar chorando

— levantar a luz no cérebro para espancar, anular uma sombra no coração; apelar para a rigidez fria da razão, ter necessidade de calma

— com o sangue a ebulir nas veias — o coração a estoar dolorida-mente e a vida combalida, oscilando — num desequilíbrio cruel de todo o sistema nervoso. A existência ainda é para mim uma quimera dourada e fascinante que eu guardo com um ciúme alucinado de avaro; faço da dor um brinquedo; e fantasio-me de descrente — por desfrute».

Na tragédia passional em que anos depois se viu envolvido, o Euclides que vamos encontrar, desmente ponto por ponto essa profissão de fé otimista de jovem aluno da Escola Militar. Foi-lhe então necessário fazer aquele supremo apelo às energias de sua vitalidade, exatamente num instante de angústia suprema, roído pelo ciúme da esposa que o traía. Deixara a existência de ser, para ele, aquela «*quimera dourada e fascinante*» que preservava com «*ciúme alucinado de avaro*». A dor não era mais, para ele, um brinquedo: tornara-se terrível realidade.

Indo ao encontro da tragédia, disposto a destruir e a destruir-se, deu-se o irremediável.

A tragédia, de um modo geral, não acompanha nossos homens de letras. Não temos, como em outras literaturas, um grupo marcado de *maudits*. Euclides, Raul Pompéia, Hermes Fontes e alguns outros, constituem excessões. Excessões lamentáveis pelo vulto das figuras que nelas estão implicadas.

A quantos se interessam pelo estudo da geração que formou o Brasil republicano, será proveitosa a leitura da *Revista da Família Acadêmica*. Em suas páginas encontrarão documentos que poderão contribuir para elucidar alguns aspectos de nossa história literária, como sejam versos hoje quase inteiramente ignorados de Euclides da Cunha, sem dúvida uma das figuras mais fortes e marcantes das nossas letras.

Tendo tido sua formação filosófica alicerçada no Positivismo, como acabamos de ver, ele provou, nas palavras de Roquette Pinto, «que elegância e vigor de frase, imagens rutilantes, sombras e colorido, que são do manejo corrente dos escritores, nada perdem quando o autor conhece bem as relações que ligam os fenômenos descritos — o que, por si só, caracteriza o espírito científico».

**IVAN LINS**

E o autor de *Rondônia* conclui com uma profecia:

«Percorro toda a nossa história literária e penso que *Os Sertões* serão, no futuro, para o Brasil, o grande livro nacional; o que *Dom Quixote* é para a Espanha ou *Os Lusíadas* para Portugal: o livro em que a raça expõe a floração das suas qualidades, o espinheiral dos seus defeitos, tudo o que, em suma, é sombra ou luz na vida dos povos».

## **Ciências Humanas**

# O "Matricídio" de Antônio Conselheiro

JOSÉ CALASANS BRANDÃO DA SILVA

*Diário da Bahia*, em sua edição de 27 de julho de 1876, numa nota intitulada «Antônio Conselheiro», assim noticiou a presença do místico cearense no norte da Bahia:

«Conhecido por este nome, apareceu em nosso sertão do norte, há cerca de dois anos, um indivíduo que se diz chamar-se Antônio Vicente e que, nos lugares onde se tem apresentado, há exercido grande influência no espírito das classes populares, servindo-se para isto do seu exterior misterioso e costumes ascéticos com que se impõe à ignorância e simplicidade dos nossos camponeses.»<sup>1</sup>

O bacharel Cícero Dantas Martins, Barão de Jeremoabo, influência política na zona do município de Itapicuru, Bahia, pelas colunas do *Jornal de Notícias*, a 4 de março de 1897, declarou haver o Bom Jesus Conselheiro, como também era apelidado Antônio Vicente Mendes Maciel, surgido no termo de Itapicuru, em 1874, quando o ilustre informante se encontrava na Corte como deputado geral. São palavras do prócer conservador:

«Estava em 1874 no Rio de Janeiro quando aportou neste termo Antônio Conselheiro. Ao regressar, tive conhecimento de que este indivíduo, cujos precedentes eram então ignorados, com orações, terços e prédicas sugestionava o povo que, em multidão, acudia pressuroso a ouvi-lo, abandonando suas casas e afazeres.»<sup>2</sup>

1. *Diário da Bahia*, Salvador, 27 de julho, de 1876, p. 1.

2. «Antônio Conselheiro». *Jornal de Notícias*. Salvador, 4 de março, 1897. p. 2, c.  
5.

## JOSÉ CALASANS BRANDÃO DA SILVA

Pelas duas citações acima, verificamos remontar a 1874 o aparecimento, no interior da Bahia, do peregrino Antônio Conselheiro. A derradeira notícia de Antônio Vicente Mendes Maciel, pequeno negociante, agricultor em Quixeramobim, Ceará, data de 1871, quando foi intimado, pessoalmente, na Várzea da Pedra, município de seu nascimento, pelo oficial de justiça Manuel João de Santana, em virtude da falta de pagamento de compromissos assumidos.<sup>3</sup>

O antigo comerciante que também exerceu, em sua Província, outras atividades, inclusive magistério e advocacia de pobres, teria feito, assim, entre 1871 e 1874, sua carreira de *beato* e *conselheiro*. A distinção foi feita por Honório Vilanova, sobrevivente de Canudos, pessoa muito ligada ao Santo Conselheiro. Disse-nos ele em 1970, na impressionante lucidez dos seus 104 anos, que vira, pela primeira vez, em Urucu, sertão do Ceará, por volta de 1873, o beato Antônio que ali estivera, sozinho, pedindo esmolas para os pobres. Era, então, apenas um *beato*. Mendigava e rezava, com boa aparência física. Muitos anos depois, na Bahia, é que Honório Vilanova o encontrou no apogeu de sua missão de *conselheiro*, pregando ao povo, dando conselhos, seguido e respeitado por uma multidão de fiéis. A promoção, que muitas vezes ocorre na hierarquia da igreja católica sertaneja, foi rápida na história de Antônio Vicente. Sem dúvida alguma, em 1874, quando do seu aparecimento no Itapicuru, já estava no desempenho pleno de seu papel de condutor, de guia, de chefe carismático, de *conselheiro*. Chegara acompanhado, registra a tradição oral, acrescentando que seu aparecimento ocorreu numa terça-feira, que é o dia de Santo Antônio.<sup>4</sup> Arranchou-se, com numerosos adeptos, numa casa abandonada, propriedade de um tal Miguezinho, defronte da residência de Boaventura da Silva Caldas, de alcunha «sêo» Boa, delegado de Polícia, que se encontrava na sua fazenda por ocasião da chegada dos conselheiristas. No sábado, retornando à vila, Boaventura Caldas tomou conhecimento dos incômodos vizinhos que rezavam até altas horas da noite. Digamos de passagem que, seguindo a orientação do padre Ibiapina, sacerdote de grande influência no Nordeste, naquela época, Antônio Conselheiro recitava o *terço* e o *ofício* com grande frequência. Uma quadra nordestina, ainda hoje, lembra as rezas do tempo do padre fundador das Casas de Caridade:

Ibiapina deixou Duas saudades  
plantadas O *terço* no fim da tarde  
O *ofício* de madrugada.

3. Macedo, Nertan. *Memorial de Vilanova*. Rio de Janeiro, *O Cruzeiro*, 1964. p. 113.

4. Informações colhidas pelo Sr. Antônio Marques da Silva, agente de Estatística era Itapicuru, que ouviu vários anciãos.

## O «MATRICÍDIO» DE ANTÔNIO CONSELHEIRO

Não se conformando com a perturbadora presença, o delegado Boaventura, procurando fazer valer sua autoridade, entrou em entendimentos com o Conselheiro que teria, sem êxito, aliás, aconselhado prudência aos seus companheiros. A algazarra prosseguiu, tendo o vigário da freguesia, padre Agripino da Silva Borges, criticado do púlpito a atitude da autoridade policial, querendo fazer silenciar os rezadores. Assim procedeu o padre, declaram os informantes, porque desejava aproveitar os serviços do Conselheiro nas obras da igreja local, uma vez que pedreiros e carpinteiros integravam o séquito. Podemos, também, considerar sua atitude em termos políticos. O vigário era liberal e o delegado, compadre e correligionário de Cícero Dantas Martins, conservador. Indiscutível, neste primeiro contacto do Conselheiro com uma comunidade sertaneja, o fortalecimento do grupo em face da atitude eclesiástica. Começaram os desrespeitos à autoridade: cairiam os dedos das pessoas que comprassem na loja do «sêo» Boa, espalhavam. Além dos castigos do céu, ameaças de outros tipos eram anunciadas. Certa manhã, o quintal de Boaventura Caldas apareceu cheio de Cáceres. Uma séria advertência. Tornou-se necessário, explicou o citado Barão de Jeremoabo, por causa do «desvio de costumes da população», apelar para o governo da Bahia. Um alferes de polícia, com algumas praças, deslocou-se para o arraial de Sambaíba, no termo de Itapicuru, onde esperava encontrar o Conselheiro. Avisado em tempo, ele transpusera o rio Real indo para a vila de Campos, na vizinha província de Sergipe. Malograva-se, assim, a primeira diligência contra Antônio Conselheiro. Tal fato sucedeu em 1874 ou 1875.

Pensamos, também, datar desta fase um possível encontro do Conselheiro com Sílvio Romero que, em 1874, era promotor público da comarca sergipana de Estância. Admitimos, com boas razões, haver o Conselheiro, na mencionada incursão em terras de Sergipe, passado pela Estância ou pelo Lagarto, terra de nascimento do autor da *História da Literatura Brasileira*. A professora Marante Cotias, nascida e criada em Estância, recordava a passagem de Antônio Conselheiro pela romântica cidade do Piauítinga, no tempo de sua meninice, que coincidia com a fase agora estudada. O trecho de Sílvio Romero, publicado em primeira mão na *Revista Brasileira*, ano de 1879, parece indicar seguro e pessoal conhecimento do Conselheiro. Diz ele:

«Um indivíduo criminoso do Ceará saiu a fazer penitência a seu modo e inaugurou prédicas públicas. . . No seu percurso veio ter nos sertões da Bahia e fundou uma igreja em Rainha dos Anjos. Chamava-se Antônio e o povo o denominava — o Conselheiro. Passou por Sergipe, onde fez adeptos. Pedia esmolas e só aceitava o que supunha necessário para sua subsistência, no que divergia dos nossos mendigos vulgares. Não tinha doutrina sua e andava munido de um exemplar das *Horas Marianas*, donde tirava a ciência. Era um missionário a seu jeito. Com tão poucos recursos fanatizou as populações.

## JOSÉ CALASANS BRANDÃO DA SILVA

que visitou, que o tinham por Sant Antônio Aparecido! Pregava contra os pentes de chifre e chales de lã e as mulheres queimavam estes objetos para o satisfazer. A musa popular vibrou a seu respeito e exaltou-se em quadras como estas:

Do céu veio uma luz Que Jesus  
Cristo mandou Sant'Antônio  
Aparecido Dos castigos nos livrou

Quem ouvir e não aprender Quem  
souber e não ensinar No dia de  
juízo Sua alma penará»<sup>5</sup>

As informações de Sílvio Romero, em 1879, coincidem com as declarações de Jeremoabo, quase vinte anos decorridos. O Conselheiro transformava em «perenal missão» o ambiente sertanejo. Pregava contra o luxo e «em pleno dia, nas casas, nas ruas, nas estradas, faziam-se montes de chales, vestidos, saias, chapéus de Chile e feltro, sapatos de trança e, finalmente, todos os objetos que continham lã e seda eram entregues à voracidade da chama, por ser contrário à doutrina pregada pelo inculcado missionário», conclui Cícero Dantas Martins.

A sua permanência em Sergipe fora rápida. Voltou pouco depois à zona do Itapicuru, aí ficando até 1876, quando foi preso. Segundo o referido artigo de Jeremoabo, o Conselheiro desorganizava o trabalho na região, onde a ociosidade passou a campear. Nada adianta, todavia, o político e grande proprietário rural, a respeito do que teria feito Antônio Conselheiro durante os dois primeiros anos de sua vivência baiana. Os arquivos da Província e da Arquidiocese são, porém, ricos de informes sobre o período em apreço. Procuraremos reconstituí-lo, na base de documentário pesquisado, numa tentativa prioritária do seu levantamento histórico.

Em junho de 1875, o Conselheiro estava na freguesia de N.S. da Conceição do Aporá, propondo-se concluir as obras do cemitério local que fora iniciado pelos padres lazaristas. Impunha, contudo, condições. Queria permissão para solicitar esmolas aos paroquianos, rezar o terço e exortar os fiéis por meio de prédicas. O padre João José Barbosa, vigário colado de Aporá, resolveu consultar o Arcebispado, respondendo o Vigário Capitular favoravelmente quanto às duas primeiras pretensões. Quanto às prédicas, não. Absolutamente, não. Somente o sacerdote tinha competência para falar aos fiéis. Informado da

5. Romero, Sílvio. *Cantos populares do Brasil*. Rio de Janeiro, Liv. Clássica de Alves Cia., 1897, p. VI.

## O «MATRICÍDIO» DE ANTÔNIO CONSELHEIRO

decisão da Arquidiocese, o Conselheiro declarou ao vigário que não prosseguiria nas obras do cemitério se não fazendo sua pregação. Deixando a sede da freguesia, passou, desobedientemente, a pregar nos sítios de Araçá, Esperados, Catinga e Cumbe, num procedimento que o padre João José Batista classificou de *vil*. Tentou, em vão, chama-lo à ordem. As autoridades locais não lhe deram o necessário apoio, queixando-se o vigário de Aporá, a 30 de agosto, numa correspondência enviada ao mesmo Vigário Capitular, da difícil situação em que se encontrava, sem forças para afastar de sua freguesia o peregrino de Quixeramobim. Outras reclamações, no mesmo sentido, foram encaminhadas no ano seguinte. As cartas conhecidas indicam o agravamento da situação. O Conselheiro fazia perigar, num trecho do território baiano, o poder da autoridade eclesiástica, observando-se, não raro, uma acentuada divergência entre os representantes do Estado e da Igreja. Em alguns lugares, os padres combatiam o peregrino, enquanto os delegados o amparavam, e vice-versa. Tal procedimento, com efeito, estaria condicionado às próprias discordâncias locais, muitas vezes determinadas pelas posições políticas adversas. Em verdade, porém, era a própria autoridade, policial ou religiosa, que se ia enfraquecendo a olhos vistos. Enquanto, conforme já dissemos, o vigário de Aporá reclamava contra o apoio da autoridade policial aos atos de desobediência de Antônio Conselheiro, Antônio Joaquim Pereira de Aragão, delegado de Abrantes, a 14 de março de 1876, acusava o padre Emílio de Santana Pinto, da freguesia do Divino Espírito Santo de Abrantes, de haver autorizado o mencionado conselheiro à prática de abusos.

Antônio Joaquim Pereira de Aragão informava, então, o aparecimento, no distrito de Cipó, «de um homem que dizem ser de cor branca, com 40 anos de idade mais ou menos, brasileiro, diz-se chamar-se Antônio Conselheiro, ignorando-se sua procedência porque não se presta a explicações, sem nenhuma instrução, aliás, rústico a último ponto, pois, segundo me informaram, não sabe expressar-se na própria língua». Trazia as imagens do Crucificado e de N. Senhora e mais dois caudatários, que são chamados apóstolos, ambos de 45 anos mais ou menos, de cor cobre e duas mulheres que são chamadas beatas. O Conselheiro pregava em cima de uma cadeira, que lhe servia de púlpito, anunciando a aproximação do fim do mundo. Mais de duas mil pessoas assistiam aos conselhos, durante os quais as imagens ficavam sobre uma mesa, aí depositando os fiéis suas esmolas.

O delegado de Abrantes, que tudo sabia por informações, pedia instruções ao Chefe de Polícia quanto ao modo de proceder na emergência. Devia ou não empregar a força para dissolver o ajuntamento que se tornara ameaçador? Como, no ofício supra, acusava-se o vigário da freguesia de facilitar a ação do Conselheiro, o Chefe de Polícia resolveu ouvir o Vigário Capitular sobre o assunto. Há, neste sentido, ofícios datados de 17 de março e 15 de abril. Por seu turno,

## JOSÉ CALASANS BRANDÃO DA SILVA

a Arquidiocese também era informada do que estava sucedendo nos sertões baianos, na área visitada pelo Conselheiro. Primeiro, os acontecimentos da freguesia do Senhor Deus Menino dos Araçás, quando três pessoas perderam a vida num dos momentos em que o peregrino pregava e uma mulher foi tomada de alucinação. Depois, as perturbações da freguesia de N.S. do Livramento do Barracão que levaram seu vigário colado, padre João Alves da Silva Paranhos, a solicitar providências do Arcebispado, temendo que se repetissem os trágicos fatos de Araçás. O Conselheiro estaria insuflando o povo contra o pároco. Praticamente, dividira os habitantes da freguesia, onde surgira pela segunda vez. Mandava queimar as roupas e exigia que todos fossem ouvi-lo. Bradava, a 19 de maio, que ninguém poderia impedir suas prédicas, desrespeitando, de público, o padre Paranhos. Sentindo-se ameaçado, o vigário queria a interferência do Chefe de Polícia. Diante do exposto, o Vigário Capitular, Luiz d'Amour, a 20 de maio, solicitou a interferência da Polícia.

A 26 do mesmo mês, a autoridade religiosa oficiou, ao Chefe de Polícia da Bahia todos os acontecimentos, confiando em que as necessárias e convenientes medidas seriam adotadas. O Dr. João Bernardo de Magalhães, suficientemente informado a respeito dos fatos, respondeu à autoridade religiosa, no dia 30, dizendo que dera «as necessárias providências para a prisão do indivíduo de nome Antônio Conselheiro, mandando até força ao delegado da vila do Conde, e agora passo a dirigir-me ao de Itapicuru, no mesmo sentido».

A documentação aqui apresentada esclarece, de modo definitivo, os motivos determinantes da prisão do Conselheiro: suas desavenças com o clero baiano, o perigo que representava para a tranquilidade dos sertões. As queixas do clero e das autoridades policiais do interior do Estado terminaram merecendo atendimento por parte da chefia de polícia. Efetuou-se a prisão do Conselheiro no dia 6 de junho, na vila de Itapicuru, onde exercia as funções de delegado de polícia o Sr. Francisco Pereira Assunção. Antônio Vicente não opôs qualquer resistência à ordem policial, nem permitiu que seus adeptos o fizessem. Juntamente com Paulo José da Rosa, que parece haver sido o primeiro dos seus apóstolos, Antônio Conselheiro foi recolhido à cadeia da vila, aguardando a força pedida pelo delegado, para levá-lo a Salvador. A diligência ficou a cargo do alferes Diogo Antônio Bahia, da força de linha, requisitado para tal fim ao comandante das armas pelo presidente da Província, Dr. Luís Antônio da Silva Neves, juntamente com 15 praças, custando a viagem aos cofres provinciais a quantia de 111 \$500, mandada pagar ao alferes no dia 11 de julho.

Em officio datado de 28 de junho, apresentando os presos ao Chefe de Polícia, depois de comentar os fatos relacionados com a ação do Conselheiro que o povo denominava Santo Antônio, sugeria o delegado Francisco Assunção que fosse impedida sua volta ao Itapicuru,

## O «MATRICÍDIO» DE ANTÔNIO CONSELHEIRO

anunciada para breve pelos seus fanáticos acompanhantes, porque o reaparecimento do inculcado *santo* traria graves perturbações. Dizia o ofício: «A vista desse mau plano que, em face das circunstâncias, executarão, peço a V. S<sup>a</sup> para dar providências, a fim de que não volte o dito fanatizador do povo ignorante; e creio que V.S. assim o fará, porque não deixará de saber a notícia, que há meses apareceu, de ser ele criminoso de morte na província do Ceará.»

Acreditamos haver começado aí a *estória* do terrível crime do Conselheiro, de que nos deixou circunstanciado informe o escritor Euclides da Cunha. Antônio Vicente, em sua vila natal, assassinara a mãe e a esposa. A primeira, para prejudicar a nora, denunciara ao filho sua infidelidade. Na ausência de Antônio Vicente, que costumava viajar, um homem freqüentava sua casa. Escondido em ponto adrede escolhido, durante uma fingida viagem, viu um vulto masculino, alta noite, pular a janela do quarto do casal. Fez fogo e acertou no alvo. Alucinado, entrou no lar e matou a consorte. Só então quis conhecer o sedutor que liquidara. Viu, surpreendido, que era a própria genitora, vestida de homem, que assim procedera para complicar a nora, de quem não gostava. Submetido a júri, em virtude do seu passado e das circunstâncias de que se revestira o crime, foi absolvido. Não quis, porém, continuar na terra do seu nascimento e saiu pelo mundo a fazer penitências.

O tempo se encarregaria de destruir a lenda. Sabe-se, hoje, que a mãe do Conselheiro morrera quando o filho ainda tinha cinco anos e que seu pai contraiu segundas núpcias. Certa vez, em Canudos, segundo depoimento de Honório Vilanova, o Bom Jesus Conselheiro, numa das suas costumeiras prédicas, desabafou-se, defendendo-se da acusação: «Como posso ter matado minha mãe, se fui maltrado por minha madrasta?»<sup>6</sup>

Em 1876, porém, deu-se crédito ao boato do crime. Nele acreditou o Chefe de Polícia da Bahia que, no expediente enviado ao seu colega cearense, registrou: «Faço apresentar a V. S<sup>a</sup> o indivíduo que se diz chamar Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido por Antônio Conselheiro, que suspeito ser dos criminosos dessa Província que andam foragidos.»

Não fora, contudo, o suposto crime a causa da sua prisão. João Bernardo de Magalhães indicava ao Dr. Vicente de Paula Cascais Teles o verdadeiro motivo da providência adotada:

«Em virtude da reclamação que recebi do Exm<sup>o</sup> Sr. vigário capitular contra o abusivo procedimento desse indivíduo, que ia além de tudo, embolsando os dinheiros com que, crédulos, iam lhe enchendo as algibeiras os seus fiéis, mandei-o buscar à capital, onde obstinada-

6. Macedo, op. cit., p. 76.

## JOSÉ CALASANS BRANDÃO DA SILVA

mente não quis responder ao interrogatório que lhe foi feito, como verá V. S<sup>a</sup> do auto junto. Era uma medida de ordem pública de que não devia eu prescindir. Entretanto, se porventura não for ele aí criminoso, peço em todo o caso a V. S<sup>a</sup> que não perca de sobre ele as suas vistas, para que não volte a esta província, ao lugar referido, para onde sua volta trará certamente resultados desagradáveis, pela exaltação em que ficaram os espíritos dos fanáticos com a prisão do seu ídolo.»

A prisão do Conselheiro, sua vinda para Salvador e, posteriormente, seu encaminhamento à Polícia de Fortaleza repercutiram na imprensa baiana. Tornou-se Antônio Conselheiro notícia de jornal pela primeira vez. O *Diário da Bahia*, o *Jornal da Bahia* e o *Correio da Bahia*, em julho de 1876, falaram a respeito da singular figura nordestina, assinalando sua profunda influência no seio da sociedade sertaneja, seus hábitos ascéticos, as razões de sua prisão.

Chegara a Salvador a 6 de julho, escoltado por dois soldados de polícia. No dia seguinte, rumou para a capital do Ceará, no paquete *Pernambuco*, para onde fora conduzido num escaler da Capitania dos Portos. Demorou-se pouco em Fortaleza porque, no dia 15 do mesmo mês de julho, um ofício do Dr. Cascais Teles ao juiz municipal de Quixeramobim encaminhava o preso, que se supunha criminoso no referido termo, à autoridade judicial para o devido procedimento se verificada a criminalidade de Antônio Vicente Mendes Maciel. A volta ao torrão de origem foi a salvação do acusado. Nada havia contra ele. Quase toda a gente estava bem lembrada de Maciel, filho do velho Vicente Mendes Maciel, que nenhum crime cometera.

Num expediente de 1<sup>o</sup> de agosto, respondendo ao Chefe de Polícia, Alfredo Alves Maciel, juiz preparador do termo, encerrava o caso, dizendo textualmente:

«Acuso recebido o ofício de V. Ex<sup>a</sup>, datado de 15 de julho, no qual me comunica que, naquela data, partia para esta cidade para ser posto à minha disposição Antônio Vicente Mendes Maciel, que se supunha ser criminoso neste termo, a fim de que eu, verificando sua criminalidade, procedesse na forma da lei. Em resposta cumpre-me levar ao conhecimento de V. S<sup>a</sup> que, tendo verificado não ser o referido Maciel criminoso, o mandei por em liberdade alguns dias depois de sua chegada a esta cidade.»<sup>7</sup>

A justiça punha ponto final no assunto, que deixava de ser um fato histórico para sobreviver, apenas, no mundo imenso e incontrolável do lendário.



7. Benício, Manuel. *O rei dos jagunços*. Rio de Janeiro, Tip. do *Jornal do Comércio*, 1899.

O Santo Evangelho

De Jesus Christo

Segundo S. Mattheus

Capitulo 1.

Genealogia de Jesus Christo, sua conceição, e nascimento.

Livro da geração de Jesus Christo filho de David, filho de Abraham. Abraham gerou a Isaac. E Isaac gerou a Jacob. E Jacob gerou a Judah e a suas irmãos. E Judah gerou de Thamar a Pharis, e a Zarah. E Pharis gerou a Esron. E Esron gerou a Arah. E Arah gerou a Aminadab. E Aminadab gerou a Naasson. E Naasson gerou a Salmon. E Salmon gerou de Rahab a Boaz. E Boaz gerou de Ruth a Obed. E Obed gerou a Jessé. E Jessé gerou ao Rei David. E o Rei David gerou a Salomão daquelle que foi de Thamar. E Salomão gerou a Roboão. E Roboão gerou a Abias. E Abias gerou a Asa. E Asa gerou a Josafath. E Josafath gerou a Jerão. E Jerão gerou a Achaz. E Achaz gerou a Ezechias. E Ezechias gerou a Manassés. E Manassés gerou a Josias. E Josias gerou a Joachim. E Joachim gerou a Sedechias. E Sedechias gerou a Josias.

*Bíblia usada por Antônio Conselheiro numa cópia manuscrita do próprio punho (Col. do Autor).*

Apontamentos dos Preccitos  
da Divina Lei de Nosso Senhor  
Jesus Christo, para a salvação  
dos homens.

Felo Peregrino  
Antonio Vicente Mendes Maciel.  
No Fovoado do  
Bello Monte, Provincia da  
Bahia em 24 de Maio de  
1895.

*Comentários de Antônio Conselheiro sobre a Bíblia.*

Antônio Gonçalves de Albuquerque

Officiod. pelo brigadao d.

25 batalhão de infantaria

Eugenio Carolina de Sá

Corvalho achado em Curitiba

no lugar chamado Tanat.

aria Journal de Noticias

*Nota aposta no verso da folha de rosto da Bíblia de  
Antônio Conselheiro*

# O Folclore da Amazônia

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

Há um folclore amazônico? — A composição da Sociedade — A contribuição que cada grupo étnico trouxe — As línguas que se falavam e o conflito que ocorreu — O folclore indígena — O folclore nordestino — As investigações — Necessidade de um estudo pormenorizado.

**H**Á um folclore amazônico? As peculiaridades das manifestações espontâneas, naturais, da humanidade amazônica, no particular de sua força criadora espiritual serão tão vivas que as tornem, se não em conflito, pelos menos em diferenciação muito intensa com as manifestações das outras partes do Brasil? Os elementos culturais e os estoques étnicos que as explicam serão assim tão diversificados, distintos, dos que caracterizam as outras regiões culturais do Brasil?

Sabemos todos que o arquipélago brasileiro não é uma consequência única da diversificação fisiográfica do espaço, nem tampouco do gênero de vida material das populações que nele se realizam. Decorre, também, do processo histórico de formação e de estruturas culturais e étnicas que marcaram, distanciaram e fixaram peculiaridades que, nem por isso, são forças desassociativas ou destruidoras da unidade nacional.

As regiões culturais, sobre que Diegues Júnior nos deu o ensaio pioneiro e fundamental, explicando os vários Brasis que existem, e não são apenas o novo e o velho, da classificação de Jacques Lambert, mas

## ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

os Brasis de contrastes, da interpretação mais autêntica ou mais feliz de Roger Bastide, compõem um demonstrativo eloqüente das variantes que nos definem e nos caracterizam.

A Amazônia, cuja compreensão foi ponto de partida para a tese de Vianna Moog, quando nos falou acerca do continente e ilha em «Uma interpretação da literatura brasileira», constitui uma dessas regiões sobre o que já se escreveram toneladas de livros e artigos, da melhor e da pior manifestação de inteligência, mas sobre que os homens de ciência ainda não se declararam satisfeitos porque, na verdade, o que dela sabemos, com segurança, fora do sensacionalismo, do ufanismo ou mesmo do negativismo de alguns, não é ainda satisfatório.

As classificações que se vêm tentando dão, à Amazônia, uma situação especial. Ela difere em muito do restante regional do país. A natureza riscada pela floresta e pela rede hidrográfica, como a ação do homem no esforço por possuí-la, impondo-se ainda sobre ela, explica o extrativismo, que é a marca mais visível e mais definida de sua ação material. Difere ela, ainda, pela escassez de população, que Euclides indicava como apenas acampada. Certo?

Aceitemos, para a tentativa da exposição rápida do que possa ser o folclore amazônico, e como resposta prévia àquela indagação inicial, que a Amazônia seja ainda página agreste da aventura, um tanto indefinida, ou sem relevo, como resultante da presença humana. E sendo assim, ao estudá-la, para entendê-la, devemos partir, não mais inicialmente do exame da natureza, em seu estado de natureza mesmo, pouco ferida ou alterada pela presença humana, mas do que essa presença humana tem significado como esforço ponderável para modificar a paisagem, nela impondo nova disciplina que comprove êxito.

Ora, no exame da aventura humana em qualquer parte da terra, e como ela se expressa vale muito para conclusão menos hesitante ou menos incorreta. E na análise desse comportamento, as manifestações da inteligência criadora são fundamentais. No particular da Amazônia, até que ponto podemos falar em manifestação da inteligência criadora? Até que ponto ela é efetiva, existe, pode ser contribuição apreciável no panorama da inteligência brasileira?

Começemos por lembrar que essa primeira manifestação de inteligência começou com a participação do que o aborígene local produziu, Tupis-Guaranis, Tapuias, Gés, Nuaruakes, Betoias, Panos, compondo as grandes famílias indígenas da região, deram a contribuição inicial, no canto, nas danças, na arte oleira, na arte plumária, nas técnicas que empregavam para, com a utilização da matéria prima vegetal, abundante, da floresta que reconheceram e para os quais ela não era o mistério, que representou para os advenas, europeus ou mestiços, dominarem o espaço e sobre ele exerceram a sua vontade. Todo um aparato material, necessário à vida primária que viviam, existiu, por

## O FOLCLORE DA AMAZÔNIA

eles elaborado, como expressão do espírito de criatividade que os distinguia. O estudo pormenorizado do que representou essa produção e essa manifestação de inteligência criadora, está realizado em grandes minúcias por antropólogos, nacionais e estrangeiros. A bibliografia é imensa e esclarecedora. O que está faltando é o texto que atualize o inventário já realizado e proponha um quadro básico, global, do que teriam sido aquelas culturas materiais e espirituais, nos seus traços fundamentais. Porque, até o presente, o que há está disperso em mil ensaios como fruto de investigações nem sempre de acesso fácil. Só conheço, como tentativa para esse panorama total, o que devemos mais recentemente a Eduardo Galvão, do setor de antropologia do Museu Goeldi, o «Guia das Exposições de Antropologia», publicação do referido Museu, Belém, 1962, ou, em parte, no ensaio intitulado «Áreas Culturais indígenas do Brasil», ainda edição daquele centro de pesquisas.

O lendário da multidão indígena amazônica, se já vem sendo divulgado, nem por isso é suficiente para que seja possível o panorama global da riqueza que ele representa para o campo do folclore. Na contribuição de Barbosa Rodrigues encontramos as primeiras iniciativas em termos científicos. Barbosa, diretor do Museu Botânico do Amazonas, reuniu, além de vultoso material relativo à civilização material das populações aborígenes com que se defrontou, também, o que significou a civilização espiritual dos mesmos aborígenes locais. Em *Velozia*, a revista do Museu, divulgou farta documentação, e na «Poranduba Amazonense», divulgado nos *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio, 1890, trouxe a mais expressiva de suas achegas para o conhecimento das culturas indígenas amazônicas. Nesse mesmo campo é de registrar-se o trabalho admirável de Constant de Tastevin, missionário no Solimões, que recolheu imenso material indígena naquela região, inclusive o lendário específico das populações do Solimões e do Juruá.

A esses investigadores cumpre reunir Ermano Stradelli e Antônio Brandão do Amorim. Aquele, italiano, este, amazonense, de descendência indígena. Ambos coletaram vocabulários e lendários, este principalmente, como se pode verificar de seu excelente trabalho intitulado «Lendas em Nheengatu e em Português», divulgado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 154, Rio, 1928. Os dois, tendo como campo preferencial de pesquisa o alto Rio Negro, no Amazonas.

A multidão indígena, que possuía, em forma primária de vida, é certo, o mundo amazônico, à chegada do europeu, no caso o português, e os já mestiços porque esse mesmo português era responsável direto, nas suas ligações de sangue com as mulheres aborígenes, do Nordeste, reagiu vivamente ao estranho. Não a reação guerreira, que ocorreu, também, mas a reação cultural, manifestada na hostilidade à idéia de que abandonasse os falares próprios para substituí-los pela língua nova,

## ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

que o advena estava trazendo e querendo impor. É certo, também, que, no conflito cultural, essa humanidade aborígine transferiu, oas que chegavam pelo Atlântico, muito do que era representativo de sua condição cultural, inclusive transmitindo-lhe um sem número de expressões de seus falares, que foram sendo admitidos e incorporados ao idioma português, que se alterava, mestiçado, em consequência, na região. Quanto à outra contribuição foi ela de tal maneira impressionante, fundamental que, na realidade, apesar de todo o esforço que Portugal promoveu para, do mesmo modo por que impunha o exercício de sua soberania política, através de atos de poder, ter o domínio total, que englobaria os vários aspectos da vida a ser vivida sob sua coordenação, não lhe foi possível vencer as resistências de ordem cultural, oferecidas pela multidão indígena. E como resultado, o que marcou efetivamente a existência, na região, naqueles aspectos de ação humana-cultural, foi justamente o predomínio do indígena sobre os europeus. Alimentos, modos de conduta, estilos de trabalho, regras de convivência, tudo foi indiatíco. Em nenhum trecho do Brasil nascente, essa ponderância do que era indígena sobre o que era europeu revelou-se tão expressiva e contundente. Daí porque João Ribeiro, na análise da formação brasileira, lembrando o que aquela contribuição representava, defendia a tese de que a Amazônia era um mundo indiatíco como o Rio Grande era um mundo platino.

Nesse esforço por ocidentalizar a Amazônia, Portugal, compreendendo o insucesso de sua política se o idioma não fosse corrente, admitido, aceito por todos os que compunham a população regional, não se cansou em determinar o ensino da língua. Os Missionários foram advertidos. Uma das acusações que pesam sobre os Jesuítas foi justamente a de que não ensinavam ou não impunham o português aos silvícolas das aldeias que a Ordem mantinha. E na defesa, os Inacianos alegaram que o ensino era realizado, mas os resultados, nulos. Os indígenas não abandonavam os falares próprios, obrigando os Religiosos à aprendê-los para que fosse possível algum outro tipo de êxito na obra de catequese e de conversão.

As instruções, a respeito, sucederam-se. Em 17 de setembro de 1717, expedia-se, a primeira. A 2 de dezembro de 1727, a 12 de fevereiro de 1727, a 23 de julho de 1728, novas ordens foram baixadas. Tudo inútil. Já no Consulado de Pombal, por fim, fazia-se uma última tentativa. Ouçamos a palavra, indignada, de Mendonça Furtado, Capi-tão-General, irmão de Pombal: — «A V. Excia, hebem constante as repetidas Ordens que os Nossos Augustos Monarchas expedirão para que em beneficio commum deste Estado seextinguissem aperniciosa e abominável lingoa que aqui improprissimamente derão o nome de geral, cuja Diabólica invenção, produzio nestas partes areai separação das gentes emconsequencia daqual sepoz o mesmo Estado na confuzão edezordem que a V. Excia, tem sido bemevidente.

## O FOLCLORE DA AMAZÔNIA

«Sendo constante a S. Magestade os perigos aque se expunhão todas estas terras, com adesunião emque vivião todos os moradores delia, com apraxe estabelecida do uso da sobredita lingua, e querendo à imetação deseus Augustissimos predicessores evitar aquelles damnos; foy servido mandar expedir as Ordens que julgou mais próprias paraos acautellar mandandome que estabelecesse emtodas Povoações deste Estado aintrodução da Lingua Portugueza, para que todas parecessem vassallos domesmo Príncipe, ecomo tais uniremse nos interesses fazen-dos communs eseguindose todos os mais bens que deste importante estabelecimento se deverão seguir.

«Tendo eu trabalhado todo otempo domeu governo com aquella efficacia que coube nos limites damesma possibilidade para reduzir apraxe, aexecução daquellas Reais Ordens e aplicando todos os meynos que me ocorrerão para se chegar àquelle importantefim, sem embargo deque nas Povoações emque mandey abrir as Escolas tenho tirado-bastante fructo como a V. Exa. já representey, estava ovicio tam arreigado, que mefoy necessário dar novas providencias para atalhar ohabito que tinhão feito estes moradores do uzo da sobredita Lingoa, eprincipalmente as desta mesma Cidade, eseus subúrbios, como vou expor a V. Exa.

«Tinhãose estes miseraveis habituado afallarem a referida Lingoa com todos os índios que trazião dos Certões, sem de forma alguma lhes quererem ensinar a Portuguesa porque quem não devera darlhes estas Lições, lhe fazia passar como máxima inalterada, que os Índios emfalando Portuguez se fazião ladinos, eem consequência desobdientes.

«Para poderem servirse delles sem aquelle perigo que barbaramente imaginavão, os conservavão naquella brutalidade sem mais criação que aque poderão dar ahum irracional.

«Contra esta Diabólica máxima trabalhey quanto coube no possível pella extinguir principalmente nesta Capital, vim hapouco tempo a dezenganarme, que pouco ou nada tinha feito, fazendoseme assim demonstrativo pellos dous factos que vou aexpor a V. Exa.

«O primeiro foy virem à minha caza humas creanças filhas dehumas pessoas Principais desta terra, efallando eu com ellas, que entendendo pouco Portuguez, comprehendião esesplicavão bastante na lingua Ta-puya, ou chamada geral.

«O segundo foy over debaixo daminha janella dous Negros dos que proximamente seestão introduzindo da Costa da África, fallando desembaraçadamente a sobredita Lingoa enão comprehendendo nada da Portugueza.

«Comovi estas demonstrações assentey que hera necessário hum remedio prompto e forte, que fizesse comter eestas inconsideraveis gentes daquele precipício aque setinhão alojado eno qual estavão inteiramente immersos e nelle obstinados.

## ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

«O remédio que mepareceo mais prompto e proprio, foy o de empri-rneiro lugar interessar a Câmara neste negocio para que pella sua parte, eu dasse também em remediar aquelle damno a cujo fim lhe escrevi a Carta deque remeto a V. Exa., a Cópia debaixo do nº 1.

«Em segundo o demandar publicar o Bando deque remetto a V. Exa. a Cópia nº 2 não me lembrando para fazer comter a estas gentes, remédio mais forte, e para elles mais sencivel doque ocontendo no mesmo Bando, qual he o depella desobediência, lhe tirar os Índios que tivessem em caza e privallos absolutamente do Serviço dos do Certão sem que podessem entrar, na repartição que sefaz todos os annos aos moradores, meyo que meparece que surdirá deffeito que dezejamos, suportar a forma porque estes homens imaginão.

«A Câmara em consequência damesma Ordem chamou a Nobreza e parte do Povo etomarão seus assentos para seevitar o sobredito damno, estabelecendo penas aos Comprehendidos, lhe farão hum bom Fiscal para fazer observar o assento que se tomou na Câmara Comdemnando logo aos que o transgredissem, official que tenha por sem duvida ha deenchet asua obrigação porque deassim ofazer lheresulta lucro das comdemnações que houver.

«Emquanto aos Pretos, não mepareceo que estava nos termos deselhe dar tempo algum para perderam ohabito porque elles não vieram destes Certões, nem aqui nasceram, nem em terra na qual tivessem noticia desemilhante giraeso anzão porque seus Senhores, ou lhe d ssi-mulão, ou os encaminhão aella, por cuja razão mepareceo que se fazia indispensável que fosse contra elles oprocedimento mais prompto».

A presença indígena era, portanto, dominante. Ao findar o período colonial, confessando o insucesso da experiência, para amansar o meio selvagem da natureza e do homem, outro Capitão-General, o futuro Conde dos Arcos, em carta ao irmão, no Reino, confirmava o êxito daquela presença: a Amazônia parecia-lhe ainda o mundo áspero onde tudo falava da natureza indígena.

Não foi por acaso que a própria literatura amazônica começaria, na poesia e no romance, justamente pelo que a índiada representava como motivação. A *Muraida*, de Wilkens de Matos, e *Simá*, de Araújo Amazonas, aquele o poema, este o romance, ambos elaborados com o recheio indígena.

E depois? No século XIX, a fisionomia da região iria sofrer o impacto da presença dos nordestinos que emigravam sob a pressão das secas. Lá recomeçara a história da conquista da hinterlândia, representada por novos distritos naturais, que não eram aqueles revelados e utilizados no decorrer da experiência portuguesa, mas outros, novos, que seriam identificados e, através deles, ocupados, explorados, na aventura da borracha, dos seringuais, ampliada a base física do Brasil,

## O FOLCLORE DA AMAZÔNIA

criando-se nova fronteira, que possibilitaria ainda mais a realização material da potencialidade física do país, para a continentalidade que o distingue.

Maranhenses, a princípio, logo seguidos por cearenses, potiguares, paraibanos, em espetacular movimentação, reformularam a vida regional, com o novo estoque cultural que trouxeram. Já de si, representavam um elemento distinto na caracterização sociocultural do universo brasileiro. Compunham um mundo distinto, definido, que se viria chocar com aquele outro, o amazônico, o indiático amazônico.

Esses nordestinos, na façanha extraordinária de que têm o direito de orgulhar-se pelo que representou como obra humana e como resultante cultural e espiritual, marcaram a sua presença com a novidade de sua condição existencial. Venceram? Foram vencidos? Aceitaram a pressão do indigenismo local, de natureza diferente da sua? O que ocorreu foi, justamente, e é preciso estudar-se, em profundidade, o que ocorreu, foi uma aculturação intensa. De parte a parte, no conflito, verificaram-se as transferências naturais, sendo de notar que os nordestinos aceitaram mais do que proporcionaram.

José Carvalho, em *O Matuto Cearense e o Caboclo do Pará*, registrando as diferenças existentes entre os dois grupos socioculturais, indicou, sem ousadias, o que pode ser tomado como uma primeira consciência da matéria; até onde o nordestino contribuiu e até onde o caboclo se impôs na sua característica cultural.

Desde logo, lembre-se que, nas regiões mais novas, como é o caso do Acre, o ímpeto da presença nordestina é de tal natureza que, ali, o que é mais característico está no que representa a contribuição desse mesmo nordestino. Daí por que podemos concluir que, nas áreas de mais forte presença do indígena, o que é mais típico é o de raiz indígena, enquanto nas áreas mais novas, fruto da conquista nordestina, o que é típico é já o que o nordestino trouxe e representa.

E o estoque africano? Até bem pouco tempo, afirmávamos todos que a presença negro-africana na Amazônia era inexpressiva. Não se criara motivação econômica suficiente para exigir aquela mão-de-obra, tão necessária na área da mineração e na área da agricultura tropical. Na Amazônia, o extrativismo dominante e o tipo físico da região haviam dispensado a contribuição estranha. Depois dos estudos de Vicente Salles, no entanto, temos de reformular a conclusão. O estoque negro-africano não foi inexpressivo. Se não se mostrou ponderante, como naqueles outros distritos do Brasil, nem por isso deixou de exercer influência também, contribuindo para a caracterização cultural do extremo-norte. E sem que, de qualquer modo, se pudesse confrontar com a contribuição indígena local. Mesmo porque onde esse africano atuou, o indígena já era escasso.

## ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

Resta, para encerrar essa parte de nossa conversa, registrar que, no inventário preliminar da participação étnico-cultural dos vários grupos que dão ser à paisagem humano-cultural da Amazônia, o estrangeiro é contribuição mínima. Nem mesmo, ainda agora, o japonês pode ser considerado, nesse particular, como já sensível. Elementos europeus e não europeus que chegaram com o *rush* da borracha, nada importaram para qualquer mudança em termos de situação ou condição cultural. Os norte-americanos, que vieram depois da guerra de secessão, perderam sua personalidade cultural. Desapareceram sob a pressão da torça telúrica e de pressão da chamada «cultura cabocla». Não há memória de qualquer contribuição que tenham proporcionado. Estiolaram. Os outros, principalmente sírios e libaneses, pouco, muito pouco acrescentaram à paisagem. Em nenhuma modalidade de vida podemos descobrir influência do que lhes marcasse a personalidade cultural.

Nordestinos e indígenas, estes agora os caboclos amazônicos, resultantes da mestiçagem que se processava desde o século XVIII, compõem, assim, o fundamento sociocultural do que, até agora, significa a Amazônia. Estudá-la no particular do que possa ser o seu folclore, parece-nos, portanto, que deve partir do inventário de que os dois representam, do que lhes define o comportamento.

Podemos, em consequência, partir para a resposta àquela pergunta inicial. Há um folclore amazônico? Um folclore autônomo? O balanço do que ele seja, realmente, está por efetuar-se. As contribuições esparsas já são muitas. Muitas e valiosas. No Pará e no Amazonas, vamos exemplificar — no Pará, José Veríssimo, Arthur Vianna, Carlos Estêvão, José Coutinho de Oliveira, Armando Bordallo da Silva, Jorge Hurley, Ernesto Cruz, Gastão Vieira, Abguar Bastos, Osvaldo Orico; no Amazonas, Agnelo Bittencourt, Mário Ypiranga Monteiro, este, aliás, hoje, a maior autoridade no trato da matéria. Sua contribuição é essencial e já se avoluma em ensaios, artigos e livros, o mais importante dos quais é *Roteiro do Folclore Amazônico*, Manaus, 1964. Nunes Pereira, maranhense, com longa vivência na Amazônia, em alguns ensaios de alto merecimento, também se vem ocupando do folclore regional. São estes os nomes mais autorizados no estudo do que é característica do folclore amazônico. Mas, afinal, perguntar-se-á: que é representativo, particular, específico, desse folclore?

Resultante dos estoques indígenas locais e dos estoques nordestinos, o folclore amazônico, se não é um somatório dos dois, é expressivamente representado por ambos. Com a circunstância de que, apesar de força indigenista incontestante, há nele resíduos do que veio da península ibérica ou, mais acertadamente, de Portugal. A festa do Divino, as cavalhadas, para exemplificar, são permanências daquela contribuição. Ficaram no populário, na consciência coletiva, no espírito, mesmo inconsciente, da multidão amazônica, como restos daquela ação cultural por que os portugueses marcaram a própria passagem.

## O FOLCLORE DA AMAZÔNIA

No *Roteiro do Folclore Amazônico*, realmente a obra fundamental, de Mário Ypiranga Monteiro, primeiro volume, de uma série de três, encontramos o exame da influência do meio, a dinamização cultural e o fato folclórico amazônico, com a seqüência de particularidades que valem, como um caminho amplo e rico do que é esse capítulo do folclore brasileiro nas peculiaridades amazônicas.

Mas vamos concluir. Sem maiores reflexões e mesmo sem a indicação de fatos folclóricos, pois que seria alongar demais esta conversa, podemos dizer que há, realmente, um folclore amazônico, que parte daqueles conjuntos de valores étnicos e culturais a que nos referimos, obra da criatividade amazônica. Precisa, porém, ser inventariado, como, aliás, o das demais regiões culturais do Brasil, obra de equipe, que se fa- urgente constituir, visto que muito do que houve ontem, como manifestação folclórica, já não é mais visível. A marcha violenta da civilização tecnológica, está esmagando a força da criatividade espontânea do mundo e pondo em risco o que é representativo do folclore o mo expressão do poder da criação espontânea dos povos.

# Um Guia Ignorado de Peter Lund

DELSON RENAULT

**A**s cavernas escuras, encravadas nas estranhas da terra, teriam sido exploradas para a extração do salitre desde o século passado. Fora de dúvida é que, antes da presença do homem, essas cavernas foram habitadas ou transformadas em sepulturas do antigo mundo que se vai revelar e tornar conhecido. Os viajantes estrangeiros falam dessas grutas e das dificuldades em atingi-las. Elas encontram-se no Vale do Rio São Francisco e no Vale do Rio das Velhas. As ciladas e os perigos espreitam de todos os lados. O «homem da terra» não se anima às investidas pelo sertão bravio. O viajante conta com guias estrangeiros, que tateavam por certas regiões, apaixonados pelo estudo da botânica, da mineralogia ou levados pela aventura.

No ano de 1833, um jovem dinamarquês, louro, magro, desembarca no Rio de Janeiro com a determinação de estudar a fauna extinta das cavernas de que ouvira falar. Langsdorff, John Mawe, Eschwege referem-se à importância da fauna existente no planalto do Brasil central. Ele próprio — Peter Wilhelm Lund — estivera aqui oito anos antes e recolhera material interessante. Acompanhado do norueguês P. A. Brandt embrenha-se no planalto de Minas Gerais e atinge a localidade de Curvelo, no centro-oeste daquele Estado. Naquela localidade encontra, em 1834, o patricio Peter Claussen, que adquirira alguns conhecimentos de história natural, quando acompanhara Selow pela República Argentina e no Rio Grande do Sul.

O alemão Riedel é outro viajante, que acompanha o cientista nessa incursão estafante e arriscada, ajudando-o na classificação de espécies

## DELSO RENAULT

botânicas. «*Em toda esta parte da viagem, parece ter-se ocupado Lund especialmente da botânica.*» (1)

Já corre o mês de outubro. Quase um ano é decorrido. Antes de prosseguirmos na trilha do viajante lembremos que, naquela região, Lund vai dar com a Lapa Nova de Maquiné, que se tornaria famosa por sua beleza e afamada como encantamento turístico. A Lapa Nova de Maquiné, é objeto de uma memória, que Lund dirige à Academia de Ciências de Copenhague, em 1835, sob o título: «Cavernas existentes no calcáreo do interior do Brasil, encerrando algumas delas ossadas fósseis.»

As ossadas fósseis encontradas perto da cidade de Curvelo vinham confirmar as informações de outros viajantes. Lund conta com outros guias: Brandt, Claussen, Riedel.

«Enquanto Riedel, no começo de fevereiro de 1835, tomava de novo o caminho do Rio de Janeiro, Lund tomava, em direção oposta, o caminho de Sabará, à busca do arraial da Lagoa Santa, que nunca mais devia abandonar, e onde teria de passar mais da metade de sua vida.» (2) Numa viagem que dura dois meses e meio ele vai de Curvelo à bacia do Rio das Velhas. Nesse percurso, Lund visita dezenove cavernas, e destas apenas duas contêm ossadas fósseis.

«Quase todas as grutas contêm terra vermelha salitrada, trazida pelas águas que se infiltram pelas pequenas fendas do terreno, ou pelas que se precipitam pelas aberturas que, nas grutas, servem de portas» [...] (3). Do seu interior ressurgem um antigo mundo desaparecido. As reproduções existentes sobre o trabalho do tenaz pesquisador mostram Lund, à luz dos candeeiros, a cavar o fundo da caverna, ajudado por um sertanejo. Alimenta-se de leite e de ovos. Não recebe visitantes durante o trabalho. Os raros homens da vizinhança atribuem-lhe hábitos extravagantes. Quando chegam as chuvas, entrega-se à meticulosa tarefa de selecionar o material recolhido. Herluf Winge é um homem escolhido para revisar os trabalhos de Lund. Centenas de milhares de restos ósseos passam-lhe pelas mãos. A classificação é perfeita.

As monografias publicadas sobre o assunto — e aqui se incluem as memórias descritivas — «encerram muito mais do que a mera descrição das descobertas paleontológicas de Lund. Nelas se estuda também, a fundo, a fauna atual da região de Lagoa Santa, procurando-se estabelecer, outrossim, as relações de parentesco entre os diversos gêneros (fósseis e atuais) de cada grupo considerado». (4)

Predomina uma só fauna nas cavernas objeto de pesquisa? Um dos seus biógrafos vê despontar essa dúvida no espírito de Lund. Os trabalhos do Dr. Moreno, de Buenos Aires, acerca da fauna fóssil terciária e quaternária das margens do Rio Negro e dos desertos da Patagônia, trouxeram novos elementos à essa indagação.

## UM GUIA IGNORADO DE PETER LUND

Afirmam os estudiosos do assunto, que um exame das faunas encontradas no Antigo e Novo Continente levam à convicção de que a fauna que habitava os planaltos do Brasil tropical antes da última revolução do globo tinha os mesmos traços fundamentais que a de hoje.

«Considerava ele já demonstrado por suas descobertas que a zona tropical, durante o período que precedeu imediatamente a última revolução da superfície da terra, não era deserta nem mesmo pouco habitada como em geral se supunha: mostra, pelo contrário, tal riqueza e variedade de formas animais, que parecem ter excedido, em muito o número das que ali vivem hoje.» <sup>(5)</sup>

E o autor adianta: «As faunas daquela época, no Velho e Novo Continente, distinguiam-se por caracteres análogos aos que hoje servem para diferenciá-las, e são sobretudo tomadas aos marsupiais e desdentados.» Lund expressa de forma categórica sua idéia a respeito da catástrofe que determinou as transformações nas faunas: «As espécies que vivem atualmente são todas diferentes das espécies fósseis. A catástrofe que destruiu totalmente as numerosas criaturas foi acontecimento

universal, que abrangeu o globo. Toda a vida extinguiu-se na face da terra.» <sup>(6)</sup>

«Devemos a Lund, sem dúvida, mais de 90% dos conhecimentos que possuímos a respeito de nossa riquíssima fauna mastozoológica fóssil» <sup>(7)</sup> — afirma o autor aqui tantas vezes citado. «Dirigindo suas pesquisas para as cavernas da bacia do Rio das Velhas, Lund descobriu os primeiros fósseis de mamíferos da antiga fauna pleistocênica sulamericano [ . . . ] exumou uma quantidade tal de vertebrados fósseis, principalmente de mamíferos do pleistoceno, que a paleontologia ficou enriquecida de, pelo menos, umas cento e quinze espécies novas de animais desta classe, das 150 que encontrou e estudou.» <sup>(8)</sup>

«Os bons ares das montanhas consolidaram-lhe a saúde precária e as riquezas paleontológicas, do subsolo das cavernas calcáreas da região, deram-lhe a glória de fundador da paleontologia brasileira e de iniciador desses estudos na América do Sul, por uma forma verdadeiramente científica.» <sup>(9)</sup>

\* \* \*

Outro cientista, com atividades diversificadas de engenheiro de pontes e rios, botânico, etnógrafo, professor, já explorava essa região, estudando a linguagem do aborígine e registrando observações geográficas, etnográficas, botânicas, etnológicas, geodésicas e mineralógicas. Trata-se de Pedro Vitor Renault.

Em 26 de abril de 1835 o governo da Província incumbiu esse homem da árdua tarefa de «explorar os sertões do Mucuri, descendo por este rio até a sua foz, e daí margeando a costa do oceano até a embocadura do Jequitinhonha, e subindo por este até as nascentes em Minas Novas.» <sup>(10)</sup>

## DELSON RENAVLT

Vítor Renault percorre a região oeste desde a foz do Jequitinhonha, desce até os rios Mucuri e Doce, e caminha no sentido leste até o Rio das Velhas. Na região explorada por Vítor Renault, como curioso e estudioso das suas riquezas vegetais e minerais — numa incursão que leva dois anos — nessa mesma região se acham as cavernas exploradas por Lund.

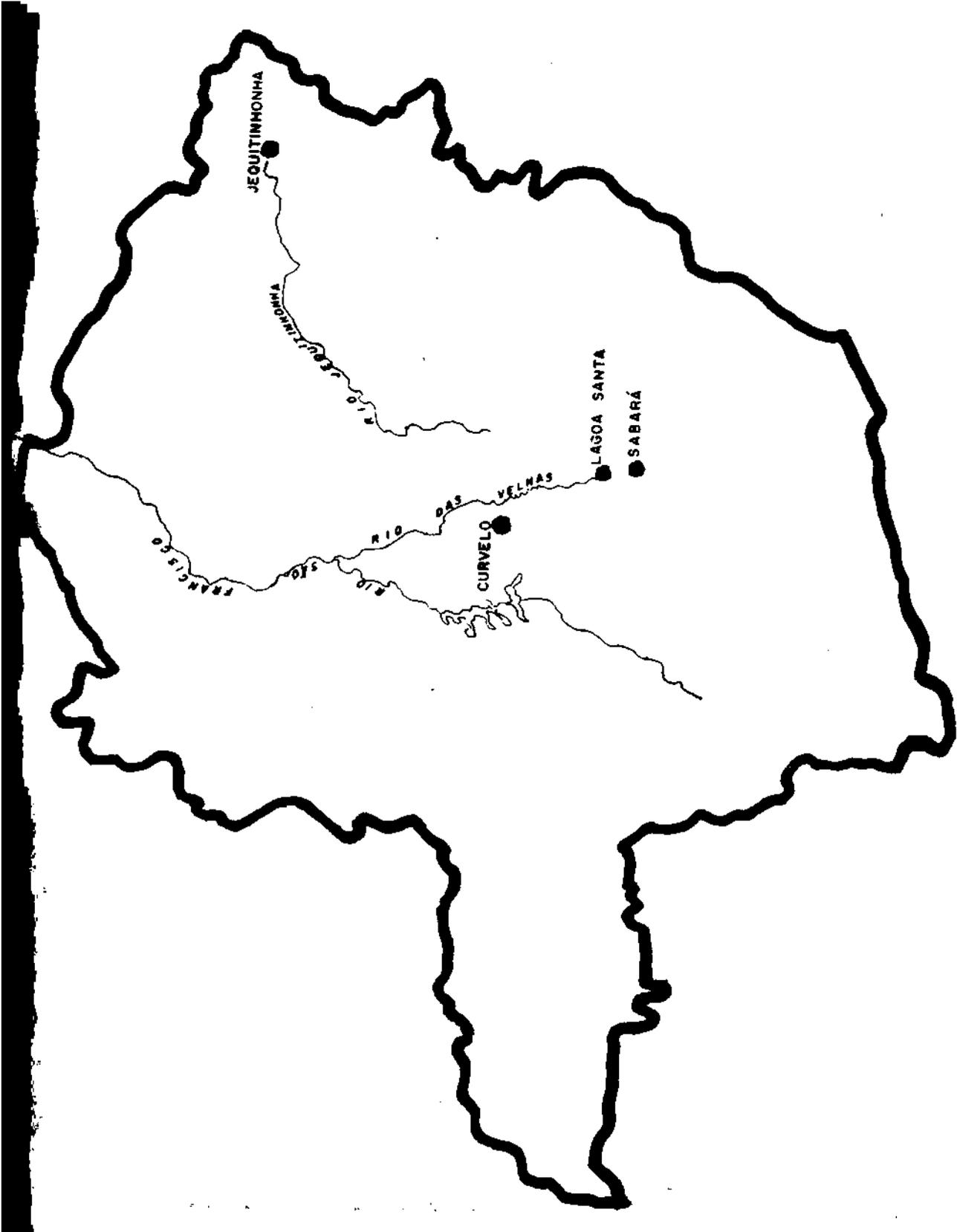
O «Relatório da exploração dos rios Mucuri e Todos os Santos, feito por ordem do governo de Minas Gerais, tendente a procurar um ponto para degredo», escrito quando já era Antônio da Costa Pinto presidente da Província e apresentado em 2 de abril de 1837, é um valioso acervo de informações geográficas, etnográficas, botânicas, etnológicas, geodésicas e mineralógicas, ainda hoje de grande interesse científico. Do seu valor incontestável para a administração e os estudiosos do tempo é uma prova a sua imediata publicação feita nas colunas do «Mercantil» por Teófilo Otoni, no Rio e em Ouro Preto no «Recreador Mineiro».<sup>(1)</sup>

Deixemos que o cientista conte sua arriscada incursão pelo inóspito, virgem e arriscado sertão mineiro: «A sua presença (gentio Giporoca) e as atrocidades horrorizam de tal maneira a alguns empreendedores que essas riquezas poderiam procurar, que nenhum deles se atreve a ir sacrificar a sua existência.» Cumprida a tarefa Vítor Renault retoma seus trabalhos de professor em Sabará e Morro Velho. O estudo da botânica aproxima os dois cientistas. Dotado de espírito curioso e ávido de saber, Vítor Renault já conhece a gruta — mais tarde denominada de Lapa Vermelha — e transmite ao dinamarquês as informações sobre a sua formação geológica e o material a ser pesquisado.

*Estava ele em Sabará — comenta o biógrafo citado — quando ali chegou Lund, que encetava as suas viagens de exploração paleontológicas. Ao jovem cientista dinamarquês Vítor Renault forneceu valiosas informações, como a indicação da Lapa Vermelha, onde Lund descobriu importantíssimos despojos fósseis, que tanta luz iria derramar sobre a história do homem americano.* <sup>(2)</sup>

Em carta datada dessa época, Ladislau Neto, naturalista que também deixou nome nas Minas Gerais, escreve a Vítor Renault, textualmente: «*Dei a Lund as informações que pedi-me lhe transmitisse sobre a gruta de Lagoa Santa.*» Lamentavelmente, não conseguimos obter o fac-símile da carta, hoje em poder de descendentes do cientista francês.

O curioso desbravador francês não transmite suas informações e seus conhecimentos da região apenas a Lund. Liais, Burton, Agassiz, Monlevade e outros viajantes dele se socorrem. A todos que o procuram Vítor Renault transmite preciosos ensinamentos sobre a flora, a fauna, o vocabulário indígena, o habitat, as riquezas, as trilhas e as ciladas escondidas nos ínvios caminhos do sertão mineiro.



## UM GUIA IGNORADO DE PETER LUND

Liais, que dele recebera meticulosa orientação sôbre os indígenas do Mucuri relata: «Un voyageur français, aujourd'hui habitant Barbacena, et qui a traversé avec une escorte, *il y a une trentaine d'années*, la région qu'ils occupent, M. le docteur Vitor Renault, a pu, par un séjour prolongé sur les rives de Mucury qu'il explorait, étudier à fond leur habitudes.»<sup>(13)</sup> Decorridos alguns anos, o engenheiro francês se casa com brasileira e passa a residir na cidade de Barbacena, na serra da Mantiqueira. É o caminho obrigatório das tropas que vão em demanda do sertão mineiro: em busca do ouro, da aventura.

«Uma feliz inspiração levou-me a procurar o Dr. Pedro Vitor Renault de Sierck, Vice-Cônsul da França» — conta Richard F. Burton. «Médico, homeopata, professor de matemática, geografia, história, em Barbacena. Passou ele 34 anos no Brasil, sabe de cor os atalhos de Minas Gerais, especialmente nas redondezas dos rios Para-catu e Doce, e já viveu entre os mais brabos selvagens estudando-lhes a língua» [ . . . ] «Que mais se pode exigir de um guia? Os viajantes de ida ou de volta de Minas Gerais gostavam de parar aqui» [ . . . ]<sup>(14)</sup>

O trabalho de exploração pelos sertões de Minas Gerais — há pouco referido — é descrito por Vitor Renault no meticuloso relatório e publicado na Corte do Rio de Janeiro, no «Mercantil», por Teófilo Otoni, em Ouro Preto, no «Recreador Mineiro». Este relatório é tido hoje como documento informativo da região.

A interessante figura da província de Minas Gerais, que aqui viveu 57 anos de sua existência, é estudada superficialmente por alguns biógrafos, que comentam os traços de sua personalidade. Além das anotações botânicas e etnológicas e um extenso vocabulário da língua dos botocudos, muitas publicadas no citado volume do Arquivo Público Mineiro, de 1903, dele restam um dicionário inédito e opúsculos sobre história e geografia. Burton, Liais, Agassiz, Ladislau Neto, Visconde de Taunay, Xavier da Veiga, Nelson de Sena — afora artigos e referências de autores anônimos — completam os depoimentos sobre a personalidade interessante do francês Pedro Vitor Renault.

«Poliglota, falando várias línguas e lecionando-as com proficiência, até mesmo o português, desde muito moço se dedicara ao magistério. Quando era funcionário da mina de Morro Velho, em 1855, ia desta localidade a Sabará dar aulas de matemática a uma pataca (\$320) por pessoa, e, na falta de colégios adequados na Província, educou pessoalmente todos os filhos, a quem ensinou ciências e línguas na primeira juventude.»

O autor de Figuras da Província nos transmite outros traços da personalidade de Vitor Renault: «O educador avisado e culto que existia em Vitor Renault, além do cientista proficiente e meticuloso, explica a sua obra de publicista que não foi pequena, de divulgador esclarecido e seguro, de investigador paciente e probo. O seu «Tesouro

## DELSON RENALT

das Famílias» é uma pequena enciclopédia de economia doméstica, meteorologia, agricultura, poesia, variedades, jogos de salão, etc, que naqueles tempos de pequeno recurso para recreação do espírito obteve um grande sucesso de livraria. [...]

«Como engenheiro de obras da Província, deixou inúmeros relatórios sobre pontes, estradas, edifícios que construiu, todos delatando um espírito ágil, penetrante e prático, despojado daquela rotina embaraçante da época.» [...]

«Publicou ainda o educador uma série de livros didáticos de reconhecido mérito, como sejam uma aritmética, um estudo sobre o sistema métrico logo que o Império o adotou, intitulado «Explicação do sistema métrico decimal», editado em Paris pela Tipografia «Pillet» — B. L. Garnier — 1865, e vários opúsculos sobre história e geografia, que também lecionava.» Assim conclui o biógrafo mineiro: «O seu exame de suficiência médica prestado no Rio em tão remoto milênio (1835) me faz crer que tenha sido Vitor Renault, senão no Brasil, pelo menos em Minas Gerais, um dos primeiros médicos homeopatas que tivemos. [•••] «Mas, Vitor Renault me parece anterior, e é um problema que eu gostaria de resolver, em benefício do médico francês.» <sup>(15)</sup>

É o ano de 1892. «Le Brésil», jornal que se edita em Paris noticia seu falecimento: «M. Renault est l'auteur de beaucoup d'oeuvres didactiques sur les mathématiques et sur la pédagogie. Dans ses nombreux voyages, il étudie la flore brésilienne, les coutumes et la language des divers peuplades sauvages, et il laisse un dictionnaire inédit. Son nom est cité comme autorité par divers auteurs célèbres qui ont écrit sur le Brésil.»

\* \* \*

Ajudado por alguns guias Peter Wilhelm Lund recolheu nas grutas do planalto brasileiro os fósseis que vieram abrir novos horizontes ao estudo da paleontologia no continente americano. Após o estudo paleontológico nas cavernas de Minas Gerais, ele traça o plano de sua obra: A história do reino animal do Brasil na época que precedeu à nossa. Do trabalho ressalta um aspecto interessante: as afinidades existentes entre as ricas faunas do Brasil e da Argentina. Na estrada que nos conduz à Lagoa Santa está seu túmulo: f 5.5.1880.

De que vale exumar — 138 anos depois — um trabalho que não é senão um ponto de partida no vasto mundo da paleontologia? Essa indagação aflora em nossa mente. Na verdade, a pesquisa científica não se constitui de um fato isolado. Cada um, cada grupo traz sua contribuição. O nome de Lund ficou como o «pai da paleontologia brasileira». A contribuição de seus guias não deve ser esquecida.

## UM GUIA IGNORADO DE PETER LUND

### BIBLIOGRAFIA

- 1 — *Memória! sôbre e paleontologia Brasileira*, Peter W. Lund — Revistas e comentadas por Carlos de Paula Couto. INL, Rio de Janeiro, 1950, p. 33.
- 2 — Idem p. 35.
- 3 — Idem p. 36.
- 4 — Idem p. 23.
- 5 — Idem, p. 44/45.
- 6 - Idem p. 44/45.
- 7 — Carlos de Paula Couto — *Paleontologia Brasileira*, MEC — INL, Rio de Janeiro, 1953, p. XIII.
- 8 - Idem p. XIV.
- 9 — Aníbal Matos, *Peter Wilhelm Luna no Brasil* Brasileira — Cia. Editora Nacional 1939, p. 13.
- 10 — «Notícia Histórica de Francisco Leopoldino de Araújo», in *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. VIII fascículo III e IV, 1903.
- 11 — João Dornas Filhe — *Figuras da Província*, p. 190 — Col. Vila Rica — Movimento Editorial Panorama.
- 12 — Idem, ibidem, p. 193.
- 13 — Idem ibidem p. 193.
- 14 — Richard F. Burton — *Viagens aos Planaltos do Brasil*, 1868, 1º tomo — Tradução de A. Jacobina Lacombe — Cia. Editora Nacional, 1941, pgs. 144/147.
- 15 — João Dornas Filhe — idem, ibidem, p. 185.

# Personalidade, Genética, Endocrinologia e Cultura

PESSOA DE MORAIS

**A**o nascer, os indivíduos apresentam, sabidamente, uma gama variadíssima de peculiaridades: uns são fortes e robustos, outros fracos e enfermiços; uns nascem saudáveis, outros apresentam deformações e defeitos orgânicos de natureza múltipla.

É interessante assinalar que alguns tipos humanos nascem com uma maior habilidade de sobreviver diante de condições desfavoráveis do que outros. É muito diversa, assim, do ponto de vista genético, a viabilidade dos indivíduos, porém as condições ambientais, sobretudo os cuidados médicos, a dieta, a higiene, o modo de vida em geral, podem fazer prolongar a vida. O elemento hereditário estabelece certas condições, porém a duração específica da vida está também na dependência direta de fatores socioculturais.

Acredita-se, pois, existir diferentes combinações de genes para cada pessoa, de que pode resultar tipos humanos favoráveis ou desfavoráveis em graus diversos. Parece até haver combinações de genes que dotam o indivíduo de caracteres tão satisfatórios, como assinala o geneticista Curt Stern, que podem imunizá-lo em relação à tuberculose e outras doenças infecciosas, ou mesmo torná-lo menos predisposto ao câncer do que a maioria das pessoas.

Também é provável existir genótipos especiais para a longevidade, não se sabendo se a vitalidade que disso resulta é de todos os tecidos

## PESSOA DE MORAIS

e órgãos ou se tal fator de longevidade atua primeiramente por meio de simples órgãos como o coração, por exemplo, ou **por** intermédio de algum hormônio produzido pelas glândulas. <sup>(1)</sup>

Há, pois, para cada pessoa, distintas combinações genéticas, acarretando cada uma dessas combinações conseqüências de natureza muito variada. Algumas delas são catalogadas no tipo chamado letal, que impede a sobrevivência do embrião ou da criança. Outras, pertencem ao grupo das subletais, que levam à morte durante a infância, antes da adolescência ou mesmo alguns anos depois, o que depende tanto das características da herança, como de condições ambientais. É interessante assinalar que, do mesmo modo como uma combinação de genes letais pode causar a morte do próprio embrião, fatores pré-natais e, conseqüentemente, não genéticos, podem provocar o mesmo resultado. Tanto os genes como os fatores do ambiente em seu mais lato sentido, incluindo os da vida intra-uterina, produzem efeitos idênticos. No caso citado da morte do embrião de acordo com a idade da mãe, anticorpos podem passar através da placenta e atingir o feto ainda no útero, acarretando-lhe a morte. Outras vezes, certas enfermidades da mãe, por ocasião da gravidez, podem provocar cegueira ou surdez, o que nada tem a ver com fatores genéticos. <sup>(2)</sup>

Os autores, em geral, assinalam que alguns fatores fisiológicos, provocadas pela idade da mãe, possuem uma acentuada importância nas condições em geral do embrião e da criança. Acredita-se mesmo, que o óvulo, possuindo ao contrário do espermatozóide, uma grande quantidade de citoplasma, amadurecendo no meio uterino da mãe, pode sofrer as mais diferentes influências, de acordo com as condições fisiológicas que essa apresentar. Tais condições, ligadas como se sabe à vida social ou sociocultural, alteram o conteúdo citoplasmático do referido óvulo.

Alguns estudos, sobretudo de Murphy, vieram mostrar mesmo um contínuo aumento de filhos portadores de defeitos, nascidos de mulheres entre 30 a 49 anos de idade. Verificou-se que entre mães do grupo mais velho, a freqüência de descendência desfavorável era mais de três vezes maior do que entre mães de 15 a 29 anos. Outros investigadores, pesquisando anormalidades específicas, chegaram à conclusão de que a idiotia mongólica, as doenças cardiovasculares congênitas e certas anormalidades do sistema nervoso, aumentam em freqüência, relativamente aos descendentes, com a idade da mãe. <sup>(3)</sup>

Constatou-se também, através do estudo de várias populações norte-americanas, que as possibilidades de aborto e morte do recém-nascido durante o primeiro mês guardam uma inquestionável relação com a idade materna. Foi verificado que a gravidez muito cedo ou muito tarde, isto é, quando a mãe é muito jovem ou muito velha, é desvantajosa para o filho, o mesmo acontecendo com a sua seqüência rápida. Parece, segundo os referidos estudos, que a idade melhor para

## PERSONALIDADE, GENÉTICA, ENDOCRINOLOGIA E CULTURA

o primeiro filho é entre 20 a 24 anos, e o mais aconselhável intervalo entre uma gravidez e outra é de dois anos. Isso mostra haver uma interferência desses fatores fisiológicos na questão da viabilidade. Sabe-se, como foi dito, que fatores genéticos — os chamados genes letais — podem provocar a morte do feto ou do recém-nascido. Ora, tal resultado pode ser produzido também por certas condições fisiológicas ligadas à idade da mãe, havendo ainda a interferência de outros elementos, inclusive o intervalo entre uma e outra gravidez.

Já outras anormalidades parecem guardar correlação com a idade mais jovem da genitora. Há mesmo um grupo de defeitos caracteristicamente freqüente entre os primogênitos. Acredita Haldane, que sendo o primeiro parto geralmente mais prolongado, é provável que produza no recém-nascido traumatismos, especialmente na cabeça, o que explicaria a maior freqüência de epilepsia entre os primogênitos. Todavia, esses traumatismos não esclareceriam a freqüência de outros defeitos, inclusive do sistema nervoso como a anencefalia, a pseudoencefalia e a esrenose congênita do piloro, todos de acentuada significação. Pouco se sabe do papel dos elementos genéticos na determinação dessas anormalidades que se ligam ao primeiro filho. <sup>(4)</sup>

Contudo, a despeito de se conhecer certos aspectos físico-químicos do meio intra-uterino, pouco se conhece acerca da variação de alguns desses aspectos, enquanto a respeito de outros a ignorância é completa. Tais variações, das quais algumas são de muita amplitude, vinculadas inclusive às condições psicológicas e socioculturais, acarretam inevitavelmente profundas modificações do embrião. <sup>(5)</sup>

É interessante assinalar que certas características hereditárias como a idiotia amaurótica, a reemite pigmentosa e a atrofia de Leber do nervo ótico, podem provocar determinadas conseqüências como a cegueira, porém uma infecção gonocócica produz no olho do recém-nascido idêntico resultado, o mesmo acontecendo com um fator danoso de natureza mecânica ou química. Do mesmo modo, grande parte das manifestações de surdo-mudez são geneticamente determinadas, porém certas doenças infecciosas como a otite média, ou a exposição da pessoa a ruídos muito fortes, podem também causar surdez. <sup>(6)</sup>

Identicamente, é provável que certas combinações de genes provoquem grande número de defeitos do embrião ou do recém-nascido, de que são exemplos tipos de formação óssea defeituosa. Em alguns casos, a fraqueza dos ossos é tão acentuada que provoca múltiplas fraturas antes mesmo do nascimento. Em outros, verifica-se uma degenerescência das células nervosas no sistema nervoso central, além da cegueira, como na idiotia amaurótica de que já falamos. Às vezes, se produzem várias anormalidades do esqueleto, ou mesmo dilatação congênita de várias vias, o que pode levar à ruptura das mesmas em tenra idade, acarretando a morte. <sup>(7)</sup>

## PESSOA DE MORAIS

Sabe-se, todavia, que um acidente de caráter meramente ambiental, pode produzir uma condição anormal no feto ou no recém-nascido. Aliás, pode-se verificar na vida pré-natal mutilações de natureza varia, tais como a amputação total ou parcial de um membro por um laço do cordão umbelical. Durante essa fase certas infecções, como a sífilis congênita, são caracteristicamente pré-natais. <sup>(8)</sup>

Sabido é que certos traumatismos na cabeça, devido ao parto, podem afetar o cérebro e o sistema nervoso em geral. Além disso, certas anormalidades cromossômicas, caracterizadas pela perda total de um ou mais cromossomos, podem provocar, segundo se acredita, alguns distúrbios como a anencefalia, por exemplo. <sup>(9)</sup>

Várias enfermidades parecem *se ligar* a certas predisposições genéticas. Isso significa que diferentes indivíduos possuem certas propensões mórbidas, cuja manifestação está a depender, de um lado, da intensidade do fator hereditário, e do outro, do modo como especificamente vive. Certas moléstias, como a catarata, vários distúrbios metabólicos, a hemofilia, o câncer, a tuberculose, várias doenças da pele, múltiplos defeitos oculares, inclusive cegueira, muitas doenças mentais, alguns tipos de displegia, de poliomielite etc, possuem, em grau variável, uma determinação genética. Essa determinação, parece predispor a pessoa para uma dessas enfermidades de acordo com o modo de vida e as condições ambientais.

Apesar de algumas conhecidas deficiências do método dos gêmeos idênticos, os estudos de Diehl e Verschuer sobre tuberculose levaram ao seguinte resultado: enquanto em relação aos gêmeos idênticos houve uma concordância de 65%, no que diz respeito aos não idênticos, somente 25% contraíram a enfermidade. Verificou-se mais, e com freqüência, que se um gêmeo tinha um determinado lóbulo do pulmão afetado, o outro também o tinha geralmente no mesmo lugar; se o órgão afetado era o rins, o outro gêmeo manifestava idêntico defeito.

No que diz respeito ao câncer, alguns estudos de gêmeos monozi-góticos constataram também uma concordância, não somente de um modo geral, como também relativamente ao aspecto específico da doença. Para gêmeos idênticos a percentagem de concordância verificada foi de 58%, e para não idênticos de 24% apenas. <sup>(10)</sup> Sobre defeitos oculares há até uma conhecida e importante monografia de P. J. Wardenburg — «Das menschliche Auge und seine Erbanlagen» — e a respeito de enfermidades herdadas da pele, há, entre outros, o trabalho de E. A. Cockayne — «Inherited Abnormalities of the Skin and its Appendages».

Convém ressaltar que as condições ambientais e da cultura exercem também, como é óbvio, sua influência. Principalmente, em casos mais benignos de transmissão genética desfavorável, podem preservar muito o indivíduo de visíveis manifestações mórbidas.

## PERSONALIDADE, GENÉTICA, ENDOCRINOLOGIA E CULTURA

Quanto à inteligência, fatores genéticos exercem também influência, seja através de caracteres mórbidos que produzem alterações no cérebro ou no sistema nervoso em geral, limitando-a e mesmo reduzindo-a, às vezes, a níveis baixíssimos, ou por meio de combinações favoráveis que podem produzir tipos altamente dotados, dentro de uma diferente hierarquia de capacidade mental inata. Afora esses fatores especificamente hereditários, outras influências da vida pré-natal e do traumatismo do parto, podem afetar a inteligência em grau variável, sobretudo quando atingem os mais altos centros cerebrais.

Além disso, depois que o indivíduo nasce, condições ambientais e culturais podem interferir em pessoas não defeituosas no sentido de produzir uma acentuada alteração das condições originais. Acreditamos que tais alterações do ambiente e da cultura, que se expressam através da experiência vital, podem provocar uma acentuada atuação sobre a inteligência, encaminhando-a através de diferentes caminhos, ou ini-bindo-a em relação a múltiplos setores da vida humana. Em outra parte discutiremos o assunto.

O papel desempenhado pelo genes — elementos transmissores do patrimônio genético — na formação da personalidade, não pôde ainda ser devidamente apreciado, dada a circunstância de que tais genes não podem ser isolados, e o indivíduo ao nascer já passou três quartos de um ano no meio intra-uterino. Tal meio exerceu naturalmente sobre ele sua influência alterando, dentro de certos limites, suas condições genéticas.

Todavia, apesar de certos exageros de psicólogos como Otto Rank e seus seguidores, o traumatismo do parto, e ainda o fato de o mesmo ter sido rápido ou demorado, espontâneo ou feito com instrumentos, pode se relacionar com traços futuros da personalidade, como hiperatividade e agressividade. Algumas das circunstâncias já aludidas, podem exercer efeitos, segundo parece, e chega-se mesmo a acreditar que alguns casos de asma se relacionam com a experiência psicológica de estrangulamento na ocasião em que se nasce. <sup>(11)</sup>

Além disso, a asfixia ao nascer pode provocar mudanças degenerativas nas células do cérebro, especialmente nos mais altos centros cerebrais. Os traumatismos e as asfixias podem causar danos ao referido órgão, porém as razões disso são múltiplas, tanto no parto espontâneo como no que é feito com instrumentos. Contudo, o parto instrumental parece não exercer influência sobre a mente da criança que sobrevive. Alguns estudos experimentais chegaram mesmo a evidenciar um alto índice de mortalidade nos partos realizados por meio de instrumentos, acreditando-se que tal mortalidade exerça uma ação seletiva. Assim, os distúrbios causados em tal espécie de parto, quando provocam efeitos nocivos sobre o cérebro, geralmente causam a morte impedindo, via de regra, posteriores efeitos negativos sobre a personalidade.

## PESSOA DE MORAIS

Exerce, pois, o parto, de qualquer forma, apreciável influência, e o trauma por ele causado pode, segundo acreditam alguns cientistas, afetar os fatores biológicos, alterando as bases genéticas e limitando, deste modo, o desenvolvimento de suas potencialidades. <sup>(12)</sup>

Torna-se extremamente difícil precisar a atuação dos elementos genéticos e seu papel, pois tal ação é susceptível de ser alterada na vida intra-uterina e por ocasião do parto. Além disso, conforme bem ponderam Ogburn e Nincoff, a herança do menino não é revelada completamente ao nascer, dependendo antes de um período de desenvolvimento de suas potencialidades biológicas, conhecido como maturação. Esta, se exerce num meio altamente variável, em muitos aspectos, como alimentação, temperatura e exercício, muito diversificado assim para as diversas pessoas. <sup>(13)</sup>

Aliás, o estudo comparativo de certas formas de comportamento sobretudo patológicas, em indivíduos relacionados por traços de consangüinidade, ou mesmo através da inspeção da conduta de gêmeos monozigóticos, revelaram a atuação dos caracteres genéticos sobre a personalidade. Convém ressaltar que esta última espécie de gêmeos — os monozigóticos — procedem do mesmo ovo, que se divide em dois por cissiparidade, possuindo, assim, tais gêmeos, os mesmos elementos genéticos. São, portanto, profundamente diferentes dos gêmeos dizigóticos, já que estes, do ponto de vista biológico, são como se fossem dois irmãos nascidos em épocas diferentes, por possuírem elementos hereditários inteiramente distintos.

Pois bem, além dos que já foram mencionados, alguns estudos experimentais revelaram que há certas predisposições genéticas para a esquizofrenia, acreditando-se numa capacidade herdada para se responder a certos estímulos com um tipo específico de reação esquizofrênica. Os estudos mostram haver entre gêmeos monozigóticos uma maior tendência para a dita enfermidade mental. Entre indivíduos ligados por vínculos de consangüinidade, notou-se um coeficiente menor, se bem que ainda elevado. Finalmente, em relação a pessoas não relacionadas por laços consangüíneos, o coeficiente de casos de esquizofrenia foi o mais baixo. <sup>(14)</sup>

Isso não significa, porém, que uma pessoa com tais elementos genéticos seja necessariamente um esquizofrênico. Trata-se apenas de uma predisposição orgânica, cuja concretização está a depender de determinadas condições ambientais e culturais. Algumas dessas condições podem fazer com que uma pessoa geneticamente predisposta responda a certos estímulos do ambiente com reações específicas do tipo esquizofrênico .

Do mesmo modo, certas enfermidades mentais como a coréia de Huntington, aliás pouco freqüente, parece estar ligada também a fatores

## PERSONALIDADE, GENÉTICA, ENDOCRINOLOGIA E CULTURA

genéticos, o mesmo acontecendo, dentro de certos limites, com as psicoses maniaco-depressivas, estas últimas mais comuns. Os dados de Jost e Sontag relativos a um estudo experimental de três anos num Instituto norteamericano de pesquisas e concernentes a gêmeos monozigóticos, a simples parentes e a pessoas não relacionadas por parentesco, permitiram interessantes conclusões. Constatou-se nesses estudos que a constituição, pelo menos no que se refere ao funcionamento do sistema nervoso autônomo, possui uma certa base hereditária. Foi verificado haver certas predisposições genéticas para alguns aspectos da personalidade, como alta pressão arterial persistente, algumas moléstias cardiovasculares, bem como para os chamados distúrbios psicossomáticos. Isso significa que umas pessoas estão mais propensas do que outras a apresentarem as referidas manifestações, o que indica positivamente a interferência de condições genéticas.

Durante a pesquisa mencionada foram cuidadosamente medidos o tempo de persistência vaso-motora, as características do pulso, da salivação, do período respiratório, do índice de resistência palmar etc, tendo sido observado haver entre gêmeos idênticos muito mais concordância do que entre parentes. Por sua vez, os não relacionados por parentesco exibiram diferenças ainda maiores a respeito dos traços aludidos.

Nessas pesquisas se teve inclusive a cuidado de tomar as medidas relativas às características fisiológicas assinaladas, em situação semelhantes, durante as mesmas horas, num mínimo de uma hora depois das refeições, com condições de humidade e de temperatura devidamente controladas e idênticas para todos. <sup>(15)</sup>

Tudo isso mostra existir uma diferente resistência orgânica entre as pessoas, ligada a fatores de natureza hereditária, porém não quer dizer que influências do ambiente e da cultura não possam levar pessoas livres de predisposição mórbida a desenvolver esses aspectos negativos. O que se dá é que essas pessoas, melhores dotadas geneticamente, necessitam de uma cota maior de condições desvantajosas para manifestar os mesmos síndromes apresentados por pessoas geneticamente predispostas. Isso quer dizer que se a influência negativa das condições do ambiente e da cultura for de certa intensidade, todo um dado grupo manifestará determinadas tendências mórbidas.

A pressão das condições sociais e do ambiente, em geral, pode assim fazer eclodir, em uns, seu potencial mórbido, enquanto, em outros, pode simplesmente quebrar seu nível de resistência orgânica, o que terá, na prática, para uma dada população ou grupo humano, as mesmas conseqüências, como acontece, como veremos para a sociedade atual, relativamente a várias enfermidades. Daí a razão pela qual uma sociedade inteira, ou determinados grupos dentro da mesma sociedade, podem apresentar distintas características mórbidas. Se levarmos em conta apenas o aspecto hereditário e, conseqüentemente as predisposições des-

## PESSOA DE MORAIS

favoráveis, não compreenderemos o fenômeno freqüente de tendências mórbidas generalizadas num dado grupo. O que se dá no caso, é, como vimos, uma pressão desfavorável e de certa intensidade das condições do ambiente e da cultura.

Um fato importante a considerar é que, a despeito das profundas modificações ambientais que houve desde os estágios iniciais da vida humana até hoje, cuidadosos estudos feitos em esqueletos remanescentes do homem primitivo mostraram que muitas dessas doenças conhecidas atualmente existiram em tal época. Algumas lesões encontradas no esqueleto sugeriram a existência de tuberculose, já naquele tempo bem recuado. Esses estudos revelaram também a existência, naquela época, de algumas moléstias do cérebro, e provavelmente até de insanidade. Esta última suposição foi inferida de alguns evidentes sinais de operação na cabeça, encontrados nesses esqueletos, que também podem se ligar a razões mágico-religiosas. <sup>(16)</sup>

Sabe-se que os japoneses, quando integrados às condições de vida do Havaí, apresentam muito mais tendências para as desordens maniaco-depressivas do que os japoneses que vivem em seu próprio país. Do mesmo modo, as psicoses maniaco-depressivas são distúrbios característicos das classes mais altas dos Estados Unidos, enquanto a esquizofrenia tem incidido com mais freqüência nas classes socialmente inferiores do mesmo país. Outro fato interessante é que a distribuição da loucura nas várias sociedades não é uniforme, uma vez que, em umas, o homem apresenta maior tendência a enlouquecer enquanto, em outras, o fenômeno se verifica em relação às mulheres. <sup>(17)</sup>

Tudo o que foi dito mostra haver uma marcante atuação dos elementos genéticos no homem. Estes, por sua vez, sofrem alteração de condições culturais e ambientais específicas. Assim, por efeito de condições genéticas e do ambiente, a pessoa adquire uma dada constituição, com caracteres peculiares, exibindo um certo tipo antropológico, como alto e magro (longilínio), ou baixo e gordo (brevilínio), o que influi na própria localização dos órgãos do corpo e nos processos fisiológicos.

Também as glândulas de secreção interna, como a pituitária ou hipófise, a tiróide, a paratiróide, as suprarrenais, o pâncreas etc., ou mesmo as glândulas sexuais como o ovário na mulher e os testículos no homem, todas jogam na corrente sanguínea produtos de natureza química que atuam através do sistema nervoso e exercem influência concreta sobre a conduta. Conhecido é o comportamento do hipertiroideu, com as suas atitudes passionais, suas emoções à flor da pele, dado com freqüência a exacerbação de sentimentos. Tal tipo de comportamento, pelo menos do ponto de vista teórico, difere muito do tipo oposto — o hipotiroideu — quase sempre moderado, calmo e pronto para encarar as situações da vida de modo sereno e comedido.

Convém salientar que tanto a superatividade da tiróide, como a deficiência de funcionamento da paratiróide, produzem conseqüências

## PERSONALIDADE. GENÉTICA. ENDOCRINOLOGIA E CULTURA

sobre as características emocionais da pessoa, especialmente sobre sua tendência à apreensão. Já a pituitária exerce, entre outras influências, uma marcante atuação sobre o crescimento em geral e também sobre a maturação sexual, esta por ação direta ou através das gônadas, por ela estimulada.

Um fato importante, que não deve passar, pois, despercebido na inspeção da influência glandular sobre a conduta, é a circunstância da interferência recíproca de uma glândula sobre outra, havendo assim uma acentuada inter-dependência no sistema glandular. Uma dada glândula pode ativar outra ou outras e reduzir a atividade de uma terceira ou quarta.

Esses elementos químicos que são os hormônios exercem, pois, a sua influência sobre a conduta concreta das pessoas. A sua maior ou menor secreção acarreta importantes alterações do comportamento. Vários desses hormônios, como vimos, atuam como mecanismo de defesa do organismo em certas situações de emergência, e às vezes se apresentam em condições desfavoráveis, por fatores genéticos. Tudo isso pode, junto com certas influências ambientais, explicar importantes aspectos da personalidade.

Algumas glândulas não apresentam atividade uniforme durante o curso da vida. O timo, por exemplo, cuja atividade é intensa na infância, diminui tão consideravelmente de importância que, na idade adulta, geralmente apenas vestígios do mesmo são encontrados. Já as glândulas sexuais, somente na juventude e na idade adulta entram em atividade, porém, no decorrer da velhice experimentam uma regressão.

Convém salientar que alguns estudos científicos, como os de David M. Levy, evidenciaram, na mulher, a existência de uma correlação entre a quantidade de fluxo menstrual e sua tendência para as manifestações ou não do chamado caráter maternal. Observou o aludido cientista que as mulheres que tiveram, na infância e na adolescência, maiores fantasias a respeito de filhos; que brincaram mais tempo com bonecas; que mostraram maior afabilidade com crianças, procurando tê-las nos braços e que comumente se portaram com ternura e meiguice na presença de meninos, foram justamente as que apresentaram uma maior duração do período menstrual. De modo contrário, mulheres de período menstrual pequeno, revelaram pouca propensão para essas expansões maternas.

Ficou constatado, no aludido estudo de Levy, relativo aliás a setenta e duas mulheres, que as que apresentaram um período de quatro dias ou menos de fluxo menstrual, foram precisamente as que mostraram menos tendência para a maternidade. Ao contrário, as que exibiram períodos de seis dias ou mais, coincidiram com o tipo altamente maternal. <sup>(18)</sup>

Sabendo-se que as glândulas endócrinas interferem sobre a menstruação, o estudo assinalado indica, sem dúvida, certo condicionamento

## PESSOA DE MORAIS

biológico da conduta maternal. Todavia, as próprias correlações entre fluxo menstrual e tendências maternas, não são rígidas no mencionado estudo de Levy. Outros múltiplos fatores ambientais e culturais podem na verdade atuar sobre essas bases biológicas, ajustando-as a certas diretrizes da cultura, ou em linguagem mais precisa, ao tipo especial de condicionamento da mulher aos vários grupos sociais de que participa no decorrer de sua vida. Tais grupos estimulam ou desencorajam certas normas culturais em consonância com a tendência maternal ou não, o que influi, de modo indiscutível, sobre suas propensões biológicas potenciais.

É preciso esclarecer que todas as glândulas atuam na realidade sob a influência de certos estímulos. Assim, o iodo — estímulo de natureza química — exerce efeito sobre a tireóide, ativando seu processo hormonal, e acelerando o crescimento em pessoas a este respeito retardadas.

Assim, a própria secreção dos hormônios está a depender de estímulos externos, ou mais precisamente, do modo como as pessoas concretamente vivem. Deste modo, um hipertiroideu que viva numa sociedade cuja cultura preservava uma inibição dos impulsos e desenvolva essas tendências através da educação nos vários grupos, apresentará um relativo controle de suas emoções e sentimentos, assemelhando-se pelo menos aparentemente a um hipotiroideu. Da mesma maneira, uma pessoa desta última espécie, criada em situações sociais de exacerbação, digamos numa família cujos pais sejam dados a impulsos emocionais e que desenvolva sua vida em grupos sociais cuja cultura estimule manifestações exteriores de sentimento, exibirá traços de conduta muito diversos do que seria razoável esperar, conhecendo-se apenas o aspecto endocrinológico. A Antropologia Cultural mostra a existência de numerosos povos cuja linha central de conduta é a moderação e o comedimento, enquanto noutros a agressividade e o sentimento parecem aflorar à tona a qualquer momento.

Convém assinalar que o hipertiroidismo, resultante de uma maior secreção glandular da tireóide, através da ativação do seu hormônio peculiar — a tiroxina — e que produz importantes características psíquicas, inclusive a apreensão, pode ser influenciado por determinadas condições ligadas ao sistema nervoso. Este possui, na verdade, uma importante interferência sobre as glândulas endócrinas em geral. Desta forma, do mesmo modo que o hipertiroidismo produz apreensão, como aspecto psicológico ligado a um dado estado mental, a própria apreensão como estado psíquico, pode gerar o hipertiroidismo.

Aliás, o sistema bioquímico, único para cada espécie como para cada indivíduo, constitui mesmo um dos traços básicos sob que repousa as diferenças individuais, acreditando-se até que, em múltiplos casos, a influência genética por ele se processe. Assim, pensou-se a princípio que certas formas de demência ou idiotia eram provocadas diretamente por determinados fatores genéticos. Todavia, pensa-se já como o faz

## PERSONALIDADE, GENÉTICA, ENDOCRINOLOGIA E CULTURA

Murphy com boas razões, que os elementos hereditários ou mais precisamente os genes, atuam primeiramente sobre o sistema bioquímico, que por sua vez interfere, produzindo algumas dessas enfermidades mentais. Numa delas, verificou-se em todos os casos, de modo invariável, a presença de quantidade considerável de ácido fenil-pirúvico na urina. Por isso mesmo, é conhecida essa enfermidade como demência fenil-pirúvica. Pois bem, o que parece se verificar no caso é uma influência genética que traz como consequência uma alteração bioquímica, a qual por seu turno afeta o sistema nervoso, principalmente pela alta toxidez do referido ácido, que exerce atuação deletéria sobre as células nervosas.

Acredita Haldane que a anormalidade metabólica acima considerada provém da circunstância de que o metabolismo do ácido fenil-pirúvico prevê a energia necessária a alguma atividade essencial do sistema nervoso.

Tudo isso mostra que as características bioquímicas, peculiares para cada pessoa, e variáveis como vimos no decorrer da vida, exercem uma atuação fundamental, sem que isso signifique que sejam necessariamente o elemento propulsor, já que o sistema nervoso possui sobre as mesmas um amplo controle, na maioria dos casos. Por sua vez, essas características bioquímicas, alteradas por experiências psíquicas, sob a influência de condições sociais e culturais, atuam no sistema nervoso — também único para cada pessoa — produzindo pela secreção hormonal uma dada configuração psíquica.

O que foi dito dá uma idéia de como as condições sociais e culturais, e o próprio elemento genético ou biológico, se relacionam no condicionamento da personalidade humana.

---

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) Curt Stern, *Principies of Human Genetics*, São Francisco, 1956, págs. 105, 106.
- (2) H. Kalmus, *Variation and Heredity*, Londres, 1958, págs. 55, 59.
- (3) Curt Stern, op. cit. págs. 303, 310.
- (4) J.B.S. Haldane, *Nuevos Rumbos en Genética*, Buenos Aires, 1949, pág. 101.
- (5) H. Kalmus, op. cit. pág. 57.
- (6) H. Kalmus, op. cit., pág. 46.
- (7) Curt Stern, op. cit., págs. 108, 110.
- (8) J.B.S. Haldane, op. cit., pág. 98.
- (9) H. Kalmus, op. cit., pág. 51.
- (10) Curt Stern, op. cit., págs. 480, 483.
- (11) Clyde Kluckhohn, Henry A. Murray e David M. Schneider, *Personality in Nature, Society and Culture*, Nova Iorque, 1956, pág. 403, reproduzindo artigo de Ira S. Wile e Rose Davis.

## PESSOA DE MORAIS

- (12) Ira S. Wile e Rose Davis, «The Relation of Birth to Behavior», in: *American Journal of Orthopsychiatry*, Vol. II, 1941, págs. 320, 34, reproduzido por Cleyde Kluckhohn, Henry A. Murray e David M. Schneider em *Personality in Nature, Society and Culture*, op. cit., págs. 403 a 420.
- (13) Ogburn e Nimkoff, *Sociologia*, Madrid, 1952, pág. 262.
- (14) Hudson Jost e Lester Warren Soutag, «The Genetic Factor in Autonomie Nervous-System Function», in: *Psychosomatic Medicine*, Vol. 6, 1944, páginas 308, 10, reproduzido por Clyde Kluckhohn, Henry A. Murray e David M. Schneider em *Personality in Nature, Society and Culture*, op. cit. páginas 73 a 79.
- (15) Harry Elmer Barnes, *Society in Transition*, Nova Iorque, 1952, pág. 221.
- (16) Clyde Kluckhohn, *Antropologia*, México, 1957, pág. 216.
- (17) David M. Ley, «Psychosomatic Studies of Some Aspects of Maternal Behavior», in: *Psychosomatic Medicine*, Vol. 4, págs. 223, 7, reproduzido por Cleyde Kluckhohn, Henry A. Murray e David M. Schneider em *Personality in Nature, Society and Culture*, op. cit., págs. 104 e 110.

# O Imperialismo Ecológico

BASTOS D'AVILA

**N**A história da humanidade, os povos menos favorecidos conheceram várias formas de imperialismo: o imperialismo militar e político dos períodos coloniais, substituído recentemente pelas formas menos acintosas porém mais eficazes do imperialismo econômico e cultura] dos períodos semi-coloniais.

Todos os imperialismos se caracterizavam por dois aspectos essenciais. Os centros de decisões são subtraídos às áreas colonizadas e assumidas pelas metrópoles. As metrópoles mantêm nas áreas colonizadas os seus procônsules, agentes da implementação de suas decisões. A figura dos procônsules passou por vários avatares desde Pôncio Pilatos até aos Presidentes das filiais de empresas multinacionais, ou aos «assessores» soviéticos dos países árabes.

O objeto desta comunicação, entretanto, é focalizar a emergência de uma nova forma de imperialismo, que chamamos de imperialismo ecológico.

## A QUESTÃO DOS LIMITES

Se compararmos a história humana a uma caravana em marcha para um objetivo, real ou ilusório, chamado progresso no século XIX, e hoje chamado desenvolvimento, tudo se passa como se as nações avançadas, os chefes de fila da caravana, começassem a descortinar os limites e a

## BASTOS D'AVILA

transmitir à retaguarda sinais para reduzir a marcha. A euforia do crescimento exponencial camuflou o perigo do colapso: pela frente a exaustão dos recursos não renováveis e por traz o *simoun* da poluição. Repentinamente a humanidade parece tomar consciência de que não existe mais nenhuma possibilidade de garantir a todos os homens nem sequer os níveis de consumo dos pobres dos países ricos. A humanidade parece tomada subitamente do susto de se descobrir confinada num planeta solitário.

Reporto-me aqui a dois estudos recentes que representaram os brados de alerta sobre a questão dos limites do crescimento. O primeiro de Jay W. Forrester: *World Dynamics*, e o segundo da equipe chefiada pelo Prof. Dennis Meadow, do MIT: *The Limits to growth*.

Os autores referidos, por solicitação e ajuda financeira do Clube de Roma, estudaram cinco variáveis fundamentais: o crescimento da população, os investimentos de capitais, a produção de alimentos, a exploração de recursos não renováveis e o aumento da taxa de poluição.

Recolheram os dados disponíveis sobre estas variáveis em escala mundial, com o objetivo de construir «a world model», um modelo global, que, numa primeira aproximação, permitisse descobrir o comportamento das cinco variáveis, na sua interatuação, levando em conta os seus atuais índices de crescimento. O modelo cibernético deveria ainda detectar os mecanismos de *feed back*, retroalimentadores, capazes eventualmente de bloquear o seu funcionamento.

Os dados acumulados para preparar o modelo revelaram que as 5 variáveis vêm crescendo a uma taxa exponencial.

No tocante à primeira variável, nota-se que a população mundial em meados do século XVII era de aproximadamente 0,5 bilhões e crescia a uma taxa que devia situar-se em torno dos 0,3%. Ela precisava de 250 anos para duplicar seus efetivos. Em 1970, a população mundial era de 3,6 bilhões com uma taxa anual de crescimento de 2,1%, que lhe permite duplicar seu efetivo em 33 anos. Pelo ano 2000 teremos assim atingido o total de 7 bilhões de habitantes no planeta.

O estudo da segunda variável levou a equipe à conclusão de que o crescimento da produção industrial foi mais rápido que o da população, mantendo-se em termos absolutos ao nível de 7%, e em termos relativos à população ao nível de 5% de crescimento per *capita*.

A comparação do crescimento das duas primeiras variáveis parece abrir uma perspectiva promissora. A questão que se formula é a de saber por quanto tempo ainda será possível mantê-la. A resposta depende da análise do comportamento das outras variáveis. É mister ter presente entretanto que os dados referentes às mesmas são menos seguros e mais fragmentários. Eles permitirão mais surpreender uma tendência global do que propriamente uma extrapolação estatística.

## O IMPERIALISMO ECOLÓGICO

Se a população do planeta duplicará até o fim do século, é óbvio que a produção de alimentos deverá também duplicar, simplesmente para manter os atuais níveis de alimentação, os quais, sabemos, na realidade para quase 2/3 da humanidade significam de fato níveis de subalimentação ou, mais exatamente, de fome.

Os dados publicados pela FAO revelam que, conquanto a produção agrícola mundial seja crescente, a produção de alimentos per *capita* disponível nas nações não industrializadas vem se mantendo constante em seus níveis já insatisfatórios. Tais dados prenunciam a proximidade do limite das possibilidades de produção de alimentos na terra?

Para significar a análise, supõe-se de início que o recurso primário para a produção de alimentos é a existência de terras aráveis. Dos estudos de que dispõe a FAO resulta que as disponibilidades do planeta em terras aráveis atingem a um total de 3,2 bilhões de hectares, dos quais a metade, mais rica e mais acessível, já está atualmente em cultivo.

A duplicação da produção de alimentos exigida pela duplicação do crescimento da população implicaria seja na incorporação da segunda metade das terras aráveis ainda não utilizada, seja na duplicação da produtividade das terras atualmente já cultivadas.

Pesquisas da FAO sobre a utilização de novas terras mostraram que os custos variam de US\$ 215 a US\$ 5.275 por hectare, o que levou a Organização para a agricultura e alimentação a concluir que a primeira hipótese não é, no momento, economicamente viável.

Não se deve esquecer entretanto que o crescimento da população reduzirá por si mesmo as disponibilidades de terras aráveis, na medida em que ocupará parte delas para a construção de habitações, de cidades, de estradas, de fábricas etc.

A segunda hipótese supõe que se canalize para a agricultura recursos de capital destinados à produção de implementos agrícolas, de fertilizantes e de pesticidas, sistemas de irrigação, que permitam a duplicação da produtividade das terras atualmente em uso.

A esta altura, já é possível surpreender o funcionamento de um processo retroalimentador capaz de comprometer o desempenho do modelo: a derivação para a agricultura de recursos de capitais não se fará sem uma redução dos investimentos na produção industrial.

O que é sinistro no crescimento exponencial é a rapidez com que ele pode conduzir de um estado de relativa abundância a um estado de penúria.

Qualquer das hipóteses cria apreensões quanto às possibilidades de atingir um ritmo desejável na produção de alimentos, a aproximação de um ponto crítico, em que a demanda supere de muito as possibilidades da oferta, se faz anunciar por fenômenos de ordem econômica e social, especialmente pela alta de preços de produtos agrícolas, que condena

## BASTOS D'AVILA

muitos a uma situação de subnutrição e de fome, e a muitos outros a uma alteração incessante na qualidade das dietas.

Surpreendentemente, os autores das análises que comentamos não incluem em suas alternativas as crescentes possibilidades alimentares oferecidas pela exploração mais racional dos recursos do mar. No entanto, talvez seja o mar a única saída capaz de rechaçar quem sabe por quantas décadas o eventual colapso do sistema.

Por outro lado, contudo, tal colapso pode ser precipitado pelo comportamento da quarta variável, a exploração dos recursos não renováveis.

A manutenção do ritmo tanto da produção industrial, mesmo suposta a melhor utilização de dejetos e a fabricação de bens de maior duração, quanto da produção agrícola, faz apelo crescente a recursos não renováveis, como, por exemplo, os recursos minerais e de combustíveis. A terra possui enormes jazidas destas matérias primas, as quais porém, por maiores que sejam, não são ilimitadas. De muitas se conhece hoje exatamente as reservas disponíveis, quanto às outras se sabe com bastante segurança que agradáveis surpresas de eventuais descobertas não podem mais por muito tempo alterar o panorama.

Computando os dados disponíveis a respeito das primeiras e admitindo hipóteses mesmo lisonjeiras, dentro de um certo realismo, relativamente às outras, a equipe do MIT, encarregada da pesquisa pelo Clube de Roma, julgou-se autorizada a formular a seguinte conclusão: dadas as taxas atuais de consumo e seu crescimento exponencial, a grande maioria dos mais importantes recursos não renováveis tornar-se-á extremamente cara dentro dos próximos 100 anos. Crêem os autores que a afirmação permanente válida, mesmo admitidas as hipóteses mais otimistas relativas à descoberta de novas reservas, de novos processos tecnológicos de substituição e de reciclagem.

Na reunião do Clube de Roma realizada no Rio de Janeiro em 1971 a apresentação desta perspectiva pelo próprio Prof. Dennis Meadow suscitou um intenso debate com alguns professores latino-americanos presentes. A tese destes últimos poder-se-ia formular nos seguintes termos: a hipótese de Meadow seria válida dentro do que se poderia chamar a concepção convencional da produção industrial; não é válida dentro das perspectivas abertas pelas recentes descobertas científicas. A produção convencional se reduz, em última análise, à transformação de determinadas matérias primas em bens de utilidade econômica homogêneos, isto é, da mesma matéria, mediante a aplicação de uma das formas convencionais de energia. Acontece porém que a humanidade já dispõe de conhecimentos científicos que lhe oferecem um potencial energético capaz, não apenas de transformar matérias primas em objetos de consumo, como ainda de alterar a própria estrutura da matéria. A aplicação industrial da energia nuclear entrega ao homem a pedra filosofa], que lhe permitirá transformar tudo em tudo.

## O IMPERIALISMO ECOLÓGICO

As utopias de hoje são muitas vezes as trivialidades de amanhã, mas resta a saber se o preço desta utopia é economicamente suportável, isto é, se não exigirá aplicações de capitais que venham a reduzir os capitais necessários, por exemplo, ao incremento da produção agrícola; resta saber se a utilização intensiva da energia nuclear não precipitará uma nova forma de poluição, a poluição radioativa; enfim resta a saber se haverá um amanhã.

Os estudos relativos à quinta variável, a poluição, são relativamente recentes e mais recentes ainda e incompletos os esforços para medir os seus efeitos.

Os metais e combustíveis utilizados pelo homem, em certo sentido, jamais se perdem. Os átomos que os constituem são reestruturados e eventualmente dispersos pela atmosfera, pelos solos e pelas águas do planeta. O sistema ecológico natural absorve parte dos elementos defluentes da atividade humana e os reelabora em novas formas de vida. Também nascem flores nos cemitérios de automóveis. Entretanto, quando o volume de detritos atinge certas escalas, os mecanismos de absorção começam a revelar sintomas de saturação.

No Brasil, com seus imensos espaços verdes ainda próximos dos centros urbanos, é difícil discernir os contornos do fantasma da poluição. Ninguém pode escrever uma tese sincera sobre a poluição nas matas da Tijuca. Entretanto mesmo aqui já recebemos os primeiros sinais de alarme. Sem aludir às mortandades melancolicamente periódicas dos peixes da lagoa, ouvimos que a vida marinha na Baía de Guanabara já se reduziu de modo impressionante.

As conclusões a que se chegou no assunto podem ser expressas nos seguintes itens:

- as poucas formas de poluição que até agora puderam ser realmente medidas, parecem crescer num ritmo exponencial;
- não temos nenhum conhecimento seguro relativamente aos limites de saturação;
- muitos fatores de poluição se distribuem globalmente; seus efeitos se manifestam a grandes distâncias de seus pontos de origem, e com defasamento de vários anos.

Considerando apenas os poluentes gerados pelo crescente uso de energia, sabe-se que atualmente 97% da energia utilizada pelo homem provém ainda do carvão, petróleo e gás natural. Sua combustão libera anualmente na atmosfera 20 bilhões de toneladas de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), das quais uma metade é aparentemente absorvida pelas superfícies verdes dos oceanos e das florestas. O volume de CO<sub>2</sub> na atmosfera vem crescendo anualmente a uma taxa de 0,2%.

A utilização crescente da energia nuclear poderá provavelmente reduzir esta taxa de crescimento, mas deverá gerar outras formas de

## BASTOS D'AVILA

poluição térmica e a poluição radioativa, cujos efeitos não são ainda mensuráveis com precisão.

Não se tem idéia exata sobre os limites da capacidade do planeta na absorção das diversas formas de poluição. Sabe-se com certeza de que há um limite e que os 7 bilhões de habitantes que comportará a terra no ano 2000 duplicarão a carga poluitiva de seu sistema ecológico. O Conselho norte-americano para a Conservação do Ambiente já destinou 105 bilhões de dólares a serem aplicados até 1975 com o fim de despoluir o ambiente. Nenhum povo na terra dispõe de tais recursos para tal fim, sob pena de bloquear seu desenvolvimento industrial e agrícola, tanto mais que os efeitos da poluição se fazem sentir a grandes distâncias e perduram muito tempo depois da extinção de sua causa geradora.

O crescimento exponencial encaminha para o colapso.

Em que consistiria o colapso do sistema? Todo o seu funcionamento é destinado essencialmente a oferecer níveis crescentes de consumo de bens mediatizados pela indústria a uma população sempre crescente. Para este objetivo, é necessário garantir a produção suficiente de alimentos, é necessário ter acesso a disponibilidades sempre maiores de recursos não renováveis, evitando quanto possível o perigo da poluição e da deteriorização do meio ambiente.

A tese da equipe do MIT é precisamente esta, de que um sistema funcionando no sentido de tender exponencialmente para tal objetivo, que chamaríamos de um desenvolvimento quantitativo, não só não poderá atingi-lo, mas se encaminha rapidamente para sua autodestruição. Até hoje, na história humana, repetidas vezes, a ciência e a técnica dilataram as dimensões de um espaço econômico limitado, muito antes que ele chegasse a um estado de saturação. Hoje não há mais possibilidade técnica para a dilatação dos limites, porque é o próprio espaço planetário que se aproxima da saturação. A fé otimista na tecnologia só agravará a surpresa do colapso.

Como se processará o desabamento do sistema? Mesmo sem recorrer a um discurso apocalíptico, é possível imaginá-lo de várias maneiras. A poluição do ambiente deteriorando a biosfera exigirá cada vez maiores recursos para permitir uma vida tolerável no planeta. Este repasse de recursos reduzirá as possibilidades de produção dos bens exigidos pela sociedade de consumo. Bens mais raros disputados por um número crescente de competidores geram tensões, conflitos, revoluções internas e guerras multinacionais. As devastações reduzem mais os recursos e contaminam mais a biosfera. As hecatombes aumentam: os que escapam das bombas, são assaltados pela fome e pelas epidemias. Imensas regiões hoje ainda prósperas serão reduzidas a Quan-Tris de cujos escombros fumegantes surgirá uma criança em cujo rosto pequenino estará estampado um espanto universal.

## O IMPERIALISMO ECOLÓGICO

O que tento descrever num esforço imaginativo, já foi expresso em linguagem codificada pelos computadores.

A figura anexa mostra a forma, digamos, normal do colapso do sistema, isto é, na hipótese em que as 5 variáveis continuem a se desenvolver nas taxas que manifestaram de 1900 a 1970. A produção de alimentos, a produção industrial, a população e a poluição crescem expo-nencialmente até que a rápida redução dos recursos não renováveis começa a frear a produção industrial. Pelos defasamentos naturais (*natural delays*) do sistema, a população e a poluição continuam a crescer até atingir um clímax a partir do qual decaem rapidamente, enquanto a produção industrial e a de alimentos se aproximam assintoticamente do limite inferior.

O tratamento eletrônico permite introduzir as mais variadas hipóteses no processamento dos dados. Perguntamos, por exemplo, como se comportariam as variáveis, na hipótese da duplicação das reservas naturais disponíveis. Os resultados aparecem na figura nº 2. Nesta hipótese a produção industrial pode alcançar o clímax num ponto mais alto. Entretanto, a elevada taxa de industrialização aumenta violentamente a taxa de poluição, determinando um dramático aumento dos índices de mortalidade. A população declina e a produção de alimentos e a produção industrial caem a níveis inferiores aos do início do século XX.

Os computadores foram assim interrogados sobre as mais variadas hipóteses, por exemplo: como se comportará o modelo na hipótese da existência de recursos ilimitados, na hipótese da existência de recursos ilimitados mais um perfeito controle da poluição, mais o crescimento da produção agrícola.

Em todas as indagações feitas, o colapso se situa por volta do ano 2100, quando a produção de alimentos per *capita* e a população global do planeta tendem a níveis inferiores aos de 1900. Esta tendência importa simplesmente na eliminação de alguns bilhões de seres humanos.

É importante porém ter presente um ponto: nenhuma das indagações altera o dado fundamental do modelo: manter as taxas atuais de crescimento demográfico e de desenvolvimento econômico.

## OS LIMITES DA QUESTÃO

É neste contexto que se situa a temática do que chamamos de imperialismo ecológico.

Os demógrafos estão de acordo quanto a um ponto: é irrealístico imaginar **que, antes do ano 2000, seja possível estabilizar o crescimento demográfico de maneira** que o número de nascimentos corresponda ao

## BASTOS D'AVILA

número de óbitos. Com efeito, ninguém admite a hipótese de suprimir os mecanismos que reduzem a mortalidade e prolongam a vida média. Por outro lado, os processos retroalimentadores que reduzem a fecundidade só atuam com certo defasamento. Tudo isto implica em que pelo ano 2000 a humanidade estará atingindo o total de 7 bilhões.

Assim, pelo aspecto demográfico não é possível abordar o problema. Ele só pode pois ser abordado pelo aspecto do desenvolvimento econômico. Acontece que é também irrealístico imaginar que as sociedades pós-industriais ou pré-utópicas estejam dispostas a renunciar espontaneamente a seus níveis de consumo conspícuo. A linha de menor resistência parece pois se apresentar como sendo a de coibir o ímpeto desenvolvimentista daquelas sociedades que pretendem se aproximar do círculo da afluência. Teoricamente, existem muitos processos para realizar este intento, desde os processos persuasivos, até os processos coercitivos, passando pelos negativos.

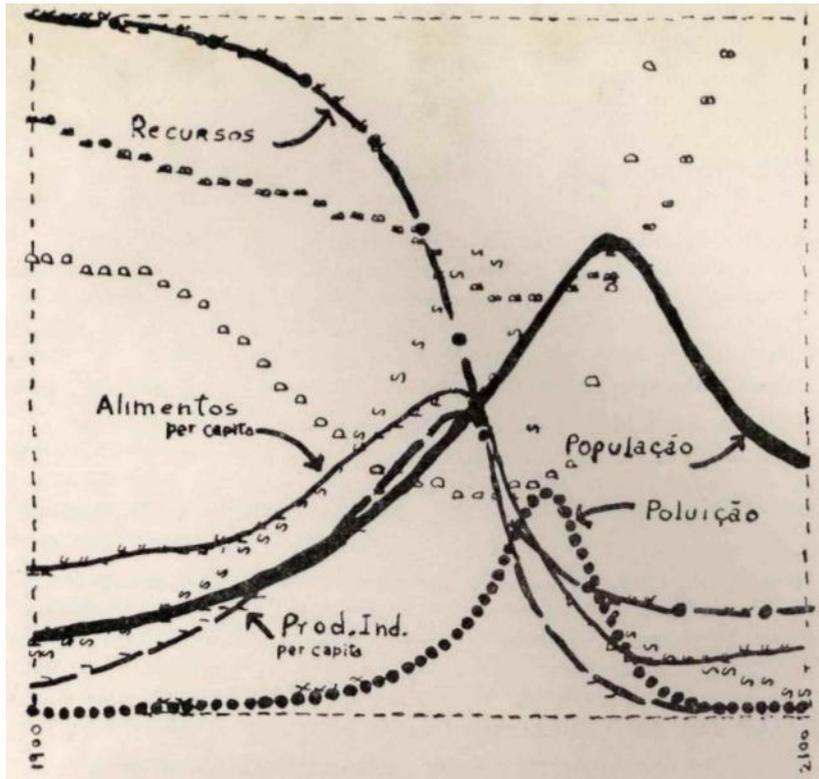
Entre os processos persuasivos temos a impressão de começar a sentir um esforço subreptício de esvaziamento do símbolo do desenvolvimento e de uma ênfase crescente da idéia de equilíbrio (*global equilibrium*).

Entre os processos negativos, se inscreve a atitude cada vez mais expressiva dos povos desenvolvidos em se negarem a colaborar em corrigir o atraso dos povos subdesenvolvidos. A conferência da UNCTAD em Santiago do Chile parece ter revelado a decepção total com que se encerrava a década do desenvolvimento promovido pelas NU. A distância aumentara desmesuradamente sem esperanças de poder reduzi-las.

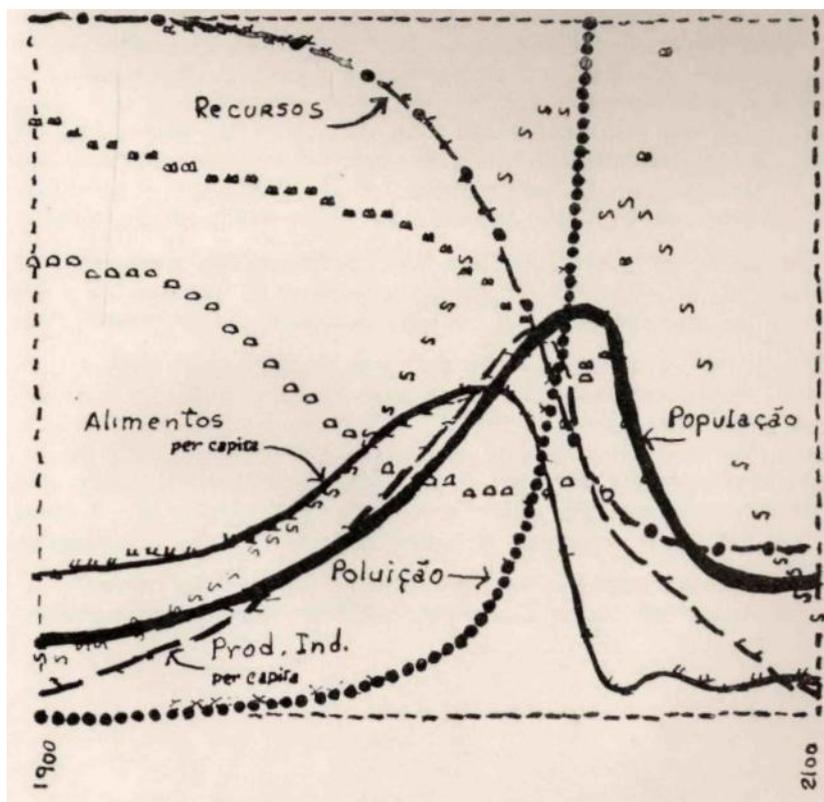
Os processos coercitivos parecem não ter ainda possibilidades de aplicação. Mas não parece irrealístico imaginar que o pressentimento do colapso deflagre, nas próximas décadas, intervenções diretas no sentido de impedir planos de desenvolvimento supostamente capazes de afetar o equilíbrio ecológico.

Todos esses processos convergem para a caracterização do novo tipo de imperialismo, o imperialismo ecológico, que transferiria para fora dos países em desenvolvimento as decisões relativas ao uso do seu meio ambiente em vistas de seu próprio desenvolvimento.

Já somos visitados às vezes por eventuais candidatos a procônsules deste novo imperialismo, que de volta às metrópoles redigem relatórios alarmantes sobre a destruição de nosso meio físico. A transamazônica seria o câncer corroendo o maior pulmão do planeta e não é pura fantasia imaginar que amanhã sejamos embargados de implantar usinas nucleares, dados os riscos de agravamento da poluição radioativa.



Processamento do modelo global na hipótese de uma duplicação dos recursos naturais



Fonte: DENNIS MEADOW et al.: The Limits to Growth

## O IMPERIALISMO ECOLÓGICO

Neste contexto, qual a posição dos países em desenvolvimento, como o Brasil?

Não há dúvida que lhes cabe manifestar sua estranheza ante a repentina preocupação dos países afluentes de prevenirem o colapso de um sistema do qual foram e continuam a ser os principais beneficiários, e isto a custa de restrições precisamente aos menos favorecidos. Em particular, é estranha esta súbita vocação de detergentes universais de uma poluição da qual foram e continuam a ser os principais responsáveis.

Não se pretende com isto subestimar a gravidade das advertências. Pensamos mesmo que quando se pressentem riscos que ameaçam a sobrevivência da espécie, é ineficaz fazer apelos a princípios de soberania nacional. Se é o navio que submerge, não é possível impedir que passem pelo meu camarote.

Creemos que é possível aceitar os termos em que o problema é formulado: se se trata de atingir uma posição de equilíbrio, só é possível chegar a ele, precisamente elevando o nível dos que se encontram mais baixo. O subdesenvolvimento é a forma mais abjeta de poluição e é um acinte destinar recursos vultosos à preservação de espécies raras e se esquecer do homem para quem foram criadas todas as espécies.

Enfim, todas estas reflexões nos encaminham a formular uma indagação fundamental: será que de fato todas as especulações e preocupações pelo *global equilibrium* tendem a prevenir o colapso do sistema global? Será que de fato o que está em jogo é mesmo a sobrevivência da espécie? Ou o que estará em jogo não é propriamente a continuidade da sociedade de consumo? Toda a prevenção de riscos futuros supõe a aceitação de sacrifícios presentes. É na aceitação espontânea destes sacrifícios por parte das sociedades afluentes que residiria a única prova da sinceridade de suas intenções. Na medida em que estes sacrifícios forem repassados para os povos mais sacrificados, teremos uma evidência crescente da impostura. A Sociedade afluyente se assusta ante o pressentimento de ter o seu consumo frenado pelos próprios dejetos.

Aquilo a que assistimos não é o sinal precursor do apocalipse da espécie humana. É apenas o crepúsculo irremediável de um processo civilizatório acionado exclusivamente pela preocupação do ter mais.

Talvez se aproxime a hora em que a humanidade compreenderá que não era tão lírica assim a mensagem da Igreja, insistindo na primazia do ser mais, sobre o ter mais. Talvez se aproxime a hora em que a humanidade compreenderá melhor a oportunidade e urgência de uma mensagem que enfatiza a primazia de uma nobre austeridade que liberta para a criatividade e para o dom, sobre um instinto cumulativo que exacerba as relações competitivas e a apetência ilimitada da posse.

Talvez se aproxime a hora em que a humanidade compreenderá melhor o exemplo de um Deus que se fez pobre, que renunciou a todas

## BÁSTOS D'AVILA

as seduções do prestígio e do poder e que inspirou a beleza imortal de almas como a de Francisco de Assis que, no mais total despojamento era capaz de decifrar a letra perdida do canto de um pássaro e dizer assim: Irmão Leão, enquanto no mundo houver uma criança, uma ave e uma flor, não é preciso ter medo; a bênção de Deus ainda não abandonou a nossa terra.

# A Amazônia Brasileira : Conceitos e Características

CATHARINA VERGOLINO DIAS

## 1. INTRODUÇÃO

Apresentar certos conceitos e características, que envolvem a Amazônia Brasileira, é indispensável para bem melhor se compreender a ação do Governo Federal nessa área do País.

Conceitos evidenciam ângulos de visualização política e técnica. Características definem um mundo heterogêneo e complexo, de difícil, *mas* não de impossível atuação.

## 2. CONCEITOS

Quanto aos conceitos tem que ser salientado que há duas *Ama-zônias*: a *Geográfica* e a *Legal*.

A primeira, constituída pelos Estados do Acre, Amazonas, Pará e os Territórios Federais de Amapá, Rondônia e Roraima, abrange 42% de território nacional. Conhecida vulgarmente como Amazônia Geográfica, organizou-se no grande eixo do rio Amazonas, tendo como fulcro a cidade de Belém. Possui, portanto, uma unidade histórica, social, econômica e cultural.

## CATHARINA VERGOLINO DIAS

A segunda, incluindo ainda grandes porções de terras matogros-senses, goianas e maranhenses, engloba 58% da superfície brasileira; a conjuntos tradicionalmente amazônicos, acrescentaram-se outros com Características predominantes de Centro-Oeste e de Nordeste.

Definir portanto esse continente de mais de 5 milhões e meio de quilômetros quadrados, significa esboçar os fundamentos regionais de um gigantesco mosaico. Não apresenta homogeneidade sob qualquer dos ângulos que se o focalize.

O Congresso Nacional, ao estabelecer os paralelos 13° e 16° de latitude sul e o meridiano 44° W. Gr., como respectivos limites, meridionais e oriental, de uma nova área para planejamento e desenvolvimento, estava, entretanto, consciente de que o território assim considerado, extravasava e de muito, ao que até então se concebera como Amazônia. Por isso mesmo, qualificou-a de *Legal*.

Concepções de ordem política e técnica justificam tal delimitação.

Primeiro, porque há um grande elo de unidade: foram grupados em um só bloco, os grandes espaços vazios e pouco ocupados do Brasil.

Segundo, porque toda orientação política do Governo pode ser resumida no esforço supremo, não sem sacrifícios, para a Nação sair do estágio de subdesenvolvimento.

Para tanto, há necessidade de uma ocupação, valorização, crescimento e desenvolvimento com continuidade espacial. Unir centro-su-deste à Amazônia Geográfica só é possível através de Centro-Oeste e de Nordeste.

Todo este conceito político, exige, para obtenção de suas finalidades, um planejamento inter-regional integrado, tendo como base física a Amazônia Legal. Esta, em decorrência de tal enfoque, é envolvida por uma concepção *técnica*.

### 3. CARACTERISTICAS

Para que se possa entender e justificar as atenções, cada vez mais crescentes e constantes, do Brasil pela Amazônia, para conscientemente se integrar e participar da atuação coerente e realista do Governo quanto essa região, é necessário se saber o que ela é realmente e o que representa para um País em crescimento.

No que concerne, principalmente, à *Amazônia Geográfica* há uma série de errôneas características que lhe são atribuídas. A divulgação contínua que delas se fazem significa, não apenas, a manutenção de idéias já defasadas, quanto ao atual estado de conhecimentos científicos que se possui dessa região, mas, sobretudo, por que levam ao desmorecimento e à descrença de todo um programa que objetiva levar a Nação ao desenvolvimento.

## A AMAZÔNIA BRASILEIRA

Esquematize-se, algumas delas:

... «*uma terra imatura*», ... «*um mundo em formação*», — ... «*a última página do Gênese*», frases escritas em prosa e verso e decantadas nos quatro pontos cardiais deste continente.

Não se quer, aqui, negar a grande beleza dessa linguagem poética, mas acreditar que concretize a realidade do mundo físico da Amazônia é deixar-se envolver, também, de que é preciso *esperar*, para conquistá-la. E não são poucos os que assim pensam, o que se reflete no argumento de que tudo que se efetua na Amazônia e pela Amazônia é apressado.

Aquelas idéias surgiram em fins do século XIX e princípios do XX, épocas em que o único meio de penetração no espaço verde era a calha do Grande Rio. Conheceram, assim, apenas os terrenos de formação recente, que o marginam, onde se pode observar a obra incessante do Rio Mar, construindo aqui, destruindo acolá.

O que domina a geologia amazônica, em realidade, é a presença de áreas de origem muito antiga.

... «*uma planície ...*», certo apenas ao que se refere às várzeas e que constituem cerca de 3% de todo território da Região Norte.

O traço mais característico de seu relevo é a presença do baixo-platô, de planaltos, de chapadas.

... «*um inferno verde ...*», baseado naquele conceito já ultrapassado de áreas climáticas elaboradas no século XIX, em que a região equatorial foi classificada como zona *tórrida*; eivada do preconceito europeu nascente quanto aos trópicos úmidos, tentava esconder e/ou justificar as medidas tomadas na política expansionista do Ocidente da Europa.

Foi aplicado à Amazônia, a princípio, para explicar a falência do Ciclo da Borracha, que não representou um fracasso brasileiro, nem a maldição de uma área. Só se o pode compreender e explicar quando inserido na conjuntura colonialista, que definiu o início de uma era.

Em plena zona equatorial, a Amazônia é logicamente dotada de um clima quente e úmido.

Constância de calor, intenso teor de umidade e altas cotas pluvio-métricas, não significam, todavia, presença de excessos de elevadas temperaturas, nem tampouco inexistência de um período seco.

... «*uma rica floresta de exploração antieconômica*, calcada nas noções de heterogeneidade e dispersão das espécies, olvidando que esta cobertura vegetal encerra mais de 70 bilhões de metros cúbicos de madeira em pé.

## CATHARINA VERGOLINO DIAS

Em área florestal, previamente inventariada, estudos feitos por empresa paulista, acusaram uma rentabilidade satisfatória; possibilita, assim, a implantação de complexos industriais, capazes de propiciar o aproveitamento global das espécies ocorrentes.

A objeção reside no desconhecimento que os mercados consumidores, principalmente internacionais, possuem das espécies já classificadas.

... «uma *região pobre em recursos minerais*», fruto exclusivo de generalizações excessivas quanto à geologia regional.

A descoberta, por acaso, das jazidas de manganês na Serra do Navio (Território Federal do Amapá) constituiu-se no primeiro grande desmentido daquela afirmação.

À medida que pesquisas de reconhecimento e cubagem são efetuadas, vêm à luz outras jazidas minerais não desprezíveis.

Os colossais depósitos de ferro, da Serra dos Carajás (sudeste do Pará), ao que tudo indica são, pelo menos, da mesma ordem de grandeza do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais; o distrito ferrífero do rio Jatapu (Estado do Amazonas) terá seu minério aproveitado pela primeira usina siderúrgica da Amazônia.

Extensas ocorrências de cassiterita, abrangendo uma área contínua de Território Federal de Rondônia, sul dos Estados do Amazonas e do Pará (médio Tapajós), já fazem de Rondônia, o maior produtor de estanho do Brasil.

Reservas de bauxita já foram identificadas no rio Trombetas e em Paragominas (ambos no Pará), sendo que as primeiras entrarão em fase de exploração pelo grupo ALCAN.

Essa riqueza do subsolo amazônico vem se relevando, também, quanto a outros minerais como o calcário; o da formação Pirabas, a leste de Belém, já fornece matéria-prima para uma indústria de cimento; o da Formação Itaituba, entretanto, apresenta-se com maior possança, ao sul e ao norte da calha do Amazonas (no Estado do Pará); no local denominado Paredão (rio Tapajós) a camada de calcário aflora numa espessura de 20 metros.

Uma vasta ocorrência de linhito, foi identificada pelos técnicos da Petrobrás, no alto Solimões e no Javari (Estado do Amazonas) .

Ainda a Petrobrás localizou, no médio Amazonas, uma das maiores jazidas de sal-gema do mundo; ocupa uma área de 200 quilômetros de largura por 750 quilômetros de comprimento, com uma cubagem comprovada de 10 trilhões de toneladas.

Ferro, cobre, chumbo, zinco, prata, asphaltito, cassiterita, ouro ... já foram identificados nas bacias do médio Xingu e médio Tapajós (ambas no Estado do Pará) e serão alvo de pesquisas mais profundas.

## A AMAZÔNIA BRASILEIRA

A potencialidade hidroelétrica da bacia amazônica foi estimada «a 7.458.000 cv, e o não aproveitamento de várias corredeiras, até então não se cogitavam, pela sua localização afastada dos centros demográficos da região.

Pobreza não é, portanto, qualificativo que possa ser atribuído à área dotada de tantos recursos.

Que a Amazônia encerra a maior reserva de matérias-primas do mundo já não pode ser negado. E os estudos efetuados à base do RADAM possibilitarão uma melhor identificação de suas reais potencialidades.

O fato de apresentar-se ainda hoje despovoada reflete apenas a posição periférica e isolada que usufruiu quanto à evolução sócio-econômica brasileira.

Não há nenhum dos elementos do quadro físico que sejam impeditivos ao estabelecimento permanente do homem.

As doenças que ainda hoje minam a população amazônica refletem principalmente ignorância, miséria, insuficiente e deficiente alimentação, falta de higiene.

Tais características definem subdesenvolvimento e não maldição atribuída aos trópicos úmidos.

A existência de vazios demográficos não são suficientes para caracterizar o subdesenvolvimento.

Países como o Canadá e Austrália . . . potências como a União Soviética os possuem.

Mas, nenhuma delas encerra as potencialidades em matérias-primas nem se caracterizam pela habitabilidade como a Amazônia.

Nesses atributos se firmou o Governo Brasileiro, pois através a conquista, a valorização e integração da Amazônia ao País, se efetivará a expansão da fronteira econômica até unir-se à fronteira política.

Fatores indispensáveis a um Brasil em crescimento, que quer ingressar no rol das Nações Desenvolvidas.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1973

**DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL**

**1973**

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)